

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**CARLA MARIA STELLA RAMÔA DA SILVA CHAVES**

NOS MANGUEZAIS E NO “MAR” DE MAGÉ (RJ): um estudo sobre pescadoras  
artesanas e suas existências, resistências e identidades

RIO DE JANEIRO, RJ

2021

Carla Maria Stella Ramôa da Silva Chaves

NOS MANGUEZAIS E NO “MAR” DE MAGÉ (RJ): um estudo sobre pescadoras artesanais e suas existências, resistências e identidades

Volume único

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Scott William Hoefle

Coorientadora: Ana Maria Lima Daou

Rio de Janeiro, RJ

2021

Carla Maria Stella Ramôa Da Silva Chaves

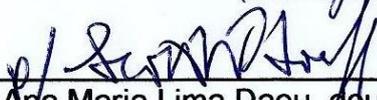
NOS MANGUEZAIS E NO "MAR" DE MAGÉ (RJ): um estudo sobre pescadoras artesanais e suas existências, resistências e identidades

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

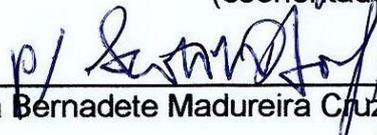
Aprovada em



\_\_\_\_\_  
Scott William Hoefle, doutor, PPGG/UFRJ  
(orientador)



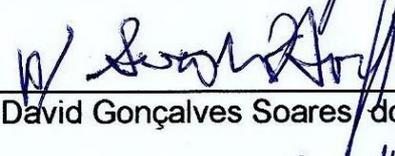
\_\_\_\_\_  
Ana Maria Lima Daou, doutora, PPGG/UFRJ  
(coorientadora)



\_\_\_\_\_  
Carla Bernadete Madureira Cruz, doutora, PPGG/UFRJ



\_\_\_\_\_  
Flávia Moraes Lins de Barros, doutora, PPGG/UFRJ



\_\_\_\_\_  
David Gonçalves Soares, doutor, GSO/UFF



\_\_\_\_\_  
Breno Herrera da Silva Coelho, doutor, ICMBio

Chaves, Carla Ramôa

NOS MANGUEZAIS E NO “MAR” DE MAGÉ (RJ): um estudo sobre pescadoras artesanais e suas existências, resistências e identidades / Carla Ramôa Chaves. – 2021.

284 f.: il.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2021.

Orientador: Scott William Hoefle

Coorientadora: Ana Maria Lima Daou

1. Pescadoras Artesanais. 2. Geografias Vernaculares. 3. Zona de Sacrifício. 4. Efeitos Sociais. 5. Identidade. 6. Ecologismo dos Pobres – Teses. I. Hoefle. II. Daou. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. IV. Programa de Pós-Graduação em Geografia. V. Título.

## DEDICATÓRIA

Um pouco antes de escrever esta dedicatória, minha prima, Mariana, comentou: “um em cada dois Ramôas é professor”. Imediatamente veio à minha memória a minha avó e lembrei que se não fosse ela, talvez, nenhum dos Ramôas teria chegado a este grau. Esta dedicatória, então, vai para as minhas ancestrais, que se cuidaram, sem ter frequentado a educação formal, sem completude da escola, mas com infinita sabedoria.

Minha avó, Walkyria Ramôa da Silva, apesar de carioca, foi viver com os amazônicos, retornando ao Rio de Janeiro com minha mãe, pequena amazonense, à tiracolo. Dizia ela que não tinha origem indígena, mas sempre duvidei e prefiro acreditar na minha intuição, alimentada com algumas comidas do Norte. Poucas referências, mas suficientes para fertilizar minha imaginação desejosa de ser indígena: cuscuz de milho com manteiga, farinha de mandioca amarela...

Não completou os estudos, casou-se cedo, com acreano, veio para o Rio e só morou em casas de parentes, como “hóspede”. Nunca teve sua própria casa. Sua vida era cuidar do marido, da casa, da alimentação de todos os moradores, das filhas e, depois, dos netos. Mas com as filhas seria diferente. Fez questão de financiar tudo o que precisasse para que elas completassem seus estudos. Sem trabalho, o jeito era economizar os trocos, as moedas... essa era a sua vida: fornecer qualquer apoio para que suas filhas se formassem, se casassem quando desejassem, e se desejassem, tivessem filhos, se os quisesse, sem que passassem a vida servindo às pessoas.

O resultado de tudo isso minha avó presenciou parcialmente antes de partir, mas a tempo de ver duas filhas formadas e professoras, conseguindo quebrar seu ciclo cruel de servidão, destinado a muitas mulheres de sua geração. E seu plano tem dado certo e seus netos seguiram a esteira da educação. É por isso que dedico esta tese a minha avó, mulher cabocla (assim acredito), servidora, inteligente, esperta, sábia, que passou a perna nos destinos das mulheres da família. Pensa que estava invisível, quieta, obediente, mas não passou despercebida aos olhos da primeira neta, sentada à mesa, no almoço após a escola. Obrigada, vó! E....obrigada a Mari, por ter me feito lembrar disso! E... obrigada a todas as mulheres da minha família, que de certa forma, talvez, sem nem perceber, me apoiaram e cá estou. Gratidão!

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, aos meus pais, Maria Osvaldina da Silva Chaves e Carlos Alberto Chaves (em memória) pela vida, pelo alimento, pela morada, pelas oportunidades ofertadas e pelo amparo, na medida do possível. Gratidão eterna!

Ao meu companheiro, amado, amigo, meu apoio, Felipe Pinho. Nos momentos em que segurou sozinho os apertados domésticos. Nos momentos em que me surpreendeu com sucos, bebidas, bebidinhas e pipocas, quando precisei estar relaxada e deixar a inspiração vir. Pela tranquilidade oferecida, pela escuta disponível e pelo carinho. Agradeço, com amor!

À minha querida professora Ana Maria Lima Daou, por acreditar no meu potencial e na minha capacidade. Pela torcida ao meu sucesso como profissional. Por me acompanhar desde a graduação. Pelos apoios oferecidos, pelas ligações atendidas e feitas. Por chamar minha atenção, mas, também, por me tranquilizar. Pelas dicas de leitura e formas de escrever. Por ter lido cada parte da minha tese. Obrigada pela força e apoio!

Ao professor Manoel do Couto Fernandes, que enquanto coordenador do PPGG/UFRJ me ajudou e orientou com os trâmites administrativos, quando precisei me ausentar e quando precisei voltar. Obrigada pela ajuda!

Ao professor Scott William Hoefle, que se disponibilizou prontamente a ser meu orientador, quase no final do desenvolvimento da pesquisa. Se prontificou a ler todos os capítulos e comentar, com responsabilidade e comprometimento. Pela sua empatia, diante das questões burocráticas do PPGG/UFRJ. Muito obrigada!

Gostaria de agradecer aos professores e amigos David Gonçalves Soares e Breno Herrera da Silva Coelho, por terem me auxiliado com questões fundamentais para o entendimento do contexto e da temática da tese. Agradeço, também, por aceitarem fazer parte da banca de avaliação. Obrigada pela escuta!

Gostaria de agradecer às professoras que aceitaram o desafio de participar dessa banca: Carla Madureira e Flávia Barros.

À amiga Tatiana de Sá Freire Ferreira, por ter me ajudado a não abandonar a labuta. Me procurava e me aconselhava em momentos difíceis, quando a vida se mistura com os deveres, e não me deixou desistir. Espero poder fazer o mesmo. Avante!

A organização das ideias e a revisão final do texto são tarefas difíceis. Por isso agradeço ao querido amigo Marcelo Matos, por ter ouvido minhas ideias iniciais, desorganizadas, sem fluxo e orientação e por ter me ajudado a enxergar um caminho.

Agradeço às queridas, Joana, Flávia, Mari, Francesca, por terem me ajudado a ajustar o *abstract*, que foi finalizado pelo prof. Scott Hoefle.

Aos amigos Lúcia e Luiz, pelas conversas leves, pela empatia e altruísmo, pelos encontros agradáveis, regados à cerveja e ventos do mar da Urca. À Bruna, Bruno, Lara, Mali e Nui, amada família que escolhi e que me escolheu para fazer parte e compartilhar a vida e amadrinhar suas meninas. À querida vizinha Adriana, pelas conversas porta-a-porta.

Aos meus amigos Rodolfo e Juliana, pela torcida para que cresçamos juntos, desde o ensino médio. Amizade para sempre!

Aos meus irmãos, Luiz, Guigui, Beto e Marcus, pessoas mais que importantes em minha vida. Obrigada por existirem e fazerem parte de mim!

Por fim, agradeço à amiga e pescadora Maria Marli, ao amigo Pastor Miguel e aos seus filhos, por toda guarita e apoio, durante o campo e em outros momentos. A estada em sua casa tornou todo o trabalho ameno e me proporcionou algumas aventuras inesquecíveis. Grande experiência! Obrigada pela ajuda e pelos ensinamentos!

Por fim, agradeço a todas as pescadoras que me atenderam, me receberam, mesmo ocupadas, com atenção, educação e humildade. Espero que esta tese ajude nas reflexões acerca de suas existências, resistências e identidades e auxilie, também, na erradicação das injustiças ambientais.

## RESUMO

CHAVES, Carla Ramôa. **Nos manguezais e no “mar” de Magé (RJ):** um estudo sobre pescadoras artesanais e suas existências, resistências e identidades. Rio de Janeiro, 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Apesar de existir uma invisibilidade das mulheres na pesca artesanal, diante das instituições reguladoras da pesca, suas existências, resistências e identidades - de si e para si - se preservam. Em outubro de 2015, pescadoras artesanais de Magé compareceram a uma audiência pública, denunciando a dificuldade de serem reconhecidas como pescadoras artesanais, o que as prejudica no cadastro do RGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira) e no recebimento dos benefícios sociais de direito da categoria. O objetivo desta tese é comprovar a existência das pescadoras artesanais de Magé, através de suas narrativas, da observação e estudo do espaço em que elas vivem e, por fim, da investigação de suas identidades. Para isto, foi realizado um trabalho de campo mais íntimo, aos moldes da antropologia e da etnogeografia, para que fosse possível alcançar a “região interior” do grupo estudado. Foram realizadas, também, entrevistas, com perguntas mais objetivas, mas com espaço para novas questões relacionadas às suas identidades como pescadoras, de si, para si e para os “outros”. A partir da perspectiva das pescadoras, ratificamos a constituição do Município de Magé como Zona de Sacrifício e de exportação de entropias, como resultado do modelo de desenvolvimento econômico, urbano-industrial, adotado pelo Estado e país. Ao mesmo tempo, o município também é o espaço vivido dessas mulheres, cujas marcas e práticas espaciais estão impressas nas paisagens. Nesta mesma paisagem, são visíveis, também, as marcas produzidas por agentes, cujas ações alteram permanentemente o espaço e os modos de vida das pescadoras. A invisibilidade que oculta a existência dessas mulheres não se limita ao não reconhecimento como pescadoras, mas ocorre, também, no ambiente doméstico e nos espaços políticos da pesca. Dessas mulheres entrevistadas, 89% são casadas, 63% trabalham com os maridos na pesca e todas iniciaram a atividade com os homens da família. Apesar de trabalharem em todas as etapas da pesca, as pescadoras têm dificuldade em fortalecer a sua identidade para os “outros”. Apenas 47% das entrevistadas possuem o RGP e as demais foram desencorajadas a insistir no cadastro, perdendo direito aos benefícios trabalhistas e previdenciários. Concluímos que as ações e ocorrências citadas promovem o que estamos chamando de “desmonte da pesca artesanal”, no qual as pescadoras constituem a parte mais vulnerável dessa trama. Apesar disso, notamos os efeitos sociais surgidos através da participação em movimentos nacionais de pescadoras e em associações de pescadores locais, mesmo que seja incipiente, em uma tímida luta por justiça ambiental local (também conhecido como “ecologismo dos pobres”).

Palavras-chave: Pescadoras artesanais. Zona de Sacrifício. Geografias vernaculares. Etnogeografia. Efeitos sociais. Identidade. Ecologismo dos pobres.

## ABSTRACT

CHAVES, Carla Ramôa. **Nos manguezais e no “mar” de Magé (RJ): um estudo sobre pescadoras artesanais e suas existências, resistências e identidades.** Rio de Janeiro, 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Although women are invisible for regulatory institutions of craft fishing, their existences, resistances and identities - of themselves and for themselves – bely this. In October, 2015, craft fisherwomen from Magé attended a public hearing to denounce their difficulty in being officially recognized as professional fishers, which prevents them from obtaining documents necessary for receiving legal social benefits. The purpose of this thesis is to prove the existence of craft fisherwomen in Magé municipality, through their narratives, observation and study of the space in which they live in and the investigation of their identities. For this, fieldwork similar to that used in anthropology and ethno-geography was undertaken, in an attempt to reach the “back region” of the group studied. Interviews with more objective inquiry were also undertaken but with space for new questions related to the identity of the fisherwomen, for themselves and for “others”. From the perspective of the fisherwomen, Magé municipality was identified as a sacrifice zone to where entropy resulting from urban-industrial development is exported by the State and other economic agents. At the same time, the municipality is also considered to be lived space for these women, whose imprints and spatial practices are recorded on the landscapes. Imprints produced by the agents are also visible in this landscape, whose actions permanently alter space and the livelihoods of the fisherwomen. The invisibility that occults the existence of the fisherwomen is not just the lack of recognition as fishers, but also is encountered in their domestic environment and in the political spaces of fishing. Of the women interviewed, 89% are married, 63% work with their husbands in fishing and all began fishing with the men of their family. Despite working in all phases of fishing, fisherwomen find it difficult to establish their identity for “others”. Only 47% of respondents have been officially registered as professional fishers while the others were discouraged from registering and so lost workers and social security rights. The thesis concludes that the aforementioned actions and events promote what can be called the “dismantling of craft fishing” in which fisherwomen constitute the most vulnerable part of this conspiracy. Despite this, positive social effects have emerged from participation in national fisherwomen movements and local fisher associations, which are still incipient in their timid struggle to obtain local environmental justice (also known as “environmentalism of the poor”).

Keywords: Craft fisherwoman. Sacrifice Zone. Vernacular geographies. Ethno-geography. Social effects. Identity. Environmentalism of the poor.

## LISTA DE FOTOS

- Foto 1: Reunião da AMOPE: leitura de um texto, a pedido da vice-presidente da AMOPE, Maria Marli. Foto: Luiz Felipe de Pinho, 30/06/2019. 61
- Foto 2: Minha apresentação na reunião. Pastor Miguel, ao lado. Foto: Luiz Felipe de Pinho, 30/06/2019 63
- Foto 3: Ponte do Kazeca e Maria Marli (de azul). Foto de Carla Chaves, 30/06/2019. 67
- Foto 4: Ao fundo, entre o mar e as montanhas, é possível ver uma faixa linear escura do manguezal preservado pela Área de Proteção Ambiental (APA) Guapimirim. Foto de Carla Chaves, 30/06/2019. 67
- Foto 5: Mirante construído no alto de um morro, com vistas à Praia do Anil, em Magé, e ao Rio de Janeiro 68
- Foto 6: Ruínas do antigo Porto da Estrela. Foto de Carla Chaves, 30/06/2019. 68
- Foto 7: Primeira estação de trem do Brasil: Guia de Pacobaiba. Foto de Carla Chaves, 30/06/2019. 69
- Foto 8: Oficina de artesanato, ministrada por mim. João, de blusa rosa. Foto: Carla Ramôa Chaves, 20/07/2019. 72
- Foto 9: Após a oficina, a família continuou produzindo mais objetos. Foto: Carla Ramôa Chaves, 20/07/2019. 73
- Foto 10: A família apresentando, orgulhosa, as suas produções. Foto: Erica do Nascimento, uma das filhas do casal, 20/07/2019. 73
- Foto 11: Pescador vendendo peixe recém pescado, na rua da praia, Praia de Olaria, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019. 79
- Foto 12: Maria Marli e pescador na Praia de Olaria. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019 80
- Foto 13: Pescadores da associação que encontramos na Praia de Anil. Fotos: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019. 81
- Foto 14: Praia do Anil e as ruínas de um píer. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019. 81
- Foto 15: Pescadores vendendo peixe na Praia de Anil. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019. 81
- Foto 16: Caça às mulheres, com a Maria. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019. 82
- Foto 17: Rua onde encontramos a Carmem, nos encontramos com ela, enquanto abastecia seu carro e agendamos um encontro na Associação. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019. 82

Foto 18: Casas na beira da Praia do Anil, sobre fundações de pedra, erodidas pela ação das marés. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.	84
Foto 19: Casas na beira da Praia do Anil, sobre fundações de pedra, erodidas pela ação das marés. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.	84
Foto 20: Casas na beira da Praia do Anil, sobre fundações de pedra, erodidas pela ação das marés. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.	85
Foto 21: Casas na beira da Praia do Anil, sobre fundações de pedra, erodidas pela ação das marés. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.	85
Foto 22: Entrevista com a Vânia, caranguejeira, no bairro Vitória. Foto: João do Nascimento Rodrigues, dia 22/07/2019.	94
Foto 23: Maria Marli no Píer da Piedade, recém inaugurado em junho de 2019. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019.	96
Foto 24: Barracas de artesanato e itens turísticos. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019	96
Foto 25: barcos apoitados na foz do rio. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019.	96
Foto 26: Mourões para confecção e/ou reparo de currais. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019.	96
Foto 27: Sônia de blusa rosa, Mônica de blusa branca. Foto: Carla Ramôa Chaves, 28/07/2019.	97
Foto 28: Quiosque de pastel de siri da Paula. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019.	97
Foto 29: Vitória de preto e Paula de vermelho. Foto: Paulo Cesar Ferreira Caldas, filho da Vitória, 7 anos, 23/07/29.	100
Foto 30: Paula na Praia da Madame. Foto de Carla Ramôa Chaves, no dia 23/07/2019	101
Foto 31: Igreja de São Nossa Senhora da Guia, Praia de Olaria, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	104
Foto 32: Lugar onde a Maria afirmou querer montar uma feirinha de artesanato das mulheres pescadoras. Onde os carros estão estacionados. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	104
Foto 33: Parada na peixaria “Vem que tem”, na Praia de Olaria, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	105
Foto 34: Praia de Olaria, Magé. Ao fundo o Pão de Açúcar e o Maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	105
Foto 35: Praia de Olaria. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	105
Foto 36: Paia de Olaria. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	106

Foto 37: Maria Marli em frente ao posto de saúde que a associação ajudou a reabrir. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	106
Foto 38: Ofício protocolado, com solicitação para a reabertura do PSF de São Francisco. Foto: Acervo da AMOPE, armazenado no Facebook.	107
Foto 39: Maria Marli conversando com a Lígia, pescadora. Praia de São Lourenço, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	108
Foto 40: Praia de São Lourenço, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.	108
Figura 41: Parada para a ginástica, projeto da prefeitura de Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.	109
Foto 42: imagem de satélite mostrando a construção do Píer da Piedade.	137
Foto 43: Píer da Piedade e seus visitantes	137
Foto 44: pequenos barcos de pescadores compõem a paisagem vista do Píer da Piedade. Foto da autora, 28/07/2019.	138
Foto 45: Placa de aviso de área de APA. Foto da autora, 24/07/2019.	139
Foto 46: mourões de madeira para manutenção de currais. Foto da autora, 24/07/2019.	139
Foto 47: Riozinho e pessoas pescando no “lago” criado pela ponte de concreto, que barra a fluidez de saída da água, foto da autora, 24/07/2019.	139
Foto 48: neta da Maria Marli sobre a barragem (ponte). Praia Formosa. Foto da autora, 24/07/2019.	139
Foto 49: final da praia formosa, ao lado do Riozinho. Mistura de areia e lama. Foto da autora, no dia 24/07/2018.	140
Foto 50: ponte do Kazeca – construção de aspecto colonial. Foto da autora, 26/07/2019.	141
Foto 53: muro de contenção, segurando a areia e impedindo que a água penetre no quintal da casa de Kelly. Foto da autora, 26/07/2019.	141
Foto 52: casa avançando a linha do mar, com um muro de contenção, praia de São Lourenço. Foto da autora, 21/07/2019.	141
Foto 53: Praia de São Lourenço, final da tarde. Redes e barcos sobre a areia e pescadores no mar. Foto da autora, 21/07/2019.	141
Foto 54: Praia da Madame e seus visitantes e residentes. Foto da autora, 21/07/2019.	142
Foto 55: Quiosque de venda de peixe frito. Foto da autora, 21/07/2019.	142
Foto 56: aspecto da rua principal, asfaltada, que conduz às praias turísticas. Foto da autora, no dia 21/07/2019.	143

Foto 57: Praça e unidade de saúde recém-inauguradas, na esquina de duas ruas principais asfaltadas. Foto da autora, no dia 21/07/2019	143
Foto 58: “Língua negra” cortando a praia de Olaria. Ao fundo o maciço da Tijuca, no município do Rio de Janeiro. Foto da autora, no dia 21/07/2019.	144
Foto 59: Praia de Olaria, crianças, pessoas sentadas no muro e barcos de pesca. Do outro lado da rua, pode-se ver a parede azul da sede da colônia Z-9. Foto da autora, no dia 21/07/2019.	144
Foto 60: mirante recém-construído na praia de Olaria. Foto da autora, no dia 21/07/2019.	145
Foto 61: calçadão da praia de Olaria. Foto da autora, no dia 21/07/2019.	145
Foto 62: placa sinalizando a presença de gasoduto enterrado. Cantinho da Vovó, foto da autora, 30/07/2019.	147
Foto 63: Estrada principal, Barão de Mauá, quase toda de terra batida. Foto da autora, 30/07/2018.	147
Foto 64: Ruas não totalmente asfaltadas, Cantinho da Vovó. <i>Imagem do Google Street View</i> , 2016 (não houve alterações neste ponto)	148
Foto 65: Gado passeando tranquilamente pelas ruas do núcleo Cantinho da Vovó.	148
Foto 66: Casa com aspecto de “sítio”, de uma das pescadoras entrevistadas, foto da autora, 30/07/2019.	148
Foto 67: quintal de chão de terra batida. Casa de uma das pescadoras entrevistadas, foto da autora, 30/07/2019.	148
Foto 68: Rua de uma das pescadoras entrevistadas. Chão de terra batida sobre o aterro de manguezais. Imagem do <i>Google Street View</i> , março de 2016.	150
Foto 69: Ferro-velho do marido de uma das pescadoras entrevistadas, na estrada principal. Imagem do <i>Google Street View</i> , março de 2016.	150
Foto 70: Casa de uma das pescadoras, na Estrada de São Francisco, estrada principal, que vai da BR-116 (mudando de nome) até este núcleo. Imagem do <i>Google Street View</i> , março de 2016.	150
Foto 71: Estrada de São Francisco de Croará, próximo da AMOPE pescadores e do Goya. À esquerda, uma amostra do comércio da região. Imagem do <i>Google Street View</i> , março de 2016.	151
Foto 72: Em alguns terrenos foi possível ver mais de duas casas construídas, como puxadinhos, para dentro dos terrenos. Foto da autora, 25/07/2019.	153
Foto 73: Casa de uma das pescadoras entrevistadas, ao fundo de outras duas casas (puxadinhos). Foto da autora, 25/07/2019.	153
Foto 74: Valão no núcleo Vila Nova, às margens dos terrenos das casas.	153

Foto 75: Lixo espalhado pela rua, na margem do valão. Foto da autora, 29/07/2018. Obs.: neblina	153
Foto 76: cavalo e barco, meios de transporte guardados na rua, na beira do valão. Foto da autora, 29/030/2019, às 6h da manhã.	153
Foto 77: Placas indicando a presença de dutos enterrados de alta pressão. Foto da autora, 25/07/2019.	153
Foto 78: Estrada Nossa Senhora da Piedade, que leva até o píer. Às margens da estrada, sobre a grama, estão depositados mourões de currais. Imagem do <i>Google Street View</i> , 2016	155
Foto 79: Estrada da Piedade, uma das ruas vicinais da estrada principal. Imagem do <i>Google Street View</i> , 2016	155
Foto 80: Barco de uma das pescadoras (Círculo amarelo), atracado na margem do valão. Foto da autora, 28/07/2019.	156
Foto 81: estrada de terra batida, que dá acesso ao rio Suruí. Placas sinalizando a presença de dutos e, ao fundo, a ponte construída para a passagem dos dutos, sobre o rio. Foto da autora, 25/07/2018.	158
Foto 82: Ponte sobre o rio Suruí. No barco, Helena e Nelson, remando para o rio Vai- Vem. Foto da autora, no dia 29/07/2018.	158
Foto 83: saco plástico emborcado em um galho de árvore do mangue, sinalizando um dos vértices do limite invisível do seu território efêmero. Foto da autora, 29/07/2019.	164
Foto 84: barco a motor de pescador, em direção à foz do rio Suruí. Foto da autora, 29/07/2019.	164
Foto 85: Colhereiro, uma ave rosada, de pescoço longo, com o bico em formato de colher. Foto da autora, 29/07/2019.	164
Foto 86: Ave morta por um resto de anzol. Foto da autora, 29/07/2019.	164
Foto 87: Pneu carregado pela força da dinâmica das águas. Foto da autora, 29/07/2019.	164
Foto 88: Tubo de televisão antiga, carregado pela dinâmica das águas. Foto da autora, 29/07/2019.	164
Foto 89: prainha na beira do Mangue do Suruí-Mirim. Helena e Nelson na foto. Foto da autora, 29/07/2019.	166
Foto 90: na dinâmica do trabalho do casal, o marido comanda a atividade. Nelson carrega na mão, um <i>laço</i> , que foi usado para demonstração.	166
Foto 91: caranguejo capturado no <i>laço</i> preso por um graveto, na mão de Nelson. Foto da autora, 29/07/2019.	167
Foto 92: toca aberta de caranguejo. Foto da autora, 29/07/2019.	167

Foto 93: mangue “seco” e maré baixa. Foto da autora, 29/07/2019.	167
Foto 94: <i>laço</i> por cima do buraco, por onde o caranguejo se entoca. Foto da autora, 25/07/2019.	169
Foto 95: caranguejo preso no <i>laço</i> . Foto da autora, 25/07/2019.	170
Foto 96: caranguejos amarrados na <i>embira</i> (fíttilho de plástico). Imagem extraída de um vídeo no <i>youtube</i> <sup>1</sup> .	170
Foto 97: Dentro do círculo vermelho, é possível ver um líquido branco saindo da pata arrancada de um caranguejo “de leite”. Foto da autora, 25/07/2019.	171
Foto 98: pneu levado pela maré, até o manguezal. Foto da autora, 29/07/2019.	171

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trecho representado no mapa 1, localizado na página 77. (1 – Praia de Olaria; 2 – Praia de São Lourenço; 3 – Praia do Anil; 4 – Praia da Madame; 5 – Praia da Ponte do Kazaca; 6 – Praia Formosa; 7 – Riozinho; 8 – Comunidade de Caranguejeiros em Suruí; 9 – Centro de Suruí; 10 – Piedade; 11 – Rodoviária de Magé; 12 – Cantinho da Vovó; 13 – Jóquei)	136
Figura 2: “Ilustração da localização e dos limites da Zona de Amortecimento da Estação Ecológica da Guanabara” (ICMBIO, 2012, p. 2)	137
Figura 3: Trajeto calculado pelo <i>google maps</i> , ida da AMOPE até o Pier da Piedade. (elaborado pela autora).	138
Figura 4: Núcleo Cantinho da Vovó. Esta figura mostra os oleodutos (linha amarela e preta), as casas de duas pescadoras entrevistadas (triângulo amarelo) e o rio Estrela. Imagem georreferenciada do ArcGis, 2010. (elaborado pela autora)	147
Figura 5: Núcleo Aurora. Este núcleo está dividido em Goya, São Francisco de Croará e São Lourenço. Imagem georreferenciada do ArcGis, 2010. (elaborado pela autora)	149
Figura 6: Núcleo Vila Nova, Suruí. Nesta imagem estão representados a casa de uma das pescadoras entrevistadas (triângulo amarelo), o oleoduto aterrado que passa pelo bairro (linha amarela e preta) e os rios Vai-Vem e Suruí. Imagem georreferenciada do ArcGis, 2010. (elaborado pela autora).	152
Figura 7: Núcleo da Piedade. Nesta imagem estão representadas as residências das pescadoras entrevistadas neste espaço. Imagem georreferenciada do ArcGis, 2010.	154
Figura 8: “Localização do Parque Natural Municipal Barão de Mauá, Magé/RJ” (INSTITUTO ONDAZUL, 2018, p. 39)	181

<sup>1</sup> Imagem copiada de um vídeo do *youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=8nimwwXW64o>

## LISTA DE MAPAS E CROQUI

Croqui: Modelo de organização do espaço do manguezal, entre os caranguejeiros. (elaborado pela autora.)	163
Mapa 1: Área de abrangência da pesquisa (elaborado pela autora).	77
Mapa 2: Acidente ambiental no Rio Estrela, dezembro de 2018. (elaborado pela autora).	86
Mapa 3: Municípios da Baixada Fluminense, município de Magé e área de estudo. (elaborado pela autora.)	132
Mapa 4: núcleos residenciais das pescadoras artesanais. (elaborado pela autora)	146
Mapa 5: Manguezais do Rio Suruí. (elaborado pela autora).	159
Mapa 6: Caminhada de reconhecimento dentro do Mangue do Suruí-Mirim. (elaborado pela autora).	166

## LISTA DE QUADRO, TABELA E GRÁFICOS

Quadro 1: Nomes dos manguezais do Rio Suruí, denominados pelos caranguejeiros e caranguejeiras da região. Organizado pela autora.	160
Tabela 1: Quantidade de pescadores que possuem RGP e recebem seguro defeso, por gênero	187
Gráfico 1: Quantidade de pescadores que possuem RGP e recebem seguro defeso, de 2013 a 2020, por gênero.	187
Gráfico 2: Tempo de pesca das pescadoras artesanais de Magé.	208
Gráfico 3: Idade das entrevistadas.	219
Gráfico 4: Estado Civil das Entrevistadas.	220
Gráfico 5: Porcentagem das entrevistadas que aprenderam o ofício com os pais, maridos, irmãos ou sozinha.	221
Gráfico 6: Porcentagem das entrevistadas que pescam acompanhadas de filhos, maridos ou outras pessoas, geralmente, homens da própria família.	222
Gráfico 7: Nível de escolaridade das pescadoras entrevistadas.	223
Gráfico 8: Naturalidade das pescadoras artesanais entrevistadas.	225
Gráfico 9: naturalidade dos pescadores e catadores de caranguejo da APA Guapimirim. Fonte: Rosa (2005: 78).	226

Gráfico 10: Porcentagem de pescadoras entrevistadas de acordo com a Idade em que iniciaram a pesca.	227
Gráfico 11: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, de acordo com o ano em que iniciaram a pesca.	228
Gráfico 12: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, de acordo com a frequência com que pescam	230
Gráfico 13: Quantidade de pescadoras entrevistadas, de acordo com os horários usados para a ida ao trabalho na pesca, nos manguezais ou no mar.	231
Gráfico 14: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, de acordo com a forma como vai à pesca, acompanhada ou sozinha	232
Gráfico 15: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, de acordo com o ambiente em que costuma pescar com mais frequência, manguezal ou mar.	234
Gráfico 16: Quantidade de pescadoras entrevistadas, de acordo com as funções exercidas nas atividades relacionadas à pesca.	233
Gráfico 17: Quantidade de pescadoras entrevistadas, de acordo com os locais em que são vendidos os produtos pescados, peixe, caranguejo, siri, entre outros.	234
Gráfico 18: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, em relação à fidelidade ou ao acúmulo de atividades paralelas à pesca.	237
Gráfico 19: Quantidade das pescadoras entrevistadas, de acordo com as atividades paralelas, acumuladas com a pesca.	238
Gráfico 20: Porcentagem das pescadoras entrevistadas que possuem a carteira RGP, as que não possuem e as que se cadastraram no RGP, mas estão somente com os protocolos (e não com a carteira).	240
Gráfico 21: Porcentagem das pescadoras entrevistadas em relação às instituições que procuraram para se registrarem no RGP	241
Gráfico 22: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, com RGP, de acordo com o ano em que se registraram	242
Gráfico 23: Porcentagem das pescadoras entrevistadas de acordo com o recebimento do Bolsa Família	245
Gráfico 24 – Porcentagem das pescadoras entrevistadas que contribuem com a previdência social.	246

## LISTA DE SIGLAS

ACAMM	Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé
Ação da Cidadania	Ação da Cidadania contra a Fome, a miséria e Pela Vida
AHOMAR	Associação de Homens e Mulheres do Mar
ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
AMOPE	Associação de Moradores e Pescadores de São Francisco de Croará
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
APA	Área de Proteção Ambiental
BF	Bolsa Família
CEBG	Comissão Especial da Baía de Guanabara
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIDS	Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPP	Conselho Pastoral de Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
ESEC	Estação Ecológica
FEPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBV	Legião da Boa Vontade
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
MEI	Microempreendedor Individual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MP	Medida Provisória
MPA	Ministério de Pesca e Aquicultura
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização não-governamental
PEA-BG	Programa de Educação Ambiental da Baía de Guanabara
Petrobras	Petróleo Brasileiro S. A.
PNM	Parque Natural Municipal
PNMBM	Parque Natural Municipal Barão de Mauá
PSDPA	Política do Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
RESEX	Reserva Extrativista
RGP	Registro Geral da Pesca
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUS	Sistema Único de Saúde
TBC	Turismo de Base Comunitária
TEABG	Terminal da Baía de Guanabara
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
TKCSA	Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica Do Atlântico
Tn	Territórios de direito de uso mutável

tn	Territórios efêmeros e imaginários
UC	Unidade de Conservação
USF	Unidade de Saúde da Família

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	22
<b>1 MULHERES NA PESCA</b> .....	33
1.1 DIVISÃO DO TRABALHO .....	33
1.2 TRIPLA JORNADA DE TRABALHO .....	34
1.3 A INVISIBILIDADE .....	37
<b>2 PESQUISANDO VIDAS OCUPADAS</b> .....	50
2.1 ANTECEDENTES .....	50
2.2 “GEOGRAFIAS VERNACULARES DE CADA UM” .....	53
2.3 ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO .....	59
2.4 ONDE ESTÁ A COMUNIDADE? ONDE ESTÃO AS PESCADORAS? .....	73
2.5 NARRATIVAS .....	85
2.5.1 <b>Entrevistas</b> .....	85
2.5.2 <b>A pesca ainda vale à pena?</b> .....	92
2.5.3 <b>Vidas ocupadas</b> .....	97
2.6 MARIA MARLI: A COLABORADORA .....	101
2.7 EMBARAÇOS DO CAMPO .....	112
<b>3 MAGÉ E SUAS MÚLTIPLAS FACES: OS CÓDIGOS ESPACIAIS</b> .....	121
3.1 ZONAS DE SACRIFÍCIO E ENTROPIZAÇÃO DO RECÔNCAVO DA GUANABARA .....	121
3.1.1 <b>“Sacrifícios desconcebidos da comunidade”</b> .....	121
3.1.2 <b>Entropização</b> .....	123
3.1.3 <b>Zonas de sacrifício</b> .....	125
3.1.4 <b>Recôncavo da Baía de Guanabara e Magé: partes de uma zona de sacrifício</b> .....	127
3.2 MÚLTIPLAS PAISAGENS: MANGUEZAL, PRAIAS, ESPAÇO URBANO, OCUPAÇÃO DESORDENADA .....	131
3.2.1 <b>Apresentando a paisagem através de texto, mapas e Fotografias</b> .....	134
3.2.2 <b>Praias: a quase ausência de pescadoras</b> .....	135
3.2.3 <b>Núcleos residenciais das pescadoras artesanais: longe das Praias</b> .....	145
3.2.4 <b>Os manguezais de Magé</b> .....	157
3.2.4.1 Toponímias vernaculares invisíveis .....	157
3.2.4.2 Território efêmero e imaginário .....	161
3.2.4.3 “Remada” de reconhecimento .....	163
3.2.4.4 Helena.....	168
3.3 AGENTES, AÇÕES E OS EFEITOS .....	172
3.3.1 <b>Indústria petroquímica</b> .....	175
3.3.2 <b>Empresas de Educação Ambiental</b> .....	177

3.3.3	<b>Organizações não-governamentais</b> .....	178
3.3.4	<b>Órgãos Ambientais</b> .....	180
3.3.5	<b>Colônia e associações de pescadores</b> .....	183
3.3.6	<b>Efeitos sociais</b> .....	189
3.3.6.1	Efeitos sociais na vida de Maria .....	194
4	<b>AS PESCADORAS ARTESANAIS</b> .....	200
4.1	GEOGRAFIA DAS EXISTÊNCIAS DAS PESCADORAS ARTESANAIS .....	200
4.1.1	<b>A existência das práticas espaciais</b> .....	202
4.2	O QUE AS TORNAM PESCADORAS ARTESANAIS? .....	204
4.2.1	<b>Identidade e imagem de si, para si e para os outros</b> .....	204
4.2.2	<b>Nícia, Mônica e Kelly: identidade para os outros</b> .....	207
4.2.3	<b>Agentes que promovem a descontinuidade na identidade das pescadoras artesanais</b> .....	210
4.2.4	<b>Agentes promotores da identidade</b> .....	213
4.3	EXISTE UMA COMUNIDADE DE PESCADORAS? .....	215
4.4	PERFIL DAS ENTREVISTADAS .....	218
4.4.1	<b>Quanto maior o tempo de trabalho, maior o reconhecimento entre elas</b> .....	218
4.4.2	<b>Mulher não pesca sozinha</b> .....	220
4.4.3	<b>O que se aprende no fazer</b> .....	223
4.4.4	<b>Pescadoras de dentro e de fora</b> .....	224
4.5	DE MARIDO PARA ESPOSA .....	226
4.5.1	<b>Início na pesca</b> .....	226
4.5.2	<b>Características da prática da pesca</b> .....	229
4.6	QUESTÕES A SEREM ENFRENTADAS PARA GARANTIA DE SUA SOBREVIVÊNCIA ENQUANTO PESCADORA .....	235
4.6.1	<b>Pesca e atividades paralelas</b> .....	235
4.6.2	<b>Reconhecimento da identidade para os “outros”</b> .....	238
4.6.2.1	Registro Geral da Atividade Pesqueira .....	238
4.6.2.2	Benefícios trabalhistas, de transferência de renda e previdenciários .....	242
4.6.3	<b>Perda de benefícios: o caso de Ingrid</b> .....	246
4.6.4	<b>Turismo de Base Comunitária: ameaça à existência da pesca artesanal ou desenvolvimento local?</b> .....	248
	<b>CONCLUSÕES</b> .....	252
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	268

## INTRODUÇÃO

O tema desta tese surgiu a partir de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no dia 23 de outubro de 2015. Nesta audiência, foram convidados alguns pescadores artesanais da Baía de Guanabara, associados à Associação dos Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR), situada no município de Magé. Dentre os convidados, compareceram três pescadoras artesanais que trouxeram a questão da dificuldade do recebimento do seguro defeso, principalmente, para as mulheres. Para receber o seguro, o pescador ou pescadora precisa ter o Registro Geral da Pesca (RGP) e, para ser considerado como tal, precisa ter comprovação das atividades marítimas; ou seja, caso a pessoa trabalhe na rede de beneficiamento da pesca, mas não vai ao mar ou ao mangue, pode não ser considerado pescador, logo, não tem direito ao seguro defeso.

Além da comprovação profissional, havia saído uma medida provisória (MP) 665, de 2014, alterando as regras para o recebimento do seguro defeso<sup>2</sup>, aumentando o tempo de trabalho do pescador ou pescadora para três anos, no mínimo. Isso significa que o trabalhador ficaria três anos sem receber o seguro. Uma outra questão levantada foi sobre o Bolsa Família. Em uma das falas, de uma pescadora da AHOMAR, fica clara a dificuldade encontrada por esses trabalhadores, principalmente as mulheres:

E o que está acontecendo, o Bolsa Família, muitas mães não está nem recebendo o defeso, porque não conseguiram dar entrada, porque passou para Previdência, e mãe que tinha a única renda, que não está podendo pescar, o marido também não pode pescar, estão passando fome, porque nem recebem o Bolsa Família, porque está pensando que está recebendo o Bolsa-família e não recebe o Defeso, não consegue dar entrada no Defeso. Famílias estão padecendo. (CEBG, 23/10/2015: 62)

Através do pronunciamento da pescadora, ficou explícita a dificuldade dos pescadores ao acesso ao seguro defeso, previsto em lei. Sendo mulher, então, tal dificuldade amplifica-se (GERBER, 2013; MAIA, 2009; BRITO, 2016; SANTOS; SOUZA; MARTÍNEZ, 2019; HELLEBRANDT, 2019; HELLEBRANDT e outros, 2019). Em 2015 foi promulgado o decreto 8 424/2015, que reduz o direito de receber o seguro defeso por mulheres – não diretamente. O que ocorre é que na redação deste decreto

---

<sup>2</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7998.htm)

consta que “A concessão do benefício não será extensível aos trabalhadores de apoio à pesca artesanal” (BRASIL, 2015) e como quase todas as pescadoras se dedicam a esta fase da pesca, muitas são excluídas do benefício, caso não consigam comprovar que seu trabalho é parte fundamental para a atividade pesqueira. Este decreto considera que a pesca se limita à ida ao mar, sem levar em consideração que existe um processo, desde a captura até a venda e troca financeira, que garantirá a moradia, a alimentação e a saúde da família que vive desta atividade, ou seja, a sua subsistência.

Diante disso, surgiram alguns questionamentos acerca da participação da mulher na atividade pesqueira:

a – Quais os fatores que constituem obstáculo para que a mulher comprove e tenha reconhecida a sua participação na pesca, diante das instituições que regulam a atividade pesqueira, e tenham acesso aos benefícios trabalhistas, sociais e previdenciários?

b - Por que as instituições não respeitam a prática da pesca feminina, mesmo que não participe diretamente da captura do pescado e/ou do caranguejo?

c – Onde vivem as pescadoras e qual a sua participação na pesca artesanal?

Compreendemos que o escopo das instituições que regulamentam a pesca<sup>3</sup> deveria ser a criação e execução de políticas públicas voltadas à defesa, à proteção, à manutenção e ao respeito ao pescador e pescadora artesanal, como garantias de suas subsistências. As políticas públicas existentes deveriam ser mais bem divulgadas, dentre elas e eles, e aplicadas de forma justa, considerando a realidade das diferentes modalidades de pesca. A falta de transparência no processo de regulação da profissão faz com que esses trabalhadores procurem a colônia, que acaba servindo como despachante. A colônia, por sua vez, não esclarece ao pescador sobre o que deve ser feito, tornando-o refém de seus serviços. Isso se torna um nó nesta rede de instituições e, no caso das pescadoras artesanais, torna-se um entrave na regularização profissional dessas mulheres.

---

<sup>3</sup> Colônia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Cidadania, Ministério da Economia e INSS.

Uma outra importância das políticas públicas são as relacionadas ao Bolsa Família (BF) e ao Seguro Defeso, que se chocam. As famílias que têm direito ao BF têm este repasse cancelado durante o período do defeso, caso haja apenas um pescador na família, mesmo que não seja o chefe responsável pelo sustento de todos. Além dos benefícios citados anteriormente, averiguamos, também, inconsistências entre o RGP, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Microempreendedor Individual (MEI), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Esse leque de identificações de um trabalhador formal se fecha quando esse indivíduo resolve migrar de uma identidade para outra. Se a pescadora ou pescador trocar o RGP pelo CTPS assinado, ou pelo MEI, é quase impossível retornar à pesca formalizada, mesmo que seja a artesanal.

Acreditamos que esta é uma forma injusta de aplicação dos benefícios e das identidades, que não deveriam estar relacionados do modo como estão. No caso dos benefícios, dependendo do tamanho da família, apenas o repasse mensal de seguro defeso talvez não seja suficiente para o sustento de todos. Levando-se em consideração que, atualmente, sobreviver de pesca não é o bastante para muitas famílias de pescadores – principalmente no caso das investigadas nesse estudo –, os cortes nas transferências mensais do BF, no período em que o pescador da família recebe o seguro defeso, podem oferecer transtornos no sustento e segurança alimentar domésticos.

Já no caso das identidades do trabalhador, as consequências na vida deles e delas podem ser graves, caso não haja revisão das leis que as regulam, como na história de Ingrid<sup>4</sup> – uma das pescadoras entrevistadas. Ingrid, de 53 anos, tinha RGP, conseguiu um trabalho fixo, com salário garantido, mas com CTPS assinada. Devido a isso, seu RGP foi cancelado. Depois de um tempo, perdeu o emprego, tentou retornar para o RGP, não conseguiu, ficou gravemente doente e não recebe auxílio-doença pelo INSS, nem como CLT, nem como pescadora, ficando à margem de seus direitos como pescadora artesanal – com 35 anos de trabalho, desde a adolescência.

A frente de todas estas questões apresentadas e investigadas, a hipótese inicial pensada para esta tese é a de que **apesar de existir uma invisibilidade feminina na pesca artesanal, diante das instituições reguladoras da pesca, suas**

---

<sup>4</sup> Os nomes de todas as entrevistadas foram alterados neste estudo, com exceção de Maria Marli e Pastor Miguel.

**existências, resistências e identidades - de si e para si - se preservam.** Esta hipótese nos deu a partida para este estudo e abriu caminhos para novas observações, vários questionamentos e outras hipóteses.

Após a reflexão sobre os fatos trazidos pelas pescadoras artesanais e a elaboração da hipótese, o objetivo geral traçado para dar rumo à investigação é **dar visibilidade à existência das pescadoras artesanais de Magé, através de suas narrativas, da observação e estudo do espaço em que elas vivem e, por fim, da investigação de suas identidades.** Quem elas são, por elas mesmas, qual a geografia de suas existências e como elas são vistas e aceitas por “outros” (POLLAK, 1995)?

Não nos bastamos em apenas um conceito geográfico. Inicialmente percebemos o espaço das pescadoras como seus espaços vividos, principalmente quando mencionamos as “geografias vernaculares” de Claval (2002). Em outro momento nos referimos aos seus espaços como território, toda as vezes em que lembramos da importância política da permanência da pesca artesanal e dos seus principais atores, inclusive aqueles que atuam no seu desmonte ou apagamento. Finalmente nos utilizamos do conceito de paisagem quando nos referimos à aparência dos espaços visitados. As paisagens nos revelaram as marcas que “expressam uma civilização” (BERQUE, 1984, p.85), que guardam em si as características de uma sociedade urbana-industrial, com todas as suas mazelas. Ao mesmo tempo, a paisagem é matriz que expõem em sua aparência “a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza” (BERQUE, 1984, p. 85).

Conforme prosseguimos com a investigação, munidas da hipótese e do objetivo geral, realizamos um levantamento bibliográfico sobre **pescadoras artesanais** e conhecemos as várias questões que o universo dessas mulheres carrega. Nessa primeira fase de estudo teórico, encontramos semelhanças com as realidades das pescadoras envolvidas no desenvolvimento desta tese. A partir do conhecimento adquirido com estas leituras, começamos a delinear as perguntas que deveriam ser feitas no trabalho de campo, para as pescadoras. A ideia inicial foi observar e conviver com as pescadoras da comunidade, pois imaginamos esse grupo coeso e organizado e nos deparamos com o primeiro desapontamento. A ideia de comunidade solidária e de bom relacionamento entre os componentes do grupo, que nós lemos nos estudos

sobre pescadores e pescadoras dos demais rincões do Brasil e do mundo, não se desenha da mesma forma.

Como o formato da comunidade encontrada não foi a esperada, realizamos visitas a estas mulheres em suas casas e iniciamos o rol de conversas com a seguinte pergunta: “Você pesca há quanto tempo?” Este foi o primeiro questionamento que fiz, para a primeira pescadora indicada por outra, que indicou outra e assim por diante. A partir desta pergunta, outras foram surgindo e elaboramos um repertório de questões conforme as pescadoras apresentavam seus problemas. Foi assim que passamos a conhecer melhor a situação dessas mulheres, seu modo de vida, suas práticas espaciais e seu espaço vivido.

Para organizar as ideias que se manifestaram, elaborar uma tese, confirmar a hipótese e colocar em prática o objetivo geral esboçado, definimos alguns objetivos específicos que nos ajudaram a recortar e alinhar os capítulos deste documento e a chegar a conclusões condizentes com a hipótese inicial. É bom esclarecer que estes objetivos específicos foram se desvelando conforme as reflexões, a escrita e as leituras, ao longo de toda o processo até a digitação do último ponto final. Questionamentos e dúvidas surgiram durante o trabalho e os rumos da produção foram mudados constantemente. Algumas visões foram abandonadas e outras foram adotadas, até que conseguimos costurar uma tese.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- 1 – Realizar um trabalho de campo mais íntimo aos moldes da Antropologia e da Etnogeografia, para que fosse possível alcançar a “região interior” (BERREMAN, 1962) e conseguir responder aos questionamentos desta tese com mais propriedade;
- 2 – Estabelecer uma **relação entre** a concepção de Magé como (a) Zona de Sacrifício e (b) espaço resultante da ação dos agentes que interferem nas existências das pescadoras artesanais **com** (c) as marcas das presenças, dessas mulheres, nas múltiplas paisagens da área de estudo;
- 3 – Apresentar as características da prática espacial das pescadoras artesanais, que participaram desse estudo, nos aspectos que as envolve, que compõem as suas práticas e que ratificam suas existências – resistências - e identidades.

4 – Classificar a invisibilidade das pescadoras artesanais como resultante de um processo de injustiça ambiental e, também, das ações relativas às mitigações dos impactos ambientais ocorridos em Magé.

O estudo foi feito com pescadoras artesanais existentes em Suruí, Guia de Pacopaíba e Magé (distrito), distritos do município de Magé. O ponto de partida foi uma das pescadoras que compareceram à audiência pública da Comissão Especial da Baía de Guanabara (CEBG)<sup>5</sup>, da ALERJ: Maria Marli, minha principal interlocutora. Este município situa-se ao fundo da Baía de Guanabara e é rota dos empreendimentos da Petrobras para o transporte de óleo e derivados de petróleo entre a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), o Terminal da Baía de Guanabara (TEABG) e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Magé, como será apresentado no capítulo 3, é um município que desde os idos da época colonial, por ser uma região rica em manguezais “mal compreendidos”, sempre foi alvo de sacrifícios, como os aterramentos das áreas alagadas e o uso da madeira das árvores para alimentar os fornos das olarias. Esta sina não abandonou o município, que ainda padece do abandono do poder público, refletido em sua organização espacial e paisagens. Por ser um espaço desprovido de total atenção do Estado, virou área de passagem de grandes empreendimentos que “atropelam” a abundante natureza que habita a região e os seus moradores, dentre eles, as pescadoras artesanais.

Este documento está organizado em 5 capítulos que, como já foi esclarecido, estão conjugados aos objetivos específicos. No capítulo 1, escolhemos apresentar uma revisão bibliográfica sobre pescadoras artesanais, como introdução ao tema escolhido, onde dialogamos com autoras que se dedicaram ao estudo de algum aspecto da atuação das mulheres na pesca. Não tem como iniciar uma pesquisa sobre pescadora artesanal sem constatar a existência de uma divisão de trabalho baseada no gênero, já que, muitas vezes, a pesca é vista como uma atividade masculina

---

<sup>5</sup> Em 2015 foi instaurada uma comissão especial, temporária, com duração de um ano, com o objetivo de escrever um relatório completo sobre as ameaças à qualidade ambiental da Baía de Guanabara. Neste ano, fui contratada como assessora parlamentar do deputado estadual Flávio Serafini, do PSOL, para elaborar este estudo, baseado em artigos científicos, entrevistas e audiências públicas. Link para o relatório:  
<https://drive.google.com/file/d/0BzH9dHAzOI6IZ2o1Z25jY216cUFxc1IEX1UtWUhgBhVMdWfV/view>  
(ALERJ, 2016)

(MANESCHY, 1995; MARTINS, M, 2008; GERBER, 2013). Enquanto os homens vão ao mar, as mulheres se dedicam às outras partes do beneficiamento da pesca, que são consideradas obrigações domésticas de esposa. O modo como essa divisão do trabalho se instaura, gera uma jornada de trabalho “triplicada” em relação ao trabalho masculino (MANESCHY, 1995; DI CIOMMO, 2007; FASSARELA, 2008; SOARES, S, 2012; BRAIDO; CAPORLINGUA, 2013), resultado, também, de uma invisibilidade da mulher como trabalhadora importante para o processo (FASSARELA, 2008; MANESCHY, 1993, 1995,1996; ADDOR, 2006; DI CIOMMO, 2007; SOARES, S, 2012; FOX, 2010, MARTINS, M, 2008; GERBER, 2013; ALENCAR; SOUZA, 2019; SOUZA; MARTINEZ, 2019; HELLEBRANDT, 2019; MOTA MAUÉS, 1999; BRAIDO; CAPORLINGUA, 2013; FERREIRA, 2016).

No capítulo 2, estabelecemos uma discussão sobre a importância do trabalho de campo em Geografia. Normalmente os campos em Geografia são feitos de modo mais neutro e positivista, com o mínimo envolvimento com os entrevistados, os quais são vistos como números estatísticos, prontos a virarem porcentagem. Nos baseamos em autores importantes da antropologia, como Malinowski (1961), para respaldar a nossa experiência e compreender que o trabalho de campo nos traz surpresas capazes de mudar os rumos da pesquisa e o radar do pesquisador. Como estamos lidando com dados qualitativos, é normal que esse tipo de aproximação aos objetos de estudo produza frustrações, sensações e angústias ao pesquisador. Neste capítulo, buscamos também esta abordagem etnográfica e vernacular, da geografia cultural, e dialogamos com autores como Sauer (1925, 1927, 1931, 1956), Bobek e Schmithüsen (1944), Mikesell; Wagner, 1962I (1962), Berque (1984), Cosgrove e Jackson (1987) e Claval (1999, 2013). Ruy Moreira (2000), apesar de não ser Geógrafo Cultural, também contribuiu para a ratificação de que o sujeito é importante na pesquisa geográfica e deve ser considerado veementemente no trabalho de campo.

Em geografia são raras as pesquisas produzidas a partir de trabalhos de campo com intenção qualitativa e de aproximação subjetiva com os sujeitos que produzem e vivem no espaço. Alguns estudos geográficos, realizados em espaços ocupados por comunidades tradicionais, inspiraram e motivaram a tese em pauta, que são as pesquisas de Cáceres (2012), Ferreira (2014) e Gomes (2018). Com essas pesquisas, nos acolhemos em nossas abordagens de aproximação, sabendo que não há

contratempos em realizar um trabalho de campo em consonância com os antropólogos e ainda nos mantermos geógrafas e geógrafos.

Valorizamos a abordagem qualitativa e acreditamos que nos oferece dados mais fiéis à realidade estudada. Para começar, pensamos em estratégias de aproximação, como a participação em eventos, por exemplo (GLUCKMAN, 1958; CHAVES, 2011, SEEGER, 1980, FOOTE-WHYTE, 1943). Os eventos são ótimos meios de nos apresentarmos e conhecermos os nossos interlocutores, estabelecendo um relacionamento. Após o primeiro contato, mantivemos o plano e nos instalamos no local da pesquisa, por um tempo, pois acreditamos ser uma boa perspectiva de observação dos fenômenos. Para uma mulher, mostrar que o interesse da estada em campo é “trabalho” é ponto importante para iniciar uma tarefa auspiciosa e ser casada facilita (COSTA, A, 2013). Preparar uma personagem-professora-pesquisadora, também facilitou a estada e a convivência com os nossos anfitriões (BERREMAN, 1962, DA MATTA 1974; GOMES, 2018; FERREIRA, 2016, DUARTE, 1999).

Ainda no capítulo 2, descrevemos a primeira decepção com a dificuldade em encontrar as pescadoras em seus esperados ambientes de trabalho (COLE, 1991; MARTINS, 2005; ROSA, 2005; DUARTE, 1999; GERBER, 2013). Por isso, pensamos em “copiar” uma estratégia do marketing conhecida como *Member get Member* (VEIGA; GODIM, 2001; WEISS, 1994), o que se tornou a solução para este primeiro dilema do campo.

O trabalho de campo, também, é um lugar de surpresas, embaraços e situações inesperadas, o que torna a pesquisa mais interessante (COSTA, A, 2013; GERBER, 2014; DA MATTA, 1974; GOFFMAN, 1985; GLUCKMAN, 1958; VAN VELSEN, 1967; PRADO; GEERTZ, 2008; SEEGER, 1980). O modo como o pesquisador se envolve com estas situações pode interferir na sua “personagem”, o que pode facilitar, ou não, o contato com as “regiões interiores” dos sujeitos que são os facilitadores da pesquisa (BERREMAN, 1962).

No capítulo 3, buscamos apresentar Magé nas múltiplas faces – códigos espaciais (LEFEBVRE, 2006) - que nos foram reveladas, a partir da perspectiva das pescadoras artesanais. Uma das primeiras concepções é de que Magé é uma das partes do Recôncavo da Baía de Guanabara que se constitui uma Zona de Sacrifício (DAWSON e outros, 1999; LEFEBVRE, 2006; SVAMPA; VIALE, 2014; DIAS e outros, 2013; RAULINO, 2013; COSTA, H, 2013; ALERJ, 2016; OLIVEIRA; SANCHÉZ, 2018;

COELHO, 2017) e um espaço de exportação de entropia (GEORGESCU-ROEGEN, 1975; CHAVES, 2011), que se iniciou desde os tempos do império (LAMÊGO, 1964; CHAVES, 2011).

Apesar disso, Magé também é o espaço vivido (CHAVES, 2011) das pescadoras artesanais que colaboraram com esta pesquisa, cujas marcas estão impressas nas paisagens (BERQUE, 1984; SAUER, 1925, DAOU; FELIPE, 2011) das praias (COLE, 1991 MARTINS, 2005), dos núcleos residenciais e dos manguezais, onde realizamos uma caminhada de reconhecimento (SANTOS, 2009; CHAVES, 2011; FERREIRA, 2014;).

Magé é palco de uma série de interferências das ações (SANTOS, 2009) de agentes que usam e se apropriam do seu espaço em face do desenvolvimento econômico (SOARES, D, 2012, 2013; COSTA, 2015; COELHO, 2017, PETROBRAS/E&P, 2017). Essas ações interferem nas vidas das pescadoras – e pescadores -, de modo que surgem outros tipos de agentes com escopo de restaurar os impactos (LIMA, 2016; CONCREMAT, 2007; MINERAL, 2014, 2017; WALM, 2017; SEVÁ, 2013; MANGUE VIVO, 2013; INSTITUTO ONDA AZUL, 2018), mas também tem aqueles que surgem e atuam como resultantes dos “efeitos sociais” (DAOU, 2013; SIGAUD, 1985; SOARES, D, 2012; COELHO, 2017; BRITO, 2016) às ações, interferências e impactos.

No capítulo 4, intencionamos estabelecer uma relação entre a Geografia das Existências (SILVA, 2014; CLAVAL, 2002) dessas pescadoras artesanais refletidas em suas práticas espaciais e no espaço (LEFEBVRE, 2006; CORRÊA, 2000) caracterizados pelos aspectos tempo, companhia (FERREIRA, 2016), aprendizagens (ROSA, 2005; SOARES, S, 2012) e saberes (COELHO, 2017; DI CIOMMO, 2007; SOARES, S, 2012; MARTINS, 2009; ALENCAR; SOUZA, 2019; SOUZA; MARTÍNEZ, 2019; GERBER, 2013; MARTINS; ALVIM, 2016; MANESCHY, 1995), frequência, ambientes e horários de trabalho. Estes aspectos ratificam suas existências, resistências e identidades (POLLAK, 1995, WEBER, 2010; SILVA, 2015) em contrapartida a todas as dificuldades por elas encontradas para mantê-las, comprovando que, apesar de toda nuvem de invisibilidade que as envolve, elas existem e têm uma identidade.

Para finalizar, a conclusão da tese que é constatar que as pescadoras artesanais da área de estudo, apesar de todo o projeto de desmonte e apagamento

da pesca artesanal e do machismo (DI CIOMMO, 1999; MARTÍNEZ-ALIER, 2012) que reside dentro de seu próprio universo, existem, resistem e se identificam. Fazem parte de uma mesma “comunidade” de pescadoras artesanais, mesmo que elas não se conheçam ou se relacionem diretamente (WEBER, 2010). Na conclusão, arguimos que existe um projeto de desmonte ou apagamento da pesca artesanal em Magé e na Baía de Guanabara, por todos os motivos já explicitados nos capítulos anteriores (SOARES, D, 2012; RAULINO, 2013).

A pesca artesanal constitui um entrave ao modelo de desenvolvimento econômico que invade a região (NASCIMENTO, 2012; PORTO; PACHECO; LEROY, 2013; CPP, 2016), causando inúmeras injustiças ambientais (TAVARES, 2019; SILVA, 2012). Em qualquer impacto feito ao ambiente e às pessoas, o causador do impacto ambiental deve responder por suas ações, através de mitigações, sem fim, já que a interferência não tem data para acabar e isso é um transtorno às empresas poluidoras. Estas mitigações existem para resolver os problemas ou “adestrar” a comunidade para que seus indivíduos se acostumem com o que está sendo estabelecido (NEVES, 2013; BRÜGGER, 1994; COSTA, H, 2013)?

Desse modo, concluímos, com a ajuda da literatura, que a preservação ambiental só é possível quando se preserva, também, os indivíduos que vivem e sobrevivem dos seus recursos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Frente a isso compreendemos e concordamos sobre a importância das reações, efeitos sociais, ecologismos dos pobres (MARTÍNEZ-ALIER, 2007), luta pela justiça ambiental e contra o Racismo Ambiental, mesmo que pequena e incipiente nestas comunidades tradicionais (SILVA, 2010; ARANTES, 2010; LAVS e SILVA, 2012; HOEFLE, 2020; NASCIMENTO, 2012; DIAS, 2013, ACSELRAD, 2002, 2005, 2010).

Concordamos, também, que, em muitos casos, ou quase todos, os movimentos ecológicos não são afeitos pelas populações mais pobres, conforme aponta Martínez-Alier (2007). Os movimentos ecológicos que partem das comunidades tradicionais, como os distributivos, são alavancados a partir do momento em que seu meio de subsistência é afetado (BITTENCOURT FILHO, 2008; MARTÍNEZ-ALIER, 2007; COELHO, 2017; SOUZA, 2020; SOARES, D, 2013). Acreditamos que esse seja o caso do que ocorre com as pescadoras artesanais de Magé quando elas se envolvem com associações de pescadores, cursos oferecidos pela UC e ONGs, projetos de geração de renda, projetos de educação ambiental e movimentos nacionais de

pescadoras e pescadores, sem conseguir discernir as origens e interesses de cada um desses agentes.

# 1 MULHERES NA PESCA

## 1.1 DIVISÃO DE TRABALHO

Segundo alguns autores, a atuação da mulher na pesca está inserida em uma divisão de trabalho baseada no gênero. Enquanto os homens trabalham no mar, com a captura do pescado e com o carregamento das cargas mais pesadas, as mulheres se dedicam às atividades em terra e na parte mais rasa do mar, como “rios, lagos, manguezais e praias” (MANESCHY, 1995, p. 146), na captura de caranguejos e mariscos, por exemplo. Maneschy (1995), em um artigo sobre comunidades pesqueiras no Pará, questiona se a mulher realmente está presente na pesca, que é uma atividade tradicionalmente masculina (MANESCHY, 1995, p. 146).

Dentre as atividades em terra está o beneficiamento do pescado, na limpeza da mercadoria ou na descarnadura do siri, por exemplo. Muitas vezes estas atividades são realizadas em suas próprias residências. Em sua pesquisa sobre o cotidiano das pescadoras artesanais de São Gonçalo, município do Rio de Janeiro, Martins, M. (2008) afirma que o trabalho “no beneficiamento do siri é realizado em suas residências ou na casa de vizinhos, sempre de forma coletiva, com uma disposição em círculo, a chamada *roda de siri*” (MARTINS, M, 2008, p. 72). Em outras localidades, como revela a pesquisa de Gerber (2013), sobre pescadoras que trabalham embarcadas, em uma comunidade pesqueira do litoral de Santa Catarina, as atividades realizadas em terra são oportunidades de transmitir o “saber-fazer” entre as mulheres da família e da vizinhança. Seu trabalho menciona uma roda semelhante à “*roda de siri*” entre as mulheres, que ela se refere como “circulação de saberes”, onde fluiria uma troca contínua de aprendizados entre as mulheres:

Os saberes da pesca ocorrem pelo que eu chamaria de circulação que se renova continuamente por meio da troca de aprendizados onde as mulheres ensinam o que aprendem (GERBER, 2013, p.284).

Em nenhum artigo ou pesquisa consultados foi negado que as mulheres não trabalham em mar ou que os homens não trabalham em terra. Mas todos concordam que a pesca é uma atividade tradicionalmente masculina e que, em muitos lugares e comunidades, a divisão do trabalho é bem marcada pelo gênero, o qual define as atividades ditas masculinas e as atividades ditas femininas. isso fica claro quando

Gerber (2013) afirma que, apesar das mulheres entrevistadas trabalharem embarcadas, nunca demoram mais do que 24 horas; são deslocamentos diários e a curtas distâncias, ao contrário do trabalho masculino que dura mais dias, em embarcações maiores, em alto mar (GERBER, 2013, p. 31):

Afirmar que estas mulheres atuam como embarcadas na pesca artesanal implica dizer que trabalham em embarcações pequenas, entre três e nove metros de comprimento, se deslocando ao mar e retornando à terra diariamente em períodos que oscilavam de três a dezesseis horas. (GERBER, 2013, p. 31)

## 1.2 A TRIPLA JORNADA DE TRABALHO

Em seu artigo, Maneschy (1995), demonstra preocupação com a tripla jornada de trabalho que as mulheres, observadas em sua pesquisa, enfrentam. Além de se preocuparem com a economia familiar, preocupam-se, também, com a atividade da pesca e, também, com a manutenção da vida doméstica, cuidando das crianças e da casa. A autora rompe com a tradição de avaliar a pesca do ponto de vista masculino, já que os estudos levantados por ela “acentuam o lado silencioso da história” (MANESCHY, 1995, p.147). Se ocorre a diminuição da pesca, na comunidade por ela estudada “o trabalho remunerado da mulher passa a assumir caráter essencial no sustento das famílias” (MANESCHY, 1995, p.147).

A sobrecarga do trabalho feminino fica evidente quando a autora afirma que a divisão do trabalho na casa do pescador não é justa. Ao mesmo tempo em que, por um lado, quanto mais pessoas trabalham na pesca – homens e mulheres – mais ocorre uma reserva de energia humana, barateando o trabalho, por outro lado, a mulher, ao finalizar a atividade da pesca, se envolve com outras atividades que o homem pescador não participa. A participação da mulher diminui a sobrecarga do trabalho, em geral, porém a sobrecarrega, acumulando outras funções domésticas ou fora da pesca, nas quais o homem não se envolve. Desse modo, e essa é uma das críticas da autora, no meio doméstico, as mesmas pessoas envolvidas na atividade pesqueira não participam de uma divisão de trabalho justa. Segundo a autora, o tempo das mulheres é fragmentado em várias atividades superpostas (domésticas e extra-domésticas) (MANESCHY, 1995, p. 148). Já o tempo do homem é “unicentrado para

a realização de uma única atividade ou duas no máximo, a pesca e a agricultura” (ALENCAR, 1993, apud MANESCHY, 1995, p. 1980).

Em uma pesquisa, com uma comunidade pesqueira da Reserva Extrativista de Marinha da Ponta do Corumbaú (RESEX Corumbaú), no Sul da Bahia, a autora Di Ciommo (2007) aponta, através de seus resultados, que em atividades domésticas, como banhar crianças, cuidado com idosos, limpeza da casa, lavagem de roupas e utensílios, preparo dos alimentos, limpeza dos peixes, coleta de água, entre outros, são feitas, na maioria das vezes, por mulheres. Apesar de participarem da rede de beneficiamento do pescado, a presença feminina nas reuniões das associações de moradores é mínima e as opiniões das mulheres pouco são respeitadas, já que são “espaços políticos frequentados majoritariamente pelos homens” (DI CIOMMO, 2007, p. 158). Esta informação indica uma terceira questão envolvendo a participação das mulheres no universo pesqueiro, que é a invisibilidade.

Enquanto que os homens pescadores vão para o mar e retornam à tarde, dedicando-se em seguida à manutenção de seus utensílios de pesca, ao encontro com os amigos ou à horta, as mulheres executam as tarefas da casa, a lavagem das roupas e utensílios (92%), o preparo dos alimentos (100%), a limpeza dos peixes (88%), as pequenas compras (23,2%), limpando a casa (76%), coletando água (80%), o cuidado dos filhos pequenos (68%) e rotineiramente participam das reuniões das Associações de Pais e Mestres das escolas (64%). Constata-se que apenas 20% das mulheres participantes frequentam as reuniões das Associações de Pescadores ou reuniões com os representantes da administração da RESEX, que são espaços políticos frequentados majoritariamente pelos homens e onde a possibilidade das mulheres opinarem é restrita. (DI CIOMMO, 2007, p. 158)

Fassarela (2008), em entrevistas às mulheres de uma comunidade pesqueira do município de Rio Grande (RS), constatou que os trabalhos realizados no âmbito pesqueiro são confundidos com tarefas domésticas. O ato de ajudar a carregar e limpar o pescado, realizado pela mulher, é enxergado, por elas, como atividades domésticas e não pesqueiras. Deste modo, não são remuneradas por este tipo de trabalho, muito menos recebem reconhecimento como pescadoras, mas se sentem valorizadas. Para as entrevistadas, basta o reconhecimento e valorização do marido. Segundo a autora,

As entrevistadas disseram que ‘sempre foi assim’. Enquanto donas-de-casa, as entrevistadas se sentem valorizadas pelos companheiros, porque, em meio a tantas tarefas, elas conseguem dar conta da casa e do trabalho na pesca que acaba sendo confundido com as tarefas domésticas. As mulheres administram a casa, o dinheiro gasto no supermercado, a vida escolar dos filhos, decidem o que e quando comprar.

Esse reconhecimento, para elas, tem marcado positivamente sua história mesmo em meio às dificuldades postas no cotidiano da vida familiar e comunitária. (FASSARELA, 2008, p.188)

Alguns autores falam em duplas jornadas, Maneschy (1995) fala em tripla e Soares, S. (2012) fala em múltiplas. Difícil mensurar, já que a participação feminina em comunidades pesqueiras objetiva a reprodução social e a subsistência das famílias. Se for necessário atuar em outras atividades remuneradas, para complementar a renda, elas o fazem, criando e se dedicando às estratégias de sobrevivência que surgirem. Soares, S. (2012) afirma que ao contrário dos homens, “as mulheres dividem-se entre várias atividades” (SOARES, S, 2012, p.60). Continua,

Seria pouco falar em dupla jornada de trabalho, dada a multiplicidade de afazeres dessas pescadoras, mulheres de todas as idades que têm estreita relação com a pesca na região. (SOARES, S, 2012, p.60)<sup>6</sup>

Corroborando com todas as pesquisas consultadas e citadas, apesar de toda a lida feminina, dedicando-se à casa, à pesca (a qual consideram como parte da tarefa doméstica), aos filhos e a atividades remuneradas fora desse universo, o “reconhecimento social e político dessas mulheres nas atividades como a pesca” ainda é silenciado e invisibilizado, principalmente pelas políticas públicas voltadas ao trabalho da pesca. Segundo Soares, S. (2012), um dos desafios das trabalhadoras colaboradoras de sua pesquisa é “romper o silêncio” (SOARES, S, 2012, p.73) e tornar-se visível. Outras pesquisas, realizadas com outras comunidades, confirmam as múltiplas jornadas das pescadoras, indicando ser, isto, um aspecto cultural forte em nosso país. Como exemplo temos os estudos de Gerber (2013), onde suas entrevistadas afirmam realizar, além das atividades do lar, os “serviços de macho” (GERBER, 2013, p. 282), e o de Braido; Carpolingua (2013), onde, além de ter que lidar com a dupla jornada, as pescadoras do Rio Grande (RS) enfrentam a “insegurança jurídica” de não ter seus direitos reconhecidos como trabalhadoras que vivem da pesca (BRAIDO; CAPORLINGUA, 2013, p. 2).

---

<sup>6</sup> A pesquisa de Soares, S. (2012) foi desenvolvida com pescadoras de uma comunidade chamada Cristo Rei, situada no município de Careiro da Várzea, no Estado do Amazonas.

### 1.3 A INVISIBILIDADE

#### **Participação na pesca ou tarefa doméstica?**

Como já citado, Fassarela (2008) constatou que as mulheres da comunidade pesqueira de Rio Grande confundem as atividades relacionadas à pesca como tarefas domésticas. Por isso, não recebem remuneração nem reconhecimento como pescadora. Esse tipo de pensamento reforça a invisibilidade da presença da mulher na pesca e diminui, inclusive, sua atuação política nas associações de pescadores e na comunidade. Logo, esse não reconhecimento dificulta a seguridade social através de benefícios públicos como seguro defeso e bolsa família. Os itens que negam a profissão de pescadora e reproduzem a invisibilidade da mulher, identificados nos textos consultados e citados na bibliografia são: entendimento das atividades pesqueiras como complemento do trabalho doméstico, baixa atuação política nas associações de pescadores, baixa remuneração em comparação com o pescador, maior valorização da atuação masculina na pesca em detrimento da atuação feminina, dificuldade na comprovação de atuação na pesca e ausência de reconhecimento como pescadora artesanal na comunidade e no Estado, prejudicando as concessões dos benefícios sociais.

Para Maneschy (1996), muitas vezes as mulheres das comunidades pesqueiras entendem suas atividades como complemento do trabalho doméstico. Apesar da contribuição feminina na “manutenção das famílias” (MANESCHY, 1996, p.156), as atividades desempenhadas pelas mulheres “não gozam do mesmo status das exercidas pelos homens, pois são concebidas como complementares” (MANESCHY, 1996, p.156). Hierarquicamente, o trabalho executado pelo homem é visto como mais importante que o realizado pela mulher, mesmo que ambos estejam relacionados à pesca. Ir ao mar, a uma distância maior, com uma jornada de trabalho de semanas, é mais valorizado do que a pesca em partes mais rasas e o trabalho de limpeza e beneficiamento do pescado adquirido. As consequências desta concepção é uma secundarização do trabalho feminino, o que culmina em uma ausência de remuneração e reconhecimento.

### **Reduzida atuação política**

Maneschy (1995) já evidenciava a importância da participação da mulher na organização da produção pesqueira, compreendendo que as atividades exercidas pelas pescadoras estavam “longe de serem marginais” (MENESCHY, 1996, p. 147). Apesar da reduzida valorização e reconhecimento da mulher como pescadora, Maneschy (1996) destaca que algumas colônias de pescadores do Pará “são dirigidas por mulheres” (MANESCHY, 1995, p.149) e cita o exemplo de duas colônias localizadas nos municípios de Colares (PA) e Santa Cruz (PA). Esse fato foi resultado do trabalho dos movimentos sociais de pescadores, existentes na época, nos anos de 1990 – dentre eles o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), de valorização da mulher na pesca em nível nacional e internacional.

Addor (2006), em sua pesquisa sobre a cadeia produtiva de Macaé, Rio de Janeiro, escreveu dois parágrafos sobre a participação das mulheres na pesca. São percebidas, em muitos artigos, afirmações como a de Addor (2006) de que “É muito comum as mulheres dos pescadores também trabalharem com a pesca.” (ADDOR, 2006, p.76). Esta frase é um reflexo de que, em muitos estudos, a pesca ainda é considerada uma atividade exclusivamente masculina, sendo produto da invisibilidade das mulheres como pescadoras. Segundo o autor, as mulheres pescadoras têm uma forte mobilização política em Macaé, levando suas reivindicações “aos encontros Estadual e Nacional de trabalhadoras da pesca” (ADDOR, 2006, p. 76), mesmo assim sua atividade foi vista, neste trabalho, como secundário, afinal “é muito comum as mulheres dos pescadores também trabalharem com a pesca”. Não se pensou que as mulheres são pescadoras, pois elas são citadas como “mulheres dos pescadores”.

Já Di Ciommo (2007) demonstrou preocupação com a inexpressiva participação feminina nas reuniões das associações de pescadores, por ela estudadas, na RESEX Corumbaú, Bahia - talvez por ela própria ser mulher. Para a autora, o aumento dessa participação poderia representar uma melhora nas políticas públicas relativas às pescadoras:

o incremento dessa participação pode elevar quantitativa e qualitativamente a representação do ponto de vista feminino nas políticas públicas, nas decisões coletivas, nos níveis de poder público e privado, a partir do reconhecimento das especificidades de gênero nas condições de vida em uma Unidade de Conservação. (DI CIOMMO, 2007, p.154)

Di Ciommo (2007) notou um fato importante: em umas das reuniões na associação de pescadores o comparecimento masculino foi massivo. Nesta reunião foram decididas as pautas de um segundo encontro, cujo objetivo era conhecer as famílias, suas condições de vida e organização. No segundo encontro compareceram apenas mulheres (DI CIOMO, 2007, p. 154). Este fato demonstra a clara divisão do trabalho dentre os componentes de uma família, a partir do gênero, revelando a real importância feminina nessa comunidade pesqueira. Para as decisões da comunidade comparecem os homens; para as decisões familiares, no universo privado, comparecem as mulheres. Deste modo, mais uma vez, detecta-se a invisibilidade feminina para as questões públicas, dificultando o seu reconhecimento como peça fundamental na rede de beneficiamento da pesca e, logo, sendo prejudicadas nas assistências sociais – seguro defeso e bolsa família – voltadas para as/os trabalhadoras/es do mar. Em dos resultados levantados por Di Ciommo (2007),

Constata-se que apenas 20% das mulheres participantes frequentam as reuniões das Associações de Pescadores ou reuniões com os representantes da administração da RESEX, que são espaços políticos frequentados majoritariamente pelos homens e onde a possibilidade das mulheres opinarem é restrita, tratando-se quase sempre de problemas organizacionais e financeiros em que têm dificuldade de compreensão da linguagem utilizada. (DI CIOMMO, 2007, p.158)

Ainda conforme Di Ciommo (2007), as mulheres têm dificuldades em participar das reuniões por dois motivos principais: **sentem-se constrangidas** pela presença dos maridos, refletindo, de certo modo, uma opressão sofrida por elas, e **não têm com quem deixar os filhos**. Para que seus maridos possam comparecer às reuniões elas ficam em casa com suas crias. Segundo Di Ciommo (2007), as mulheres participam pouco das reuniões pelo espaço masculinizado das reuniões da Reserva, que

lhes tira a espontaneidade para expor seus pontos de vista, e pela dificuldade em encontrar quem as substitua junto aos filhos, quando seus maridos estão fora de casa participando das reuniões. Por esse motivo, de maneira geral, dificilmente marido e mulher podem participar juntos de um encontro (DI CIOMMO, 2007, p.160).

Já, pelo que apresenta o estudo de Fassarela (2008), a situação das pescadoras no Brasil e no mundo pode estar mudando. A autora identificou que, por volta de 2004, pesquisas, movimentos sociais e eventos voltados para as mulheres pescadoras têm se intensificado com o objetivo de “propor políticas setoriais para a superação das

desigualdades sociais, políticas e de gênero das mulheres trabalhadoras nesse setor” (FASSARELA, 2008, p. 177). Em sua pesquisa, Fassarela (2008) detectou “eventos importantes”<sup>7</sup>, revistas e boletins<sup>8</sup> comprometidos com a causa da pesca feminina, inclusive a fundação da Primeira Colônia Feminina de Pescadores do Estado do Rio Grande do Sul, “dirigida exclusivamente por mulheres sem exclusão da presença masculina entre os associados” (FASSARELA, 2008, p.177).

Corroborando com Fassarela (2008), Soares, S. (2012) também avaliou o movimento das pescadoras, que observou ter iniciado nos anos de 1990, como assinalado por Maneschy (1996). Apesar da participação feminina nas organizações políticas das comunidades pesqueiras, Soares, S. (2012) pontua que após a inserção das mulheres pescadoras na Política do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA), criado em 20 de dezembro de 1991 (seguro defeso), a atuação feminina ganhou fôlego. A autora não limita a atuação política das pescadoras às políticas públicas. Ela afirma que

Estabelecer um marco temporal para refletir sobre a presença das mulheres, em atividade de pesca, é correr o risco de desconsiderar a participação histórica dessas pescadoras ao longo dos anos (SOARES, S, 2012, p.112)

No entanto, Soares, S. (2012) reconhece que a criação do PSDPA, é um fato importante na luta das mulheres pescadoras para um reconhecimento na comunidade e fora dela. Soares S. (2012) entende o PSDPA como uma das mais importantes políticas de inclusão do pescador artesanal, porém temporaliza que, a partir de 2003, com a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP)<sup>9</sup>, a invisibilidade da mulher pescadora desembaça e sua atuação passa a ter maior reconhecimento junto às instituições governamentais. Com a

descoberta de que ela tem direito a ter direitos, à seguridade social brasileira, sobretudo à previdência social, ao auxílio-maternidade, à aposentadoria e especialmente à Política do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA) (SOARES, S, 2012, p.17),

---

<sup>7</sup> I Encontro Nacional de Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura ocorrido em Brasília no ano de 2004.

<sup>8</sup> “boletim trimestral *La Red*, produzido pela Red de Mujeres para el Desarrollo”; “*Comunidad Pesquera*, do Centro em Defensa del la Pesca Nacional, da Argentina”; “o Jornal *Diário Popular*, de Pelotas (RS), do dia 10 de julho de 2005, trouxe como manchete uma matéria intitulada “Elas comandam a pesca”, sobre a abertura da Primeira Colônia Feminina de Pescadores do Estado” (FASSARELA, 2008, p.177)

<sup>9</sup> SEAP, criada pela Medida Provisória nº 103, em janeiro de 2003.

a mulher pescadora, principalmente as da comunidade que Soares, S. (2012) estudou, levantou-se em encontros estaduais e nacionais, incluindo-se em pautas de reivindicações dos trabalhadores da pesca:

Foi também no ano de 2003 que aconteceu o V Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais Ribeirinhas do Estado do Amazonas, as quais enviaram uma carta ao governo do estado reafirmando o compromisso em defesa do meio ambiente e também pediram a regulamentação de acordos de pesca, entre outras solicitações. (SOARES, S, 2012, p.113).

Soares, S. (2012) também cita que foi com a Lei da Pesca e Aquicultura, de 2009, que houve o maior reconhecimento da mulher que trabalha na pesca como “trabalhadora da pesca”, assegurando que “as mulheres tenham direitos iguais aos pescadores” (SOARES, S, 2012, p.113). Apesar deste reconhecimento institucional, na Comunidade Cristo Rei, estudada por Soares, S. (2012), é visível a diferença e o peso político e decisório entre homens e mulheres na própria comunidade:

percebe-se que há exclusão das pescadoras nas linhas de frente da pesca, isto é, por mais que no discurso elas sejam reconhecidas como pescadoras, é dos homens a palavra final quando o assunto é pesca (SOARES, S, 2012, p.116)

Podemos avaliar que a participação feminina nos espaços públicos das comunidades pesqueiras pode variar de acordo com o grupo e o local observados. Todos os estudos concordam que, apesar da visível participação feminina em reuniões e decisões, a palavra masculina é a mais forte. As mulheres envolvidas com a pesca são minorias nas associações de pescadores, mas, ainda assim, são criadas instituições locais comandadas por mulheres, demonstrando o interesse no universo político e, também, a busca pela visibilidade de seu trabalho e existência. Tal busca facilita não só a valorização de suas atividades exercidas nas comunidades, mas, também, o reconhecimento profissional nas esferas públicas, em busca de justiça social e remuneração previdenciária, assegurados a todo cidadão trabalhador.

Outros estudos como o de Fox (2010), sobre o MONAPE, ratificam o início da visibilização da presença feminina na pesca, nos anos de 1990, cujo movimento incentivou a organização política das mulheres e sua atuação nas lideranças (FOX, 2010, p. 20). Porém, a autora detecta que a luta das pescadoras de Pernambuco inicia-se bem antes, desde final dos anos de 1970, quando “se organizaram e

pressionaram o governo federal para conquistar o direito ao registro profissional” (FOX, 2010, p.73), o que era negado, inclusive nas próprias colônias.

Como evidência do aumento da quantidade de mulheres como lideranças locais, podemos apresentar exemplos de pescadoras que fundam ou lideram organizações, como no caso da Associação de Pescadores e Movimento de Mulheres, situados em São Gonçalo, Rio de Janeiro (MARTINS, M, 2008, p.76). Outro estudo observa que “embora apareçam como detentoras de certo poder [...] em suas comunidades, ainda são os homens publicamente reconhecidos” (GERBER, 2013, p.95). Deste modo, é verdade que, apesar dos incentivos para que mulheres pescadoras se organizem em torno das associações de pescadores de suas comunidades, surgindo ora como participantes, ora como lideranças e ora como fundadoras, ainda são os homens que detêm o poder de decisão final, de um modo geral, algo que foi confirmado pelos trabalhos consultados, até o momento.

### **Baixa remuneração em comparação com o pescador**

Por muitas vezes, o trabalho da mulher na pesca é considerado complementar às atividades domésticas. Sendo considerada apenas uma ajudante do marido, em alguns casos, de um modo geral, a mulher pescadora não recebe uma remuneração própria. Ou então, de toda a fêria adquirida com a pesca, a mulher recebe uma parte, como um contrato para beneficiar o pescado. O trabalho oficial é o do marido, ou do homem que vai ao mar, portanto a maior parte da remuneração fica com o “responsável” pela atividade. Devido a este não-reconhecimento justo de seu trabalho, como parte importante, muitas mulheres buscam um complemento financeiro por fora, para garantir o sustento da família, incluindo o próprio marido. Estes trabalhos extras, além da pesca, garantem o sustento da família, como afirma Maneschky (1995): se ocorre a diminuição da pesca, na comunidade por ela estudada<sup>10</sup>, “o trabalho remunerado da mulher passa a assumir caráter essencial no sustento das famílias” (MANESCHY, 1995, p.147).

Na RESEX de Corumbau, no Sul da Bahia, as mulheres participam da captura de polvos, caranguejos, mariscos e ostras junto com os homens. Além das capturas,

---

<sup>10</sup> Famílias de pescadores no litoral do Pará.

as mulheres dedicam-se à limpeza e ao processamento para as vendas (DI CIOMMO, 2007, p.157). Di Ciommo (2007) afirma que as mulheres estão muito envolvidas nas atividades da pesca das comunidades componentes da RESEX, “apesar de estas serem tradicionalmente masculinas” (DI CIOMMO, 2007, p.157). Com todo o envolvimento das mulheres nas capturas, nas limpezas e no beneficiamento, que agregam valores ao pescado para a venda “Essa atividade (...) não é remunerada” (DI CIOMMO, 2007, p.157). Complementando, quando necessário, as mulheres ainda “consertam as redes dos maridos pescadores” (DI CIOMMO, 2007, p.157).

Ainda sobre o estudo de Di Ciommo (2007), a autora conclui que algumas atividades relacionadas à pesca não são executadas pelos homens e nem valorizadas socialmente, apesar de serem importantes para o sustento da família, como é o caso da limpeza dos peixes e da salga dos camarões (DI CIOMMO, 2007, p.160). Devido a esta marginalização das atividades definidas como femininas, dentro da estrutura familiar, muitas mulheres da RESEX, no Sul da Bahia, buscam outras atividades que possam remunerá-las, como o turismo na região. Desse modo, além dos afazeres domésticos, cuidado com os filhos, presença na reunião de responsáveis na escola, captura de determinados pescados, limpeza e beneficiamento, conserto da rede dos maridos, as mulheres das comunidades pertencentes à RESEX buscam trabalho e remuneração no turismo local (DI CIOMMO, 2007, p.160), aumentando exponencialmente sua jornada de trabalho, tão pouco reconhecida e valorizada nestas comunidades.

Outra dificuldade enfrentada pelas mulheres pescadoras do Sul da Bahia é a falta de acesso à organização e controle dos recursos familiares, tais como alimentação e água. Apesar do fácil acesso aos instrumentos de trabalho, aos meios de produção e aos recursos, não cabe a ela o controle e gestão sobre estes. Por esta restrição, muitas mulheres investigadas por Di Ciommo (2007) “demonstraram o desejo [...] em obter remuneração para independência financeira para auxiliar a família imediata e outros parentes” (DI CIOMMO, 2007, p.161). Além disso, uma remuneração extra poderia lhes conceder “maior autonomia e decisão” frente aos recursos familiares.

Identificamos que a invisibilidade concernente à baixa remuneração em comparação com o trabalho masculino não é igual em todas as comunidades pesqueiras do país. Esta dedução vem sendo feita a partir das leituras dos artigos e

dissertações consultados nesta revisão bibliográfica. A pesquisa de Soares, S. (2012), nos revela que, em alguns casos, a pesca pode ser realizada do início, desde a captura, ao fim, até a venda para “o pescador-comprador”, como no caso das pescadoras da Comunidade Cristo Rei, na Amazônia (SOARES, S, 2012, p.72). Neste caso, os ganhos são divididos igualmente entre as mulheres que foram pescar juntas. Soares S. (2012) levanta uma discussão importante no trabalho da mulher na pesca: “a mulher trabalha ou ajuda?” (SOARES, S, 2012, p.79). Partindo desta pergunta, percebemos que existe sim uma diferença entre o trabalho realizado entre mulheres e o realizado entre a mulher e o seu marido ou companheiro. Entre mulheres é trabalho, sendo considerada, inclusive, a iniciativa de se dividir os ganhos com a pesca e a venda. Já entre marido e mulher, as próprias mulheres classificam o trabalho como “ajuda ao marido” quando vão à pesca, e como atividade doméstica quando limpam e processam (SOARES, S, 2012, p.79). Estas últimas atividades, muitas vezes, são executadas, em casa, confundindo-se com trabalho inclusivo da vida familiar, o que explica a dificuldade de remuneração e a invisibilidade da mulher como pescadora profissional.

Artigos como o de Fassarela (2008), revelam que o “trabalho remunerado” é visto como uma oportunidade de emancipação, não somente feminina, mas do universo da “dona-de-casa” em específico (FASSARELA, 2008, p. 173). Ser dona-de-casa é um ofício geralmente intrínseco aos afazeres domésticos, os quais são desvalorizados por serem vistos como obrigações inerentes à mulher. O “trabalho remunerado” libertaria a mulher das agarras desta lida. Existe uma diferença estrutural entre o trabalho masculino e o feminino da pesca, onde o masculino carrega maior valor, enquanto o da mulher recebe uma carga de “obrigação”, já que liga-se às tarefas domésticas. Para lidar com esta desvalorização de seu trabalho, e, conseqüentemente, com a não remuneração, muitas mulheres pescadoras buscam trabalhos extras, para garantir, não só a sua liberdade, mas também o sustento familiar, de marido e filhos.

Para Fassarela (2008), o trabalho do beneficiamento pesqueiro é tão trabalhoso quando o da pesca, em si. Porém, uma dúvida que a incomoda é: “por que [o trabalho da mulher na pesca] é ainda tão desvalorizado?” (FASSARELA, 2008, p. 176). Fassarela (2008) percebe que, em alguns estudos por ela investigados, os trabalhos femininos, se foram realizados em casa, mesmo que remunerados, não são

considerados trabalhos, mas, sim “bicos” (FASSARELA, 2008, p.176), como se fosse algo temporário, para “quebrar o galho” em algum momento de baixa produtividade, como no caso da pesca, em que existem as pausas, por conta da época do defeso. Na comunidade estuda por Fassarela (2008), na Vila São Miguel, Rio Grande, RS, as pesquisadas respondiam que, apesar de se sentirem valorizadas pelos maridos, pelos trabalhos “domésticos” executados, sentiam-se desvalorizadas pela baixa remuneração dos trabalhos, pelos quais eram contratadas:

Enquanto trabalhadoras da pesca, as entrevistadas não se sentem valorizadas e apontaram a baixa remuneração como fator de desvalorização do trabalho. O valor pago pelo trabalho das mulheres é pouco em relação ao tempo gasto na atividade e para as entrevistadas essa é a forma de desvalorizar a atividade realizada. (FASSARELA, 2008, p. 188)

A baixa remuneração da mulher em relação ao trabalho do homem na pesca não está relacionada ao “nível de escolaridade, horas de trabalho, tipo de ocupação ou vínculo empregatício” (FASSARELA, 2008, p. 189). Conforme a autora, a desvalorização financeira está relacionada ao gênero. Como, de um modo geral, nestas comunidades pesqueiras a divisão do trabalho é orientada pelo gênero, mulheres em casa e homens em campo, apenas o trabalho em campo, realizado por homens, em sua grande maioria, é considerado trabalho a ser remunerado. A parte do trabalho reservado para o ambiente doméstico – limpeza do pescado, filetagem, etc. – geralmente realizado pela mulher, não é remunerado ou não é considerado, ao ponto de aumentar a renda ou de oferecer uma parte da renda para a mulher. Porém, Fassarela (2008) não concorda com essa colocação. Para ela, as etapas do trabalho da pesca vão além da captura do produto e seguem para as atividades realizadas em casa:

O fato da mulher manusear e preparar o camarão, o peixe ou siri dentro de casa não descaracteriza a atividade quando ela a faz para fins de comercialização. Logo, essa atividade não pode ser considerada um encargo doméstico, nem mesmo uma ajuda complementar à renda da família. (FASSARELA, 2008, p. 189)

Desde, pelo menos, os anos de 1990, como demonstram Maneschky (1993) e Alencar (1993), existem estudos sobre esta divisão do trabalho orientada pelo gênero na pesca. Alencar (1993) afirma que esta relação constitui um “modelo bipolar de divisão de trabalho” no sentido de que valoriza-se muito o trabalho masculino, por um lado, e dá-se menos importância ao trabalho realizado pela mulher, seja no espaço

doméstico ou na beira da praia, que seja. Esta bipolaridade é medida pela renda gerada. Para a autora, considera-se que, apesar de o trabalho feminino ser de fundamental importância para a atividade da pesca, em si, está longe de ser considerada a atividade principal, portanto, geraria pouca ou nenhuma renda. Fica a seguinte questão: a renda existe, em si. Será que a única etapa da pesca responsável por este rendimento é somente a captura (e não a preparação e a venda, também)?

Para Alencar (1993), as pesquisas sobre pesca quase sempre consideram a participação da mulher na pesca como algo “extraordinário” e não “rotineiro” (ALENCAR, 1993, p. 77). É sempre tratada de “forma diluída” (ALENCAR, 1993, p. 77) como se não fossem atuações importantes nesta atividade. No entanto, através de sua percepção e de muitos autores - na verdade, autoras – tal participação é fundamental “no sentido de garantir a reprodução e continuidade desse grupo enquanto tradição” (ALENCAR, 1993, p. 78):

A pesca feminina é um fato e uma possibilidade. Ao invés de ser vista apenas como um fato "extraordinário", que acontece em tempos imprecisos, merece ser vista também enquanto uma estratégia de vida do grupo familiar para garantir sua sobrevivência. (ALENCAR, 1993, p.78)

Gerber (2013:125), que em sua pesquisa de Tese, comparou as pescadoras do Litoral de Santa Catarina com as de Portugal, constatou que a problemática relação entre trabalhos realizados por mulher ou por homem existe além-mar, principalmente para as que trabalham em terra, no beneficiamento do pescado. Estas, em Portugal, são reconhecidas como “esposa colaboradora” (GERBER, 2013, p.125). SOUZA; MARTINEZ (2019) fizeram levantamentos bibliográficos, entre 2007 e 2017, nos quais detectaram esta temática de que a participação da mulher no processo da pesca desde a comercialização é vista como uma “ajuda”, portanto, não-remunerada (SOUZA; MARTÍNEZ, 2019, p.32). No entanto, esta baixa ou nula remuneração não são regras. Em alguns casos, mesmo que se dependa do tamanho, do tipo ou da quantidade do pescado, a remuneração ocorre, como no caso das pescadoras de Lagoa dos Patos (Hellebrandt e outros, 2019):

as mulheres atuam em geral beneficiando pescado em suas próprias casas ou pátios, a remuneração pelo seu trabalho, é oriunda do valor agregado ao pescado comercializado ao consumidor final também nas suas próprias residências. (HELLEBRANDT e outros, 2019, p.219)

### **Desvalorização da atuação feminina na pesca**

Desde os anos 1990, os estudos sobre pesca, focados na divisão do trabalho baseada na diferença entre os gêneros, afirmam que existe uma maior valorização do trabalho masculino em detrimento do feminino. No universo da pesca, as atividades realizadas no mar são vistas como mais importantes do que trabalhos realizados no raso ou em terra, seja no ambiente doméstico ou não. Alencar (1993) afirma que

Normalmente estas atividades [a pesca em “mar alto” ou “mar afora”] são mais valorizadas do que as realizadas pelas mulheres, que, ao serem, referidas como ‘coleta’, não alcançam o ‘status’ de ‘pesca’. (ALENCAR, 1993, p.72)

A autora diferencia as atividades realizadas pelos homens como “mar alto” ou “mar afora” e pelas mulheres como “mar de dentro” ou “mar de terra” (ALENCAR, 1993, p.72). A autora define “mar de dentro” ou “mar de terra” como os lugares onde são executadas tarefas de beneficiamento, em casa, e de coletas, como manguezais, onde atuam predominantemente mulheres e crianças, portanto, atividades menos importantes pois não enfrentam as “intempéries e imprevisibilidades, características das atividades em ‘mar alto’” (DIEGUES, 1983<sup>11</sup> apud ALENCAR, 1993, p.72). Para Alencar (1993) a diferença na valorização não está apenas relacionada com o enfrentamento às “intempéries”, mas, também, porque o trabalho executado pela mulher, mesmo que seja na pesca, é cíclico e está voltado para a “reprodução e manutenção do cotidiano familiar” (ALENCAR, 1993, p.67). Já o trabalho masculino está voltado para a produção que gera a renda, em si: “é mais valorizado por ser o principal meio pelo qual o grupo obtém os demais produtos necessários à sua reprodução (ALENCAR, 1993, p.67).

Outro assunto levantado pela autora é que, apesar do trabalho realizado pela mulher, na maioria das vezes em terra ou no raso, ser desvalorizado em detrimento da pesca em si, por esta ser a real provedora da renda da família, esse trabalho constitui, sim, uma parte importante de todo o rol de atividades ligadas à pesca, até o comércio. Para a autora, que cita Maldonado (1986)<sup>12</sup> e Tavares (1979)<sup>13</sup>, “estas atividades são essenciais para a sobrevivência do grupo familiar, pois geram renda.

<sup>11</sup> DIEGUES, A.C. S. 1983. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Ática.

<sup>12</sup> MALDONADO, S. C. , 1986. Pescadores do Mar, São Paulo, Ática.

<sup>13</sup> TAVARES, M. G. P. 1979. Um estudo de Tomada de Decisão (decision making) na pesca artesanal: Icarai (CE). Brasília, UNE / Departamento de Antropologia. Tese de Mestrado.

Juntamente com o resultado das atividades masculinas” (ALENCAR, 1993, p.72). Na investigação de Alencar (1993), em muitos estudos o trabalho da mulher é visto como algo “extraordinário” em contraposição ao rotineiro, como se fosse uma raridade tal participação, deste modo, não podendo constituir como geradora de renda familiar (ALENCAR, 1993, p.77).

Concordando com Alencar (1993), para Maneschy (1995) existem poucos estudos que focam no trabalho realizado pela mulher na pesca. Para Alencar (1993) “A participação da mulher em atividades de pesca é um fato etnográfico que precisa ser observado e interpretado” (ALENCAR, 1993, p.67) e, para Maneschy (1995), é importante reconhecer a importância do trabalho múltiplo das mulheres, não só para preencher “uma lacuna no conhecimento sociológico”, mas, também, para

fornecer subsídios para que as políticas de fomento à pesca nesta região, considerem o papel das mulheres, tanto as pescadoras quanto as não pescadoras e seus filhos (MANESCHY, 1995, p.149),

como garantir a formação profissional, direitos sociais, entre outros.

Outra autora que assinala esta diferença delineada entre o trabalho realizado pelo homem, no mar, e o realizado pela mulher, na terra, Motta-Maués (1999) evoca o debate sobre as “relações de gênero”. Em sua pesquisa reforça que, na comunidade de pescadores a qual estudou, em Itapuá, Belém, a pesca é de homem e o peixe é de mulher [“Peixe de homem/Peixe de mulher” – (MOTTA-MAUÉS, 1999, p.378)]. Para a autora, assim como em praticamente todos os artigos e estudos consultados, a divisão do trabalho por gênero é “hierarquicamente valorativa”, onde os trabalhos realizados no mar são mais valorizados do que os realizados em terra ou no ambiente doméstico.

A partir dos anos 2000 outras pesquisas concluíram que a atuação feminina ainda é vista como de menor valor em relação à do homem. Algumas autoras afirmam que, mesmo sendo desvalorizada, a participação da mulher na pesca tem aparecido nas comunidades estudadas. Di Ciommo 2007 e Fassarella (2008) citam que a maior participação da mulher é na limpeza do pescado, que não é remunerada nem valorizada socialmente, mas agrega valor ao pescado vendido (FASSARELA, 2008, p.176). Soares, S. (2012) afirma que “embora o trabalho doméstico contribua no processo reprodutivo da sociedade, ele é visto como separado do sistema social e por isso não valorizado” (SOARES, S, 2012, p.62). Soares, S. (2012) chega à conclusão

em sua pesquisa que a “valorização do trabalho das pescadoras é uma questão de reconhecimento e de justiça social” (SOARES, S, 2012, p.105).

Nos artigos consultados, todos os autores – na verdade, autoras – concordam que todas as atividades realizadas pelas mulheres, apesar de não serem reconhecidas como “pesca” e, portanto, sem valorização monetária, constituem etapas centrais. Essa falta de reconhecimento e desvalorização dificultam o “reconhecimento pelos órgãos oficiais como pescadoras que fazem da pesca a sua vida” (GERBER, 2013, p.35). Para Braido; Carpolingua (2013), as lutas das mulheres pelos seus direitos, principalmente junto aos “órgãos oficiais” e institucionais, constituem “importantes ferramentas do processo de fortalecimento da cidadania” (BRAIDO; CAPORLINGUA, 2013, p.14) e, tal “empoderamento” e “capacitação” feminina no universo pesqueiro, podem “promover mudanças na tradicional dominação masculina” (BRAIDO; CAPORLINGUA, 2013, p. 14). Ferreira (2016), constata que existe uma diferenciação entre os espaços feminino e masculino, os quais estão em terra – o espaço da fragilidade - e em mar, respectivamente (FERREIRA, 2016, p.56 e 57). Outras autoras, independente de suas singulares pesquisas, não deixam de ressaltar a presença da invisibilidade e da desvalorização do trabalho feminino na pesca como Martins (2016, p.380), Brito (2016, p.146), Oliveira; Sánchez (2018, p.79), Santos; Souza; Martínez(2019, p.123), Alencar; Souza (2019, p.177), entre outras.

## 2 PESQUISANDO VIDAS OCUPADAS

### 2.1 ANTECEDENTES

Este capítulo tem como objetivo descrever os primeiros passos, a entrada, as descobertas e os constrangimentos do trabalho de campo. Em Geografia, os trabalhos de campo são conhecidos como mais frios, mais distantes, neutros, positivistas e quantitativos. Os resultados deste tipo de pesquisa são tabelas, gráficos e pesquisas impessoais. Não é comum, em Geografia, realizar longos trabalhos de campo e/ou revelar as questões surgidas a partir desta metodologia. No entanto, acredita-se, aqui, ser importante compartilhar com os demais geógrafos, futuros graduados, mestres e doutores os dramas e as dificuldades encontrados. Nem sempre um bom levantamento bibliográfico sobre o espaço e o grupo social, alvos da pesquisa, apresenta a realidade esperada. O campo revela surpresas, fazendo-nos perceber que o problema era outro, que o espaço já não é mais aquele exposto na literatura e os grupos sociais vivem e se organizam de outra forma. Esses impasses forçam o pesquisador a mudar e ajustar as estratégias de campo, as metodologias, as hipóteses e os objetivos. As perguntas modificam-se, adaptando-se à realidade que se posta diante do pesquisador, completamente diferente do estudado na literatura.

Em que momento se inicia um trabalho de campo? Em 2015, mesmo ano em que ingressei no doutorado, trabalhei em uma comissão especial sobre a Baía de Guanabara (CEBG) da ALERJ. Através do meu trabalho na comissão, posso dizer que acumulei muitas informações sobre a Baía de Guanabara e sobre os pescadores desta região. Sem um financiamento para prosseguir com a pesquisa acadêmica, não pude desistir de atuar no mercado de trabalho. Desse modo, pretendi aproveitar todos os momentos e todas as atividades dessa comissão como *trabalho de campo*.

Neste século, fazer trabalho de campo conta com o auxílio das novas tecnologias disponíveis. Podemos procurar os colaboradores através das mídias sociais, combinar encontros e manter vínculos. Sem a menor sombra de dúvida, este tipo de contato virtual não substitui o método científico nem o trabalho exaustivo do campo, mas facilita os primeiros contatos. Após a decisão definitiva de se investigar as mulheres pescadoras da Baía de Guanabara, foi uma mídia social que ajudou na busca de uma dessas mulheres que compareceram a uma das audiências públicas da ALERJ e que expôs uma das ameaças sofridas por elas: as dificuldades de

reconhecimento como pescadora artesanal e as falhas no recebimento de seguro defeso e de outros benefícios sociais garantidos para esta categoria de trabalhadora.

Desde novembro de 2015, tentei estabelecer e manter contato com a pescadora Maria Marli, pescadora de Magé. Inicialmente, nossas conversas eram apenas cumprimentos: “oi, tudo bem?”, “tudo bem, sim”, “boa noite, amiga”. Como nosso primeiro contato foi em uma audiência pública, onde eu atuava como assessora parlamentar, para a Maria, provavelmente, isso era equivalente a ser vereador. Nenhuma palavra sobre isso foi dita. Tenho esta percepção pela forma com que ela me convida para seus projetos, até hoje: se eu conheço algum vereador que possa conseguir um transporte, se eu posso convidar algum político importante, etc. Como pesquisadora também tenho minhas impressões: acho que ela pensa que tenho uma boa rede política e influente.

Destas conversas virtuais, surgiram os primeiros convites para participar de reuniões que aconteciam em Suruí e em Guia de Pacobaíba, dois distritos de Magé. Inicialmente não foi fácil começar a pesquisa em campo, que precisaria de tempo disponível para deslocamento<sup>14</sup> e dinheiro. Sobre as angústias e dificuldades para a realização da pesquisa direta, com as pescadoras, não tive oportunidade de compartilhamento e/ou conselhos. Malinowski (1961), escreveu um artigo sobre sua pesquisa com as populações costeiras das Ilhas dos Mares do Sul, da Nova Guiné, onde critica as etnografias da época por não serem bem descritas, como ocorre no campo das ciências físicas e biológicas, onde se descreve detalhadamente as ferramentas utilizadas e a forma como se chegou a determinado resultado. (MALINOWSKI, 1961, p.18).

Malinowski (1961) descreve as sensações e as angústias que passou nos primeiros contatos com os nativos. Este tipo de relato, dos sentimentos dos pesquisadores, das incertezas e inseguranças no trabalho de campo, o autor não encontrou com frequência nas pesquisas etnográficas da época. O seu sentimento inicial foi

sensação de desânimo e desespero depois de muitas tentativas obstinadas mas inúteis com o objetivo frustrado de estabelecimento de um contato real com os nativos (MALINOWSKI, 1961, p.19)

---

<sup>14</sup> Sem bolsa de pesquisa, não pude deixar de trabalhar. Em 2015 trabalhei na assessorial de um deputado e em 2016 assumi como professora do ensino fundamental, município de Duque de Caxias. Nesta época, eu ainda residia no município do Rio de Janeiro.

Diante das frustrações de contato, finalmente encontrou uma forma de iniciar a pesquisa: começando por um censo, já que não falava a língua dos nativos (MALINOWSKI, 1961, p. 20). Do mesmo modo, guardadas as devidas proporções, evidenciando as dificuldades de uma geógrafa com pouca pedagogia de trabalho de campo na bagagem, resolvi começar de algum lugar: comecei a ir, em qualquer reunião, em finais de semana, para estabelecer contato. A primeira reunião foi como assessora parlamentar ainda, no dia da inauguração da nova sede da AHOMAR, no dia 01/03/2016, acompanhando o deputado, para o qual eu prestava assessoria. Neste dia, renovei contato com a Maria Marli e o Pastor Miguel (seu marido) e, atabalhoadamente, sem saber por onde começar, me convidei para participar de um dia de pesca, com a justificativa de que gostaria de aprender.

A partir daí, as conversas pelo dispositivo de mensagens da nossa mídia social de contato recomeçaram: “oi bom dia amiga quando você vai vir aqui para pesca?” (texto corrigido). O que não pude dizer a ela é que fiquei um ano cuidando do meu pai enfermo e precisei interromper a pesquisa. Em maio/junho de 2018 retomei os contatos e compareci a uma reunião, sem saber do que se tratava. Quando cheguei, percebi que era uma reunião, para falar sobre Projeto de Educação Ambiental, mediada por uma empresa contratada pela indústria do petróleo, para legitimar os licenciamentos ambientais das construções e obras da empresa. Nesta reunião não fiz muitas anotações, pois o objetivo da minha ida foi só estabelecer contato, mas, mais tarde, tive um outro entendimento sobre este tipo de evento, o qual mencionarei mais a frente, nesta tese.

Insatisfeita com este tipo de reunião, já que esperava uma reunião da comunidade, tentei me aproximar de outras pescadoras, buscando novos contatos, quando recebi um novo convite para uma reunião onde seriam distribuídas cestas básicas para pescadores e moradores. O que eu não contava é que eu estava na agenda da reunião...

Antes de apresentar a descrição e as primeiras impressões produzidas por mim e pelos participantes, nesta reunião, sentimos necessidade de debater sobre a importância do trabalho de campo em Geografia e como esta reflexão nos redimirá de um sentimento de culpa por não seguir o método geográfico tradicional empregado na tradição geográfica. Fazer este diálogo com os autores citados é uma forma de nos

justificarmos sobre a nossa inspiração e apreciação aos métodos antropológicos consultados.

## 2.2 “GEOGRAFIAS VERNACULARES DE CADA UM”<sup>15</sup>

Fizemos um rastreamento em alguns textos de Geografia, disponíveis para a autora, em busca de uma fórmula de como fazer um bom trabalho de campo, que métodos e estratégias podem ser usados e como coletar dados primários. Todos os autores pesquisados, sem exceção, sabem a importância do trabalho de campo para o geógrafo compreender a organização do espaço, a configuração da paisagem, a ocupação e delimitação do território e a caracterização e comparação entre as regiões.

Em busca de uma “abordagem científica” para o estudo da “superfície da Terra”, “das formas de vida sujeitas ao seu ambiente físico” e o “estudo da diferenciação de áreas” (SAUER, 1925, p.14), Carl Sauer - que se considera parte do “grupo mais antigo da segunda geração [de professores de geografia] dos Estados Unidos” (SAUER, 1956, p.137) - encontrou na “paisagem” o objeto de estudo da Geografia. O estudo da paisagem seria através do “método morfológico” que seria a “agregação e o ordenamento dos fenômenos como formas que estão integradas em estruturas e o estudo comparativo dos dados dessa maneira organizados” (SAUER, 1925, p.31). Para o autor, a ciência que mais se aproximou deste método e a empregou “com o maior sucesso” foi a Antropologia, não no estudo de áreas ou paisagem, mas no estudo das “instituições sociais de forma fenomenológica (...) vestuário, a habitação e as ferramentas, até a linguagem e os costumes de um grupo” (SAUER, 1925, p.33).

Desse modo, a Geografia – na primeira metade do século XX - tornou-se a ciência da descrição da paisagem, registro e organização sistemáticos dos fatos observados. Porém, de que forma o geógrafo aprendeu a coletar os dados? Através da “observação sistemática dos fenômenos que compõem a paisagem”, na “pesquisa de campo”, e sua posterior descrição “sistemática” (Sigfrid Passarge, apud Sauer, 1925, p.40). A “pesquisa de campo” reduzida à observação de todos os fenômenos

---

<sup>15</sup> CLAVAL, 2002, p.163

da paisagem, de forma sistemática. Mas quem produz a paisagem? Quem são os agentes modeladores e “modificadores” (SAUER, 1931, p.105) da paisagem?

Para Sauer (1927) “Acima de tudo, o geógrafo deve saber como fazer observações em campo” e “registra suas observações, principalmente, cartograficamente” (SAUER, 1927, p.96). Ele mesmo responde que “A correlação de dados em mapas, contudo, não fornece ainda explicação completa quanto as suas conexões e origem” (SAUER, 1927, p.97), ou seja, falta algo no fazer geográfico. A Geografia Cultural desenhada por SAUER (1931) busca o elo perdido, dando importância à observação das “obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica” (SAUER, 1931, p.106). O autor compara o método geográfico ao antropológico, ambos de observação da cultura e de seus agentes, afirmando que a observação realizada pelo geógrafo é mais simples e mais exata. A observação é feita em campo, mas será que apenas observar é suficiente para compreender a relação do ser humano com o espaço em que vive? Será que consegue-se explicar a configuração espacial somente observando, cartografando e sistematizando os fenômenos?

Não se quer aqui diminuir a importância dos mapas, ao contrário. Quase 20 anos depois, Sauer (1956) reafirmou a importância deles e concordamos com isso: “Mostrem-me um geógrafo que não precisa deles constantemente, nem os queira ao redor, e terei dúvidas se fez a opção correta na vida” (SAUER, 1956, p. 139). O que se pretende com esta reflexão é fazer uma crítica ao campo do geógrafo, não aos mapas ou ao ato de cartografar. Mas queremos problematizar que somente afirmar que o geógrafo precisa realizar trabalho de campo é muito vago. Se o geógrafo sabe ou não fazer o trabalho de campo, não está em questão, porém não revela como o faz. Não revela suas dificuldades. Os leitores, futuros geógrafos ou não, apenas recebem os resultados tabelados, os gráficos, os mapas, as análises da pesquisa, mas falta saber como o campo foi feito, se foram feitas entrevistas, se dificuldades foram encontradas... Cremos que isso seja de fundamental importância para a formação do geógrafo que, do nosso ponto de vista, é continuada, enquanto se vive. Consideramos importante aproveitar esta tese, para incrementar, no conjunto das teses contemporâneas – em Geografia -, imbuídas da Geografia Cultural, ou não -, mais uma experiência de um trabalho de campo, com o objetivo de oferecer

solidariedade aos futuros geógrafos ou aos já geógrafos (continuadamente se formando). Nenhuma tese nasce pronta.

Outros geógrafos adeptos do cultural, como Bobek e Schmithüsen (1949) concordam que a Geografia “não se limita à observação e à descrição do visível, ainda que parta delas” (BOBEK; SCHMITHÜSEN, 1949, p.75). Mikesell; Wagner (1962) fazem um avanço no método geográfico, em especial ao praticado pelo geógrafo cultural: a valorização da história de ocupação de “qualquer povo”.

Para estes geógrafos culturais, qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica numa cultura, demanda uma história e exige uma interpretação ecológica (MIKESELL; WAGNER, 1962, p.164),

isto é, a relação entre o humano e seu meio. Estes autores afirmam que a “tradição cultural” não se relaciona apenas com a Antropologia, mas, também, com a Geografia:

há uma afinidade de grande importância entre geografia cultural e antropologia, tanto quanto há laços entre geografia econômica e economia, geografia política e ciência política (...). (MIKESELL; WAGNER, 1962, p.167)

No entanto existe uma diferença substancial entre os métodos de coleta de dados, de ambas as ciências, mesmo que seja por um único meio: o Trabalho de Campo. Concordamos com Mikesell (1994) quando ele afirma que

a formação de um geógrafo cultural (...) será sempre incompleta (...). Cada geógrafo cultural tem suas convicções sobre necessidades de pesquisa e objetivos educacionais (MIKESELL, 1994, p.103).

Isto é dito em termos da “bibliografia essencial” a ser consultada, aos métodos utilizados e a forma como estes são empregados.

Pretende-se aqui estabelecer um diálogo entre Geografia Cultural e Antropologia, justamente devido ao método que os liga que é o Trabalho de Campo. Pretendemos aqui consultar a forma com que os antropólogos realizam esta tarefa, nos inspirar e inculcar traços de etnografia, histórias de vida e observação participante em nosso método de observação. Berque (1984) já havia chegado a esta conclusão, a de que “falta outra coisa [aos métodos geográficos]: uma relação direta com um sujeito” (BERQUE, 1984, p.86). Para o autor, o “ponto de partida” continua o mesmo: “a descrição da paisagem, enquanto dado perceptível” (BERQUE, 1984, p.85). No entanto, os procedimentos habituais da geografia provocam “o distanciamento do objeto inicial da proposta: a paisagem como dado sensível” (BERQUE, 1984, p.87).

Fala-se em paisagem aqui, não por ela ser o conceito-chave desta tese, mas porque, nesta fase da geografia cultural, em que os textos se enquadram temporalmente, a paisagem era o principal objeto de estudo da Geografia Cultural. Ainda é importante, porém com outros acréscimos: lugar, espaço vivido, percepção ambiental etc.

Voltando ao Berque (1984), para este autor, a paisagem deve ser compreendida “por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência” (BERQUE, 1984, p.86). Essas consciência e experiência, as quais nos referimos, são dos sujeitos que interferem na paisagem e vivem no espaço. O autor ainda afirma que “o sujeito em questão é um *sujeito coletivo*: é uma sociedade, dotada de uma história e de um meio” (BERQUE, 1984, p.87). E em nossa opinião, é necessário conhecer alguma coisa da experiência do sujeito, acompanhá-lo em certos momentos de sua vida, para compreender com um pouco mais de precisão, o espaço no qual ele vive e sobrevive.

Indo mais além dos métodos geográficos, Cosgrove e Jackson (1987) convocam a etnografia dos antropólogos como uma “linha interpretativa dentro da geografia cultural recente [final de 1980]” (COSGROVE; JACKSON, 1987:19). Os autores afirmam que “o modelo etnográfico [tinha sido] adotado (...) por geógrafos que querem dar maior ênfase às imagens na análise da representação da paisagem” (COSGROVE; JACKSON, 1987:22).

Ruy Moreira (2000) que não é geógrafo cultural, também valoriza o sujeito na compreensão do espaço, afirmando que a “reflexão deste espaço [deve ser feito] a partir da reflexão do seu sujeito na história” (MOREIRA, 2000, p.37). Para este autor, em finais dos anos de 1980, na “geografia renovada, sujeito é todavia quem organiza, determina, controla o espaço. Ou sofre a mediação deste em suas relações” (MOREIRA, 2000, p. 37), como veremos ao longo desta tese. Neste texto, de Moreira (2000), também encontramos uma reflexão sobre o problema do trabalho de campo, em Geografia:

Embora desigual e diferenciadamente, a renovação [da geografia] vai ao campo. E o campo revela-lhe suas insuficiências. Falta-lhe algo. Quais problemas e limites coloca? (...) o problema e os limites da fala. A fala ficou bloqueada na ida ao campo, ao mesmo tempo que o campo ficou bloqueado na insuficiência da fala (MOREIRA, 2000, p.41)

Até o momento conseguimos descobrir para que serve o trabalho de campo: observar, descrever, mapear, dar voz aos sujeitos e “garantir a autenticidade das

observações coletadas e proporcionar a descoberta de realidades que escapam às outras estratégias de investigação” (CLAVAL, 2013, p. parágrafo 1). O que sentimos falta na literatura é como fazer o trabalho de campo além da observação da paisagem e do espaço? Quais as estratégias de aproximação aos sujeitos? Como comportar-se? por onde começar? Quais os obstáculos e dramas?

No final dos anos 1990, Claval (1999) revela que “os geógrafos estudam há muito tempo a orientação praticada por diferentes povos e as expressões verbais ou gráficas feitas por eles”, no que ele chama de “campo da curiosidade etnogeográfica”, inspirado pelo estudo das etnografias de Levi Strauss, por exemplo, que analisou a “topografia da aldeia Bororo” (CLAVAL, 1999, p.69). Dentre os geógrafos citados por Claval (1999), para ilustrar os trabalhos etnogeográficos, estão Jean Gallais<sup>16</sup>, Jöel Bonnemaison<sup>17</sup>, Jean Delvert<sup>18</sup> e Augustin Berque<sup>19</sup>. Ainda avaliando a importância de se estudar os sujeitos espaciais, a partir do trabalho de campo, quase treze anos depois, Claval (2013) avaliando historicamente o escopo do trabalho de campo em geografia, conclui que o

geógrafo que se interessa pela ocupação humana não pode se contentar com esses procedimentos [observação, descrição, mapeamento]. (...) para ir além, a observação não basta: o pesquisador precisa entrevistar as pessoas (...). (CLAVAL, 2013, p. parágrafo 55)

Desse modo, faz uma crítica: a de que não temos, na formação do geógrafo, um “ensino sistemático” de como fazer o trabalho de campo, como ocorre dentre os geógrafos americanos, por exemplo. Claval (2013), concordando com a nossa preocupação em construir uma pedagogia do trabalho de campo, na formação do geógrafo, tal como o fazem os antropólogos, afirma que a

saída de campo permanece, no entanto, uma experiência muito solitária (...). A transmissão das práticas em campo resulta bem mais da informação passada de boca a boca, entre os estudantes, do que do ensino sistemático (CLAVAL, 2013, p. parágrafo 60)

---

<sup>16</sup> GALLAIS, Jean. *Le Delta intérieur du Niger: étude de géographie régionale*, Volumes 1-2. 1967. 625p.

<sup>17</sup> BONNEMAISON, Joel. *Tanna: les hommes lieux*. Editions de l'ORSTOM, 1987. 680p.

<sup>18</sup> DELVERT, Jean. *Géographie de l'Asie du Sud-Est*. Universitaires de France, 1974.

<sup>19</sup> BERQUE, A. *Vivre l'Espace au Japon*. Presses universitaires de France (réédition numérique FeniXX), 1982. 224 p.

BERQUE, A. *Le Sauvage et l'Artifice: les Japonais devant la nature*. Gallimard, 1986. 314p.

BERQUE, A. *Du geste à la cité: formes urbaines et lien social au Japon*, Paris, Gallimard, 1993.

Sem a experiência escrita, sacralizada pedagogicamente na formação do geógrafo, “o trabalho de campo ocupa”, nas palavras de Claval (2013) “um papel central na mitologia do geógrafo” (CLAVAL, 2013, p. parágrafo 63). E é com a virada cultural da Geografia que o trabalho de campo torna-se cada vez menos mitológico, menos um Minotauro no labirinto<sup>20</sup> e mais um fio de Ariadne<sup>21</sup>. Cremos ser crescente o número de pesquisas geográficas com inspirações etnográficas e etnogeográficas, cujos autores preocuparam-se em apresentar, aos seus leitores, suas experiências, seus começos, de que forma decidiram utilizar certa informação adquirida e, muitas vezes, como as hipóteses e questionamentos iniciais tomam novos rumos, de acordo com o andamento da pesquisa *in loco*.

A presente autora, em sua pesquisa de mestrado, com os pescadores artesanais da Baía de Guanabara, até compreender os fatos, suas origens e importância, não pôde estabelecer uma metodologia concisa:

A metodologia pensada inicialmente foi muito ingênua diante da problemática conhecida durante o trabalho de campo. A vivência com o grupo foi decisiva para a compreensão dos acontecimentos. (CHAVES, 2011, p.162)

### **Exemplos de pesquisas geográficas contemporâneas com traços etnográficos e etnogeográficos: contribuições para a geografia cultural**

A antropóloga colombiana Luz Stella Cáceres, mestre e doutora em Geografia, produz sua pesquisa a partir do diálogo entre Geografia e Antropologia. Em seu estudo sobre quilombos urbanos, no município do Rio de Janeiro, sua abordagem de aproximação e permanência em campo, de acordo com suas palavras, foi “híbrido”. O uso de métodos clássicos em ambas as disciplinas, permite, conforme a autora,

superar as caricaturizações mútuas (de cego rejeito ou de idealização ingênua), e examinar as limitações e os sentidos comuns que atravessam ambas disciplinas (CÁCERES, 2012, p.26),

ao ponto de produzir uma “etnografia do lugar” (CÁCERES, 2011, p. 50)

---

<sup>20</sup> Segundo a mitologia grega, o **Labirinto** de Creta foi construído pelo brilhante arquiteto e artesão Dédalo, a pedido do Rei Minos, para prender o **Minotauro**, personagem mitológico com corpo humano e cabeça de touro (<https://www.infoescola.com/mitologia-grega/labirinto-de-creta/>)

<sup>21</sup> Ariadne, completamente apaixonada, oferece ao seu amado, que também parece amá-la, uma espada para ajudá-lo a lutar contra o monstro, e o famoso **fio de Ariadne**, que o guiaria de volta ao exterior. (<https://www.infoescola.com/mitologia/ariadne/>)

Do mesmo modo, Ferreira (2014), aproximou-se dos métodos etnográfico, inspirada por Marcel Mauss, e etnogeográfico, inspirada por Paul Claval, para desenvolver sua pesquisa entre os “artesãos de garrafa de areia colorida” e relativizar com a paisagem em que vivem. Segundo a autora, sua “etnogeografia começou a tomar forma com as entrevistas feitas durante as visitas informais” (FERREIRA, 2014, p.31), numa clara combinação entre a falsa formalidade da Geografia (o mito da geografia?) e a informalidade e imprevisão relatadas nas experiências antropológicas.

Para finalizar as ilustrações, a belíssima tese de Gomes (2018), ao transformar um desastre ambiental provocado pela construção de um porto, em narrativas de lembranças e boas memórias da Atafona de antigamente: “visite Atafona, antes que acabe” (GOMES, 2018, p. 11). Renan (GOMES, 2018) descreve a sua experiência no campo como se estivesse nos dizendo: *não se preocupe, eu também tive problemas e limitações no campo. Você vai conseguir.*

Para prosseguirmos com a inspiração, pedimos licença à Antropologia, para tomar emprestadas as experiências de campo, cujos relatos, mesmo que tenham sido com grupos sociais diferentes, serviram para ajudar a organizar e analisar os dados conquistados através do nosso campo. Não é uma etnografia, não segue as normas para tal, mas, nos termos de Claval (2002) aproxima-se das “geografias vernaculares de cada um” (CLAVAL, 2002, p.163).

### 2.3 ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO

#### **A primeira impressão é a que fica**

No dia 30/06/2019, compareci a uma reunião realizada na AMOPE (Associação de Moradores e Pescadores da Praia de São Francisco), em Magé, Distrito de Guia de Pacobaíba. O presidente da Associação é o Pastor Miguel e a vice-presidente é a Pescadora Maria Marli, ambos casados e com 10 filhos e 11 netos. A minha intenção inicial era assistir à reunião, como ouvinte, mas assim que cheguei, ambos me receberam muito bem e já me indicaram o lugar na mesa. Fiquei surpresa, mas aceitei participar. Creio que, quando alguém de fora aparece para ouvir torna-se um grande “evento” na associação, para que os associados vejam a importância da instituição.

Ao longo do texto, farei uma série de interpretações a partir de minhas percepções e intuições.

O Pastor Miguel, esposo de Maria, iniciou a reunião e a Maria assumiu a pauta, apresentando-me como “pesquisadora do território pesqueiro da pescadora”. Quando entrei em contato com ela, me convidando para participar da reunião, expliquei, sem aprofundamento, qual o objetivo da minha ida. Contei que estava desenvolvendo uma pesquisa para a Universidade e que o objeto era a pescadora artesanal. Lembrei que, em nosso primeiro encontro, na ALERJ, em 2015, ela fez uma “denúncia” sobre a dificuldade das pescadoras provarem seu ofício e, por isso, a dificuldade de se beneficiar com o seguro defeso.

A reunião foi organizada para tratar de vários assuntos: os **direitos das mulheres**, como seguro maternidade (licença maternidade), bolsa família e seguro defeso, a **entrega da cesta básica**, que é uma atividade regular, as **oficinas de artesanato** e a assinatura do abaixo assinado da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras<sup>22</sup>. Mesmo sem desejar, acabei entrando na pauta da reunião e tive meu momento de fala.

Antes de iniciar a minha fala, Maria pediu-me que lesse dois textos sobre Participação de Comunidade (Foto 1), para que os participantes da reunião se sentissem motivados e compreendessem a importância de suas presenças. Logicamente, a minha primeira impressão foi a de que todas as pessoas ali presentes estavam interessadas em três coisas: receber a indenização da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que este ano completou 20 anos, regularizar a situação de pescador profissional e o recebimento de uma cesta básica. Marli e Miguel passam uma lista de presença em todas as reuniões e aqueles que tiverem baixa frequência deixam de receber. Maria interessada no auto interesse das pessoas. As pessoas interessadas nos seus benefícios. Há uma troca ali: Você vem à reunião e eu te dou uma cesta básica.

Comparecer em eventos é uma estratégia usada por antropólogos, para aproximar-se de mais componentes da sociedade e observar “situações sociais”, para,

---

<sup>22</sup> “A campanha pelo Território Pesqueiro foi lançada em Brasília/DF, em junho/2012 e busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.406.466 assinaturas), para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras.” (Fonte: <http://www.cppnacional.org.br/campanhas/campanha-pelo-territ%C3%B3rio-pesqueiro>)

futuramente, analisá-las e sistematizá-las. Foi um dos procedimentos usados por Gluckman (1958) ao

comparecer de manhã à inauguração de uma ponte no distrito vizinho à Mahalabatini e logo após, à tarde, a um encontro distrital na magistratura de Nongona (GLUCKMAN, 1958, p.229)



Foto 1: Reunião da AMOPE: leitura de um texto, a pedido da vice-presidente da AMOPE, Maria Marli. Foto: Luiz Felipe de Pinho, 30/06/2019.

A partir destas situações sociais testemunhadas, Gluckman (1958) fez um esforço para “delinear a estrutura social da Zululândia moderna” (GLUCKMAN, 1958, p.238). Para o autor, todos “os eventos que envolvem ou afetam seres humanos são sociais” (GLUCKMAN, 1958, p.238), de modo que, a reunião em que compareci, também é uma “situação social”. No entanto, não se pretende aqui “delinear uma estrutura social”, mesmo que seja inevitável uma organização mental do que presenciei. A ideia, inicial, era estabelecer contato.

Me apresentei e adiantei uma defesa, dizendo que não era pessoa política e não estava representando ninguém (Foto 2). Tentei explicar que faço uma pesquisa pela universidade e gostaria de conhecer melhor o ofício da pesca praticado pelas mulheres. Mesmo tendo afirmado que a pesquisa era com mulheres pescadoras, muitos homens se manifestaram e se prontificaram a me levar nos locais de pesca e

nos locais ocupados pelos dutos e terminais da Petrobras. Diante destas ofertas, reafirmei que a minha intenção era estudar as mulheres pescadoras.

Na minha fala, lembrei que desenvolvi uma pesquisa com pescadores da Baía de Guanabara quando foi elaborado um mapa participativo que mostra o que sobrou da área de pesca no espelho d'água (CHAVES, 2011). Em seguida, expliquei que trabalhei com um deputado quando, em uma das audiências públicas, pude conhecer a realidade da mulher pescadora e a dificuldade em provar seu ofício e ter acesso aos benefícios públicos sociais, como seguro defeso e licença maternidade. Insinuei que gostaria de acompanhar as mulheres pescadoras em seus dias de trabalho e que gostaria de marcar este trajeto em um mapa. Logo, um dos pescadores demonstrou interesse nesse mapa, pediu para que eu trouxesse e agendamos um novo encontro, para que realizássemos uma oficina de mapeamento, que não aconteceu.

Desde o mestrado, com as dificuldades que uma geógrafa tem na realização de trabalhos de campo com comunidades, tenho como estratégia aproveitar-me de situações alheias ao objetivo da pesquisa. A intenção é conquistar espaço, me apresentar e conseguir a confiança daqueles que desejo como interlocutores. Desse modo, me ofereci para dar uma oficina de artesanato para as mulheres pescadoras que frequentam a associação, com uma peça que sei confeccionar. Mesmo sem relação com a pesquisa, poderia me proporcionar encontros e convivência com as mulheres pescadoras e momentos de descontração e conversa. Uma ideia romântica de um encontro que não aconteceu como o esperado.

Na fala da Maria entraram os assuntos que movem a associação: os interesses associados à colônia, às fraudes envolvendo a identidade de pescador, a indenização da Petrobras, as Cestas básicas e o abaixo assinado da Campanha do Território Pesqueiro. Segundo sua fala, a associação não trabalha como a Colônia Z9, que é a que assiste aos pescadores de Magé. Segundo os relatos, a colônia dificulta o registro de pescadores, embora todos os pescadores presentes na reunião estivessem registrados, inclusive as mulheres. Pelo tom de seu discurso, a ironia fez entender que a colônia não procedia de forma correta e justa. Para Maria, a associação só ajudará a ter o registro de pescador e a receber o seguro defeso se for pescador ou pescadora, realmente. Maria deu a entender que por causa das fraudes, muitos pescadores de fato estavam com dificuldade de conseguir sua regularização. Pessoas que não são pescadoras e se dedicam a outras atividades buscam o registro de pescador, para

obter os benefícios de forma corrupta. Provavelmente um dos entraves que pode estar dificultando o reconhecimento das mulheres como pescadoras, pode ser esta fraude de possíveis não-pescadoras, que, de alguma forma, conseguem o registro pela Colônia. Apesar da desconfiança, essa investigação não faz parte do escopo desta tese.



Foto 2: Minha apresentação na reunião. Pastor Miguel, ao lado. Foto: Luiz Felipe de Pinho, 30/06/2019

Por causa das fraudes, Maria informou que até hoje os verdadeiros pescadores não receberam as indenizações da Petrobras, referentes ao derrame do óleo de 2000, na Baía de Guanabara. “Tem gente que tem carteirinha e não é pescador, é empresário, dono de padaria e outros comércios” (Maria, reunião da AMOPE, 30/06/2019).

Uma das pautas da reunião era sobre a entrega das cestas básicas, que Maria afirmou ser parceria entre a AMOPE, a Legião da Boa Vontade (LBV) e o Comitê da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. Essa assistência não engloba somente

pescadores e pescadoras, mas a comunidade como um todo. Percebi que não existe uma delimitação territorial da AMOPE. As pessoas vinham de várias partes de Magé: Suruí, Piedade e Guia de Pacobaíba (também chamado de Praia de Mauá)<sup>23</sup>. O que determina o raio de atuação são os próprios associados. Pelo que percebi não existem restrições. Ainda sobre as cestas, em uma outra conversa que tivemos ao telefone, Maria não estava conseguindo ajuda para buscá-las, na Tijuca, no Rio de Janeiro. Havíamos marcado um encontro para pescar, com um grupo de pescadores e pescadoras que se ofereceram para me levar nos principais pontos de pesca, mas Maria precisou desmarcar por estar envolvida com o conserto da Kombi que seria usada na busca das cestas.

Para finalizar a reunião, Maria divulgou seu trabalho como agente de saúde multiplicadora, treinada por uma iniciativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e recolheu assinatura dos presentes para a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, organizado pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que lançou a campanha em Brasília, em junho de 2012

e busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.406.466 assinaturas), para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras<sup>24</sup>.

### O MPP é um movimento nacional que

nasceu da necessidade das comunidades pesqueiras, em ter uma representação frente ao poder público e que pudesse aglutinar o país numa única voz. Em 2009 para defender a pesca artesanal, reivindicar as demandas e encaminhá-las aos órgãos públicos, nasce o MPP.<sup>25</sup>

Como observadora, percebi que Maria Marli apresentou-se como uma liderança. Acredito que Maria compreenda a importância das parcerias com pesquisadoras e que a pesquisa pode, de certa forma, ajudar com a luta dos pescadores. No entanto, senti dificuldade em fazê-la entender que a minha pesquisa não envolveria passeios forçados e visitas a lugares turísticos, como mais tarde pude

<sup>23</sup> Magé tem 6 distritos: Magé, Santo Aleixo, Rio de Ouro, Suruí, Guia de Pacobaíba e Vila Inhomirim.

<sup>24</sup> <http://www.cppnacional.org.br/campanhas/campanha-pelo-territ%C3%B3rio-pesqueiro>

<sup>25</sup> <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/1109-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-lanca-campanha-pelo-territorio-tradicional-pesqueiro-em-brasilia>  
e  
<https://cppnorte.wordpress.com/carta-do-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais/>

notar. Quando solicitei que pudesse participar do dia a dia de algumas mulheres pescadoras, tinha que ser algo natural, sem mudar o cotidiano de trabalho das mulheres. A minha ideia era apenas acompanhar. Entendo que, por mais que a minha intenção não seja alterar a jornada de trabalho, acabaria provocando interferências. As participações em dias de pesca e dias de trabalho, acabaram não acontecendo, como veremos em outra parte desta tese. Por um lado, agradei internamente o fato dela ter desmarcado este passeio forjado, mas por outro lado sentia, também, que poderia ser uma oportunidade de aproximação.

Neste mesmo dia, aconteceram duas situações que eu não esperava. Fomos convidados para um almoço e em seguida para uma ida aos lugares turísticos de Magé, mais próximos da associação. O meu marido me acompanhou neste dia. Um amigo antropólogo me sugeriu que eu o levasse como companhia, pois seria mais bem recebida pelas mulheres a serem observadas, conforme Ana Luzia Martins Costa também relatou:

Foi somente com a chegada de Jayme, meu marido, que Mano e Diana gentilmente se ofereceram para nos hospedar. Em sociedades onde a divisão de tarefas por gênero é fortemente marcada, uma mulher <sup>[26]</sup> desacompanhada enfrenta uma série de dificuldades para ser aceita pelo grupo: seu lugar é em casa, e não andando sozinha, solta pelo mundo (COSTA, A, 2013, p.17)

Não saberia dizer como teria sido este primeiro contato prolongado, se meu marido não tivesse ido. Mas a fim de evitar maiores transtornos e facilitar as primeiras impressões, segui os conselhos.

Enquanto aguardávamos o almoço, Maria foi para dentro da casa ajudar a organizá-lo, enquanto eu e meu marido aguardamos ao lado de fora, conversando com o pastor Miguel. O pastor foi o escolhido a nos fazer companhia. Ali notei, sem combinações, a existência de uma divisão familiar doméstica. Apesar de Maria ter organizado toda a ornamentação da mesa para a reunião, a pauta e as falas, foi ela, também, que providenciou o almoço. Na casa estavam alguns filhos e netos. Éramos umas dez pessoas, aproximadamente. Neste momento, confirmou-se o que tem sido contemplado na bibliografia sobre as mulheres pescadoras e suas duplas ou triplas jornadas, em uma divisão de trabalho desigual entre homens e mulheres.

---

<sup>26</sup> nesta citação, Costa (2013) fez referência à Meyer (1979:17), *A terra do santo e o mundo dos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Resolvi aproveitar as brechas na conversa com o pastor sobre religião e, em dado momento, perguntei sobre a quantidade de pescadoras e pescadores inscritos na associação e se todas as mulheres conseguiam ter o defeso. Obviamente, que, não entendendo a especificidade da minha pesquisa, as respostas do pastor englobavam a todos os associados. Segundo o pastor, algumas mulheres não conseguem obter o RGP. No atual governo<sup>27</sup>, existe uma fiscalização na praia para verificar quem é pescador. Geralmente uma pessoa ligada ao governo, segundo o pastor Miguel, vai até a praia fiscalizar, porém não considera mulher como pescadora. O objetivo desta fiscalização é evitar fraudes nos registros de pescadores artesanais. Conforme o pastor, as famílias cujos componentes possuem registro de pescador recebem bolsa família, porém, não na época do defeso. Estas e outras dúvidas foram investigadas ao longo de toda a pesquisa, de modo que tentaremos respondê-la, mas sabemos que continuarão havendo lacunas.

Após o almoço, fizemos um passeio turístico por alguns pontos de Magé, com lindas vistas, por sinal. Aproveitei esta oportunidade, para conhecer melhor a paisagem e o espaço do território. Fomos no meu carro.

### **Visita a pontos turísticos**

Como mencionado, a minha intenção inicial é participar de todos os convites e manter-me presente em vários momentos até conquistar a confiança dos colaboradores da pesquisa. Sendo assim, aceitei um convite para conhecer alguns pontos. Creio que a Maria gosta de apresentar os lugares e a paisagem da sua região. Lugares com uma beleza ímpar, mas esquecidos pelo Estado. Afirmei que são pontos turísticos, mas, na verdade, apesar do potencial, são pouco visitados. Espaços utilizados pelos moradores e pescadores locais. O primeiro lugar visitado foi a Ponte do Kazeca (Foto 3). Dessa ponte tem-se uma vista maravilhosa para o manguezal da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA Guapi) de um ângulo que só temos desse ponto (foto 4)

---

<sup>27</sup> presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)



Foto 3: Ponte do Kazeca e Maria Marli (de azul). Foto de Carla Chaves, 30/06/2019.



Foto 4: Ao fundo, entre o mar e as montanhas, é possível ver uma faixa linear escura do manguezal preservado pela Área de Proteção Ambiental (APA) Guapimirim. Foto de Carla Chaves, 30/06/2019.



Foto 5: Mirante construído no alto de um morro, com vistas à Praia do Anil, em Magé, e ao Rio de Janeiro. Eu, Maria Marli e pastor Miguel. Foto: Luiz Felipe de Pinho, 30/06/2019.



Foto 6: Ruínas do antigo Porto da Estrela. Foto de Carla Chaves, 30/06/2019.

As visitas seguintes foram a um mirante novo (Foto 5), criado em uma tentativa de inventar um turismo na Praia do Anil, localizado no distrito de Guia de Pacobaíba. A foto 6 se refere ao primeiro porto do Brasil, chamado Porto da Estrela, que ligava as

barcas à primeira estação de trem do Brasil colonial, Estação Guia de Pacobaíba (Foto 7). Do cais e da estação de trem só restaram as ruínas.



Foto 7: Primeira estação de trem do Brasil: Guia de Pacobaíba. Foto de Carla Chaves, 30/06/2019.

### **Uma entrada “artesanal”<sup>28</sup>**

Decidi fazer trabalho de campo por dez dias. Como geógrafa, seria a primeira vez que faria um trabalho de campo contínuo, longo, sem equipe, completamente sozinha. No início pensei em ficar em uma pousada, ou alugar uma casa e ficar sozinha, onde eu poderia estudar e ler com tranquilidade quando precisasse. No entanto, Maria me ofereceu ficar na sua casa – mesmo local onde funciona a associação AMOPE -, com as refeições incluídas. Me cobrou uma diária de 50 reais e eu achei justo. Me disse que isto poderia ajudar no projeto dela, que é o trabalho assistencial que ela realiza com sua comunidade. Mesmo sem ajuda de custo da

<sup>28</sup> Em alusão à “entrada musical” de Seeger (1980).

universidade, bolsa de estudo e com salário irregular, por ser funcionária pública, me organizei para investir nesta tarefa, por achar fundamental para a pesquisa.

Resolvi criar uma personagem. Nada que anulasse a minha personalidade, mas que apresentasse a minha aparência como alguém que está realizando uma pesquisa, portanto um trabalho. Comecei pelo “uniforme”: uma calça azul-marinho de brim, tênis, meia e blusas lisas, uma máquina de tirar fotos, caderninho de campo, óculos de Sol e uma pequena mochila. Diariamente, acordava bem cedo e me arrumava para o “trabalho”. Maria Marli já estaria acordada com meu café da manhã pronto. Tomava banho ao meio-dia, antes do almoço, e reiniciava a pesquisa até umas 17h. Minha mala estava super enxuta. Apenas roupa de dormir e as camisas, as quais trocava de dois em dois dias, de modo a manter a aparência. Além delas, uma roupa para o caso de visitar algum manguezal ou conseguir alguma diária de trabalho em companhia de alguma pescadora.

Esta aparência foi cunhada, baseada na máxima: “a primeira impressão é a que fica”. Para Berreman (1962), um antropólogo que estudou uma aldeia, no Himalaia, “todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo”. (BERREMAN, 1962, p. 125).

Não fazia (ou faz) parte dos objetivos específicos, estudar a família da Maria e Pastor Miguel, mas posso dizer que a convivência me ajudou a compreender melhor algumas de minhas hipóteses. A curta participação junto a este núcleo, deu-me tempo de conhecer o espaço geográfico das pescadoras, introduziu-me nas breves histórias conhecidas de algumas delas, tranquilizou-me diante das minhas incertezas de que estaria no caminho certo, ajudou-me com minhas necessidades básicas - alimento, banheiro, sono –, forneceu-me momentos de distração, conversas proveitosas para a pesquisa e conversas aleatórias. O contato com esta família foi a melhor coisa que poderia ter acontecido para dar serenidade a minha estada no campo, longe de casa. Para Da Matta (1974), resolver estas questões do campo “onde vou dormir, comer, viver” (DA MATTA, 1974, p.24) não são nada agradáveis, de modo que tive sorte.

O primeiro dia do trabalho de campo foi uma festa de aniversário, do Pastor Miguel, presidente da AMOPE. Todos os seus filhos e netos compareceram neste dia, para uma grande celebração, com caldos e bolo ao final do dia. A celebração foi longa. Pelo percebido, e pelo relatado, a família é muito unida e os filhos e netos comparecem, quase sempre, aos finais de semana.

A primeira aproximação, neste mesmo dia festivo, foi uma oficina de artesanato, a qual eu havia me comprometido, na última reunião da associação. Isso me fez lembrar de um artigo do antropólogo Anthony Seeger (1980), no qual relata sua experiência de campo com os índios Suyá, residentes do Parque Nacional do Xingu. O autor lembra que a sua entrada em campo foi “musical”, momento em que ele se revela, além de antropólogo, um músico, o que acabou facilitando sua boa recepção no campo:

Fomos buscar nossos instrumentos e, após afinar o banjo e o violão, iniciamos uma noitada musical que se prolongou por algumas horas. Fizemos sucesso imediato, não somente junto ao Sr. Villas Boas e aos trabalhadores brasileiros do Posto, mas também com os índios que ali estavam de vista” (SEEGER, 1980, p.29)

No meu caso, a minha entrada em campo foi “artesanal”. Porém a oficina não aconteceu como o esperado. Não compareceu nenhuma moradora ou pescadora, já contrariando nossas expectativas. No entanto, quase todos os filhos e netos, bem como o próprio pastor Miguel e a Maria Marli, participaram da aprendizagem na confecção do olho de Deus, que é um artefato de origem mexicana, sem intenção comercial (Fotos 8 e 9). O material foi levado por mim mesma. De início os homens não queriam participar, mas, de certa forma, com alguma simpatia, fui entregando o material para todos os presentes, inclusive aos homens, e nos surpreendemos com a desenvoltura. Um dos filhos de Dona Maria, João, destacou-se como o melhor.

A oficina de artesanato (Foto 10) e a festa de aniversário foram duas situações que facilitaram minha inserção na família, durante este primeiro dia. A minha intenção é conhecer as pescadoras da comunidade e me aproveitar do conhecimento de dois membros da família, neste primeiro momento: a própria Maria Marli e sua filha Isabela. Maria e Isabela terminaram o ensino médio juntas, na mesma turma. Tem um grande quadro com a foto da Maria, com a beca de formatura, na parede de sua sala. Em uma conversa informal, Isabela me contou que estuda, atualmente, licenciamento ambiental à distância, pela internet. Não tem computador, faz o curso pelo celular. Trabalha em uma empresa contratada pela Petrobras, Print Rio Consultoria<sup>29</sup>, para elaborar o Plano de Educação da Baía de Guanabara (PEA-BG). O trabalho da Isabela é com os pescadores locais, levantando informações para a empresa. No dia anterior

---

<sup>29</sup> <https://www.prinrio.net/>, empresa contratada pela Petrobras, para desenvolver o Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG).

à festa, ela organizou uma atividade com os pescadores, que funcionou na própria associação, AMOPE. Isabela me relatou que, junto com ela, trabalham outras mulheres da comunidade, que são pescadoras, mas tiveram que optar entre a CTPS e a RGP, porque a pesca não estava sendo frutífera para elas. Com CTPS assinada não é possível obter o RGP, mesmo que a pessoa seja pescadora ou pescador. Inicia-se, assim, a minha pesquisa.



Foto 8: Oficina de artesanato, ministrada por mim. João, de blusa rosa. Foto: Carla Ramôa Chaves, 20/07/2019.



Foto 9: Após a oficina, a família continuou produzindo mais objetos. Foto: Carla Ramôa Chaves, 20/07/2019.



Foto 10: A família apresentando, orgulhosa, as suas produções. Foto: Erica do Nascimento, uma das filhas do casal, 20/07/2019.

#### 2.4 ONDE ESTÁ A COMUNIDADE? ONDE ESTÃO AS PESCADORAS?

Passado o final de semana de festejos e adaptação, chegou a primeira segunda feira do trabalho de campo. Marli já estava acordada e arrumada, pronta para sair comigo. A minha ideia era realizar as buscas, em algum momento, sozinha, mas, resolvi aproveitar o que esta experiência do trabalho de campo estava me oferecendo. Por mais que planejemos um roteiro ou uma ideia para executar, a experiência do

campo nos desvia para outras situações. Quando vamos ao campo, temos uma expectativa dos fatos, mas não existe uma forma única. Por mais que façamos levantamento bibliográfico sobre o tema, ou sobre o que já tenhamos estudado sobre o espaço, é no campo que percebemos que, quando se trata de pesquisa humanística, acontece de encontramos semelhanças entre os lugares e seus habitantes, mas, também, notamos coisas muito particulares.

Quando comecei a pensar no campo, imaginei, conforme estudei na literatura, uma comunidade pesqueira, com reuniões frequentes nas associações, pessoas se encontrando para pescar na praia, mulheres se encontrando para trocar saberes enquanto descamavam os peixes ou descarnavam siri. Mas não. A minha experiência levou-me a conhecer uma realidade mais individualista. Todas as pessoas que encontrei pelo caminho, inclusive as mulheres pescadoras e/ou envolvidas com a pesca, estavam ocupadas, sem tempo. Não consegui encontrá-las trabalhando, no mar, ou nos manguezais, ou em casa trabalhando com a pesca. As entrevistas foram feitas em momentos inseridos nos afazeres cotidianos dentro de suas vidas individuais. Não havia tempo para a coletividade, ou para a troca de saberes. Portanto tive que fazer as entrevistas, encaixando-me em suas vidas, indo ao encontro delas, onde quer que elas estivessem.

Sobre as vidas ocupadas, em sua pesquisa sobre pesca e turismo, na Baía de Sepetiba, Hoefle (2018) aponta para a diferença na divisão do trabalho, por gênero, afirmando que as mulheres possuem “modos de vida multifuncionais” (HOEFLE, 2018, p. 104). Isto significa, que o indivíduo busca atividades remuneradas, paralelas à pesca, para complementar a renda familiar. Em alguns casos, o autor aponta o contrário: a pesca é uma atividade complementar à agricultura, por exemplo (HOEFLE, 2018, p. 107). O autor chama essas atividades paralelas “oportunidades multifuncionais” que introduz “atividades justapostas” (HOEFLE, 2018, p. 99), o que torna os habitantes de determinado lugar muito atarefados e ocupados. Essa característica da multifuncionalidade, segundo o autor, é comum em áreas que são transformadas “de uma zona rural à periferia da região metropolitana” (HOEFLE, 2018, p. 104). É o caso das pescadoras artesanais que encontrei no campo: a necessidade de complementar as rendas faz como que elas estejam sempre ocupadas, ora a pesca é a atividade que complementa, ora é a atividade principal.

Sobre encontrar as pescadoras nos ambientes triviais de trabalho, a antropóloga Sally Cole (1991), realizou uma pesquisa com pescadoras de Vila Chã, um povoado na costa Norte de Portugal e relatou que sua

primeira visão da comunidade foi em uma manhã chuvosa de maio, quando as mulheres trabalhavam na praia, andando até a cintura na água, coletando algas em enormes redes de mão circulares e espalhando-as para secar na areia. (COLE, 1991, p.XV, tradução nossa)<sup>30</sup>

Do mesmo modo, Martins (2005), ao estudar grupos de escarnadeiras de siri, identificou as “rodas de siri”, onde as mulheres de Itaoca, São Gonçalo - RJ, município vizinho a Magé, também adjacente à Baía de Guanabara, se encontravam para conversar, lembrar sobre a infância e expor suas memórias, enquanto trabalham. Martins (2005) relata:

Logo que cheguei na Ilha de Itaoca, percebi que aquela era a forma das mulheres se reunirem para trabalhar, na maior parte dos grupos. Sentadas em pequenos caixotes, bancos ou cadeiras, nos quintais, por vezes acompanhadas dos filhos, e munidas de pequenas facas e de caixas de plástico, onde armazenam o siri cozido para o descarno, elas passavam horas de seus dias trabalhando (MARTINS, 2005, p.37)

Não encontrei nenhuma destas referências no meu campo. As mulheres viviam ocupadas, umas aguardavam a maré encher, para que pudessem navegar até a foz do Rio Suruí. Outras aguardavam o marido finalizar o conserto do barco. Outras já estavam aposentadas, como Maria Marli. Não as encontrei trabalhando.

Quando desenvolvi a pesquisa sobre os pescadores artesanais da Baía de Guanabara, - sem distinção de gênero, mas, claramente, era possível ver a predominância masculina - não tive dificuldade de encontrá-los. Mas o contexto foi outro. Em 2009, os pescadores artesanais da Baía de Guanabara já vinham se organizando, a partir de uma associação e um sindicato, para conquistarem, por direito, as indenizações referentes ao derrame de óleo que ocorreu em janeiro de 2000. Soares, D. (2012), comenta em sua pesquisa, que foi a partir desse desastre ambiental que

Uma grande parte das associações de pescadores existentes hoje na Baía de Guanabara foram criadas após o acidente. Pela primeira vez, emergiam a

---

<sup>30</sup> Citação original: “my first view of the community was on a rainy May morning when women were at work on the beach, wading waist-deep into the water, collecting seaweed in huge circular hand nets and spreading it to dry on the sand” (COLE, 1991:XV)

partir de suas ainda poucas manifestações, os primeiros traços na constituição de atores sociais. (SOARES, D, 2012, p.90)

Desse modo, entre 2009 e 2011, não foi difícil encontrar os interlocutores em frequentes reuniões nas associações, nas mesas de diálogo da Petrobras – para a qual eu era convidada pelos próprios pescadores. O movimento está desestruturado atualmente, por várias questões que não cabem nesta tese.

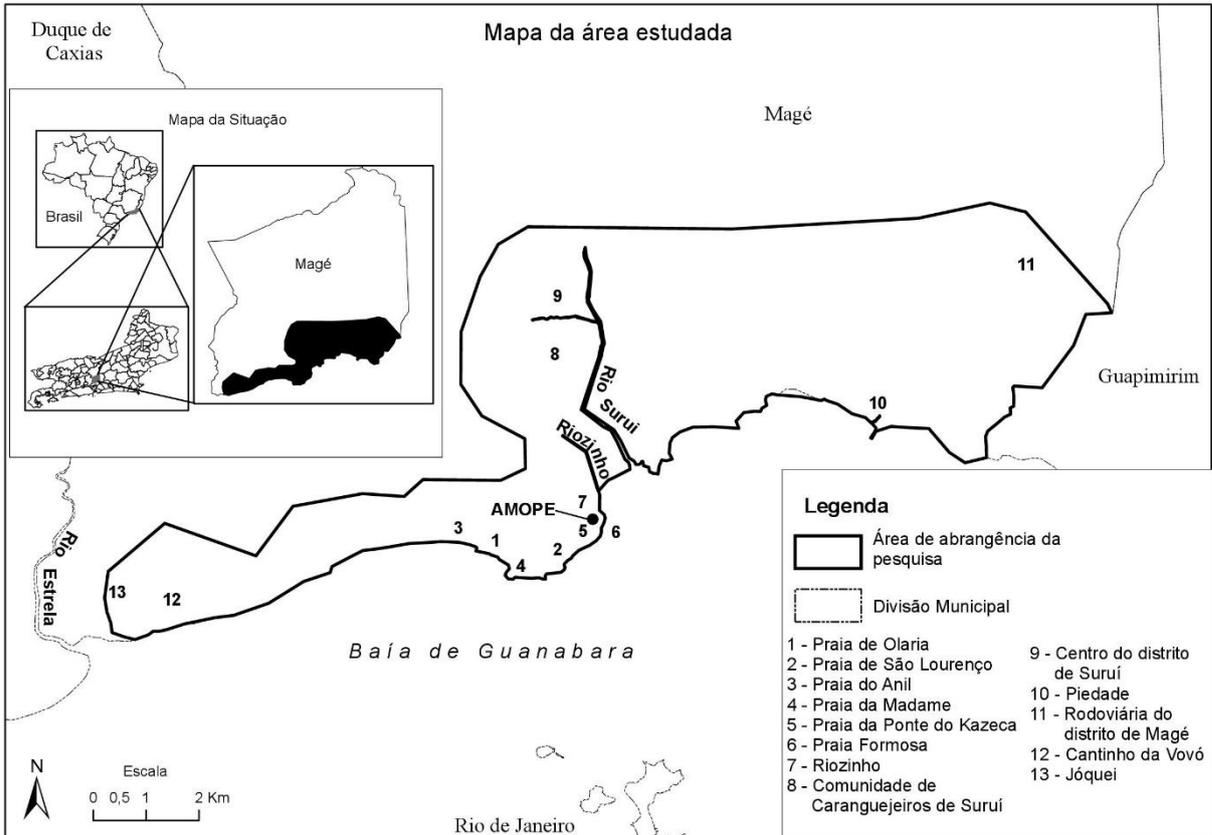
Por isso, a partir dessa referência (CHAVES, 2011), imaginei encontrar uma associação de pescadoras e pescadores bem articulada, com reuniões onde seriam discutidos os interesses da pescadora e do pescador artesanal. Mas o que eu encontrei foi uma associação nova, recém criada – três anos – e a busca das pessoas por esta comunidade era mais emergencial, essencial para a vida: as cestas básicas.

---

Maria também é muito atarefada. Apesar de não ser mais pescadora, pois está aposentada, ainda se envolve com a pesca, de certo modo, administrando a associação e participando do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – Brasil (MPP). Minha chegada ao campo deu-se num momento em que ela estava às voltas com a organização de entrega de cestas básicas para os associados, se preparando para participar de dois eventos que ocorreram com o MPP e com 16<sup>o</sup> Conferência Estadual de Saúde do Rio de Janeiro<sup>31</sup>. Durante a estada ainda ocorreram situações não planejadas que demandaram sua atenção, além dos afazeres da casa e cuidados com a família. Compreendi que a Marli concebeu a minha presença como mais um dos compromissos importantes de sua agenda como liderança de pescadores em formação. Agradeço muito sua disponibilidade e atenção. Esta gratidão colocou-me em uma posição passiva, no início. Deixei-me conduzir por ela por vários motivos: gratidão, satisfação, no sentido de não fazer desfeita à sua ajuda, aproveitar o seu conhecimento do local e das pessoas. O fato de Marli pertencer aos espaços pelos quais me conduziu, facilitou e acelerou a minha percepção ambiental, espacial e social. A seguir, seguem os relatos dos dias de “caça às pescadoras”.

---

<sup>31</sup> <http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/noticias/808-8-conferencia-estadual-de-saude-do-rio-de-janeiro-sera-realizada-em-maio.html>



Mapa 1: Área de abrangência da pesquisa (elaborado pela autora).

### **Ida às praias**

Quando fomos à Praia de Olaria já eram 10h da manhã e achamos que não encontraríamos pescadores vendendo seus produtos, mas encontramos um na beira da Avenida Gov. Roberto Silveira, em frente à praia (Foto 11). Não vimos nenhuma mulher pescando, ou auxiliando, ou vendendo pescado. Ainda estava no segundo dia do trabalho de campo – o primeiro foi o aniversário do pastor -, mas como eu teria apenas 10 dias de campo, preocupou-me o fato de não ter encontrado mulheres no mar ou na praia. A minha hipótese não poderia ser comprovada caso não encontrasse pescadoras e preocupou-me não conseguir fazer a pesquisa. Porém decidi que qualquer informação adquirida, inclusive a ausência de mulheres pescadoras, seriam dados importantes para a pesquisa. A presença ou a ausência do que se espera, tudo faz parte da pesquisa, tudo será informação, inclusive a inexistência dela.

Fiz uma escolha, decidi entrevistar aos homens que encontrasse e usá-los para acessar a informação que eu queria. Comecei perguntando se eles conheciam alguma mulher pescadora, ou que auxiliasse na pesca do marido. Mesmo não concordando

que a mulher é uma ajudante do marido, resolvi usar este termo “ajudante” para não ter que me explicar tanto e fazer-me compreendida. Maria mostrou-se proativa. Antes de eu me apresentar ela o fazia. Se apresentava como liderança da associação dos pescadores e contou sobre todas as assistências realizadas. Em seguida apresentava-me, de certa forma, associando a minha pesquisa à AMOPE, explicando sobre o meu interesse nas mulheres pescadoras e na importância do meu estudo. Maria explicava por mim, que eu pretendia acompanhar um dia de trabalho com as pescadoras. Muitas vezes minha postura era acompanhar a conversa, sem participar:

Conversa com pescador que estava vendendo corvina na esquina da Av. Gov. Roberto Silveira (Foto 11):

- Pescador: Ela teve até neném agora.

- Maria: Ela pesca direto com o marido. Quero fazer uma entrevista com uma pescadora, mulher.

Pescador: não tem não.

Outro: que que tem?

Maria: que fica pescando

Mulher: pescou hoje aquela menina, com o marido dela. Pescou hoje.

Maria: Ela [Carla] quer ir junto, quer participar.

Mulher: pegou um montão de peixe, veio com uma caixa de peixe na cabeça

Maria: tu não sabe onde ela mora não?

Homem: a essa hora (10 horas) você não encontra ninguém não, tem que vir de manhã

Maria: a gente tem que marcar antes. A gente acha ela. Ela pesca mesmo, ela fica lá dentro do mar

Pescador: ela é a verdadeira pescadora. (Áudio de trabalho de campo do dia 21/07/2019, Praia de Olaria, Magé)

Continuando nossa busca por uma mulher pescadora, fomos à beira da praia procurar por alguém que pudesse nos informar e encontramos um jovem pescador, recém-casado, recém pai (Foto 12). Perguntei se ele conhecia alguma pescadora ou alguma mulher que “ajudasse” ao marido, na pesca. Ele me informou, então, que sua esposa e sua cunhada “ajudavam”, mas sua esposa não estava pescando, no momento, porque tiveram bebê. Enquanto ele pesca, ela cuida do filho em casa. Pedi o contato de sua esposa e resolvi fazer algumas perguntas, e, para minha surpresa, tive informações importantes para a pesquisa. Ele me informou que sua esposa tentou fazer o RGP pela Colônia Z9, porém foi informada que a colônia não registraria mais as mulheres pescadoras, só os homens. Segundo ele, isto está ocorrendo desde o

vazamento de óleo no Rio Estrela, há seis meses<sup>32</sup>. A seguir, o diálogo que tivemos, na beira da Praia de Olaria:



Foto 11: Pescador vendendo peixe recém pescado, na rua da praia, Praia de Olaria, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.

Eu: Bom dia, é, você pesca há quanto tempo?

Pescador: pesco desde os 9 anos de idade, eu tenho 30.

Eu: Sua esposa pesca também?

Pescador: Pesca, ela pesca já tem uns 2 anos.

Eu: mas ela não era pescadora antes?

Pescador: não, não era não.

Eu: Só com você?

Pescador: só comigo.

Eu: E ela não tem carteira?

Pescador: não tem não, já tentamos tirar, mas não conseguimos

Eu: Por que que você não conseguiu?

Pescador: Porque a presidente da Colônia disse que não ia mais tirar carteira pra mulher

Eu: Desde quando?

Pescador: Não sei, só falou pra minha mulher, que ela tirou pra um montão de mulher!

Eu: quando foi que ela falou isso?

Pescador: Ah, tem uns 6 meses. Ela falou há 6 meses, aí depois eu fui tentar de novo e ela falou que não ia tirar mais carteira para mulher, porque estava dando problema.

Eu: Entendi: E será que na associação de pescadores ela consegue?

Maria: Sim, porque é um direito nosso, nós somos pescadoras, nós trabalhamos todo dia na pesca, a gente tem nosso direito de apanhar nosso documento! Como é que eu vou me apresentar pra autoridade, dentro da previdência como pescadora se eu não tenho documento? E a associação

<sup>32</sup> <https://projeto colabora.com.br/ods14/em-tragedia-anunciada-baia-de-guanabara-sofre-grave-derramamento-de-oleo/>

que está não assume para dar a documentação pras pescadoras? Sou da associação AMOPE pescadores, mas eu sempre procuro buscar fazer a documentação das pescadoras, pra que ela possa vim receber o auxílio natalidade (licença maternidade), um auxílio de doença, vai que se machuca no mar, que caia, tenha algum problema e tem os nossos direitos garantido.

Eu: a sua esposa só faz isso? A única atividade que dá dinheiro a ela é a pesca?

Pescador: Ela parou de fazer o que ela fazia, ela trabalhava no salão e aí ela parou de trabalhar no salão para pescar comigo

Eu: Ela tinha carteira assinada no salão?

Pescador: não, não tinha não

Eu: E vocês têm direito à bolsa família, agora com neném?

Pescador: Ela tem, eu não

Eu: Ela que recebe?

Pescador: Sim, ela que recebe" (Áudio de trabalho de campo do dia 21/07/2019, Praia de Olaria, Magé)



Foto 12: Maria Marli e pescador na Praia de Olaria. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019

Fomos, também, à praia do Anil (Foto 14), na esperança de encontrar alguma pescadora em ação, pela praia. Fizemos o caminho, parte a pé e parte de ônibus e, ao sairmos do transporte, seguimos para a praia. Para a minha decepção não encontrei nenhuma pescadora, o que me fez duvidar da existência ou de não estar indo aos lugares certos.

Resolvemos conversar com dois pescadores conhecidos dela (Foto 13). Um deles tinha acabado de voltar da pesca, eram quase 9h da manhã e ele estava com a sua banca na praia (Foto 15). Nesta conversa, para não perder a viagem, perguntei

se eles conheciam alguma pescadora. Interferi explicando a minha concepção do que seria pescadora, sem indicar que esta era a minha concepção. A minha descrição sobre o tipo de pessoa a quem procurava para uma entrevista era: ser mulher, pescadora ou estar de alguma forma envolvida com a pesca, no beneficiamento do pescado ou nas vendas. Se a mulher participasse de qualquer etapa já faria parte da minha amostragem desejada.



Foto 13: Pescadores da associação que encontramos na Praia de Anil. Fotos: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.



Foto 14: Praia do Anil e as ruínas de um píer. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.



Foto 15: Pescadores vendendo peixe na Praia de Anil. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.

Continuando a busca, algo inusitado aconteceu: Maria estava me levando para a sua aula de ginástica na praia, organizada pelo Centro de Referência de Assistência

Social (CRAS) de Guia de Pacobaíba, que fica na Praia do Anil. Fiquei surpresa, pois não estava esperando essa atitude dela e nem esse obstáculo ou pausa no meio da minha pesquisa. Voltarei a falar sobre isso no item 2.6, sobre a Marli.

Ao fim da Ginástica, continuamos a caça às pescadoras e encontramos no caminho, por coincidência, realizando outra atividade avessa à pesca, uma pescadora chamada Carmem, que guardava mercadorias em um carro (Fotos 16 e 17). Em uma breve conversa com ela, tentei agendar uma entrevista com mais tranquilidade e tempo. A pescadora declarou que não pode contar somente com a pesca. Precisa trabalhar com outras coisas, como a venda de tênis e bolsas, em feiras. Ela afirmou ser caranguejeira e que faz parte de uma associação de caranguejeiras em Suruí. Neste momento Marli resolveu falar de sua associação e das assistências realizadas, como cestas básicas, oficinas de artesanato, entre outras coisas.

Notei a existência de uma disputa por associados. Compreendo que Marli participa de uma formação para tornar-se uma liderança e que busca desempenhar esse papel com preocupação. Ela acredita que conseguirá regularizar a situação dos pescadores, junto ao Ministério do Trabalho e Ministério da Pesca, sem que, para isso, as pessoas tenham que estar vinculadas à Colônia Z9, ou qualquer outra.



Foto 16: Caça às mulheres, com a Maria. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.



Foto 17: Rua onde encontramos a Carmem, nos encontramos com ela, enquanto abastecia seu carro e agendamos um encontro na Associação. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.

Eu e Carmem combinamos, então, de conversarmos na associação de pescadores, já que, durante a conversa, decidiu que se associaria à AMOPE, participando, assim, como beneficiária das suas atividades. No dia e horário marcados, Carmem não apareceu. Retornei a ligação e a mesma afirmou estar muito

ocupada e combinamos no dia seguinte, ao passo que ela não apareceu, novamente. Resolvi não procurar mais por ela e decidi deixar que a própria experiência do campo me conduzisse.

Na mesma rua, encontramos um conhecido da Marli que tem uma irmã pescadora. Pegamos o contato e combinei de ir à casa dela. Por ser um lugar de difícil acesso, Marli ofereceu-me ir de carro com seu filho, contanto que colaborasse com combustível.

A partir daí, decidi fazer as buscas através de uma rede de indicações, *quem indica quem*, mais conhecido como *Member Get Member* ou método Bola de Neve, conceito muito explorado na teoria de relacionamento do *Marketing*. Diante da dificuldade em encontrar as mulheres na praia ou voltando de alguma pescaria, resolvi buscá-las de outra forma.

O método *Member Get Member* ou bola de neve, segundo Veiga; Gondim (2001) é

A forma de recrutamento mais comum em pesquisas qualitativas é por critério de conveniência, como, por exemplo, a técnica da bola de neve, em que os participantes sugerem outros participantes para serem entrevistados, sendo indicada também, quando se pretende estudar um grupo de acesso restrito cujos componentes não aparecem enumerados em uma lista para uma escolha aleatória (WEISS, 1994<sup>33</sup> *apud* VEIGA; GONDIM, 2001, p.6)

O autor, Robert Weiss (1994), escreve sobre como aprender com os estrangeiros (*learning from stranger*) como “gypsies, trabalhadores migrantes, pessoas muito ricas” (WEISS, 1994, p.25) que, segundo ele, são “grupos de difícil penetração” (WEISS, 1994, p. 25). No caso das pescadoras artesanais, não obtive dificuldades em ser recebida por elas. Trataram-me com educação, contanto que eu respeitasse seu momento de trabalho, ocupado, ou algum afazer doméstico. A dificuldade foi encontrá-las. Como já disse, não as encontrei nos lugares simbólicos da pesca: praia, rios, tecendo e remendando redes, trocando saberes, entre outros. Porém, conforme Weiss (1994), “as indicações podem ser um avanço para encontrar algum membro do grupo, qualquer membro, disposto a servir como informante” (WEISS, 1994, p.25).

*Member Get Member* é uma expressão que significa “membro traz membro”. No caso do marketing, “o cliente recebe premiações ou benefícios” (CARNEIRO,

---

<sup>33</sup> WEISS, Robert S. (1994) *Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies*. New York, The Free Press. Disponível no Google Books, apenas algumas partes.

2008, p. 16). No caso de nossa pesquisa, quem recebe a premiação é a pesquisadora, que até então viu-se diante de uma crise metodológica. Para ler mais sobre o assunto, consulte-se: Müller (2007), Carneiro (2008), Lopes (2018), entre outros.<sup>34</sup>

---

Após o agendamento da minha primeira entrevista, eu e Maria prosseguimos pela beira da praia (Figuras 18, 19, 20, 21) em busca de mais pescadoras. O caminho era de pedra e não encontramos ninguém pelo caminho, somente algumas casas aparentemente abandonadas ou vazias, de pessoas que, provavelmente, não moravam lá. Casas ocupadas somente no verão ou para passeio. O que me fez pensar em outra coisa: as pescadoras que encontrei, durante a costura da rede de relacionamentos, não moravam na beira da praia (HOEFLE, 2018, p. 106, 107, 111).



Foto 18: Casas na beira da Praia do Anil, sobre fundações de pedra, erodidas pela ação das marés. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.



Foto 19: Casas na beira da Praia do Anil, sobre fundações de pedra, erodidas pela ação das marés. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.

---

<sup>34</sup> CARNEIRO, L. F. (2008). *Marketing de relacionamento: caso O Boticário*. Monografia, Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2008. 37p (disponível na internet);  
 MÜLLER, A. R. (2007). *Marketing de relacionamento: o caso da Congraria das Artes*. Relatório de conclusão de estágio do curso de Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. 67p. (disponível na internet);  
 LOPES, E M. (2018). *Modelo teórico: campanhas Member Get Member*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa. 2018. 65p. (disponível na internet).



Foto 20: Casas na beira da Praia do Anil, sobre fundações de pedra, erodidas pela ação das marés. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.



Foto 21: Casas na beira da Praia do Anil, sobre fundações de pedra, erodidas pela ação das marés. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.

## 2.5 NARRATIVAS

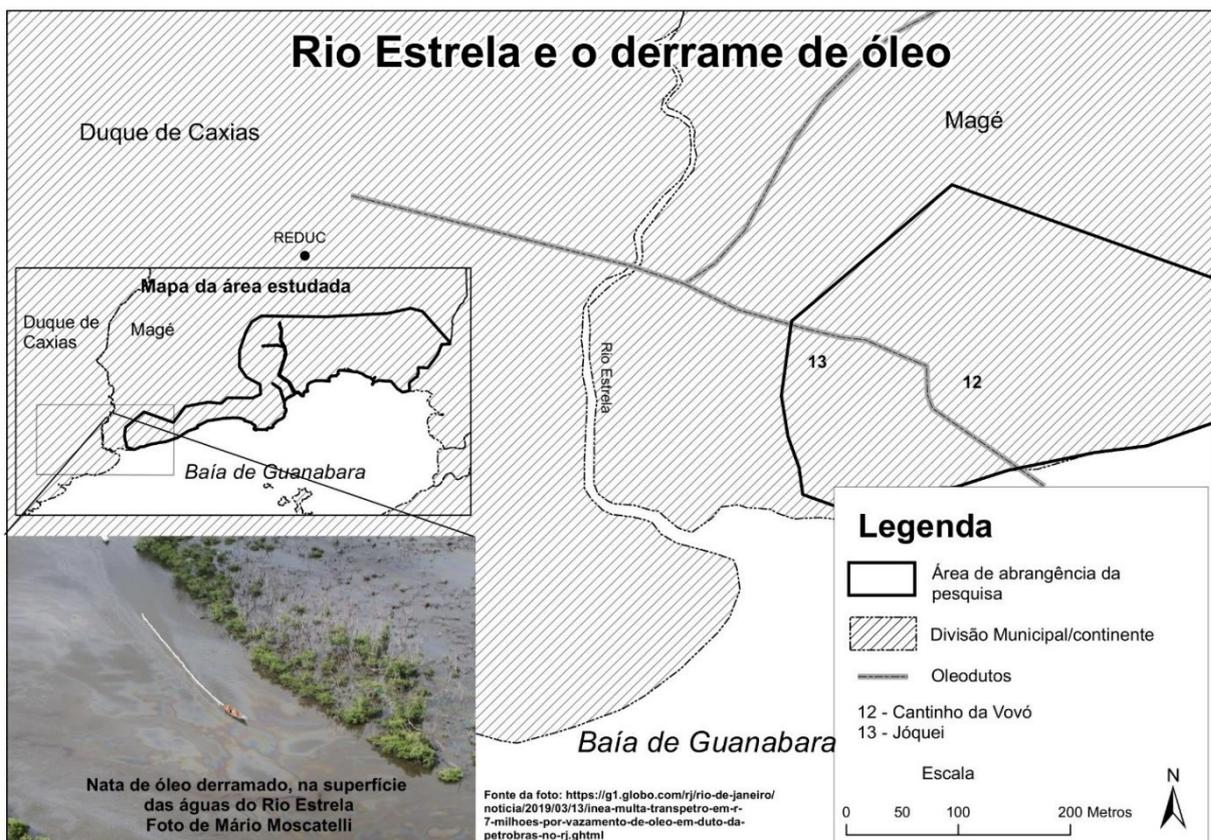
### 2.5.1 Entrevistas

Ao total, foram entrevistadas 19 mulheres pescadoras, dentre sirizeiras, caranguejeiras e de peixes variados. O campo de dez dias e as entrevistas coincidiram com a ocorrência de um acidente ambiental, que tinha acabado de acontecer, sete meses atrás, no Rio Estrela (Mapa 2). Este acidente foi citado em quase todas as entrevistas: um duto da Petrobras, que corta o Rio Estrela, divisa entre Magé e Duque de Caxias, rompeu e inundou todo o rio, à jusante do oleoduto - incluindo manguezais e a Baía de Guanabara - com o óleo que estava sendo transportado para a Reduc.

Inicialmente, a ideia era fazer uma pesquisa baseada na observação participante, nas reuniões, nas rodas de conversa, durante uma ida ao trabalho, na pesca, mas, estes cenários não aconteceram. Desse modo, parti para entrevistas com perguntas mais objetivas, porém com espaço para novas perguntas. Algumas delas foram se construindo no campo, pois nem todo o conhecimento sobre estas mulheres adquiri na literatura. A realidade dessas pescadoras, apesar de muitas semelhanças, é diferente das encontradas em outros estudos. Conforme a conversa se desenrolou com a primeira entrevistada, as demais perguntas foram elaboradas. Eu as anotava e as repetia com a próxima entrevistada quando também surgiam outras perguntas que aproveitei para as seguintes. Isso foi pensando pois, segundo Claval (2013), a forma

como o campo será feito, se serão feitas entrevistas, se deveremos usar perguntas, e quais, é uma das preocupações da pesquisa geográfica humana:

Portanto, na geografia humana, o trabalho de campo não se limita somente à análise de paisagens; ele implica visitas, entrevistas (...). Como escolher seus interlocutores? Como conversar com eles? Deve-se deixá-los falar livremente? Ou é melhor orientá-los de vez em quando com uma pergunta, uma observação? É preciso preparar questionários?" (CLAVAL, 2013, p. parágrafo 56)



Mapa 2: Acidente ambiental no Rio Estrela, dezembro de 2018. (elaborado pela autora)

### **Perguntas norteadoras das entrevistas**

- |   |  |   |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a sua atual participação/função na pesca?</li> <li>• Qual a sua origem?</li> <li>• Terminou os estudos em que série?</li> <li>• O que fazia antes de pescar?</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Por qual preço você vende o pescado?</li> <li>• Qual seu rendimento mensal?</li> <li>• Qual a sua idade?</li> <li>• Com quem iniciou na pesca?</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Com qual frequência você pesca?</li> <li>• Recebe seguro defeso? Deu estrada através de qual instituição?</li> <li>• É registrada na Colônia de</li> </ul> |
|---|--|---|

- |  |  |   |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual seu estado civil?</li> <li>• Recebe pensão do marido?</li> <li>• Possui filhos? Quantos?</li> <li>• Com qual idade começou a pescar?</li> <li>• Quanto tempo você tem de pesca?</li> <li>• Em que ano começou a pescar?</li> <li>• Vivia ou vive só de pesca?</li> <li>• Qual tipo de pescado você captura?</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesca no mar, rio ou manguezal?</li> <li>• Quais os locais de pesca?</li> <li>• Pesca sozinha ou acompanhada? Com quem?</li> <li>• Onde está guardado o seu barco?</li> <li>• Por que pesca?</li> <li>• Onde vende o produto?</li> <li>• Possui carteira de pescadora? Foi fácil tirar? Através de qual órgão? Desde quando?</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• pescadores? Em alguma associação?</li> <li>• Em quais dias da semana e horários você pesca?</li> <li>• Recebe bolsa família?</li> <li>• Trabalhou em algum projeto após o óleo de 2000? Qual?</li> <li>• Que outras atividades remuneradas você exerce?</li> </ul> |
|--|--|---|

Optei por usar perguntas norteadoras, mas com flexibilidade, deixando a entrevista mais fluida, aproveitando outras coisas que foram ditas, valorizando todas as falas, inclusive os desabafos. Sendo assim, concordamos com Claval (2013) quando ele compreende que, em Geografia Humana, os contatos com os interlocutores não podem ser rígidos e nem impessoais:

ele [o geógrafo] pode utilizar-se de procedimentos mais flexíveis, realizar entrevistas não-diretivas, deixar seu interlocutor falar: é nessas condições que ele consegue levantar aspectos radicalmente novos — e diferentes daqueles que esperava — da realidade que analisa. (CLAVAL, 2013, parágrafo 112)

### Ida às casas

Precisei ir às casas das pescadoras, pois não as encontrei na praia e nem em momentos de participação no processo produtivo da pesca, apesar das tentativas. Devido ao pouco tempo que eu tinha disponível, para completar o trabalho de campo, a melhor estratégia poderia ser encontrá-las nas suas próprias residências. Outros estudos verificaram a pequena presença de mulheres nas praias, como no trabalho de Rosa (2005) com pescadores e caranguejeiros da APA Guapimirim. A autora, em seu campo, entrevistou apenas uma mulher e sua explicação é que, provavelmente, as pescadoras atuam mais na parte de beneficiamento e de comércio, não na captura:

Foram entrevistados 99 homens e 1 mulher, esse percentual é devido porque boa parte das mulheres da região, que atuam na pesca, fazem o trabalho de limpeza do peixe, da retirada da carne do siri (sirizeiras) e da venda do caranguejo nas feiras e ruas das cidades. Como as entrevistas foram na própria praia, não foi possível obter um maior percentual feminino. (ROSA, 2012, p.63)

Diferente de mim e de Rosa (2012), mas, conforme Cole (1991), Martins (2009), em sua pesquisa sobre as narrativas e memórias de um grupo de sirizeiras de São Gonçalo-RJ, tão perto de Magé-RJ, encontrou mulheres trabalhando no processo produtivo da pesca:

Um grupo de mulheres sentadas em círculos, em pequenas cadeiras ou caixotes de madeira, extraía a carne do siri, enquanto narrava as histórias de suas vidas e da produção de seus saberes, baseadas no cotidiano da pesca que marca, desde a infância, essa comunidade de pescadoras de siri. (MARTINS, 2009, p.247)

Desse modo, como não encontrei nenhum grupo reunido, nem na praia, nem em quintais, a solução foi visitar suas casas, o que de certa forma foi uma vantagem para a pesquisa e a minha maior compreensão de suas condições de vida, pois eu pude ver a forma como elas viviam e como se organizavam no ambiente doméstico, conforme também reconheceu Seeger (1980): “Ao visitar as casas, eu podia ver as pessoas e o que faziam” (SEEGER, 1980, p.36).

Durante as entrevistas, me senti constrangida de entrar em suas casas sem marcar com antecedência. Não tive esse tempo de agendamento. Quando tentei uma entrevista marcada, os meus alvos não retornavam ou não me atendiam. Não tive sucesso. Sendo assim, coloquei uma “máscara” impertinente – apesar do embaraço - e segui para suas casas, apresentando-me como professora e solicitando uma breve entrevista, naquele momento.

As pescadoras estavam sempre ocupadas, sem tempo ou com tempo reduzido, ou então estavam em um momento de descanso e eu atrapalhava aquele momento. Mesmo assim, nenhuma delas se recusou a conversar comigo. Mesmo sendo uma convidada-sem-hora-marca-que-aparecia-de-repente, fui recebida com educação e simpatia. Apesar disso, senti que eu era vista como uma “fiscal”. Todas as informações me eram passadas como se eu estivesse ali para certificar-me de que suas documentações estavam corretas – para aquelas que tinham as documentações.

Essa sensação que eu tive se assemelha ao que ocorreu com Costa, A. (2013) em sua pesquisa com povoados da barragem de Sobradinho, no Rio São Francisco.

Costa, A. (2013) sentiu-se uma “ameaça” (percepção e palavra minha), cada vez que pensavam que ela fosse funcionária da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), já que, cada vez que aparecia um representante desta empresa, as pessoas eram obrigadas a deslocar-se, formando novos povoados: “No final, já era quase o lugar inteiro reunido, fazendo perguntas e exigindo respostas, desconfiados e agressivos, querendo saber por que estávamos ali” (COSTA, A, 2013, p.21).

Não passei exatamente o mesmo embaraço que Costa, A. (2013), porém, uma das pescadoras não quis conceder-me entrevista, por me ver como provável oposição à Colônia Z9. Não me vem outra explicação em mente. Eu estava acompanhada de Maria, representante de uma associação de pescadores, e a pescadora em questão só me concederia entrevista se eu **estivesse acompanhada da presidente da colônia**. Foi minha única recusa explícita e um pouco agressiva.

Com as demais pescadoras, como já disse, não fui questionada, de modo semelhante ao ocorrido com Cole (1991) “as mulheres não questionavam meu interesse em suas vidas” (COLE, 1991, p.40, tradução nossa)<sup>35</sup>. Algumas delas, quando eu perguntava alguma coisa, respondiam: **posso responder, não tenho nada para esconder**. Igual situação passada por Cole (1991), cujas pescadoras de Vila Chã (Portugal) “iniciavam suas histórias com a mesma frase ‘minha vida não é secreta’” (COLE, 1991, p.40, tradução nova)<sup>36</sup>.

Durante as entrevistas, muitas mulheres aproveitaram para desabafar sobre outros assuntos, o que me deixava um pouco a par do contexto de suas vidas. O pesquisador precisa ser generoso nessa escuta, sem interferir, pois isso pode mudar a pesquisa, ou para o bem ou para o mal. Nem tudo se escreve. Algumas coisas devem ficar no “mundo” da memória ou continuar no caderno de campo:

Outros me indicavam as histórias que eu deveria ou não pôr no meu caderninho, já que, segundo uma das informantes, nem tudo que se via ou ouvia na ilha deveria ser contado e nem todo fato era verdade acontecida. (Martins, 2009, p.251)

<sup>35</sup> Traduzido de “The woman did not question my interest in their lives” (COLE, 1991:40).

<sup>36</sup> “Invariably they began their stories with some statement such as ‘My life is no secret.’ Or they commented on the form of their lives: ‘My life is a novel’.” (COLE, 1991:40)

### Convite ao trabalho

Uma das tentativas, durante as entrevistas, foi obter um convite para alguma ida a um dia de trabalho, em suas embarcações – no caso das que tinham. Foram tentativas frustradas, já que as pescadoras apresentavam alguma justificativa para que essa participação não acontecesse. Cheguei a combinar com a Renata, mas para isso a maré tinha que subir. Seu barco estava guardado no Riozinho e, para aumentar sua navegabilidade até a foz, precisaria de mais profundidade. Era um embaraço recíproco, de modo que não insistia muito para que tal atividade ocorresse. Este embaraço também foi notado na pesquisa de Duarte (1999), com os pescadores de Jurujuba, Niterói-RJ. O autor relatou sua dificuldade em conseguir uma participação durante uma pescaria de barco. Como nem eu e nem o autor estaríamos trabalhando, somente observando ou acompanhando, isso poderia significar um dia de trabalho perdido para estas trabalhadoras e trabalhadores. A única vez que consegui entrar e conhecer um ambiente de trabalho – o manguezal - não foi um dia útil de trabalho. Duarte (1999) cita seu embaraço:

a permanência nessas embarcações (canoas) durante o processo de trabalho era um estorvo quase intolerável, pela inexistência de espaço físico para um não-trabalhador curioso. Impunha-se nesse caso até mesmo uma certa preocupação em não lhes impor formulação de convites, que sabidamente interferissem na boa condução de suas saídas (DUARTE, 1999, p.23)

O autor relatou ter mais facilidade em interagir com os pescadores no momento do conserto das redes ou antes das saídas. No meu caso, como já relatado, encontrei apenas a Kelly trabalhando. Ela estava voltando da pesca de camarão; justamente a única que não possui marido pescador. As demais, cujos maridos são pescadores, a atividade delas depende da lida deles.

Algumas entrevistas me eram concedidas pela intermediação da Maria, que explicava que eu era pesquisadora e que minha pesquisa poderia ajudar aos pescadores – sim, pescadores de um modo geral - de alguma forma. Em outro caso, alguém mencionou que poderia me levar para um passeio para que eu fizesse muitas filmagens e fotos boas, confundindo-me com uma repórter ou cineasta, já que já foram procurados por esses profissionais.

A impressão que eu tive é que não sabiam exatamente diferenciar as profissões e seus escopos: professor, jornalista, cineasta.... De qualquer forma não era bem um

“passeio” que eu buscava. Não queria algo arranjado, queria participar de um dia real de trabalho.

Notei ao longo das entrevistas que havia pontos em comum com as pescadoras, apesar delas não se conhecerem. Elas pertencem a uma categoria definida pelo Estado, portanto todos os benefícios e políticas públicas voltadas aos pescadores artesanais recaem sobre elas – só para as que tem RGP e toda a sua documentação em dia. Durante as entrevistas, notei que suas vidas individualizadas, representavam um conjunto de fenômenos que emergiam não somente em suas vidas particulares, mas eram tendências: o abandono, as vidas ocupadas, subsistência, conhecimento local, mesmos problemas relacionados às políticas públicas (benefícios sociais) e sobrevivência.

### Ser professora

Para facilitar e não ser confundida como fiscal, representante do governo ou de associação “inimiga”, apresentava-me como professora para todas as pessoas que encontrei. Essa parece ser uma estratégia comum em pesquisas de campo humanísticas como no caso dos pescadores de Atafona (São João da Barra-RJ), estudados por Gomes (2018). O autor apresentou-se como professor e isso facilitou a recepção com os entrevistados (GOMES 2018:77). Do mesmo modo, quando notei que esta tática deu certo, achei melhor me apresentar desta forma, menos explicações a dar.

Nas entrevistas, não explicava muito os motivos da minha pesquisa, acreditando que não conseguiria fazer-me entender. Muitas vezes fui concebida como alguém que estava ali para ajudar em alguma coisa. Mas, na verdade, eu estava ali mais como aluna do que como professora. Apesar do pouco tempo na estada e nas entrevistas (menos do que eu gostaria), eu estava ali para aprender. Conforme uma conversa relatada por FERREIRA (2016) com um pescador de Arraial do Cabo, que explicou muito bem a relação entre pesquisadora e interlocutor (no caso pescador):

“a senhora é professora né? (.) com seus alunos a senhora tem a sua tarimba (...) a senhora tem toda experiência que eu num tenho!↑ eu sou analfabeto↑ (...) a senhora como diz os nativo dá carta e joga de mão na minha presença (.) por quê?↑ A senhora é uma professora formada e eu num sou agora (.) dentro do

mar (.) da pescaria (.) eu sou formado (.) eu tenho minha experiência (...) e a senhora num tem!” (FERREIRA, 2016, p. 92)

E a autora complementa que o pescador “está indexando discursivamente diferentes autoridades sobre Tempo-Espaços distintos e sobre as performances de pesquisadora e pescador” (FERREIRA, 2016, p.92). Era este o meu sentimento, alguém em processo de aprendizagem sobre um assunto desconhecido.

A seguir serão narradas duas entrevistas que ocorreram no início da minha entrada em campo. São entrevistas importantes, pois ajudaram-me a compreender como se dariam os seguintes encontros e me tranquilizaram quanto a perceber que todas as dificuldades encontradas na conquista destas entrevistas fariam parte, também, dos meus dados. Com isso percebi que não havia a comunidade dos meus sonhos e expectativas, que não seria fácil encontrar estas mulheres, que precisaria ter compreensão caso alguma não pudesse me receber e ter empatia ao invés de egoísmo. Cada entrevista realizada teve uma procura diferente. Em algumas delas fui acompanhada com Maria, outras com seu filho João, outras aproveitando oportunidades surpresas e, finalmente, sozinha, inquirindo desconhecidos nas ruas.

### 2.5.2 A pesca ainda vale à pena?

#### Vânia

No terceiro dia de campo, segunda-feira, após o almoço, fomos à casa da Vânia (Foto 22), indicada por seu irmão Joel, que encontramos numa rua da Praia do Anil, no mesmo dia, na parte da manhã. Marli, que também estava interessada em divulgar a associação e suas atividades e conhecer melhor as pescadoras, acompanhou-me. A casa da Vânia ficava em um lugar de difícil acesso para transporte público, então fomos no carro de João, filho da Maria, com ele dirigindo. Chegando lá, fomos recebidos pela Vânia e nos sentamos na área de fora. Como o meu interesse era encontrar e mapear as pescadoras e suas práticas espaciais e seu **espaço da lida**, minhas perguntas se iniciaram abertas e informais, mas, em seguida foram tornando-se objetivas. Esta primeira conversa serviu de piloto, para que eu sentisse a viabilidade das perguntas.

Vânia tem 49 anos e não pesca mais, largou a pesca há cerca de um ano. Começou a pescar com os irmãos há 29 anos, como meio de subsistência e alternativa à falta de trabalho na região. Após o nascimento do filho, começou a pescar desde 2000, no manguezal, caranguejo e siri. O processo envolvia a confecção de laços, a captura, a amarração e as vendas. Os seus lugares de pesca eram os manguezais próximos ao Remanso, que se localiza na foz do Rio Suruí, protegido pela Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA Guapimirim), cuja nascente fica na Serra dos Órgãos, e nos manguezais do Cantinho da Vovó, bairro fronteiriço com o município de Duque de Caxias e com o Rio Estrela, rio que delimita os municípios de Duque de Caxias e Magé. Os caranguejos eram vendidos nos comércios, nas feiras e na porta de sua casa, com uma placa indicando. Vendia a dúzia amarrada em uma corda, por cerca de 30 reais.

As perguntas não se limitavam apenas ao processo da pesca, mas também em relação à sua identidade como pescadora através dos órgãos do governo. A identidade de pescadora vai além de uma **autoidentificação**, passa pelo crivo administrativo público. Para receber os benefícios concedidos à profissão é necessário ter a certificação de profissional da pesca. Vânia tirou a carteira de pescadora (RGP) aos 23 anos, em 1993. Foi tirada na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), por conta própria, e manteve-se associada à colônia de pesca Z9. Após o derrame de óleo de 2000, no duto da REDUC, muitos pescadores foram prejudicados no trabalho diário e se alistaram para receber as indenizações pelos danos causados ao acidente. Vânia relatou que após este desastre, sem poder trabalhar na pesca, foi contratada para limpar o óleo na praia e, em seguida, foi deixando a atividade de lado:

Porque com tanto vazamento e tanto desastre que houve, não tem mais, você pode chegar lá, encontra tudo pequenininho, ou então tudo morto, tudo fraco, não tem mais condição. Ninguém hoje em dia quer mais, não aceita mais, entendeu? Eles acham que tá doente, que tá com problema, então não tem mais. (Entrevista concedida no dia 22/07/2019)

Em todas as entrevistas apareciam os desastres ambiental, de 2000, em um duto entre a REDUC e o terminal, e o de 2018, em um duto que atravessa o Rio Estrela. Vânia afirmou que esse último acidente foi o estopim para a sua desmotivação para a pesca:

Eu saí foi, ano passado. (...) Bom, eu espero que água limpe e que eles voltem, eles voltando...., mas depois desse último agora, logo agora no defeso, não vai ter mais não.... logo na época da desova, no vazamento do Rio Estrela em dezembro. outubro, novembro, por aí que entrou a desova. (Entrevista concedida no dia 22/07/2019)

Apesar da sua saída da pesca e do cancelamento do seu RGP, Vânia deu entrada no seguro defeso pela Colônia Z9 e recebeu o último, que atrasou devido à troca do governo federal. Segundo a entrevistada, não houve demais problemas, já que ela realmente atuou como pescadora ao longo dos últimos anos: “Problema que deu foi a mudança de governo<sup>37</sup>, né, que eles estão certo de fazerem, né, no caso um pente fino, mas eu recebi direitinho”.

O atual governo, de 2019, fez mudanças na legislação referente ao registro de pescador e, também, no Ministério da Pesca. Com isso, houve uma fiscalização inicial, para investigar os verdadeiros pescadores dos que usam a identidade de pescador para benefício próprio, mas que não trabalha com esta atividade. Vânia migrou para atividades informais como faxineira e cuidadora de idosos, que, mesmo não sendo trabalhos garantidos, oferecem maior segurança do que a pesca:

A gente rodava tudo, cantinho da vovó, tudo, atrás...onde tinha, a gente ia. Não só eu, mas outras também... Estão fazendo faxina, fazendo curso de negócio de idoso, cada um partindo pra outro canto, porque não dá mais. (...) Eu agora estou fazendo faxina (...) faxineira não tem carteira assinada, faxina de casa. Só desce pra fazer faxina e vem embora, pega 100 reais, paga 20 de passagem... (entrevista concedida em 22/07/2019)



Foto 22: Entrevista com a Vânia, caranguejeira, no bairro Vitória.  
Foto: João do Nascimento Rodrigues, dia 22/07/2019.

<sup>37</sup> Referindo-se ao governo de Jair Bolsonaro.

## Sônia

Sônia é uma ex-pescadora de 62 anos que abandonou a pesca há dez anos. Esta entrevista não ocorreu nos primeiros dias, mas ela se encaixa no tema deste subitem “A pesca ainda vale a pena?” e resolvi aproveitar a deixa.

No dia 28/07/2020, Domingo, eu e Maria fomos garimpar pescadoras em outras “praias”. Cada uma com seus interesses. Maria interessada em encontrar suas “colegas” do curso de Turismo de Base Comunitária, oferecido pela APA Guapimirim. Algumas dessas colegas eram pescadoras, também, mas tentavam migrar para o artesanato. As encontramos cada qual com sua barraquinha sobre o novo Pier da Piedade, inaugurado no dia 09/06/2019 (Foto 23 e 24). Como se localiza em outro distrito, tivemos que pegar dois ônibus, para chegar ao destino. Aparentemente é um lugar que está sendo preparado para ser referência turística, em Magé, com bares e restaurantes típicos de região praiana, oferecendo frutos do mar no almoço e nos petiscos. Não almoçamos por lá, levamos lanche e água.

O píer começa no final da estrada principal Estrada Nossa Sra. da Piedade. Deste ponto, olhando para o píer, ao lado direito, tem uma rua sem nome, com algumas casas e carros estacionados. O final desta rua leva à foz de um pequeno rio, cujo nome não descobri, que margeia a Estrada da Piedade, paralela à principal. Neste lugar, alguns objetos como barcos apoitados e material para construção e reparos de currais revela que ali tem pescador (Foto 25 e 26).

Como nem eu e nem a Maria éramos locais, resolvemos perguntar de boca-a-boca, para qualquer transeunte, se conheciam alguma pescadora. Esta atitude nos levou a duas irmãs, que moravam na Estrada da Piedade, uma no início, outra na altura da Estrada do Feital. Uma sirizeira – pesca e descarna – e outra ex-pescadora. Seu nome é Sônia (Foto 27).

Conhecemos primeiro Paula, sobrinha de ambas, que vende pasteis com a carne de siri, em seu quiosque, na esquina da Estrada da Piedade (Foto 28). Paula chamou a mãe e ligou para a tia, que prontamente veio de bicicleta, para conversar conosco. A entrevista foi no quiosque mesmo, em frente à casa de Sônia – mãe de Paula -, que mora no início da Estrada da Piedade. Sônia tem 62 anos e não vive de pesca. Segundo relatou, recebe Bolsa Família, “cento e poucos por mês”, e trabalha

vendendo roupa e Avon. Já viveu de pesca “pescava muito e tirava carne de siri para vender”.



Foto 23: Maria Marli no Píer da Piedade, recém inaugurado em junho de 2019. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019.



Foto 24: Barracas de artesanato e itens turísticos. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019



Foto 25: barcos apoitados na foz do rio. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019.



Foto 26: Mourões para confecção e/ou reparo de currais. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019.

Começou a pescar, aproximadamente, aos 12 anos, com o pai e depois começou a trabalhar sozinha. Há dez anos não pesca mais e não se aposentou nem pela pesca ou por qualquer outro ofício. Nunca teve RGP e não tentou registrar-se. Não fez parte de associação ou colônia. Ao contrário da maioria das entrevistadas, seu marido não é pescador, mas leva a carne extraída pela irmã, para vender aos amigos de seu trabalho.

Quando pescava, ela e sua irmã, descarnavam os siris em casa e vendiam para atravessadores, bares e por encomendas. Sônia trabalhou por quase 40 anos, não

registrou-se e não aposentou-se, apesar da idade. Abandonou a pesca, porém garante-se no emprego do marido, funcionário da REDUC.



Foto 27: Sônia de blusa rosa, Mônica de blusa branca. Foto: Carla Ramôa Chaves, 28/07/2019.



Foto 28: Quiosque de pastel de siri da Paula. Foto: Carla Ramôa Chaves, em 28/07/2019.

### 2.5.3 Vidas ocupadas

#### Paula

No primeiro dia de campo, quando eu e Maria fomos à Praia de Olaria, os pescadores com quem conversamos indicaram a esposa de um pescador chamado Walter. Comecei a prestar atenção nas indicações (*member get member*) e percebi que as pessoas quase não lembravam o nome da pescadora, mas sim o de seu marido. Foi difícil descobrir quem era a esposa do Walter. Maria puxou pela memória e lembrou que conhece essa pescadora. Seu nome é Paula.

No segundo dia, fomos andando à casa de Paula, pela Rua Walter Ferreira. Passamos pela casa às 8h da manhã, batemos palmas, mas não fomos atendidas. Ninguém em casa. Provavelmente foi à pesca com o marido. No mesmo dia, à noite, após a entrevista com Vânia, João, filho de Maria, ofereceu-se para levar-me à casa de Paula. Chegamos num momento totalmente inoportuno: Ao chegar da pescaria com o marido, seu cachorro estava morrendo. Essa situação durou um certo tempo e, ao chegarmos, sem aviso prévio, Paula veio nos atender à porta, emocionada, porém aproveitando nossa presença para não presenciar o desfecho. Foi uma situação muito embaraçosa, mas ficamos na porta, ao lado de fora, com Paula.

Diante desse evento, me despedi e disse que voltaria em outro momento. Ao contrário do que se esperava, Paula foi muito solícita e quis conversar comigo assim mesmo, enquanto seu cão agonizava em seu quintal. Passou-me seu telefone e combinamos de nos encontrarmos no dia seguinte, após o almoço.

No terceiro dia de campo, chego à casa da Paula, sozinha, no horário marcado. Deixei combinado em uma agenda que somente eu entendo. Não atenderam a porta, não sabia o que fazer, pois tinha reservado este período para esta entrevista. Resolvi aguardar um pouco, em frente à casa, sentada na calçada. Eu não era dali, vi uma mesma pessoa, em uma moto, passar várias vezes para um lado e para o outro. Fiquei preocupada.

Lá em Magé foi assim no início, difícil combinar um horário. Minha primeira experiência foi com Carmem, que me ignorou. Atendeu meu telefonema, mas desmarcou dizendo que estava sem tempo. E agora aconteceria o mesmo com Paula. Isso me desanimou, achei que não conseguiria entrevistas. Paula havia me dito que iria à “ginástica” às 8h da manhã e que depois voltaria para casa. Pareceu-me sagrado. A espera fazia sentido, já que sairia para pescar com o marido às 16h, precisaria retornar à casa, afinal combinamos.

Fazer pesquisa atualmente é muito mais fácil, pois contamos com as redes sociais e a internet. O meio técnico-científico-informacional conceitualizado por Santos (2009, p. 238) superou-se. As redes sociais permitem que sejamos mais onipresentes e as comunicações mais precisas. Porém, do outro lado dos aparelhos existem pessoas, interessadas ou não em serem encontradas.

Cansada de esperar e um pouco desanimada, liguei duas vezes, mas não fui atendida. Resolvi voltar para a AMOPE, mas, no meio do caminho, decidi fazer uma terceira tentativa e fui atendida. Alívio. Paula estava na casa da mãe dela, na Praia da Madame, perguntou se eu queria ir lá. Sem dúvida, para não perder viagem nem oportunidade, caminhei até as referências fornecidas. Um supermercado, na mesma rua, seguir até a Estrada da Batalha e pegar um mototáxi, que consegui em uma oficina de motos, na esquina. Era o único meio de transporte ou a pé, mas é um morro, cuja Estrada da Cidade Naval, é um sobe e desce cheio de curvas. Optei pela moto.

Ao observar o caminho deserto, muito arborizado, com poucas casas e esparsas, comecei a ficar com medo do motorista. Um rapaz tranquilo, sendo acusado pela minha intuição, injustamente. Mas não é fácil ser mulher nesse mundo,

principalmente em um lugar que não é o seu espaço de vivência. Estes medos vêm à tona, mesmo que não queiramos. Chegamos ao destino, paguei ao menino e me despedi, esquecendo-me de perguntar como faria para voltar.

Finalmente encontrei a Paula (Foto 30), que me trouxe “de brinde” uma outra pescadora, Vitória (Foto 29). A Praia da Madame é um paraíso, ali em Guia de Pacobaíba. É uma estrada de difícil acesso e um oásis para os moradores das ruas que sobem o morro que separa a praia da estrada principal (Rua Walter Ferreira). Não parece ser uma ocupação de classe média. As ruas lembram as vias estreitas das comunidades.

Em nossa breve conversa no portão, no dia anterior, Paula me contou que não tinha a carteira (RGP), mas usava um protocolo. Este protocolo não serve para ter acesso ao seguro defeso. Comentou que pesca diariamente com o marido, há três anos. Seu barco não fica na Praia da Madame, mas eles saem e chegam por ela. Antes de casar-se, pescava por esporte, em currais próximos à praia e com rede de espera. Após o casamento, passou a pescar de “caceia”, a noite toda, no meio da Baía de Guanabara: “antes eu pescava por esporte, agora que eu casei, virou uma profissão”.

Paula tem 24 anos e há cinco deu entrada no RGP, através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), com formulário entregue pela colônia Z9, mas ainda não está pronta. Ela tem o protocolo do pedido e pôde usar este papel para receber o último seguro defeso liberado em 2019. No SEAP, Paula afirmou que foi inquirida com uma série de perguntas que a confundiram e foi informada de que a carteira ficaria pronta em um ano. Com a mudança de governo e reorganização dos ministérios e secretarias especiais, os pescadores que decidiram regularizar a profissão nesse período, estão sofrendo com os efeitos desta mudança

Quando se dirige a colônia para perguntar sobre os motivos do atraso, não recebe informações ou explicações, somente que a carteira ainda não está pronta. Apesar de já estar há cinco anos com o protocolo, só conseguiu receber o seguro defeso apenas uma vez, intermediada pela colônia, para a qual paga doze reais, mensalmente.



Foto 29: Vitória de preto e Paula de vermelho. Foto: Pedro, filho da Vitória, 7 anos, 23/07/29.

O seguro defeso recebido, foi o do Guaiamum, apesar dela pescar no mar. Ela afirmou que pesca peixe, mas na inscrição para o defeso, inscreveu-se no Guaiamum. Com a falta do Guaiamum a preferência do casal tem sido somente peixe. Eles precisam trocar o seguro defeso para o peixe, mas estão aguardando uma determinada reunião – que ela não soube explicar – que ainda não aconteceu. Mais uma interferência criada pela troca de governo e as mudanças nas pastas dos ministérios.

Ao final da entrevista, perguntei se elas, Paula e Vitória, conheciam alguma pescadora sem RGP e citaram pelo menos duas conhecidas. Não consegui, devido ao período curto do campo, entrevistar estas duas pescadoras indicadas, não consegui encontrá-las, apesar das tentativas de contato. Desse modo, recomecei a rede *member get member*, dessa vez, visitando mulheres residentes nas proximidades da casa da Maria.

As demais entrevistas serão narradas ao longo da tese, nas partes em que os temas foram iluminados durante estas conversas. Por isso Helena (Suruí) e Nícia (Cantinho da Vovó) serão lembradas quando falarmos sobre os manguezais. Renata (Riozinho) mostrou em que condições as mulheres pescam. Mônica (Piedade) e Kelly (Praia da Ponte do Kazeca) serão citadas quando falarmos da identidade de ser

pescadora. Júlia (Praia de Olaria), Marta (Suruí), Norma e Ingrid (São Francisco de Croará) revelaram questões importantes quando suas identidades de pescadoras foram ameaçadas com contratos temporários para a execução de outras atividades diferentes da pesca e com a dificuldade de receberem benefícios sociais por direito. E Laura (Piedade), finalmente, será lembrada quando formos falar sobre Turismo de Base Comunitária.



Foto 30: Paula na Praia da Madame. Foto de Carla Ramôa Chaves, no dia 23/07/2019.

A seguir, falaremos sobre a colaboração da pescadora Maria Marli no campo e na pesquisa e as trocas estabelecidas entre pesquisador e interlocutor. Serão apresentadas, também, as situações embaraçosas desse campo, como solidariedade a futuros pesquisadores das geografias vernaculares e das etnogeografias.

## 2.6 MARIA MARLI: A COLABORADORA

Quando estabeleci um “contrato” de estada na casa da Maria, minha intenção não era falar sobre ela. A ideia era usar a casa dela como pousio e sair todos os dias em busca das pescadoras. Não criei expectativas e não contava com nenhuma ajuda.

Na verdade, as minhas primeiras perguntas a ela foram: haverá alguma atividade com as pescadoras? Alguma reunião? Eu esperava encontrá-las em alguma atividade pré-agendada, onde poderia estabelecer os primeiros contatos. Mas este universo imaginado não existia e Maria sabia disso. Sendo assim, postou-se prontamente em ajudar-me nas primeiras aproximações o que me fez lembrar de um importante personagem nas pesquisas antropológicas: Doc.

Doc não só foi a pessoa que introduziu Foote-Whyte (1943) no grupo social, foco de sua pesquisa, como foi o principal colaborador do autor. Doc o apresentava aos indivíduos do grupo, o protegia e o defendia de suspeitas de que ele fosse um “policia federal” – o que poderia atrapalhar a interlocução: “contou-me [Doc] que lhes dissera em tom firme que eu era seu amigo e que então concordaram em deixar as coisas como estavam” (FOOTE-WHYTE, 1943, p.78).

Maria trabalhou junto comigo quando saímos juntas. Postava-se como se nós duas estivéssemos em um mesmo projeto, o que me aproximou mais ainda de Foote-Whyte (1943): “Doc achava esta experiência de trabalhar junto comigo interessante e divertida” (FOOTE-WHYTE, 1943, p.80)

No primeiro dia de “trabalho”, acordei cedo. Como foi o primeiro dia na casa de Maria, resolvi escrever o resumo do dia anterior e organizar as ideias. Aos poucos todos foram acordando, então fui encontrar-me com eles, no café da manhã. Maria ofereceu-me hospedagem com todas as refeições incluídas, então, sentei-me com a família para a primeira refeição. Estar em “família” fez toda a diferença na pesquisa, conforme semelhança com Duarte (1999) em sua pesquisa com pescadores de Jurujuba (Niterói-RJ):

Esses contatos aleatórios, o mais das vezes frustrados, germinaram, porém em pelo menos uma relação duradoura, com uma família que veio a se provar fundamental para o desenvolvimento de todo este trabalho. (DUARTE, 1999, p.19)

O meu objeto não era o relacionamento com a família de Maria, mas a investigação com as pescadoras - que não consegui encontrar em um pequeno grupo ou em uma comunidade. Com as pescadoras que entrevistei não houve um convívio. Foram relações superficiais. Desse modo, não necessariamente eu extraí realidades (*realitie extracted from the filed*), mas sim verdades intersubjetivas (*intersubjective*

*truth*), conforme sugerido por Parr (2001) e Hoggart e outros (2002), apud Cloke (2004):

Os achados etnográficos não são, portanto, 'Realidades extraídas do campo', mas são 'Verdades intersubjetivas' negociadas fora do calor e atrito de um desdobramento, processo interativo (Parr, 2001; Hoggart e outros, 2002). Apud (CLOKE, 2004, p.170, tradução nossa)<sup>38</sup>

Porém, por ter sido um curto trabalho de campo, estas intersubjetividades foram potencializadas e, desse modo, as regiões acessadas (“região exterior, onde a representação é apresentada” – Berreman, 1962, p.140) foram as mais superficiais possíveis, exceto com a família de Maria, a qual, em determinado momento, me envolvi com maior profundidade, devido a diversos acontecimentos – embaraçosos ou não – no seio da região interior da família “onde a representação de uma rotina é preparada” (BERREMAN, 1962, p.140). Estes acontecimentos serão relatados no item 2.7.

Após o café da manhã, Maria convidou-me para ir à Praia de Olaria. O interessante é que ela assumiu a minha pesquisa e postou-se a me ajudar. Fomos caminhando até a praia, por uma avenida e, no caminho, Maria, como missionária e vice-presidente da associação, cumprimentava a todos com “a paz do senhor” e sempre que tinha oportunidade falava da associação de moradores e pescadores e da assistência com as oficinas de artesanato e a entrega de cestas básicas. Ressaltava, a todos que encontrava, sobre a importância de associar-se e cadastrar-se na AMOPE.

Ao chegarmos à Igreja de Nossa Senhora da Guia, onde Maria disse ser o Centro de Olaria (Praia de Olaria), mostrou-me o local onde pretende organizar uma feira de artesanato das mulheres pescadoras<sup>39</sup> (Fotos 31 e 32). Mostrou-me o ponto onde vendia lanches, em todas as comemorações que ocorreram nas proximidades da Igreja. Nesta praça podemos observar pontos de espera de ônibus e a Igreja católica no meio, com um salão de festas e outros eventos. Neste trajeto, Maria

---

<sup>38</sup> Texto original: “Ethnographic findings are not therefore ‘realities extracted from the field’ but are ‘intersubjective truths’ negotiated out of the warmth and friction of an unfolding, iterative process (Parr, 2001; Hoggart e outros, 2002).” (CLOKE, 2004, p.170)

<sup>39</sup> Esse plano está relacionado com o curso de Turismo Comunitário que Maria estava acompanhando.

mostrou-me ser muito trabalhadora, tendo se envolvido em muitas frentes de trabalho (já foi merendeira, por exemplo).



Foto 31: Igreja de São Nossa Senhora da Guia, Praia de Olaria, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.



Foto 32: Lugar onde a Maria afirmou querer montar uma feirinha de artesanato das mulheres pescadoras. Onde os carros estão estacionados. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.

Ao chegarmos à Praia de Olaria, Maria parou em um quiosque para comprar peixes para o nosso almoço (Foto 33). Lá encontrou seu professor de química, do ensino médio, que faz parte da família dona do comércio. Deixamos o pescado guardado e seguimos pela praia, em busca de mulheres pescadoras. Na hora em que chegamos, cerca de 10h da manhã, já não havia muitos pescadores. Vimos muitos barcos, muitas garças, mas poucos pescadores (Fotos 34, 35 e 36). Da perspectiva em que estávamos pude perceber a proximidade de Magé com o município do Rio de Janeiro. A imagem que a maioria dos moradores do entorno da Baía de Guanabara tem é a de uma baía morta, cercada de comunidades e áreas sem investimentos governamentais. Os habitantes do entorno não têm conhecimento da existência de comunidades de pescadores que atuam na baía, muito menos artesanais e tradicionais. As pessoas não imaginam a existência de manguezais vivos, que, apesar de toda degradação e ocupação da indústria do petróleo, resistem e produzem.

Após o almoço Maria levou-me à Praia de São Lourenço. Fomos à pé, caminhando entre as ruelas, cortando caminho. Se eu fosse sozinha, sem dúvida, demoraria para chegar ou, talvez, nem soubesse que nesta localidade moraria uma pescadora. No meio do caminho fez questão de me mostrar a Unidade de Saúde da Família (USF), que estava ajudando a reabrir, através de um ofício escrito pela

AMOPE (Foto 38). O ofício foi protocolado no dia 11/03/2019 e, para a Marli, graças a isso, a USF foi reaberta em outubro de 2019<sup>40</sup> (Foto 37). Em uma conversa informal, Maria me declarou que gostaria de cursar serviço social, porque sente satisfação em conseguir ajudar a comunidade.



Foto 33: Parada na peixaria “Vem que tem”, na Praia de Olaria, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.



Foto 34: Praia de Olaria, Magé. Ao fundo o Pão de Açúcar e o Maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.



Foto 35: Praia de Olaria. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.

<sup>40</sup> <http://canalimage.rj.gov.br/obras/2019/10/06/sao-francisco-ganha-usf-e-praca-novas/>

Marli estava determinada a me ajudar na busca pelas mulheres pescadoras. Vestiu-se de colaboradora e levou-me a conhecer alguns lugares, indo direto ao encontro destas mulheres. Conforme Gerber (2013) “Fui seguindo pistas” (GERBER, 2013, p. 44). No início Maria, minha grande colaboradora, mostrou-me o “caminho das pedras” e de certa forma iniciou minha educação espacial por alguns lugares.



Foto 36: Praia de Olaria. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.



Foto 37: Maria Marli em frente ao posto de saúde que a associação ajudou a reabrir. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.

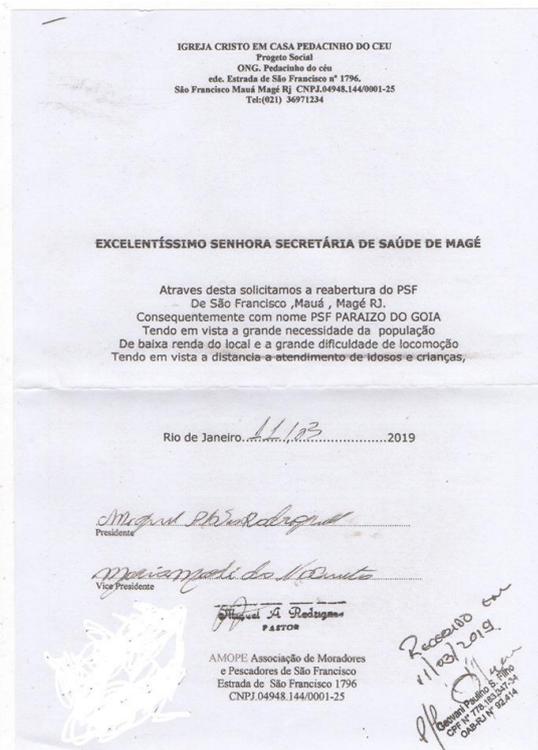


Foto 38: Ofício protocolado, com solicitação para a reabertura da USF de São Francisco. Foto: Acervo da AMOPE, armazenado no Facebook.<sup>41</sup>

Essa sua atitude, ao mesmo tempo que me ajudou, em outros momentos, constrangeu a minha atuação. Em sua presença precisei aguardar a sua apresentação à minha entrada como pesquisadora, para, em seguida, explicar a minha pesquisa e o meu propósito. Gomes (2018) também vivenciou essa experiência e contou com a sua colaboradora “Rosa”:

O contato com Rosa adquiriu ramificações quando ela passou a orientar alguns encontros, apresentando-me para seus vizinhos. Durante a conversa ela indicava entre os transeuntes quem já tinha sido morador da Ilha ou do Pontal, o que me ajudou a dar conta de como a Vila de fato reunia antigos moradores dessas duas localidades. Foi através dela que conheci alguns dos moradores mais antigos de ambos os lugares. (GOMES, 2018, p.77)

Tal como com os pescadores na praia de Olaria – na parte da manhã -, Maria conduziu-me à praia de São Lourenço (Foto 40), onde acreditava que poderíamos encontrar alguma pescadora em prática. No entanto, encontramos praia e casas vazias. Podemos levar em consideração que era domingo, dia de descanso. A praia

<sup>41</sup> <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=136019377587388&set=pb.100035379791135.-2207520000.1565110738.&type=3&theater>

era pequena e a casa da pescadora ficava bem na beira. Encontramos a casa vazia, porém, em seguida a pescadora chegou em uma moto, com uma amiga, preparando-se para uma festa. Maria cumprimentou-a e apresentou-me, prática que irá repetir-se ao longo de todo o trabalho de campo.

Não consegui entrevistar esta pescadora. Embora tenha anotado seus contatos e encontrado com ela outras vezes, sempre se mostrava ocupada com outras coisas, que não a pesca. Duvidei sobre sua função, apesar da mesma confirmar que tinha uma carteira de pescador, conseguida através da colônia Z9. Na conversa que tivemos, na porta de sua casa, Lígia (Foto 39), como era conhecida confirmou-me que só pescava com o seu pai, desde pequena. Não usa a pesca como único sustento, já que tem um bar em casa, que não estava aberto neste dia. Escolhi não procurá-la novamente, pelo menos não neste trabalho de campo.



Foto 39: Maria Marli conversando com a Lígia, pescadora. Praia de São Lourenço, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.



Foto 40: Praia de São Lourenço, Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 21/07/2019.

O que devemos considerar nesta visita à Lígia, não é a entrevista à pescadora em si, mas a participação da Maria na condução da pesquisa. A partir deste momento comecei a perceber que o seu interesse era, também, apresentar a sua associação, independente da pessoa já estar associada a alguma outra instituição, como a colônia, outra associação ou projetos. Maria objetivava conquistar pessoas da comunidade para a AMOPE. Embora a associação de Marli seja híbrida, de moradores e de pescadores, ela não estava preocupada apenas com os moradores do bairro de São Francisco de Croará, mas, também, com os pescadores e pescadoras. Essa vontade da Marli estava relacionada a todo aprendizado que ela vem adquirindo nos

movimentos em que participa: de pescadores<sup>42</sup>, na área da saúde<sup>43</sup> e na própria associação. Marli está sendo educada para tornar-se uma liderança e atuar nas diversas frentes apreendidas nestes movimentos.

No segundo dia de campo, já mencionado no item 2.4, quando fomos à Praia do Anil, fui surpreendida com um *pit stop* na ginástica comunitária, oferecida pelo CRAS de Guia de Pacobaíba, que fica na Praia do Anil (Foto 41). Marli convidou-me a participar e ali percebi uma permuta na relação. Já que ela estava servindo-me na busca pelas mulheres pescadoras, eu poderia, também, participar de uma das tarefas de sua agenda. Resisti em participar e ela mostrou-se decepcionada, pois ficaria sem par. Desse modo, pensei que uma troca de favores não desviaria meu foco na procura das pescadoras. Então, abri uma brecha no trabalho de campo, para realizar esta gentilha.



Foto 41: Parada para a ginástica, projeto da prefeitura de Magé. Foto: Carla Ramôa Chaves, dia 22/07/2019.

A postura de Marli era apresentar-me para todas as pessoas, relacionadas à pesca ou não, o que me fez pensar que ter amizade com uma pesquisadora e professora poderia ser um incremento para o seu status de liderança. Além disso, tal relação poderia agregar valor e importância para a associação e o trabalho social que

---

<sup>42</sup> MPP

<sup>43</sup> Conferência da Saúde, da UERJ

ela realiza. Uma boa propaganda. Havia uma troca de propagandas: enquanto eu fornecia a minha imagem como pesquisadora da universidade, ela fazia uma boa propaganda de minha pessoa, o que poderia adiantar o meu lado, poupando-me de me explicar, conforme também reconhecido por Duarte (1999):

A categoria de 'amigo' em que me enquadraram explicitamente veio a ser fundamental para a ampliação de meus contatos no bairro, demarcando sempre um limiar de familiaridade, de aceitabilidade a que dificilmente acederia sem sua interveniência. (DUARTE, 1999, p.19)

Tal atitude de Maria sempre interferia na pesquisa. Não que tenha sido negativo, mas notável. Mesmo que não tenha ocorrido da forma esperada por mim, tudo vira dado ou informação para a pesquisa, conforme o que ocorreu com a (falta) de entrevista com a pescadora Norminha, como será relatado nos próximos parágrafos.

Ao fim da ginástica, continuamos na busca por mulheres pescadoras. Caminhamos pela praia, perguntando às pessoas. Não conseguimos encontrar nenhuma mulher ao mar. Pensei que talvez fosse o dia, uma segunda-feira. Ou talvez fosse a hora. Já passava das 10h, muito tarde para estar indo ou voltando do mar. Prosseguimos pela praia e nos indicaram uma pescadora que morava pela praia.

Ao chegar na casa da pescadora, Marli iniciou a minha apresentação, explicando a minha pesquisa, meus interesses e se apresentando como vice-presidente da AMOPE. Quando ela termina o discurso dela, eu inicio a minha apresentação. Por mais que eu diga que sou uma pesquisadora da universidade, estudante, professora de Geografia, sem vínculo com associação de pescadores, colônias ou órgãos públicos, o discurso de Marli, de certa forma, vincula nossas atividades. Essa atitude interfere na minha pesquisa, como o ocorrido com a Norminha.

Norminha mora na beira da praia. Conseguimos encontrá-la em casa, mas não parecia estar indo ou voltando da pesca. Assim que Marli terminou as apresentações, Norminha negou veementemente conceder-me uma entrevista. Segundo ela, uma entrevista só seria concedida com a presença da presidente da colônia Z9, porque ela fazia parte da colônia e não poderia falar comigo na presença da Marli, como se isso fosse muito perigoso ou proibido.

Houve um estranhamento e um constrangimento neste momento, um completo desentendimento sobre meus objetivos ali. A partir dessa situação, decidi que

precisaria sair sozinha nos próximos dias. Apesar da completa ajuda vinda da Marli e das facilidades e acessos proporcionados, a interferência poderia ser negativa. Pelo menos foi assim que eu senti, neste momento. O que seria algo negativo? Algo que eu só teria sucesso se tivesse havido uma entrevista? De qualquer forma, considere aquela negativa como uma informação importante para a pesquisa. Neste momento, percebi a existência de um conflito e até uma competição entre as instituições que supostamente representam os pescadores da área. Investigar este conflito não faz parte do escopo da pesquisa, mas foi importante constatar estas rugas, para que a continuidade do campo não fosse de uma forma ingênua.

Ao descrever seu campo, cujo objetivo claro era construir uma etnografia das pescadoras do litoral de Santa Catarina, Gerber (2014) disserta sobre a sua “perda da inocência”, conforme prosseguia com sua “aventura antropológica” (GERBER, 2014), no trabalho de campo duradouro. Reservada às proporções, já que fiquei apenas dez dias contínuos em campo, me reconheci em sua fala. O que vivi foi uma aventura: estar em campo contínuo, pela primeira vez, como geógrafa, para investigar determinado tipo de pessoas e encontrar sua espacialidade. Conforme a autora,

entendo ser interessante ter claro que, ao adjetivarmos aventura – uma aventura antropológica – estamos qualificando uma experiência que nada tem de romântica ou excêntrica (GERBER, 2014, p.54).

E esse episódio, com Norminha, serviu de prenúncio sobre o que eu poderia encontrar em campo e serviu para que eu prosseguisse na “aventura” com cautela. Conforme a experiência de Costa, A. (2013), em Sobradinho, meus primeiros dias, junto à Maria, “incidiu sobre os rumos da pesquisa” (COSTA, A, 2013, p. 20), durante as “caminhadas pelas ruas do povoado” (COSTA, A, 2013, p. 20).

A convivência com Maria e sua família foi fundamental para mostrar-me alguma dinâmica dos movimentos de pescadores e pescadoras e o nascimento de uma liderança. Esse fato passou a fazer parte dos interesses dessa pesquisa, também, afinal, percebi várias frentes direcionadas para esta mesma localidade e estas pescadoras. Mais adiante, nesta tese, pretendo arguir sobre essa dinâmica que pode ser argumentada com as ideias da corrente ecológica Ecologismo dos Pobres. Do mesmo modo que ocorreu entre Gomes (2018) e Rosa – sua colaboradora -, conhecer um pedaço da trajetória de Maria (GOMES, 2018, p. 77) é uma das respostas a esta tese, sobre Magé e seu esquecimento.

## 2.7 EMBARAÇOS DO CAMPO

Nesta parte, pretendo contar uma parte dos embaraços que sofri durante a permanência no campo. Poderia “passar batido” por essas histórias, mas elas também foram importantes para a criação da minha personagem e melhor aceitação dela. Isto me deu acesso a certos espaços que me mostraram uma degradação ambiental compulsória em Magé, tornando-a, cada vez mais, zona de sacrifício e de exportação de entropia (assuntos que serão mais bem discutidos no capítulo 3). Essa degradação ambiental compulsória, carrega junto com ela a população, já tão desgastada pelas consequências da pressão urbana, incluindo as pescadoras artesanais.

Estas histórias são chamadas por Da Matta (1974) de “anedotas” que acontecem nos trabalhos de campo. São o que Jean Carter Lave, antropóloga americana, citada por Da Matta (1974) “denominou (...) o *anthropological blues*” (DA MATTA, 1974, p.27). Segundo Da Matta (1974), anedotas são “estórias que elaboram de modo tragicômico um mal-entendido entre o pesquisador e o seu melhor informante, (...)” (DA MATTA, 1974, p.27). Para este autor, o *anthropological blues* é quando acontece algo que não se espera, talvez um acidente, uma situação surpresa:

Seria, então, possível iniciar a demarcação do *anthropological blues* como aquela do elemento que se insinua na prática etnológica, mas que não estava sendo esperado. (DA MATTA, 1974, p.28)

Muitas dessas situações embaraçosas acabaram servindo como uma cortina de teatro, separando duas regiões: a região de fachada e a região de fundo, conforme nos explica Goffman (1985: 106):

quando a atividade de alguém se passa na presença de outras pessoas, alguns aspectos da atividade são expressamente acentuados e outros, que poderiam desacreditar a impressão incentivada, são suprimidos. É claro que os fatos acentuados aparecem naquilo que chamei de região da fachada; deveria ser igualmente claro que pode haver outra região – uma ‘região de fundo’ ou ‘dos bastidores’ – onde os fatos suprimidos aparecem. (GOFFMAN, 1985, p.105).

De qualquer forma, tomaremos cuidado, aqui, para não expor os indivíduos. As situações embaraçosas aconteceram com pessoas que conheci durante a pesquisa. Foram situações importantes para mudar a visão que as pessoas tinham de mim. Inicialmente eu era de fato o que eu dizia ser: professora, estudante, pesquisadora. Criei uma personagem de “fachada” para potencializar aquelas minhas características

– que de fato são. Essa personagem de fachada se viu em nestas situações, que interferiram no andamento da pesquisa, mas que também me aproximou mais de determinadas pessoas, facilitando minha permanência.

Não pretendo aqui expor ninguém. Farei o que Da Matta (1974) sugere: contarei algumas anedotas. Berreman (1962) que dialogou intensamente com Goffman na sua etnografia sobre uma aldeia camponesa na Índia Setentrional, lembra que

dever-se-ia supor que a integridade do etnógrafo [qualquer pesquisador], enquanto cientes, garantirá a natureza confidencial de suas descobertas acerca dos indivíduos que estuda. (BERREMAN, 1962, p.142).

Do mesmo modo, Bronz (2014), ao “etnografar práticas” do poder de empresas causadoras de impacto ambiental, temendo represálias por parte dos atores dos casos estudados, decidiu “não revelar as situações ‘reais’ dos empreendimentos que analiso na tese” (BRONZ, 2014, p.236) e, portanto, não apresentou dados reais e não revelou os casos e os nomes das pessoas.

As situações que relatarei a seguir não serão analisadas no modo proposto por Gluckman (1958) e Van Velsen (1967), porém considero importantes para minha estada e permanência no campo.

### **Briga de faca**

Voltando de uma das entrevistas, de carona com o filho de Maria Marli, passamos por uma briga entre mulheres. A cena era a seguinte: duas mulheres (jovens, quase ainda adolescentes), caídas no chão, trocando socos e puxando cabelos e, em volta, duas mulheres e um homem adulto assistindo, sem interferir. Pedi instantaneamente para que João parasse o carro e, sem pensar muito, gritei que chamaria a polícia, que aquilo não poderia acontecer. Neste momento, as distraí e uma delas fugiu. A que ficou, entrou na casa e saiu com uma faca, para ameaçar a fugitiva. Assustada, entrei no carro, esbravejando que ligaria para a polícia, esquecendo-me por instantes, que eu não era dali e que aquele lugar era esquecido pela política de segurança pública. Como dizem por aí, num linguajar popular: “terra de Malboro”. Chegando à casa de Maria, recobrando a “sanidade” (sim, porque em

nenhum momento fiz um balanço das possíveis consequências), percebi que não adiantaria chamar a polícia. Talvez eles não viessem e, talvez, eu passasse a ser malvista nos lugares. Felizmente, ou não percebi ou essas consequências profetizadas não foram cumpridas. Não houve nenhum homicídio e, aparentemente a situação foi controlada. Nunca mais ouvi sobre o ocorrido.

Esta situação acentuou minha condição de “estrangeira”. Mesmo que a sociedade fosse a mesma que a minha existiam diferenças: eu, uma mulher da cidade grande, branca, universitária, professora, indo visitar um subúrbio de um município que já é periférico. Por estar utilizando metodologia aproximada à aplicada por antropólogos, boa parte dos textos consultados foi escrita por antropólogos, de modo que as citações se referem às suas etnografias e questões etnológicas: “O ser (tornar-se) ‘estrangeiro’ é um aspecto comum a grande parte das pesquisas que os antropólogos realizam” (PRADO, 1995, p.43)

Ser “estrangeira” me fez estranhar várias situações que nunca tive o desprazer de vivenciar: esta briga de rua, uma quase prisão... Porém, minha experiência anterior com pescadores artesanais, durante minha dissertação de mestrado, me tornou menos estrangeira, de modo que conseguia dialogar e compreender com mais facilidade as situações vividas pelas mulheres pescadoras. Situação semelhante a enfrentada por Prado (1995) ao etnografar a sociedade de uma “pequena cidade americana de Dundee” (PRADO, 1995, p.43):

Foi então que, momentaneamente – e enganosamente – elegi a ‘melhor situação de pesquisa’ como sendo aquela em que você estivesse num universo específico, mas ‘ainda dentro de sua cultura mais ampla’, onde pelo menos a língua você dominasse – o mesmo que dizer que o ideal seria pesquisar o ‘desconhecido mas não tanto’ – com a vantagem de uma distância relativa, não ficando como um total idiota sem entender nada (...). (PRADO, 1995, p.46).

Em seguida a autora conclui que “não há como determinar ‘a melhor situação de pesquisa’”, mas que devemos ao menos conhecer “o código do grupo” (PRADO, 1995, p.47). No entanto, por mais que esses eventos que estou relatando me aproximassem da realidade do lugar, continuei sendo estrangeira: “E por mais ‘próximos’ que sejamos, se de fato formos ‘um deles’, estaremos às voltas com outro tipo de limite ao ‘conhecimento’ do objeto estudado”. (prado, 1995, p.47)

### **Blitz, documento...**

Em apenas 10 dias em campo, vivi e observei, quase que uma situação inesperada e embaraçosa por dia. Talvez sejam ocorrências corriqueiras ali, mas, para mim, que sou de outra realidade, sejamos francos, aquilo não era familiar. Em outra situação um rapaz foi parado pela polícia, próximo ao local em que me encontrava. Conheci o rapaz e, até onde o conheci, era uma pessoa sem maus antecedentes. Vivia de consertar uma moto que, talvez ingenuamente, comprou pela internet de uma fonte duvidosa. Não exigiu nota fiscal, não se preocupou com documentação. Ali, como em vários lugares da Baixada Fluminense, as pessoas se locomovem de motos emendadas, recauchutadas, para irem ao trabalho e outros compromissos. Me parece que nestes lugares não existe fiscalização para estes carros e motos, por ser “terra de Marlboro”, mas, neste dia, uma dupla de policiais, novos na região, com o “propósito” de conhecer melhor a área e seus moradores, decidiram fazer uma ronda.

Os policiais pararam o rapaz, menor de idade, exigiram documentação da moto e habilitação. O rapaz, visivelmente, tremendo e nervoso, tentava explicar aos policiais que não tinha nada de errado com a moto. O chassi estava alterado, a moto toda pintada: “eles nunca fazem isso, que diabos está acontecendo” – imaginei que isso passava pela cabeça do rapaz. Os pais desesperados, com uma atitude exaltada, resolveram enfrentar os policiais. Por causa disso, resolveram levar o rapaz à delegacia.

Eu, do outro lado da rua, observando tudo, fiquei num conflito de reações: vou, não vou, vou não vou... ora...eu estava ali para pesquisar. Tudo bem, que não sou antropóloga, não é uma etnografia, mas devo interferir? Ou devo deixar o rapaz ser levado injustamente, por um certo exagero de poder dos policiais? Ah....joguei a neutralidade para escanteio e não chutei a bola, deixei a neutralidade fora... Atravessei a rua e com toda a educação do mundo, escolhendo as palavras com cuidado e me esforçando para que minha tremedeira não evidenciasse – torcendo para que não gaguejasse e escolhesse bem as palavras – me apresentei como professora e amiga da família – mesmo que não fosse tão amiga, inventei. Conversei com os policiais, expliquei que o conhecia, relatei as boas ações que observei o rapaz realizando, que eles não o levassem à delegacia, que ele iria resolver a situação da moto, o mais breve possível.

Os policiais, corresponderam à minha “educação” com “educação”. Um deles falou em bom tom: “professora, se não fosse pela senhora, eu levaria esse rapaz para a delegacia, porque da forma como o pai dele falou comigo, eu ia levar os dois. Mas darei uma chance ao rapaz: regularize esta moto. Não quero voltar a vê-lo”.

Nesse caso interferi na situação. Deveria apenas ter observado? Ou poderia aproveitar o meu lugar privilegiado de professora, branca, mulher, jovem? Me lembrei do caso de Geertz (2008) em que ele e sua esposa fugiram de policiais, junto com participantes de uma briga de galos. “Na manhã seguinte, a aldeia era um mundo completamente diferente para nós” e

acima de tudo, todos estavam muito satisfeitos e até mesmo surpresos porque nós simplesmente não ‘apresentamos nossos papéis’ (...) não afirmamos nossa condição de Visitantes Distintos, e preferimos demonstrar nossa solidariedade (GEERTZ, 2008, p.282)

De fato, essa situação embaraçosa para todos, inclusive para mim, que interferi - deu certo, mas poderia dar errado – alterou meu status: passei de “estrangeira”, professora, pesquisadora, para uma amiga.

### **A crise de Salatiel**

Salatiel é uma espécie de filho adotivo de Maria e o pastor Miguel. Sofre de algumas alterações neurológicas, que causam tremedeiras descontroladas e é dependente de um coquetel de remédios que tranquilizam. Salatiel não é violento e se comporta como criança. Tem 40 anos, é viciado em relógios de pulso, a ponto de usar três ou quatro tipos, no mesmo braço. É evangélico e ora com frequência. Sua função na casa é varrer o quintal e ajudar em outros afazeres. É uma pessoa querida e muito bem cuidada.

Durante minha estada, Maria, além dos afazeres domésticos, da associação, da minha pesquisa e da sua formação de liderança, também cuidava de Salatiel. Num dos meus dez dias de visitação, Salatiel foi levado por Maria ao médico, que trocou toda a medicação. As novas medicações não foram eficientes no controle neurológico de Salatiel, de modo que entrou em uma crise pesada.

Nesse dia, João levou-me à casa de Daniele, a qual não consegui entrevistar. No meio de nossa conversa, chegaram de moto – como conseguiram nos encontrar?:

“nossa mãe está precisando do carro, Salatiel está em crise”. No meio da conversa, meio desconcertada, pedindo “mil desculpas” à Daniele, abandonei a entrevista. Nunca mais a encontrei nem tive oportunidade de explicar a situação. Foi uma saída cômica, para não dizer trágica.

Passamos a tarde inteira numa unidade de saúde, de Guia de Pacobaíba, aguardando, dentre atendimento e liberação. Nenhuma medicação fazia efeito, fato que ampliou nossa espera, minha, do João e da Maria. Fui solidária, fiquei até o fim. Voltamos para casa e Maria voltou com a medicação anterior: era a única que funcionava.

### **Confiança do pastor Miguel**

Como já dito em vários momentos desta tese, nem Maria e nem sua família eram os meus objetos de estudo. Talvez, Maria, sim, por ser pescadora artesanal. Mesmo assim, a família, mesmo sem querer, teve uma participação para o meu estabelecimento e a redução do meu constrangimento como pesquisadora. Devido ao tema da pesquisa, evitei, em princípio, conversar ou levar em consideração às conversas que tive com o Pastor Miguel, presidente da associação. Mas depois de alguns dias percebi que essa relação foi fundamental, também, para o campo, por ele se tratar do patriarca da família. Marli, durante a minha estada, dedicou-se a mim e à pesquisa como se fosse parte do escopo da associação. Em um determinado momento o pastor mostrou-se incomodado com as saídas e tamanha dedicação, pois “Marli nunca foi assim”, “ela não pode me deixar sozinho”, “eu sinto falta dela principalmente nas refeições”. Desse modo, minha relação com o pastor Miguel representava uma chave para continuar usando Marli como colaboradora.

Em nossas conversas, muito francas da parte do pastor, surgiram muitos assuntos dignos de constrangimentos, entre pesquisador e pesquisa. Certa vez, pastor Miguel afirmou que “o pesquisador vem aqui, fica com a gente um ano, e não nos dá nada em troca, nem uma ajuda”. Perguntei a que tipo de ajuda ele se referia e expliquei que os pesquisadores eram professores e muitas vezes não tinham o poder, nem financeiro, nem decisório, para ajudar em algo. Expliquei que meu trabalho na ALERJ como pesquisadora ajudou a criar vários projetos de leis, inclusive

relacionados à pesca e pescadores, porém nada parecia convencê-lo, ou talvez ele não conseguisse compreender: “saíram os pescadores e entraram os pesquisadores” afirmou, referindo-se ao acidente ambiental de janeiro de 2000, na Baía de Guanabara.

Pastor Miguel é um homem simples, não terminou os estudos e há 15 anos, pelo menos, tornou-se pastor. É um homem muito sábio, na prática, mas tem pouca leitura. Conhece bem a Bíblia e seus versículos. Em vários momentos tentou convencer-me sobre a aceitação de Deus e Jesus e eu na casa dele não poderia travar tais debates. Me concentrei em apenas ouvir e aceitar. Teve um dia que, muito cansada de um dia exaustivo de campo, não consegui manter os olhos abertos por muito tempo.

Em outros momentos, disse-me que me admirava, porque não me viu beber ou fumar. Como já menciona anteriormente, não levei muitas coisas ao campo, não levei muitas roupas. Usei uma espécie de uniforme diário, para criar uma identidade de pesquisadora, para a família que me acolheu e para as entrevistadas. Comentei com o pastor que saia para beber, sim, com meu marido, mas nada demais.

O meu plano de conquistar a confiança do pastor Miguel, para obter a ajuda da Maria, não foi planejado. Foi acontecendo de forma natural. Quando percebi, já nos queríamos bem, gratuitamente. Inicialmente era uma preocupação, mas, com o tempo passando, percebi que o esforço para obter um bom relacionamento com todos, foi pequeno, quase nulo. Foi muito fácil estar lá.

### **Das trocas entre pesquisadora e colaboradores**

Este relato a seguir, não chega a ser embaraço, mas foi um constrangimento, pois me vi compelida a ajudar, para obter informações. Eu intencionava ter acesso aos documentos dos membros da associação<sup>44</sup>. Quando solicitei, obtive resposta positiva sem recusa. Senti que o pastor e a Maria confiavam em mim e sabiam que não usaria as informações de forma que pudesse prejudicá-los ou aos associados. Percebendo a dificuldade que ambos tinham de organizar seus documentos, que

---

<sup>44</sup> Tive um breve acesso às fichas dos associados. Iniciei uma planilha com alguns dados (anônimos), para obter o quantitativo de membros, mas, devido à pandemia do Covid 19, não pude retornar ao campo, para finalizar a aquisição dos dados.

estavam misturados em diversas pastas, sem ordem ou lógica, me ofereci para ajudá-los. Infelizmente não tive tempo de terminar. Eram muitos papéis.

Comecei fichando em planilhas e pastas no computador, as fotos, os dados, todo um trabalho de secretaria, porém precisaria que alguém continuasse o serviço. Me propus a voltar em outros momentos, como de fato aconteceu, somente para ajudá-los com as questões de informática e com as redes sociais online.

Para ambos, o meu conhecimento de informática era grande e maior do que o deles. Como investigado, esses escambos ocorrem nas etnografias antropológicas e algumas moedas de troca são estabelecidas entre pesquisador e seus interlocutores. No caso de Seeger (1980) as suas moedas eram mercadorias da cidade, dentre eles, remédios e miçangas: “Parecia importante distribuir os bens, mas parecia igualmente importante ter sempre em mãos para manter o interesse a nossa presença” (SEEGER, 1980, p.32). No meu caso, trocas materiais não foram necessárias, porém, estas ajudas foram bem-vindas e facilitadoras do relacionamento com os interlocutores.

### **Festa de 15 anos**

Um dos filhos homens da Maria é muito popular e foi convidado para uma grande festa de 15 anos com direito a todos os luxos das comemorações contemporâneas: cerimonialista, valsa, troca de roupas, telão, dentre outros elementos que ocorrem em todas as festas, buffet, pista de dança, etc... A família inteira de Lucas foi convidada. Eu, que me preparava para dormir, muito cansada de mais um dia de trabalho, fui praticamente intimada a ir. Fui no lugar do pastor Miguel que, por motivos óbvios, não quis comparecer. Não havia desculpa que convencesse às mulheres da família: não levei roupa, arranjaram; não levei sapato, arranjaram; não tinha presente, “não tinha problema”; não conhecia a aniversariante, “já falamos com ela”. Mais uma vez me vi num impasse: devo permanecer neutra, ou devo ficar sozinha em casa com pastor Miguel? Raciocinei que o embaraço seria maior se eu ficasse sozinha em casa com o patriarca da casa. Fui à festa.

Bordieu (2005), etnografou uma festa camponesa e escreveu trechos que me fez lembrar a nossa preparação antes do evento. Todas as mulheres envolvidas, o dia

inteiro, com manicure, cabelereiro, maquiagem, roupa. Enquanto os homens, demoraram 5 minutos para se arrumarem:

as mulheres são preparas, por toda sua formação cultural, para estar atentas aos detalhes exteriores da pessoa e, mais particularmente, de tudo que se refere à 'apresentação' (...) Elas têm, como que de maneira estatutária, o monopólio do juízo do gosto. Essa atitude é encorajada e favorecida por todo o sistema cultural. Não é difícil ver uma menina de dez anos discutir com sua mãe ou suas amigas o corte de uma saia ou de uma blusa. Esse tipo de comportamento é rejeitado pelos rapazes, na medida em que é desencorajado mediante sanção social." (BOURDIEU, 2005:88)

Apesar de estar vestida com uma roupa completamente diferente da minha preferência, usei-a, para não criar antipatia com a família. Durante a festa, permaneci sentada, não bebi, observei. Não poderia quebrar, naquele momento, a fachada construída por mim, apesar da roupa. Em um momento, quebrei o protocolo criado por mim mesma e dancei algumas músicas. Imaginei que isso também poderia fazer parte da personagem: a professora, pesquisadora, que foi convidada para ir a uma festa com a família.

Na saída da festa, mais uma experiência surpreendente: o pneu do carro saiu. Estávamos nós, de madrugada, em frente à praia do Anil, perto da delegacia, sem documento de carro e habilitação, com o pneu solto. Ficamos cerca de uma hora, ou mais, aguardando ajuda de outros componentes da família, com um bebê de menos de um ano, dormindo no colo da mãe, alheia a tudo. Resolvido o problema do pneu, que teve os parafusos apertados para aguentar a chegada a casa, finalmente pude descansar para mais um dia de trabalho.

Apesar dessas situações que extraíram constrangimentos e embaraços, fora o medo em algumas situações, aprendi com esses eventos. Posso dizer que o intercâmbio era desigual, pois ganhei mais do que ofereci, conforme a semelhante percepção de Seeger (1980): "Recebíamos mais do que dávamos, mas pelo menos havia intercâmbio, o qual também reforçou meu relacionamento com meus melhores informantes" (SEEGER, 1980, p.33). A história se repete...

### 3 MAGÉ E SUAS MÚLTIPLAS FACES: OS CÓDIGOS ESPACIAIS

O objetivo deste capítulo é falar sobre o espaço ocupado pelas pescadoras artesanais envolvidas nesta pesquisa, conforme apresentado no mapa da página 78. Esse espaço corresponde a uma parte do município de Magé, envolvendo trechos dos distritos de Guia de Pacobaíba, Suruí e Magé. A divisão política distrital não foi levada em consideração, pois a ideia era conhecer o espaço vivido pelas pescadoras. Conforme dialogado no capítulo 2, as mulheres entrevistadas foram encontradas através de indicações (*member get member*), o que serviu para delimitarmos a área de estudo. Desse modo, tentamos nos atentar apenas a esta área delimitada, tendo em vista que, muitas vezes, haverá dificuldade em desvinculá-la do território municipal.

O estudo com as pescadoras artesanais foi nos conduzindo a uma série de esclarecimentos, que nos leva a afirmar que as condições de vida destas mulheres são resultantes das interferências dos agentes que utilizam o mesmo espaço. As pescadoras carregam em si todo o significado do município de Magé como parte de uma “zona de sacrifício”, elas mesmos sendo sacrificadas, conforme refletiremos no subcapítulo a seguir.

#### 3.1 ZONAS DE SACRIFÍCIO E ENTROPIZAÇÃO DO RECÔNCAVO DA GUANABARA

##### 3.1.1 “**Sacrifícios desconcebidos da comunidade**”<sup>45</sup>

Lamêgo (1964), já mencionava a sacrifiação de todo o recôncavo da Baía de Guanabara, há mais de 50 anos, quando menciona as obras de saneamento no entorno da baía. Revelando que o recôncavo da baía se constituía de uma “cintura de pântanos” difícil de ser vencida pelos “pioneiros quinhentistas”, mas superada pelos “primitivos cariocas”:

Somente com êste moderno processo topográfico [“levantamentos aéreos que minuciosamente nos desvendam a paisagem regional”] é que se pode bem aquilatar a difícil adaptação do homem a terra, na cintura de pântanos da Guanabara onde a energia dos primitivos cariocas os ia mobilizando sobre

---

<sup>45</sup> LAMÊGO, 1964: 277

os charcos, com a mesma tenacidade que impelia a raça por desconhecidos mares. (LAMÊGO, 1964, p. 274-275)

Lamêgo (1964) reflete que a missão dos “pioneiros quinhentistas” era promover uma “marcha (...) contra o brejo na fundação do Rio de Janeiro” com o objetivo de “enxugar toda a Baixada Fluminense” (LAMÊGO, 1964, p. 275). Segundo o autor, do período quinhentista até a abolição da escravatura, em 1888, o recôncavo da Baía de Guanabara era repleto de engenhos. Com a abolição, esta região da baixada passou a sofrer vários abandonos pelos governos e, assim “Desgrenharam-se as capoeiras sôbre as lavouras enralecidas pelo descuido” (LAMÊGO, 1964, p. 275). O autor afirma que - no período em que ele escreve esta obra, meados dos anos 1960 - o recôncavo da baía passou a consistir “escassas ruínas de solares que ainda encavalgam outeiros perdidos em desertos” (LAMÊGO, 1964, p. 275).

Desde os anos de 1930, com a criação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, é que, conforme Lamêgo (1964), pôde ser visto nas “redondezas da Guanabara (...) os resultados técnicos da” atuação do trabalho de saneamento dessa comissão (LAMÊGO, 1964, p.276). O problema da “cintura” da Baía de Guanabara era a existência de um terreno alagadiço que impedia o avanço das “faixas urbanas satélites do Rio de Janeiro” (LAMÊGO, 1964, p.276). A “nova fisionomia” prometida para essa “cintura” ou “faixa urbana satélite”, nas palavras de Lamêgo (1964), custariam “sacrifícios desconcebidos da comunidade”<sup>46</sup>, já indicando, pela nossa interpretação, a produção espacial de uma zona de sacrifício que persiste até hoje, cada vez mais evidente.

Em 1957, sete anos antes da publicação de Lamêgo (1964), era instalada a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), uma das indústrias que mais contribuíram, historicamente, para a contaminação da Baía de Guanabara (CHAVES, 2011, p. 96). Foi quando se iniciou um grande projeto de desenvolvimento do Brasil, durante o governo de Juscelino Kubicheck, cujo plano foi avançar 50 anos em 5. Tal feita perseguia a mesma linha de abandono e sacrifização do recôncavo da Baía de Guanabara, traçada, como afirmou Lamêgo (1964), desde a decadência dos engenhos localizados nesta região – resultado do fim da escravidão em 1888.

---

<sup>46</sup> O autor cita, em uma nota de rodapé, o plano oficial de serviços que preveem um impacto à comunidade habitante da Baixada Fluminense, que sofreria as alterações de “saneamento” (LAMÊGO, 1964: 277)

### 3.1.2 Entropização

Em determinados lugares, o processo agressivo de desenvolvimento econômico afeta a matéria e a energia dos ambientes, como é o caso da Baía de Guanabara e seu entorno - bem como as pessoas que vivem nesse e desse lugar. Segundo Georgescu-Roegen (1975), existe um mito de que o processo econômico não afeta o ambiente de matéria e energia em que está imerso. Provavelmente porque a classe média que vive nos grandes centros urbanos não visualiza esse processo, cujas operação e entropização ocorrem em espaços periféricos, invisíveis e ausentes dos mapas: as zonas de sacrifício.

O conceito de “zonas de sacrifício” pode-se construir em parceria com o termo “entropia”, o qual, cremos, ajuda no melhor entendimento da ideia. A entropia, segundo Georgescu-Roegen (1975) é “indicador da quantidade de energia não-disponível existente em um dado sistema termodinâmico, num particular instante de sua evolução” (GEORGESCU-ROEGEN, 1975, p. 351, tradução nossa)<sup>47</sup>. Significa que o que se gasta de matéria e energia na produção de determinado produto é entropia e não tem mais utilidade. Há a necessidade de descarte. Compreendemos, aqui, que efluentes industriais e derrames de óleo, que afetam praias, manguezais e rios - como o Suruí e o Estrela, dentre outros – são resíduos do processo industrial que são descartados nas áreas escolhidas para tal sacrifício. Ao atingir os manguezais, o óleo transportado pelos dutos quando vaza – lembrando do caso do rio Estrela, em dezembro de 2018 – não pode ser reutilizado, aliás, não existe tecnologia que separe o solo gley do petróleo: “todos os tipos de energia se transformam, gradualmente, em calor e este se dissipa de tal modo que, afinal, o homem não está em condições de utilizá-lo” (GEORGESCU-ROEGEN, 1975, p. 352, tradução nossa)<sup>48</sup>.

Georgescu-Roegen (1975) é um economista que associa a lei física da termodinâmica ao processo produtivo econômico. O autor questiona se deve-se pensar em eficiência ou na economia e exemplifica com os casos da produção de gás: “o uso do gás, por exemplo, é mais eficaz, pelo prisma da energia, do que o emprego

---

<sup>47</sup> “an index of the amount of unavailable energy in a given thermodynamic system at a given moment of its evolution” (GEORGESCU-ROEGEN, 1975, p. 351).

<sup>48</sup> “All kinds of energy are gradually transformed into heat and heat becomes so dissipated in the end that man can no longer use it” (GEORGESCU-ROEGEN, 1975, p. 352)

da eletricidade, entretanto, a eletricidade é, de fato, mais barata em várias situações” (GEORGESCU-ROEGEN, 1975, p. 354, tradução nossa)<sup>49</sup>

Na área estudada e visitada, em Magé, por exemplo – e Baía de Guanabara, em uma escala mais ampla – percebe-se, e avalia-se, que as escolhas das indústrias petroquímicas são menos eficientes do que econômicas. Menos eficientes, inclusive no seu fracasso em preservar a natureza e a integridade da população. Em sua dissertação de mestrado, a autora desta tese faz a seguinte observação após consultar o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) “que apresenta os impactos negativos e positivos da construção de um Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito (GNL) na Baía de Guanabara” (CHAVES, 2011, p.91). A autora afirma que

o impacto aos pescadores artesanais [da Baía de Guanabara] já estava previsto. O impacto, definido como uma “interferência na atividade de pesca artesanal” é considerado “Negativo, direto, regional, imediato, permanente, irreversível, e medianamente significativo” (RIMA, 2007 apud CHAVES, 2011, p. 91).

No mesmo documento, RIMA, é apresentado duas alternativas de traçado: uma mais econômica e a outra menos impactante (mas não mais eficiente):

A alternativa escolhida interferia nas áreas de pesca, local de atuação de pescadores artesanais. A outra alternativa, que implicaria o rebaixamento de dutos e a necessidade de dragagem de uma vala de 20 metros de largura, foi rechaçada, também, pela distância ser maior. Além disso, seria necessário interromper o trabalho dos dutos existentes, o que atrapalharia a atividade da REDUC. (RIMA, 2007, p. 29). Então, entre interromper o trabalho dos dutos e ter que fazer uma dragagem num caminho mais distante, venceu a alternativa menos onerosa e mais próxima, ignorando a presença de pescadores. (CHAVES, 2011, p. 91)

O texto deste relatório só reforça o uso compulsório das áreas citadas como zonas de sacrifício. Mesmo sabendo que o impacto estará presente, que a população será afetada e que os pescadores terão interferências na atividade pesqueira, o progresso não pode ser interrompido. O desenvolvimento econômico passa a ser um argumento plausível para que haja esse tipo de interferência nos bairros, comunidades, caminhos para a escola, caminhos para o trabalho, vizinhança, “passando uma pá de cal” nas vidas ali existentes, e na natureza que as cerca, apagando-as dos mapas.

---

<sup>49</sup> “The use of gas, for example, is energetically more efficient than the use of electricity, but electricity happens to be cheaper in many instance” (GEORGESCU-ROEGEN, 1975, p. 354)

### 3.1.3 Zonas de sacrifício

Um dos livros mais antigos a citarem o termo “sacrifice zone”<sup>50</sup>, data de 1999 e desconstrói o imaginário da Califórnia como o sonho de uma terra prometida, apresentando questões sociais e ambientais que apresentam uma Califórnia não tão atrativa. No trecho que fala sobre *sacrifice zone*, o autor, Dawson (1999), relata a busca incessante de uma zona de sacrifício, onde podem ser exportadas as entropias geradas pela indústria de energia nuclear. Esta zona seria uma área cativa, própria para degradação ambiental permanente. As empresas geradoras de entropias teriam passe liberado para utilizar o espaço escolhido para o sacrifício.

Além das chances de uma falha catastrófica, permanece o problema, não respondido, do que fazer com os materiais radioativos que os reatores demandam e geram, em quantidades prodigiosas. A busca por uma zona de sacrifício permanente para isolar o que já foi produzido continua sendo um dos dilemas mais antigos do país e do mundo.” (DAWSON e outros, 1999, p. 105)<sup>51</sup>

Lefebvre (2006), recorrendo ao surrealismo para debater sobre a necessidade de se descobrir os códigos espaciais, afirma que no

espaço inteiro, mental [espaço interior, materializado pelo surrealismo], físico [“abaixo da consciência”] e social [“o da comunicação, da palavra”], se apreende *tragicamente*. Se existe centro e periferia, o centro tem a sua realidade trágica, a do sacrifício, da violência, da explosão. A periferia igualmente, à sua maneira (LEFEBVRE, 2006, p. 41).

O fundo da Baía de Guanabara, como zona periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apreende, conforme o autor, da pior maneira, a ter a sua realidade do sacrifício. Eis um dos códigos espaciais de Magé e adjacências, ser sacrificada, à revelia, em prol da expansão industrial e do crescimento econômico sem fim.

Em um livro que se propõe a analisar “os diferentes modelos do desenvolvimento danoso”<sup>52</sup> na Argentina, levando em consideração o “desenvolvimento insustentável”<sup>53</sup> (SVAMPA; VIALE, 2014, p.10, tradução nossa),

<sup>50</sup> “zona de sacrifício”

<sup>51</sup> “In addition to the chances for a catastrophic failure, there remains the unanswered problem of what to do with the radioactive materials that reactors both demand and generate in prodigious quantities. The search for a permanente sacrifice zone to sequester what has already been produced remains one of the nation’s – and the world’s – longest-running dilemmas” (DAWSON, R. e outros. (1999). *Farewell, promised land: waking from the California Dream*. University of Clalifornia Press, Berkley, (consultado no *google scholar*)

<sup>52</sup> “los diferentes modelos de maldesarrollo” (SVAMPA e outros. 2014:10)

<sup>53</sup> “desarrollo insustentable” (SVAMPA e outros. 2014:10)

que afeta os aspectos social, econômico e ambiental, Sampa e outros (2014) dialogam sobre os “passivos ambientais y las zonas de sacrificio”<sup>54</sup> que são resultados do “desenvolvimento danoso” histórico daquele país. O livro relata casos de mineração e da indústria do petróleo, que “ilustram situações extremas de desenvolvimento danoso e injustiça ambiental que vão configurando zonas de sacrificio”<sup>55</sup> (SVAMPA; VIALE, 2014:11, tradução nossa).

Segundo os autores, as zonas de sacrificio são áreas “Desqualificadas de outras lógicas de valorização”<sup>56</sup> (SVAMPA; VIALE, 2014, p.16, tradução nossa). Ou seja, em nome de uma lógica “produtivista e eficiente do território”<sup>57</sup> (SVAMPA; VIALE, 2014, p.16, tradução nossa), o qual é exposto como socialmente vazio, sem usos vernaculares, são convertidas em “areas de sacrificio para satisfacer o progreso selectivo”<sup>58</sup> (SVAMPA; VIALE, 2014, p.16, tradução nossa). Este raciocínio se enquadra por completo na visão que temos sobre a classificação, não só de Magé, mas de boa parte dos municípios que abraçam a Baía de Guanabara. Cada município ocupa um lugar no ranking de “sacrificação”, sendo que o fundo, chamado por Lamêgo (1964) de recôncavo – Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, São Gonçalo – são os municípios mais abandonados pelas políticas públicas, dando abertura para a ocupação desordenada e desenfreada dos empreendimentos industriais, que estão em concordância com a legislação ambiental.

Svampa; Viale (2014), dedicam-se, no livro supracitado, a cunhar, dentre os conceitos de “passivo ambiental”, “desenvolvimento danoso” e “injustiça ambiental”, o conceito de “zonas de sacrificio”<sup>59</sup>. O conceito de zona de sacrificio é uma “radicalização de uma situação de injustiça ambiental”<sup>60</sup> (SVAMPA; VIALE, 2014, p.84, tradução nossa). Nesta situação, de injustiça ambiental, não existe a preocupação em promover o desenvolvimento do território, alavancando as condições econômicas e sociais da população, pelo contrário. A injustiça ambiental, digo mais, socioambiental, é resultado de um processo de insustentabilidade ambiental, que causa transtornos

---

<sup>54</sup> “passivos ambientais e zonas de sacrificio” (SVAMPA e outros. 2014:10)

<sup>55</sup> “ilustran situaciones extremas de maldesarrollo e injusticia ambiental que van configurando zonas de sacrificio” (SVAMPA e outros. 2014:11)

<sup>56</sup> “descalificadas de otras logicas de valorizacion” (SVAMPA e outros. 2014:16)

<sup>57</sup> “productivista y eficientista del territorio” (SVAMPA e outros. 2014:116)

<sup>58</sup> “áreas de sacrificio para satisfacer el progreso selectivo” (SVAMPA e outros. 2014:16)

<sup>59</sup> “pasivo ambiental”, “maldesarrollo”, “injusticia ambiental” e “zona de sacrificio” (SVAMPA e outros, 2014: 81)

<sup>60</sup> “radicalización de una situación de injusticia ambiental” (SVAMPA e outros, 2014: 84)

espaciais e sociais, afetando à população residente. É nesse sentido que Svampa; Viale (2014) afirma que

zonas de sacrificio se referem a um processo – geral e ampliado no tempo – de desvalorização de outras formas de produção e de vida diferentes das da economia dominante. (SVAMPA; VIALE, 2014, p.84, tradução nossa)<sup>61</sup>

As zonas de sacrificio não correspondem, apenas, às áreas esquecidas pelo poder público, mas também às áreas que recebem resíduos entrópicos da atividade poluidora, impactando aos corpos d'água, à vegetação, ao relevo, à fauna e aos seres humanos. A saúde da população sofre intensos impactos, pois é forçada a conviver com rios degradados, manguezais poluídos pelo esgoto, pela indústria e por derramamentos acidentais de petróleo. Para completar, se a população não puder contar com um sistema de saúde pública de qualidade, isso configura mais uma das características de uma zona de sacrificio. A dinâmica que produz estas zonas não é somente o avanço da acumulação do capital a qualquer preço, mas, também, a despossessão (SVAMPA; VIALE, 2014, 127) de direitos ambientais, sociais e trabalhistas.

#### **3.1.4 Recôncavo da Baía de Guanabara e Magé: partes de uma zona de sacrificio**

Em um texto sobre os impactos socioambientais do Comperj<sup>62</sup> e as violações de direitos na Baía de Guanabara, Dias e outros (2013) concluem que os locais por onde passam os empreendimentos da indústria do Petróleo, causando danos territoriais e sociais, são “territórios de exceção ou zonas de sacrificio”. O que classifica estes espaços desta forma é que, além dos danos causados por essa indústria, existem danos à saúde da população habitante, que encontra obstáculos ao procurar os serviços de saúde que atendem ao território,

devido às condições precárias de trabalho das unidades assistenciais de saúde, das subnotificações e da complexidade frente a um ambiente de

---

<sup>61</sup> “zonas de sacrificio se refiere a un proceso –general y extendido en el tiempo– de desvalorización de otras formas de producción y de vida diferentes a las de la economía dominante” (SVAMPA e outros, 2014: 84)

<sup>62</sup> COMPERJ: o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, iniciou sua instalação em 2008, com o objetivo de refinar o petróleo e transportar os produtos, através de dutos que atravessam Magé, para a Reduc, em Duque de Caxias.

violações de direitos, onde imperam o medo e uma efetiva “lei do silêncio” (DIAS e outros, 2013, p. 172).

Raulino (2013) em um artigo sobre os efeitos que a população de Duque de Caxias sofre com a presença da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), relata o caso de um “processo” de “Preparação de Comunidades para Emergências Locais”, através de uma ONG, que, na verdade, não tinha em seu escopo a preocupação em gerar “alguns benefícios para setores da comunidade” (RAULINO, 2013, p.186). Conforme o autor, este processo estava mais preocupado em “referendar projetos de ampliação de indústrias e de implantação do Polo Gás-Químico” (RAULINO, 2013, p.186). O “processo” relatado no artigo de Raulino (2013), segundo sua reflexão, objetivava “limpar” a imagem empresarial e camuflar o uso do entorno da REDUC como uma “zona de sacrifício” que deve ser oferecida para a ampliação industrial, que, em uma balança de importância, coloca as questões e reclamações sociais em um peso menos significativo de resoluções:

Neste caso, portanto, buscava-se não apenas afirmar as representações dos efeitos de proximidade dos empreendimentos (geração de empregos/riquezas, risco mínimo/segurança) então existentes, mas justificar a implantação de outros da mesma natureza, sinalizando novamente o caráter de “zona de sacrifício” que se pode atribuir à região. (RAULINO, 2013, p.186)

Empreendimentos que carregam consigo o fetiche do desenvolvimento econômico ilimitado, carregam também argumentos de que é necessário sacrificar espaços e pessoas em prol de um bem maior. É o caso da construção de Belo Monte e, também, é o caso do Complexo Portuário e Industrial de Suape, que, conforme Costa, H. (2013), apesar da

resistência dos moradores nativos, de pessoas e entidades interessadas pelo bem comum, e de indivíduos que continuam a manifestar suas opiniões contrárias a realização do Complexo de Suape (COSTA, H, 2013, p.296),

os gestores deste empreendimento ainda usam, há mais de 37 anos (COSTA, H, 2013, p. 294), o argumento de que

o sacrifício ambiental é necessário, para que ocorra o crescimento econômico’. Uma lógica completamente desconectada das exigências atuais, que, além dos aspectos econômicos, reivindica uma maior igualdade e justiça social, com preservação ambiental. (COSTA, H, 2013, p. 296)

Estudos que consideram a Baía de Guanabara e seus municípios adjacentes uma imensa zona de sacrifício, relatam as ameaças que produzem esta percepção: ampliação da indústria petrolífera, acidentes e vazamentos de petróleo, intensa ocupação do espelho d'água por navios e grandes áreas de fundeio, dragagens, poluição por esgoto doméstico. Estas ameaças impactam uma lista de ameaçados: vida marinha e terrestre, sistema de saúde, população e pescadores artesanais (ALERJ, 2016).

A Baía de Guanabara, e sua bacia adjacente, é tratada pelo poder público e pela atividade industrial como uma verdadeira Zona de Sacrifício. A ideia de Zona de Sacrifício trabalha com a concepção de que as áreas mais pobres e mais degradadas são os melhores locais para serem despejados a entropia da produção industrial e os dejetos de origem doméstica. Quanto mais degradado for o local, maiores serão as alterações ambientais, gerando um ciclo de contínua destruição, de contínuo sacrifício. (ALERJ, 2016, p. 179 [245]).

Em uma pesquisa sobre um grupo de educadoras comunitárias que atuaram em comunidades do município de Magé, os autores Oliveira; Sánchez (2018), verificam em seu levantamento bibliográfico, que outros estudos percebem esse município como “uma área de sacrifício”. Uma das explicações para esta classificação está na existência do Comperj, no município de Itaboraí. Haveria a alternativa de construção do complexo em Campos, em “áreas de produção de biocombustíveis”, porém a instalação foi feita em um município próximo de uma unidade de conservação (UC) e de comunidades pesqueiras. O descaso e a falta de preocupação em atingir a população, pescadoras e pescadores e ameaçar a autorrecuperação dos manguezais da UC, comprova o entendimento que se tem, por parte dos empreendimentos desenvolvimentistas, que toda a região afetada é uma área de sacrifício (OLIVEIRA; SANCHÉZ, 2018, p.160), ou zona de sacrifício, como estamos tratando nesta tese.

Em uma caracterização dos impactos ambientais resultantes da instalação do COMPERJ, Coelho (2017), afirma que

a área escolhida para a implantação do Comperj, em decorrência dos impactos ambientais diretamente associados, pode ser classificada como uma *zona de sacrifício*. (COELHO, 2017, p. 58)

Apesar deste complexo petrolífero ter sido instalado em Itaboraí, um município não adjacente à Baía de Guanabara, toda a sua operação, ampliação e acidentes ocorridos, influencia diretamente espaços ocupados e usados pela população

residente, dentre eles, pescadoras e pescadores artesanais. Três das pescadoras entrevistadas, vivem no distrito de Suruí, em uma comunidade favelizada, por onde passam compulsoriamente os dutos que ligam o COMPERJ à REDUC. *Compulsoriamente*, porque os moradores não são consultados, apenas comunicados por projetos de educação ambiental que as obras serão realizadas. Esta atitude da indústria trata estas áreas como zonas de sacrifício, ambiental e social, onde os habitantes se sacrificam, sem desejarem este sacrifício, em prol do chamado desenvolvimento econômico, para uma sociedade mais ampla, que, talvez, nem imagina que este sacrifício esteja sendo feito.

Estes dutos atravessam rios e manguezais usados por pescadores e caranguejeiros, os quais precisam atravessar e entrar nas áreas operacionais da empresa, para alcançar seus barcos e seus meios de produção. Estes pescadores, principalmente as mulheres, participam de projetos de ONGs, para minimizar a pobreza gerada por tantos obstáculos e ameaças, porém estas ajudas não são suficientes para mudar a condição de vida destas pessoas, conforme reflete Coelho (2017):

o “sacrifício” da sociedade para transformar a natureza, estabelecer formas de organização social e colher os benefícios do crescimento econômico é estruturalmente desigual e, portanto, esforços pela melhoria da qualidade ambiental que não considerem a redução das desigualdades sociais serão sempre reprodutores desta mesma desigualdade, mesmo que com padrões gerenciais e tecnológicos que minimizem os danos ambientais. (COELHO, 2017, p.59)

Magé, como zona de sacrifício, sofre um processo de desvalorização há muitos anos, conforme Lamêgo (1964) já citou, desde o fim da escravidão, no Brasil. A situação das pescadoras artesanais neste contexto, desvalorizadas, empobrecidas e desmotivadas com a profissão, configura um indicador social de que “outras formas de produção e vida” (SVAMPA; VIALE, 2014, p. 84), coexistentes com a expansão material da indústria petrolífera, retrata a sacrifização da região, de modo que podemos afirmar que o município de Magé faz parte de um conjunto de zonas de sacrifício correspondentes ao recôncavo da Baía de Guanabara.

Esta pesquisa se debruçou sobre o caso de pescadoras artesanais e as consequências geradas em suas vidas, produzidas pelas ações intencionais e/ou propositais dos agentes presentes no espaço. O limite da área de estudo desta tese desenha-se a partir da descoberta destas mulheres, o que corresponde a uma

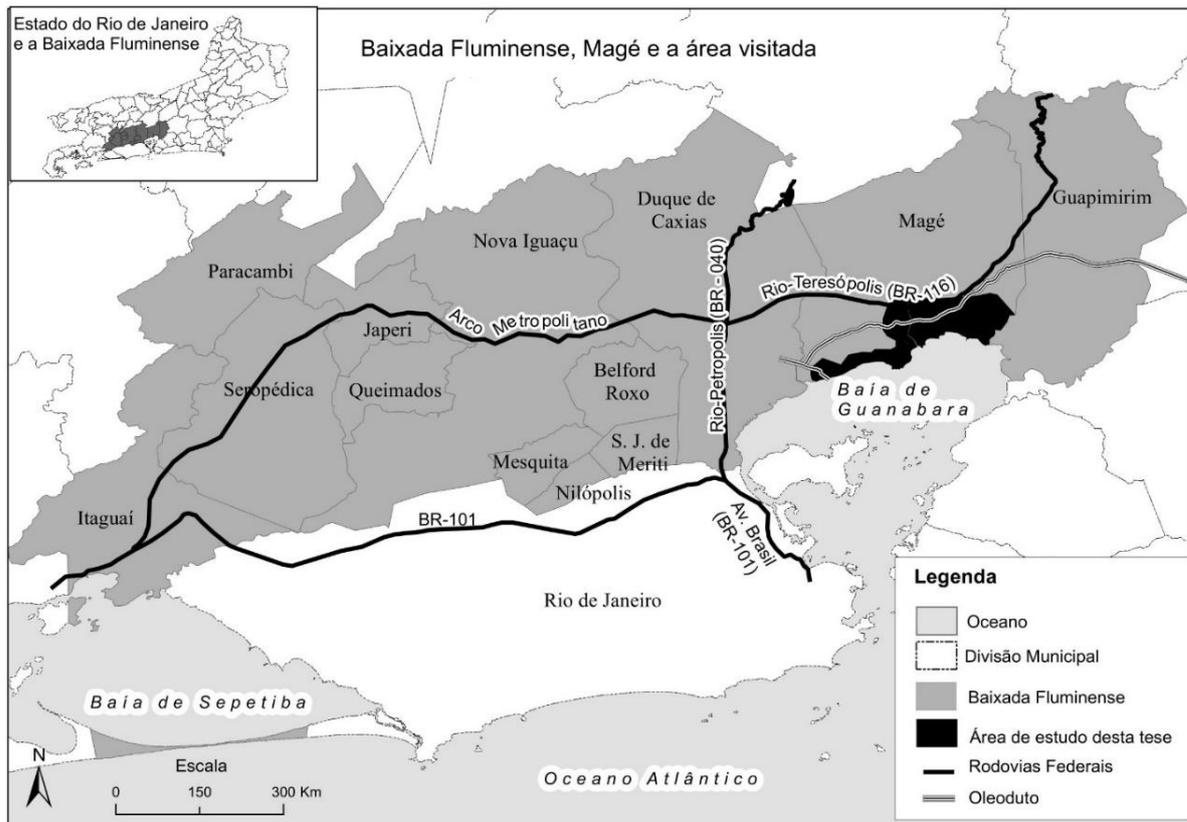
pequena parte do município de Magé. Nessa investigação, ao tratar do modo de vida das pescadoras, nos demos conta do quanto essas vidas se entrelaçavam com as dificuldades produzidas. Percebemos, até certo ponto, como a condição espacial definida como “zona de sacrifício” interfere na vida dessas pessoas de uma forma brutal.

Durante a estada permanente de dez dias na casa de Maria, durante as caminhadas, às idas as casas das pescadoras, conjugando com o conhecimento adquirido na literatura, percebe-se a complexidade do município de Magé. A pesquisa não deu-se no município inteiro, porém, a história da produção do espaço coincide, em parte, com a história dos municípios do recôncavo da Baía de Guanabara. Toda esta região foi “vítima” de abandono, de sacrifício, de exportação de entropias e ausência de políticas públicas que fortaleçam a população. Percebe-se na paisagem, todas estas classificações. A seguir, no item 3.2, pretendemos abordar as múltiplas paisagens, ocupações e ameaças socioambientais, observadas durante este curto tempo de permanência em campo.

### 3.2 MÚLTIPLAS PAISAGENS: MANGUEZAL, PRAIAS, ESPAÇO URBANO, OCUPAÇÃO DESORDENADA

Na área de estudo, tivemos oportunidade de conhecer, observar e vivenciar uma parte dos ambientes naturais e urbanizados marcados nas paisagens em um trecho do município de Magé. O município faz parte do recôncavo da Baía de Guanabara – vulgo fundo da baía -, e é classificado como um dos treze municípios pertencentes à Baixada Fluminense, conforme representado no mapa 3.

A configuração espacial e as paisagens são resultantes das ações dos múltiplos usuários desse espaço. As múltiplas paisagens de Magé, conforme pontuou Lamêgo (1964), pela falta de maiores incentivos na manutenção e preservação do patrimônio, possuem ruínas e residências aparentemente abandonadas em sua orla, podendo isto ser um dos efeitos de um histórico de abandonos.



Mapa 3: Municípios da Baixada Fluminense, município de Magé e área de estudo. (elaborado pela autora.)

CHAVES (2011), em sua reflexão sobre saber local e espaço vivido, afirma que “A configuração da paisagem contém resíduos de objetos relacionados ao passado e ao presente” (CHAVES, 2011, p. 56). Somente observação das paisagens, que fizemos durante o campo, não são suficientes para desvendar o que as criou ou o “conteúdo ‘por trás’” conforme lembrado por Souza (2013: 46), que ainda afirma:

“A paisagem é uma *forma*, uma *aparência*. O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos ‘sugere’” (SOUZA, 2013, p.46).

Dialogando com o autor, podemos imaginar que, segundo a citação acima, a paisagem não necessariamente reflete o conteúdo por trás dela. Por exemplo, observando as praias, através de fotos que postamos nesta pesquisa, visualizaremos a beleza. Podemos deduzir que existe uma política de impulsionamento ao turismo, com calçadões recém restaurados, praças com aulas de ginástica - com o objetivo de “revitalizar” a orla - e construção de novos pontos turísticos, como mirantes, por

exemplo. O que não pode ser visto na paisagem é a poluição das águas e praias por derrames de óleo, esgoto doméstico, entre outros dejetos industriais. Isto não é visível, pois é necessário conhecer o histórico e contexto socioespacial destes lugares, conforme a citação abaixo:

O olhar pode não revelar, mas uma pesquisa baseada em entrevistas (..) e consultas a documentos diversos poderá revelar (...), apesar das aparências, a lógica de uso do solo” (SOUZA, 2013, p. 46-47).

Durante muito tempo, a partir de Sauer (1925), “o termo ‘paisagem’ é apresentado para definir o conceito de unidade da geografia” (SAUER, 1925, p. 23). A paisagem, segundo o mesmo autor, “pode ser definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais.” (SAUER, 1925, p. 23). A observar um mosaico de paisagens, cada qual com uma história, cada qual “pintada” através de ações humanas óbvias e outras nem tanto, compreende-se que esta definição de paisagem ainda é válida, mas com contribuições, mais atuais, agregadas.

Para Berque (1984) a paisagem é, ao mesmo tempo “marca” e “matriz”. “Marca” porque “expressa uma civilização” e

matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação (...) que canalizam (...) a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza (BERQUE, 1984, p. 85).

Concordamos com Berque (1984), no sentido de que compreendemos que as paisagens observadas das praias, manguezais, bairros e comunidades, visitadas nesta pesquisa, constituem marcas da atual sociedade metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A nossa sociedade moderna, que se expressa nas paisagens, visivelmente apresenta uma dialética entre opressão e oprimido, resultado do processo urbano-industrial crescente, que influencia e interfere na produção do espaço e no modo de vida da população residente. Todas as deduções construídas na presente pesquisa são resultantes da percepção da presença desse processo, refletido nas paisagens.

Seguimos adiante, com a apresentação das paisagens e reflexão sobre as paisagens, ao mesmo tempo marcas e matrizes, que nos guia a pensar que elas marcam uma sociedade urbana-industrial e que guardam, como matriz, um conteúdo, as ações que as produziram, desvelando a relação que existe entre a sociedade

residente e a sociedade usuária com aquele espaço. Os receptáculos dessas paisagens são: as praias, os espaços residenciais (ruas, bairros e comunidades) e o manguezal.

### 3.2.1 Apresentando a paisagem através de texto, mapas e fotografias

O formato que escolhemos para a apresentação das paisagens dos espaços visitados, será através da descrição de como se teve acesso a eles, a partir dos percursos percorridos durante o trabalho de campo, seja a pé, por transporte público ou de carona. O intuito é revelar o espaço das pescadoras artesanais que participaram desta pesquisa, para que tenhamos compreensão sobre seus modos de vida e a forma como elas enfrentam os impactos cotidianos, produzidos pelas ações intencionais e propositais – além, claro, dos problemas particulares de cada uma.

Como revelado no capítulo 2, o primeiro passo para a busca pelas pescadoras foi a ida às praias. Maria conduziu-me a pé, costurando entre ruas não mapeadas pelo *google maps*, ruas estreitas, de terra e com casas mal acabadas, interrompidas nas paredes de tijolo. A densidade urbana dessas ruas não é grande. As casas são espaçadas, o passeio público é de terra batida e a vegetação preenche o espaço entre as casas. Não tinha um aspecto de roça nem rural, mas, sim, aspecto de ocupação urbana organizada pela lógica da própria população residente. Talvez não existissem registros dos terrenos e casas, mas isto é uma dedução baseada na aparência. Não investiguei este espaço percorrido e, também, não fotografei, pois não sabia exatamente onde estava, embora estivesse acompanhada por uma residente local.

As praias visitadas, em ordem cronológica, foram as praias de Olaria, São Lourenço, do Anil, da Madame, da Ponte do Kazeca, Formosa, o Pier da Piedade e Remanso. No mapa 1, da página 77, a numeração que indica as localizações destas praias consta em ordem de visitação. Os percursos do trabalho de campo não seguiram a ordem dos mapas, por onde poderíamos iniciar em uma ponta e terminar em outra (“do leme ao pontal”), ou seja, seguimos a ordem dos acontecimentos e das oportunidades. Foi uma escolha realizar esta atividade de forma leve, sem tensão, apesar das situações embaraçosas (capítulo 2).

Utilizamos aqui, além da descrição falada-escrita, algumas fotografias feitas quando puderam sê-lo. Não me senti à vontade para fotografar, enquanto estava sozinha. Quando conseguia, o fazia discretamente. Segundo Daou; Felipe (2011) a visão é central na Geografia e o uso de imagens e fotografias, junto com os mapas, são “constituintes de um imaginário geográfico amplamente compartilhado entre leigos e acadêmicos” (DAOU; FELIPE, 2011, p. 77). Dessa forma, através dos usos destas “expressões centrais” que podem nos apoiar na descrição das paisagens, convidamos a imaginar o espaço que foi visitado, estudado e apreendido pela geógrafa. Através da escrita, tentaremos invadir o escopo do sentimento que se teve ao visualizar determinada paisagem, através do mapa, tentaremos orientar espacialmente os leitores desta pesquisa, e através das fotografias, tentaremos complementar a imaginação; afinal, as fotografias constituem uma “cópia visual da realidade” (DAOU; FELIPE, 2011, p. 79).

### 3.2.2 Praias: a quase ausência de pescadoras

A figura 1, representa os limites da área de estudo. Para dar um panorama geral, sobre a orla visitada, observemos essa figura. As primeiras praias visitadas, foram as mais próximas à associação de pescadores que nos acolheu, indicada no número 7. Estas praias localizam-se mais próximas ao Rio Suruí, cujo encontro da água doce com o mar, forma um considerável manguezal, que adentra o rio, sendo usado pelos habitantes que vivem mais distantes do mar, as caranguejeiras e caranguejeiros. São as praias de Olaria (nº 1), de São Lourenço (nº 2), do Anil (nº 3), da Madame (nº 4), da ponte do Kazeca (nº 5) e Formosa (nº 6). Em seguida, em direção ao oeste, nenhuma praia foi visitada. Esta “lacuna”, se analisarmos pela foto-imagem, da figura 1, é a área mais ocupada e com maior concentração urbana de todo o litoral do município.

As praias visitadas são protegidas pelas unidades de conservação APA Suruí e APA Guapimirim. Além disso, a zona de amortecimento da Estação Ecológica da Guanabara (EE Guanabara), protege estas praias, formando um mosaico de proteção, conforme pode-se observar na figura 2 (ICMBIO, 2012, p. 2). A zona de

amortecimento, conforme o plano de manejo da EE Guanabara, citando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é

o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas as normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (Art. 2º, inciso XVIII – SNUC, 2000, apud ICMBIO, 2012, p. 1).



Figura 1: Trecho representado no mapa 1, localizado na página 77. (1 – Praia de Olaria. 2 – Praia de São Lourenço; 3 – Praia do Anil; 4 – Praia da Madame; 5 – Praia da Ponte do Kazaca; 6 – Praia Formosa; 7 – Riozinho; 8 – Comunidade de Caranguejeiros em Suruí; 9 – Centro de Suruí; 10 – Piedade; 11 – Rodoviária de Magé; 12 – Cantinho da Vovó; 13 – Jóquei) (elaborado pela autora)

Ao leste do rio Suruí visitamos a praia da Piedade, que na verdade é um píer recém-inaugurado. Este píer tem o intuito de atrair a atividade turística, contando com bares de petiscos e frutos do mar e artesanato voltado para o turismo. Este trecho da orla de Magé é protegido pela APA Guapimirim, que abriga cerca de 53% de todo o manguezal do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ, 2016, p. 185) – e, também, faz parte da zona de amortecimento da EE Guanabara.

Começando por este píer, o que vemos é uma área reformada, um píer, não voltado para ser usado como entreposto de pescadores, mas criado para o turismo, como já afirmado. Neste píer (foto 42, 43 e 44), encontramos, além de atrativos turísticos, uma bela paisagem para fotografar e barracas de vendas de artesanato, o que me fez lembrar do curso de turismo de base comunitária oferecido pela APA Guapimirim, e que foi classificada, neste estudo, como uma das ações que afetam as pescadoras artesanais. Sobre o curso de turismo comunitário, explanaremos no subcapítulo 4.6.

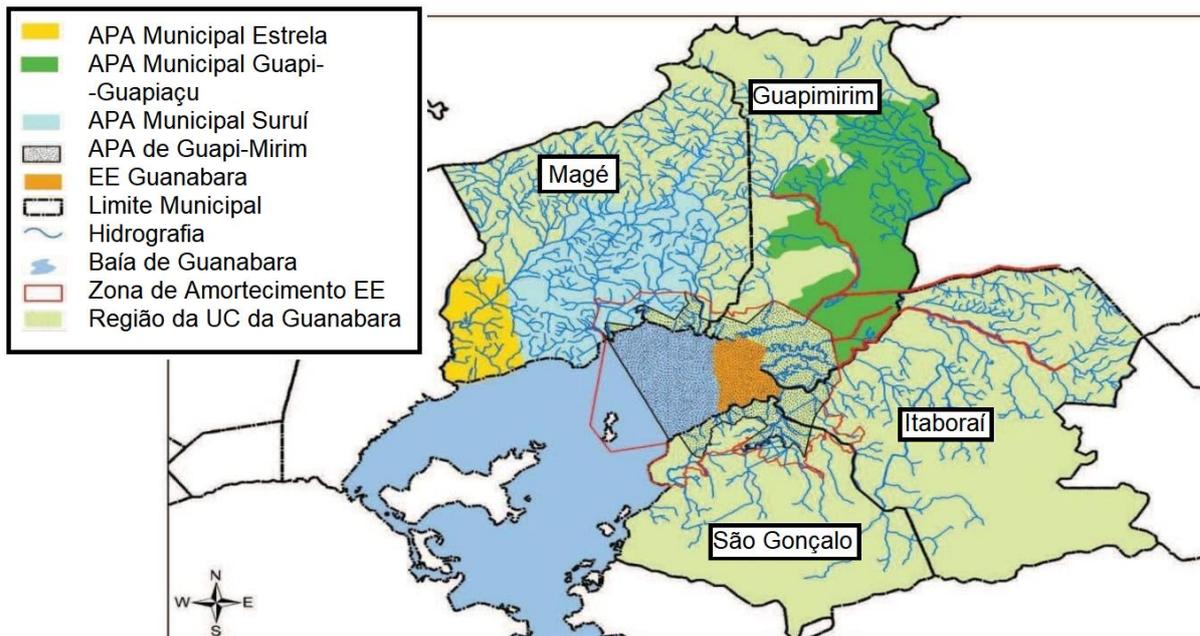


Figura 2: “Ilustração da localização e dos limites da Zona de Amortecimento da Estação Ecológica da Guanabara” (Fonte: ICMBIO, 2012, p. 2) – Legenda e toponímias adaptadas pela autora.

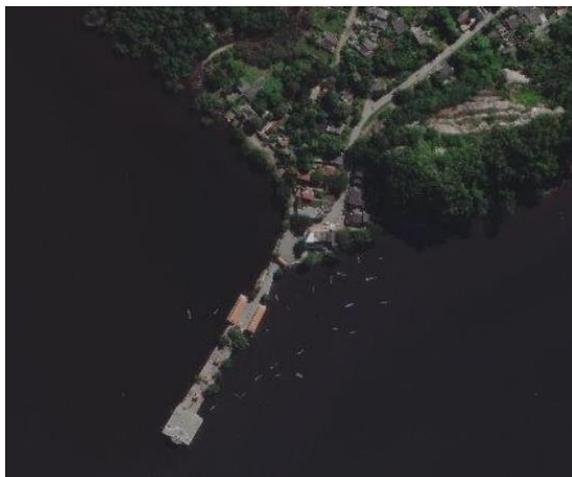


Foto 42: imagem de satélite mostrando a construção do Pier da Piedade. Fonte: Google Maps.



Foto 43: Pier da Piedade e seus visitantes. Foto da autora, 28/07/2019.

Na Praia Formosa, os perfis das casas variam. Encontramos poucas, talvez por ser uma área preservada (foto 45), o que controla a especulação imobiliária. A rua é de terra batida, mas não prejudica a paisagem, confere tranquilidade ao lugar, distante do agito do turismo. Parece ser uma rua valorizada, provavelmente por ser protegida de ocupações desordenadas. Em caso de início de construções irregulares, o que

ocorre muito nesta parte da orla, a guarda ambiental de Magé fiscaliza e interdita tais obras<sup>63</sup>.



Foto 44: pequenos barcos de pescadores compõem a paisagem vista do Pier da Piedade. Foto da autora, 28/07/2019.

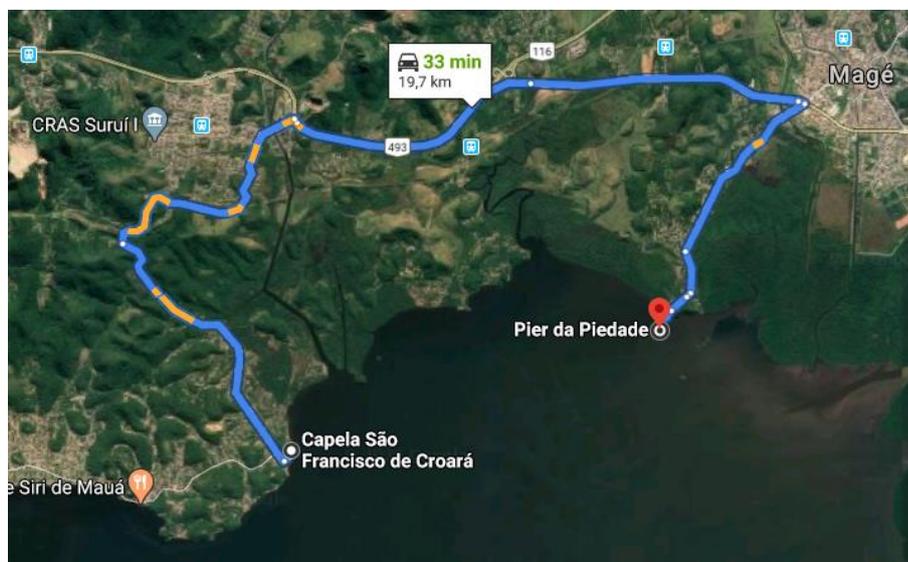


Figura 3: Trajeto calculado pelo *google maps*, ida da AMOPE até o Pier da Piedade. (elaborado pela autora).

<sup>63</sup> “Guarda ambiental de Magé e ICMBIO interditam obra irregular em mangue” : <http://canalmage.rj.gov.br/meio-ambiente/2019/08/21/guarda-ambiental-de-mage-e-icmbio-interditam-obra-irregular-em-mangue/>

É comum encontrar ao longo desta praia mourões de madeira para delimitação e manutenção de currais (foto 46). Ser dono de curral é o mesmo que ser um “proprietário de terra”, pois seus mourões delimitam a propriedade privada no mar. A pesca nesta modalidade é mais garantida, pois funciona como uma grande armadilha de peixes.

Ao leste, ao fim desta praia, termina um rio, conhecido como Riozinho. Este rio contém uma ponte (fotos 47 e 48) com uma manilha no meio, que dificulta a saída dos barcos que dependem desse rio para ir ao mar. Uma das pescadoras artesanais entrevistadas guarda seu barco no Riozinho e só consegue sair para pescar quando a maré sobe o suficiente para cobrir a ponte e, também, para desencilhar o barco. Ao longo desta praia, encontra-se uma mistura de areia e lama, indicando, ali, a existência de manguezais (foto 49).



Foto 45: Placa de aviso de área de APA. Foto da autora, 24/07/2019.



Foto 46: mourões de madeira para manutenção de currais. Foto da autora, 24/07/2019.



Foto 47: Riozinho e pessoas pescando no “lago” criado pela ponte de concreto, que barra a fluidez de saída da água, foto da autora, 24/07/2019.



Foto 48: neta da Maria Marli sobre a barragem (ponte). Praia Formosa. Foto da autora, 24/07/2019.



Foto 49: final da praia formosa, ao lado do Riozinho. Mistura de areia e lama. Foto da autora, no dia 24/07/2018.

Ao oeste da praia Formosa estão as praias do Kazeca e a de São Lourenço. A praia do Kazeca é a mais perto da casa da Maria, cerca de 500 metros de distância. Esta praia é pequena e contém duas casas e, em uma delas, entrevistei uma pescadora artesanal, que foi desencorajada pela colônia, alegando que ela não poderia obter carteira (RGP), por seu marido ser funcionário público. Sobre esta pescadora, abordarei o assunto no subcapítulo 4.2.

A extensão desta pequena praia começa na ponte do Kazeca (foto 50), e termina em uma casa de pescadora (foto 51). Por trás desta casa, há um caminho que dá em outras casas, que também dão acesso à beira da praia. Neste dia, fui acompanhada apenas pela netinha da Maria Marli de 6 anos, pois o “filho” adotivo de Maria teve uma crise neurológica e precisou da atenção de todos, inclusive da minha compreensão. Por isso, resolvi explorar sozinha a área próxima à sua casa.

A pescadora residente desta praia, voltava de uma pescaria de camarões. Esta época do ano, inverno tropical, em julho, é uma boa estação para a pesca de camarões. Foram os únicos local e momento em que encontrei uma pescadora em ação e consegui entrevistá-la após o trabalho. O manguezal sob a influência do Riozinho não está mais presente, a partir desta praia ao oeste.



Foto 50: ponte do Kazeca – construção de aspecto colonial. Foto da autora, 26/07/2019.



Foto 51: muro de contenção, segurando a areia e impedindo que a água penetre no quintal da casa de Kelly. Foto da autora, 26/07/2019.

---

No trecho visitado da praia de São Lourenço, encontramos apenas uma casa de pescadora. As casas são construídas bem na beira, entre a linha do mar e a linha da praia. Para isso, as pessoas constroem muros de contenção, aumentam o chão firme e constroem a casa com uma varanda avançando o mar (foto 52). Maria levou-me a caminhar pela praia, para fazer o retorno e voltarmos para a associação. Nas partes sem casas construídas, encontramos petrechos de pesca, redes e barcos (foto 53).



Foto 52: casa avançando a linha do mar, com um muro de contenção, praia de São Lourenço. Foto da autora, 21/07/2019.

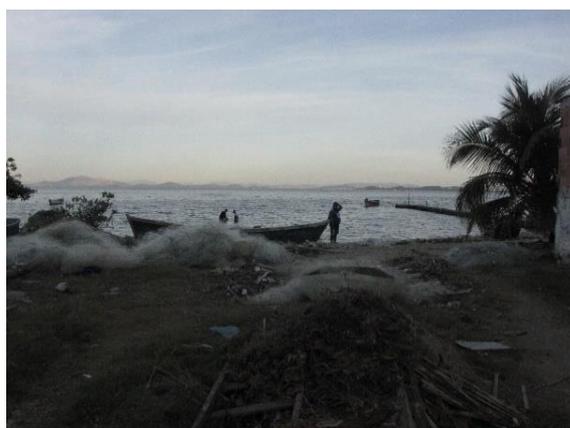


Foto 53: Praia de São Lourenço, final da tarde. Redes e barcos sobre a areia e pescadores no mar. Foto da autora, 21/07/2019.

---

A pequena praia da Madame, de apenas 300 metros de extensão, só tem acesso por mar ou atravessando um morro, através de uma única rua, acessível apenas por moto (taxi ou própria). As pequenas ruas, sem saída, da praia da Madame,

possuem construções residenciais mal-acabadas. Casas geminadas com outras, aproveitando a mesma parede, como se fosse um prédio na horizontal. A organização espacial, destas ruas, lembra a organização das comunidades cariocas, com a diferença da densidade demográfica. As ruas são concretadas, como se a própria população tivesse feito estas obras. Apesar desta praia, também fazer parte da APA Suruí e da zona de amortecimento, a ocupação desordenada não encontra barreira. Provavelmente, o que desacelera este tipo de ocupação é o difícil acesso. Não é objetivo deste estudo, investigar a origem da configuração da paisagem, então a descrição se baseia apenas no que vimos e fotografamos.

A praia da Madame parece uma praia familiar, como se a comunidade residente fosse do mesmo núcleo de parentesco. Apesar do campo ter sido feito em uma época de férias escolares e de tempo firme, com dias ensolarados, as praias visitadas contavam com poucas pessoas (fotos 54 e 55).



Foto 54: Praia da Madame e seus visitantes e residentes. Foto da autora, 21/07/2019.



Foto 55: Quiosque de venda de peixe frito. Foto da autora, 21/07/2019.

---

As praias de Olaria e Anil, encontram-se no trecho mais urbanizado da orla de Magé. O acesso a esta praia, partindo da casa da Maria (AMOPE), é através de uma rua principal asfaltada (foto 56). Nas margens desta rua, encontramos casas, relativamente acabadas, intercaladas com alguns pequenos comércios. As ruas venais são de terra batida. A esquina entre as ruas da associação e a que liga às praias, tem uma praça recém reformada e, na sua ponta, um posto de saúde recém-inaugurado (foto 57).



Foto 56: aspecto da rua principal, asfaltada, que conduz às praias turísticas. Foto da autora, no dia 21/07/2019.



Foto 57: Praça e unidade de saúde recém-inauguradas, na esquina de duas ruas principais asfaltadas. Foto da autora, no dia 21/07/2019

A praia de Olaria foi a primeira a ser visitada. Esperava-se encontrar mulheres pescando ou participando de alguma das etapas do processo de beneficiamento do pescado. Ao contrário das autoras Cole (1991) e Martins (2005), que também estudaram as pescadoras artesanais, não as encontrei nem na praia e nem em rodas de trabalho. Desse modo, as pescadoras artesanais não fizeram parte da paisagem da praia, durante as minhas visitas. Nesta praia, encontrei homens vendendo o pescado, conversando próximo a barcos e consertando as redes (veja o capítulo 2).

A “língua negra” cortando a areia (fotos 58 e 59), revela que a urbanização adjacente não cresceu em conjunto com uma política de saneamento básico, o que não é surpresa, já que apenas cerca de 60% das residências, de toda a região hidrográfica da Baía de Guanabara, possuem ligações com alguma rede de esgoto (TRATA BRASIL, 2014, p. 7). Convivendo com a língua negra, vimos crianças, pessoas sentadas na mureta, pescadores homens e garças. Apesar de ser um domingo e existirem pontos turísticos sendo construídos, como o mirante da foto 60, a praia não tinha banhistas.

O calçadão é bem conservado (foto 61), possui alguns restaurantes tradicionais. Do outro lado do calçadão, atravessando a rua principal, é visto um comércio voltado para visitantes – bares, restaurantes de frutos do mar, lojas de petrechos de pesca – e a colônia dos pescadores, a Z-9.

---

Em que medida as paisagens das praias se inserem na pesquisa sobre pescadoras artesanais? Primeiramente, o que mais chamou a atenção foi a ausência

delas. Em todas as praias visitadas, apenas uma pescadora foi vista trabalhando, a qual também residia no local. Em segundo lugar, a maioria das pescadoras que encontrei através das indicações, *member get member*, não moravam próximas às praias - com a exceção da que mora na praia da ponte do Kazeca e outra que não quis ser entrevistada por mim na presença de Maria, somente na presença da presidente da colônia. Resolvi apreender que a quase ausência das pescadoras na paisagem das praias também seriam dados importantes para a reflexão da pesquisa.

A contemplação das praias não revela o entendimento de que este trecho da orla do município de Magé seja concebido como zona de sacrifício. Nem sempre os impactos ambientais são visíveis, embora saibamos que eles ocorrem. Até na paisagem o sacrifício espacial e social, das pescadoras e pescadores artesanais, pode ser camuflado ou maquiado, através de obras da orla e implantação de unidades de conservação. Quando penetramos mais a fundo nos espaços e conversamos com os habitantes, as cortinas da ilusão se abrem. Então descobrimos os derrames de óleo, as construções desordenadas e ilegais, a falta de saneamento básico eficiente e o desmatamento de manguezais, dentre outros que podemos não conhecer. A seguir, prosseguiremos com a reflexão sobre as múltiplas paisagens visitadas, com a percepção sobre paisagem urbana “favelizada”.



Foto 58: “língua negra” cortando a praia de Olaria. Ao fundo o maciço da Tijuca, no município do Rio de Janeiro. Foto da autora, no dia 21/07/2019.



Foto 59: Praia de Olaria, crianças, pessoas sentadas no muro e barcos de pesca. Do outro lado da rua, pode-se ver a parede azul da sede da colônia Z-9. Foto da autora, no dia 21/07/2019.



Foto 60: mirante recém-construído na praia de Olaria. Foto da autora, no dia 21/07/2019.



Foto 61: calçadão da praia de Olaria. Foto da autora, no dia 21/07/2019.

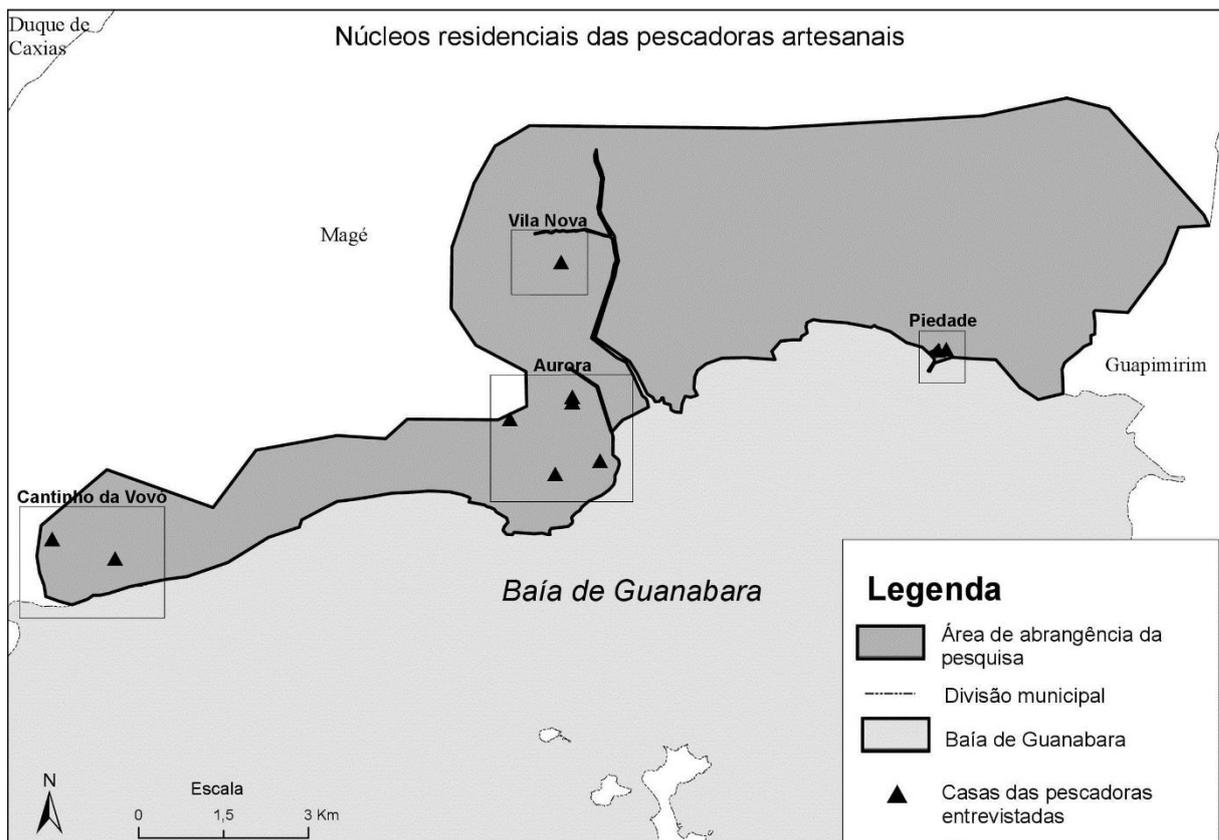
### 3.2.3 Núcleos residenciais das pescadoras artesanais: longe das praias

A população de Magé, segundo o censo demográfico de 2010<sup>64</sup>, é cerca de 227.322 habitantes em uma área de 390,8 Km<sup>2</sup> (588,61 hab/Km<sup>2</sup>). Dessa população, 94,7% é urbana. Não temos como avaliar a situação domiciliar das áreas ocupadas pelas pescadoras artesanais que residem nos bairros visitados, pois não visitamos todos os domicílios. Podemos deduzir com o que foi observado no local e, também, utilizar as imagens ofertadas pelo *google maps*. A área estudada mede cerca de 64,25 Km<sup>2</sup>, equivalente a 16% da área total de Magé. Observando a fotografia aérea da figura 1, na página 136, pode-se perceber que a parte mais urbanizada se concentra nas praias não visitadas (praias do Imperador, da Coroa, do Limão, entre outras).

Para facilitar a exposição das paisagens residenciais, distantes da praia, dividimos os espaços em quatro núcleos (mapa 4): Cantinho da Vovó, Aurora (ambos em Guia de Pacobaíba), Vila Nova (Suruí) e Piedade (Magé). O Cantinho da Vovó se localiza na ponta oeste da área de estudo, próximo ao rio Estrela. Este espaço sofre impacto da presença de gasodutos e os habitantes deste bairro precisam conviver com a sua área de operação. Isso significa que as residências são construídas dentro da área de influência (área de segurança) destes dutos (foto 62). Os gasodutos enterrados e o bairro são construídos sobre uma possível área aterrada de manguezais, como é possível observar na figura 4.

<sup>64</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mage/panorama>

Nesta área, o que predominam são casas, com aspecto de “sítio”. A estrada principal, Estrada Real de Mauá, não é asfaltada (foto 63) e algumas pequenas ruas que começam nela são asfaltadas apenas no início, conforme a foto 64. Não encontramos na literatura nenhum estudo sobre as características da ocupação, específico destes núcleos visitados. Desse modo não podemos definir se estes espaços são totalmente urbanos ou totalmente rurais. Aparentemente há uma mescla, sendo possível ver bois e vacas caminhando tranquilamente pelas ruas principais (foto 65). Até onde fomos no Cantinho da Vovó, não são vistos prédios, somente casas. Poucas casas totalmente acabadas, a maioria com paredes de tijolos levantadas, sem qualquer reboco. Não fizemos um estudo completo sobre as características da ocupação, mas podemos deduzir que algumas residências são resultantes de posses (fotos 66 e 67).



Mapa 4: núcleos residenciais das pescadoras artesanais. (elaborado pela autora)



Figura 4: Núcleo Cantinho da Vovó. Esta figura mostra os oleodutos (linha amarela e preta), as casas de duas pescadoras entrevistadas (triângulo amarelo) e o rio Estrela. Imagem georreferenciada do ArcGis, 2010. (elaborado pela autora)



Foto 62: placa sinalizando a presença de gasoduto enterrado. Cantinho da Vovó, foto da autora, 30/07/2019.



Foto 63: Estrada principal, Barão de Mauá, quase toda de terra batida. Foto da autora, 30/07/2018.



Foto 64: Ruas não totalmente asfaltadas, Cantinho da Vovó. *Imagem do Google Street View, 2016* (não houve alterações neste ponto)



Foto 65: Gado passando tranquilamente pelas ruas do núcleo Cantinho da Vovó.



Foto 66: Casa com aspecto de “sítio”, de uma das pescadoras entrevistadas, foto da autora, 30/07/2019.



Foto 67: quintal de chão de terra batida. Casa de uma das pescadoras entrevistadas, foto da autora, 30/07/2019.

---

O núcleo Aurora (figura 5), dividiremos em Goya, São Lourenço e São Francisco do Croará, porque as *pescadoras* se referiram aos seus bairros desta forma. Goya corresponde à área adjacente a um rio chamado Goya. Nenhuma das pescadoras souberam me dizer por que havia a confusão do bairro ora ser chamado de Goya, ora de Aurora e ora de São Francisco. Pelo *google maps*, Aurora é toda a região que engloba os bairros de São Francisco e Goya. Mas, pelo site dos correios, não existe o bairro Aurora, apenas São Francisco de Croará e Goya. Goya é um rio que deságua no rio Suruí e toda a sua planície de inundação – juntando a planície do Riozinho e do Suruí - é um manguezal, hoje degradado pela ocupação habitacional.

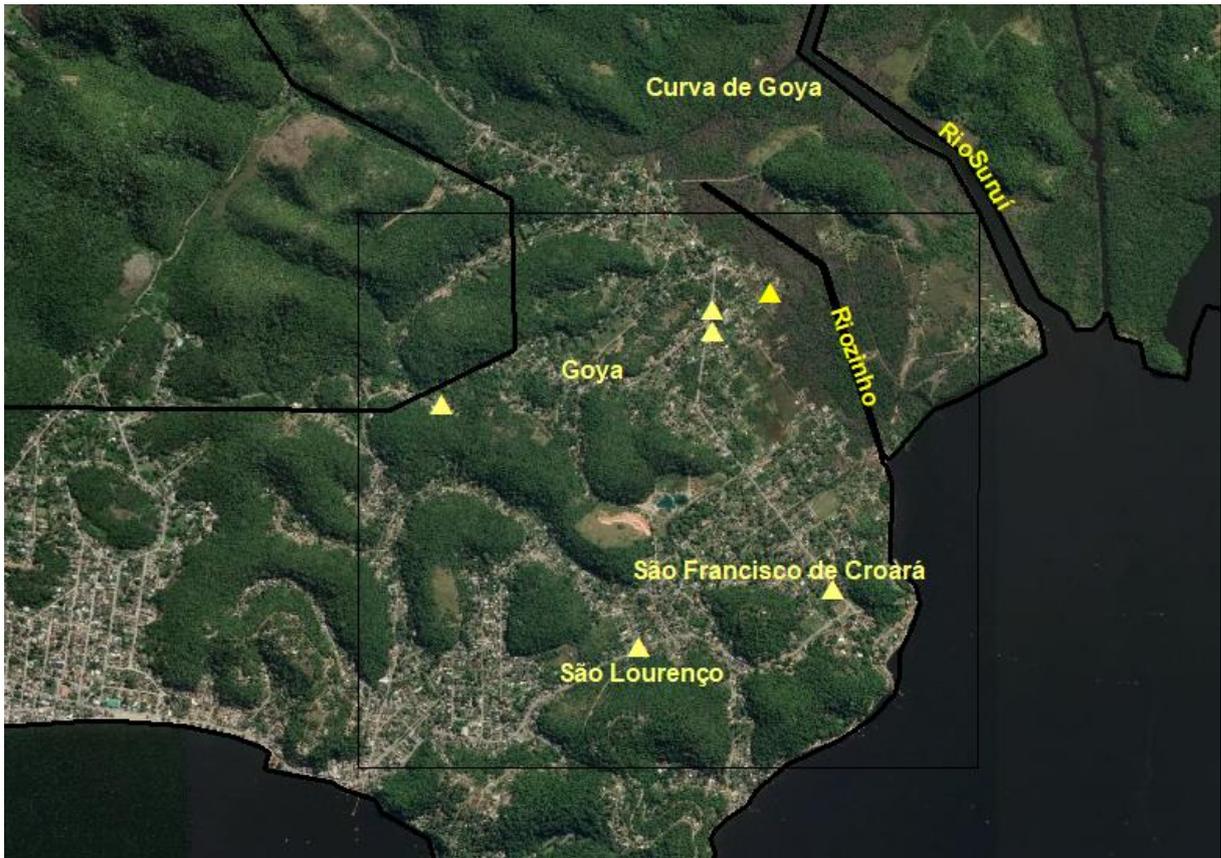


Figura 5: Núcleo Aurora. Este núcleo está dividido em Goya, São Francisco de Croará e São Lourenço. Imagem georreferenciada do ArcGis, 2010. (elaborado pela autora)

Observando a imagem, a população residente habita nas planícies e a maioria dos morros, aparentemente, são preservados de construções. As casas foram construídas em uma área de manguezal, produto do regime de marés do Riozinho e do Rio Suruí, revelando que se trata de uma parte degradada do bioma, pela ocupação humana, embora alguma parte da população necessite dos recursos do mangue, como os caranguejos.

Como no Cantinho da Vovó, as ruas são de terra batida (foto 68), aterrando o mangue, e as casas possuem aspecto de “sítio”. O aspecto de Goya é rural, embora não possamos afirmar que, de fato, a população viva de agricultura ou criação de animais. É possível deparar-se com cavalos e cabras presos por uma corda em alguma árvore. Um dos filhos de Maria trabalha em um haras, nesse bairro, e participa em eventos de cavalgada. Por outro lado, o marido de uma das pescadoras, além de pescador, é dono de um ferro-velho no mesmo bairro (foto 69) e uma das pescadoras abandonou a pesca para trabalhar com faxina no município do Rio de Janeiro (foto 70).



Foto 68: Rua de uma das pescadoras entrevistadas. Chão de terra batida sobre o aterro de manguezais. Imagem do *Google Street View*, março de 2016.



Foto 69: Ferro-velho do marido de uma das pescadoras entrevistadas, na estrada principal. Imagem do *Google Street View*, março de 2016.



Foto 70: Casa de uma das pescadoras, na Estrada de São Francisco, estrada principal, que vai da BR-116 (mudando de nome) até este núcleo. Imagem do *Google Street View*, março de 2016.

O que configura a paisagem deste bairro como nem urbana e nem rural, é que existem vários comércios ao longo desta avenida: supermercados, padarias, pequenas vendas e bares. Tal como as casas, as edificações dos comércios ou não são acabados ou são muito antigos e não modernizados (foto 71)



Foto 71: Estrada de São Francisco de Croará, próximo da AMOPE pescadores e do Goya. À esquerda, uma amostra do comércio da região. Imagem do *Google Street View*, março de 2016.

-----

De um modo geral, as características dos núcleos visitados apresentam pouca variedade. Em todos eles, a maioria das edificações são casas e sítios; o aspecto se confunde ora como urbano, ora como rural; as habitações foram construídas sobre aterros de manguezais; as ruas são de terra batida, em sua grande maioria; o comércio é local, com pequenas vendas, padarias e bares.

O núcleo Vila Nova (figura 6), em Suruí, contém elementos na paisagem semelhantes a de muitas favelas do município do Rio de Janeiro: casas com “puxadinhos”<sup>65</sup>, no mesmo quintal (fotos 72 e 73), valão receptor de esgoto em frente às casas (fotos 74 e 75) e lixo espalhado pelas ruas.

---

<sup>65</sup> Puxadinho é uma modalidade de construção civil, onde uma casa já existente é aumentada, ou para os lados, ou para cima. Nem sempre este aumento da casa está legalizado.



Figura 6: Núcleo Vila Nova, Suruí. Nesta imagem estão representados a casa de uma das pescadoras entrevistadas (triângulo amarelo), o oleoduto aterrado que passa pelo bairro (linha amarela e preta) e os rios Vai-Vem e Suruí. Imagem georreferenciada do ArcGis, 2010. (elaborado pela autora).

Os elementos que compõem esta paisagem se completam com a presença de petrechos de barco, guardados pela rua, e cavalos que são usados como meios de transporte (foto 76). Além disso, esta comunidade é obrigada a conviver com os oleodutos enterrados, que transportam produtos do COMPERJ para a REDUC. Segundo relatos do casal de pescadores que nos recebeu neste núcleo, houve protesto contra a construção deste duto, que atravessa o rio Suruí (à época da obra). O plano original era que o duto passasse por dentro do rio, afetando a passagem de barcos que estão atracados no rio Vai-Vem, em direção aos manguezais às margens do rio Suruí. Esta comunidade precisou ser realocada para que o oleoduto coubesse na paisagem (foto 77).



Foto 72: Em alguns terrenos foi possível ver mais de duas casas construídas, como puxadinhos, para dentro dos terrenos. Foto da autora, 25/07/2019.



Foto 73: Casa de uma das pescadoras entrevistadas, ao fundo de outras duas casas (puxadinhos). Foto da autora, 25/07/2019.



Foto 74: Valão no núcleo Vila Nova, às margens dos terrenos das casas.



Foto 75: Lixo espalhado pela rua, na margem do valão. Foto da autora, 29/07/2018. Obs.: neblina



Foto 76: cavalo e barco, meios de transporte guardados na rua, na beira do valão. Foto da autora, 29/03/2019, às 6h da manhã.



Foto 77: Placas indicando a presença de dutos enterrados de alta pressão. Foto da autora, 25/07/2019.

Por fim, o núcleo Piedade (figura 7) se diferencia dos demais, principalmente, pelo plano turístico que a prefeitura tem para aquele espaço. As casas das pescadoras entrevistadas, nesse núcleo, se misturam à agitação dos visitantes e dos bares localizados próximos ao píer da Piedade. A percepção é a de que o turismo se concentra em volta do píer e não se espalha pelas ruas residenciais, porém afeta e envolve as pescadoras em atividades correlacionadas ao movimento turístico. Uma delas se vale da venda de pastéis recheados com a carne do siri que pesca. A outra participa do curso de turismo de base comunitária, oferecido pela APA Guapimirim, e, também, se especializa em bijuterias confeccionadas a partir dos elementos que configuram a paisagem da região. Com a produção, monta sua barraquinha sobre o píer, para apreciação dos visitantes.



Figura 7: Núcleo da Piedade. Nesta imagem estão representadas as residências das pescadoras entrevistadas neste espaço. Imagem georreferenciada do ArcGis, 2010.

Uma das pescadoras mora com o marido e filha na Estrada Nossa Senhora da Piedade (foto 78), a principal via que leva até o píer da Piedade. É possível ver, ao longo dessa estrada, mourões depositados em frente às casas, indicando que naquela região vivem donos de currais.



Foto 78: Estrada Nossa Senhora da Piedade, que leva até o píer. Às margens da estrada, sobre a grama, estão depositados mourões de currais. Imagem do *Google Street View*, 2016.

As demais ruas vicinais, são de terra batida, embora boa parte da área em torno do píer tenha sofrido alguma melhoria. A Estrada da Piedade (foto 79), onde a pescadora de siri vive, possui algumas casas com melhor acabamento. Há residências ao longo desta via, porém umas mal-acabadas e outras, aparentemente, abandonadas e não finalizadas. Por trás das casas, a oeste do píer, corre um pequeno rio, impactado pela pressão do esgoto doméstico do entorno. Mesmo assim, muitos pescadores, como uma de nossas entrevistadas, guardam seu barco neste rio.



Foto 79: Estrada da Piedade, uma das ruas vicinais da estrada principal. Imagem do *Google Street View*, 2016.

Este pequeno rio, conhecido pelos moradores como valão, apesar da pressão das casas construídas sobre o manguezal de suas margens, ainda preserva alguma vegetação de mangue, até a sua foz, na Baía de Guanabara. O local serve para

guardar barcos de pescadoras e pescadores, marca expressiva na paisagem da atividade pesqueira local, como se vê na foto 80.



Foto 80: Barco de uma das pescadoras (Círculo amarelo), atracado na margem do valão. Foto da autora, 28/07/2019.

A partir desta avaliação das paisagens observadas nos espaços de habitação das pescadoras, identificamos diferentes ameaças à atividade pesqueira, aos ambientes e aos que ali vivem: a pressão urbana e industrial sobre os manguezais, sob a forma de edificações, estradas, ruas, dutos e o esgoto doméstico. Ainda assim, sinais da presença da atividade pesqueira, seja ela realizada por homens ou mulheres, são perceptíveis na paisagem, como procuramos indicar.

O próximo tópico, deste subcapítulo, se refere aos manguezais ameaçados e danificados pelos impactos sofridos e de que forma eles são utilizados pelas pescadoras que vivem da coleta de caranguejos.

### 3.2.4 Os manguezais de Magé

#### 3.2.4.1 Toponímias vernaculares invisíveis

Gentilmente, um casal de caranguejeiros, Helena e Nelson, se ofereceu para me levar ao manguezal, para me ensinar como se captura caranguejo. O casal não possui barco, mas conseguiram um emprestado. Eu quis dar uma ajuda de custo, mas Nelson não quis aceitar. Depois, em um momento reservado, ofereci o dinheiro à Helena que aceitou, depois de alguma argumentação. Na minha interpretação, a mulher preocupa-se mais com a economia doméstica, na parte que envolve as finanças e alimentação (HOEFLE, 2018, p. 104). Talvez o valor não tenha sido justo, mas era o mínimo que se poderia fazer por tal disposição em me ajudar. No dia da entrevista, eu me ofereci para almoçar em sua casa em troca de um pagamento, mas o casal não aceitou. Então quis corresponder a gentileza e a forma que encontrei foi a financeira.

Para a excursão até o manguezal a logística seria outra. Combinamos um horário compatível com o horário de trabalho deles, de seis da manhã ao meio-dia. Como eu nunca tinha estado em um manguezal, levei ao campo uma trouxa de roupas que eu pudesse enlamear e um tênis que não saísse do pé, durante as fortes puxadas das lamas, ao caminhar. Levei uma mochila com farnel para nós três, água, celular (que estava usando para marcar as coordenadas geográficas no aplicativo do *google maps* e gravar as entrevistas), caderninho de campo, máquina fotográfica, óculos escuros, protetor solar e repelente! Uma verdadeira “aventureira”! O vestuário deles também são de roupas que eles só usam no manguezal, porém, com vinte anos de experiência, a preocupação em afundar na lama e perder o calçado, já não existe. Tal preocupação que só eu tinha, nesse dia, arrancava boas risadas do casal.

Cheguei à casa deles na hora marcada, 7h da manhã. Eles já estavam acordados e Nelson já tinha ido e voltado, para pegar o barco emprestado. Para não incomodar, fiquei aguardando ao lado de fora e eles me esperando do lado de dentro.

Para chegar até o barco, na beira do rio Suruí, é necessário passar por uma estrada de terra que margeia o oleoduto. Conforme podemos ver na foto 81, na estrada de terra batida, possui placas informando a presença de dutos e o perigo que eles oferecem. O duto atravessa o rio Suruí, por cima de uma ponte, que também pode ser vista na foto 82, no percurso até o rio Vai-Vem.



Foto 81: estrada de terra batida, que dá acesso ao rio Suruí. Placas sinalizando a presença de dutos e, ao fundo, a ponte construída para a passagem dos dutos, sobre o rio. Foto da autora, 25/07/2018.



Foto 82: Ponte sobre o rio Suruí. No barco, Helena e Nelson, remando para o rio Vai-Vem. Foto da autora, no dia 29/07/2018.

Esta excursão ensinou-me mais do que o esperado. A ideia inicial era conhecer a captura do caranguejo e observar o trabalho da Helena, junto ao marido. Esta visita foi feita em uma segunda-feira, dia em que, normalmente, o casal não sai para trabalhar. Então, se ofereceram para me acompanhar e me mostrar o trabalho feito, dentro manguezal. Resolvi aproveitar esta atividade para fazer o que Ferreira (2014) chama de “caminhada de reconhecimento do terreno”. Segundo a autora, “o objetivo é identificar as referências espaciais ao longo do trecho percorrido” (FERREIRA, 2014, p. 70). Fiquei curiosa para saber de que forma, dentro de um manguezal, é possível orientar-se, já que toda a paisagem parecia a mesma, dada a semelhança da flora e da dinâmica das águas.

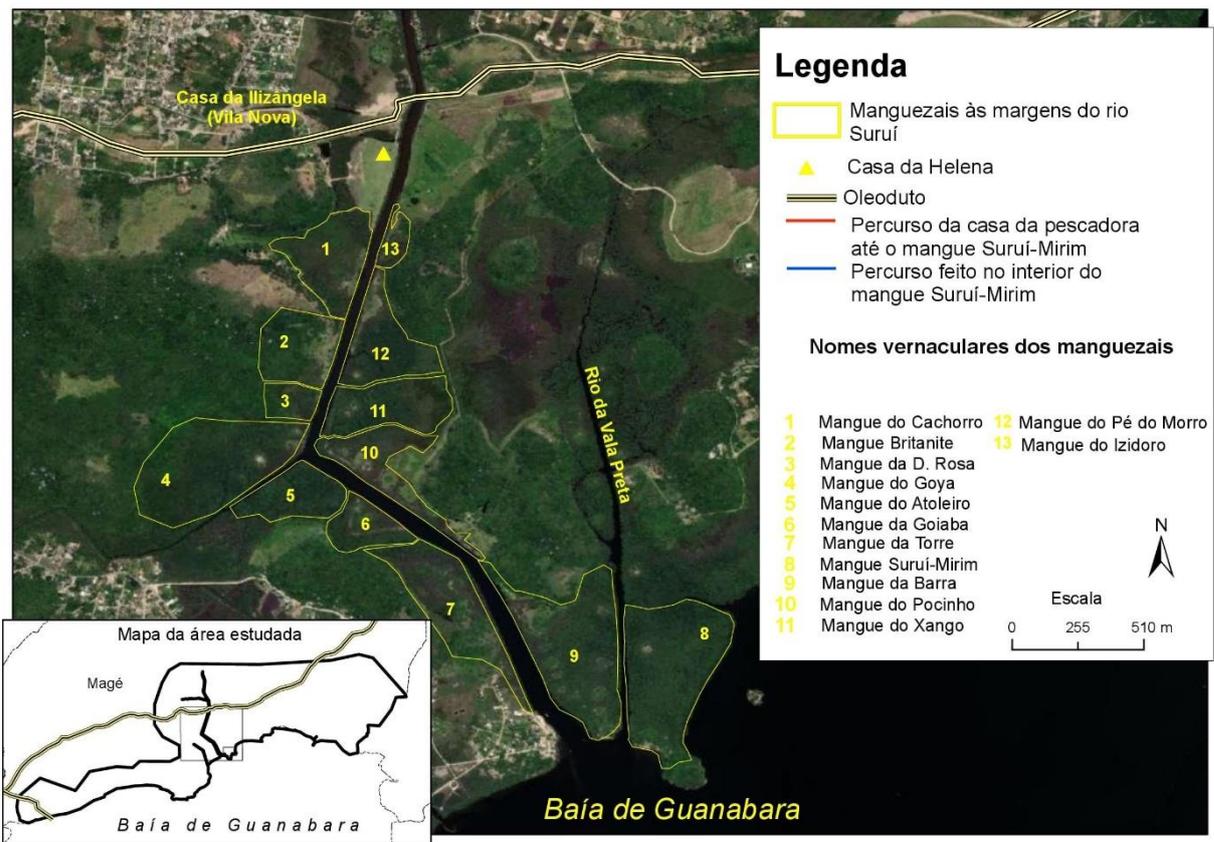
A caminhada de reconhecimento iniciou antes do imaginado. A ideia era caminhar pelo mangue, porém, conforme iam remando rio abaixo, Helena e Nelson ensinavam e apresentavam as referências e toponímias invisíveis e vernaculares. Ambos foram verdadeiros professores e eu uma aluna atenta, encantada com as descobertas.

Conforme a remada avançava, o casal ia me ensinando o nome de cada parte do manguezal e as motivações que ensejam as toponímias ou as denominações dos lugares. Percebi, na prática, que eu estava descobrindo outros códigos espaciais da área estudada (LEFEBVRE, 2006, p.41), através desta “remada” de reconhecimento. O primeiro código identificado é a de que o espaço visitado faz parte de uma **zona de sacrifício**, o que é visível nas paisagens do manguezal e no bairro em que Helena e outras caranguejeiras e caranguejeiros vivem – dutos e saneamento básico deficiente.

O segundo código espacial identificado nos conduz a perceber que a área de estudo é um **espaço vivido** que contém **referências vernaculares**, marcadas através de topônimos locais.

Segundo Chaves (2011),

O espaço vivido é qualquer espaço que tenha certa vivência, experiência e percepção por certo indivíduo, as quais gerenciam a organização do espaço, definindo lugares e territórios. Sobre este espaço vivido, além da experiência, adquire-se, também, um saber local baseado na imaginação, memória e familiaridade. (CHAVES, 2011, p. 46-47)



Desse modo, nessa caminhada, Helena e seu marido ensinaram-me a forma como as caranguejeiras e caranguejeiros organizam os usos do manguezal, estabelecendo limites que demarcam formas particulares de apropriação do espaço. O manguezal inteiro, do ponto de partida (ver o mapa 5) até a foz do rio Suruí, é separado por pequenos sulcos ou valas visíveis a cada vez que a maré baixa. Entre uma vala e outra, cada trecho do manguezal recebe um nome, imaginado a partir de alguma construção antiga que se localizava ali, ou a partir de alguma atividade que só

era realizada acolá. Por exemplo, no Mangue do Xangô, eram depositadas oferendas religiosas, no Mangue do Pocinho, parava-se para se reabastecer de água, em um pocinho no sopé de um morro. O mapa 5 mostra a divisão territorial do manguezal do Suruí.

Nem todos os nomes dos territórios do manguezal tem explicação, como o Mangue do Cachorro, mas os seguintes territórios vernaculares foram devidamente apresentados (quadro 1):

Nome do manguezal	Motivo do nome
Mangue Britanite	havia uma fábrica de explosivo, para mineração.
Mangue da Dona Rosa	havia uma casa residencial, pertencente a uma senhora chamada Rosa.
Mangue do Goya	Mangue na esquina de um rio, chamado Goya, que deságua no rio Suruí <sup>66</sup> .
Mangue do Atoleiro	Muita lama, os caranguejeiros se atolam.
Mangue da Goiaba	manguezal com muito pé de goiaba e muito <i>maruím</i> <sup>67</sup> .
Mangue da Torre	Existe uma torre de internet
Mangue Suruí-Mirim	Mangue localizado na margem esquerda do rio Suruí-Mirim <sup>68</sup> , que os caranguejeiros chamam de rio da Vala-Preta.
Mangue da Barra	como o próprio nome diz, localiza-se na barra da foz do rio <sup>69</sup> .
Mangue do Pocinho	tinha um poço para beber água e, na primavera, dá muito caranguejo.
Mangue do Xangô	lugar escolhido para oferendas religiosas.
Mangue do Pé do Morro:	localiza-se adjacente a um pequeno morro, que também é adjacente ao Mangue do Izidoro.
Mangue do Izidoro:	um homem chamado Izidoro, morava no local.

Quadro 1: Nomes dos manguezais do Rio Suruí, denominados pelos caranguejeiros e caranguejeiras da região. Organizado pela autora.

<sup>66</sup> “Pouco mais de duas leguas a Lnordeste do Inhumirim, e defronte da pequena Ilha de Guyâna sahe o rio *Suruhy*, que vem da Serra dos Orgãos, e dá navegação por distancia de sete milhas. Nelle desagua o rio *Goya*, que sahe d’huns pantanaes. Todas as produções de suas adjacencias sam excellentes: Talvez não haja terreno tão apropriado para as bananeiras, que sam cuidadosamente cultivadas.” (CAZAL, 1817:14)

<sup>67</sup> De acordo com o dicionário online, *Maruim* é uma palavra de origem Tupi que significa mosca pequena ou mosquito (<https://www.dicio.com.br/maruim/>). *Maruim* é um mosquito típico do mangue, também conhecido como “mosquitinho-do-mangue”.

<sup>68</sup> Conforme informações contidas no plano de manejo da APA-Guapimirim, as coordenadas da margem esquerda da foz do rio Suruí Mirim são “22°41’40” Sul e longitude 43°06’30” Oeste”. Localização que confere com a do Mangue Suruí-Mirim. (IBAMA, 2001, p.5-21)

<sup>69</sup> Segundo o dicionário geológico-geomorfológico, Barra significa “bancos ou coroas de detritos carregados pelos cursos d’água e depositados na foz dos rios” (GUERRA, A. T; GUERRA, A. J. T. (2008). *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 648p. Página 82)

De acordo com Nelson, essa demarcação facilita o trabalho dos pescadores e pescadoras. Existe um “acordo de cavalheiros” entre os caranguejeiros, de modo que todos respeitem os usos e demarcações espaciais realizados pelo outro. Por exemplo, se um desses mangues – listados quadro 1 - já estiver sendo usado, por algum caranguejeiro, os demais evitam colocar suas armadilhas. Em outro caso, se mais de um caranguejeiro usa o mesmo mangue, o acordo é outro, ou seja, cada caranguejeiro traça o seu próprio território no interior do mangue, que deve ser respeitado. Estes territórios são efêmeros, ou melhor, variam de acordo com o uso e podem mudar a qualquer momento ou a qualquer dia. É uma **territorialização efêmera** – temporária - dentro de um território já definido pelos seus próprios usuários.

Chamaremos estes espaços de território, por ser um acordo político de direito de uso, mesmo que temporário. Os usos desses espaços demarcados, pelos caranguejeiros e caranguejeiras, não são rígidos, as trocas existem. E a dinâmica é “quem chegar primeiro usa”, isto é, o caranguejeiro que chegar primeiro coloca seus *laços* e sinaliza os limites invisíveis do seu território efêmero, amarrando pedaços de plástico, sacolas plásticas ou fitas nas árvores de mangue (foto 90). Os demais, ao avistarem os sinais, traçam seus caminhos com o cuidado de não se sobrepor ao do outro - definido anteriormente - envolto neste território efêmero e imaginário.

#### 3.2.4.2 Território efêmero e imaginário

**Território efêmero e imaginário** é como estamos chamando, neste estudo, as demarcações temporárias dentro dos manguezais, que são respeitadas como um código de condutas aceito pelos caranguejeiros para viabilizarem, cotidianamente, a cata do caranguejo. Quando Santos (2009) se refere às territorialidades efêmeras, faz uma reflexão sobre migrantes ou sobre turistas, que mudam de lugar. No caso do migrante, se desloca para outro país e

se depara com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação (SANTOS, 2009, p. 328)

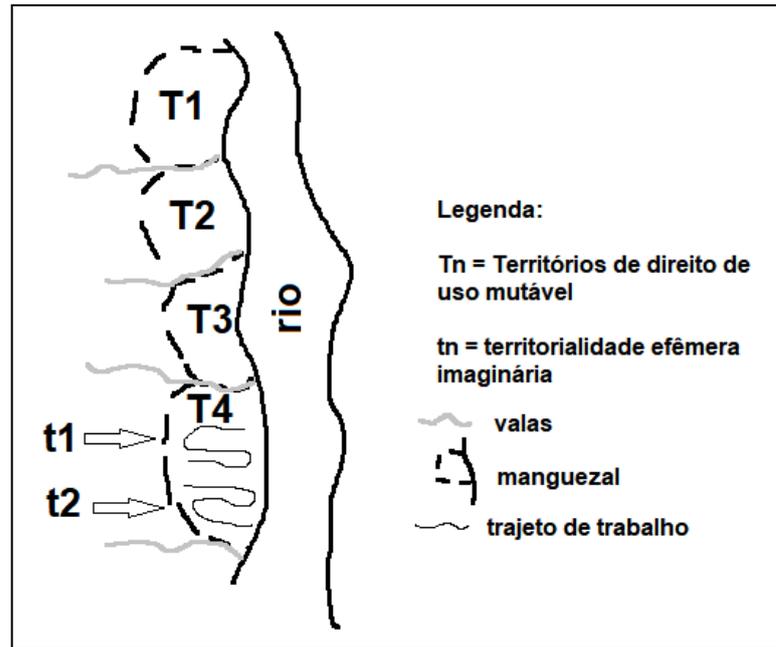
Santos (2009) afirma que a territorialidade efêmera não produz uma memória e que o “homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado” (SANTOS, 2009, p.

328). Como dito, Santos (2009) se refere ao espaço e territórios efêmeros do migrante ou de pessoas que ocupam brevemente um lugar, como turistas, ou como pessoas que vão e voltam do trabalho. Sobre esse último espaço, Santos (2009) afirma que a “residência’, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem” (SANTOS, 2009, p. 328).

Mesmo que Santos (2009) não tenha tido a oportunidade de conhecer a dinâmica de organização dos manguezais pelos caranguejeiros de Suruí, concordamos com o autor quando ele afirma que, apesar da brevidade dos usos espaciais, esses “quadros” – configurações espaciais – “têm peso na produção do homem”. Diferente do que ele afirma sobre a memória dos migrantes no novo lugar de habitação, no caso destes manguezais, por mais que as demarcações no interior de um mangue seja breve, ou efêmero, ainda assim os caranguejeiros possuem uma memória e um conhecimento espacial sobre esses.

A partir do croqui abaixo, tentaremos representar a organização espacial feita através do acordo entre os caranguejeiros. **Os territórios de direito de uso mutável (T1, T2 T3, T4, Tn, ...)** são os espaços demarcados em todo o manguezal, conforme apresentado no mapa 5. Neste mapa, pode-se perceber que o manguezal do Rio Suruí é dividido em “mangues”, conforme listado no quadro 1. Esta divisão é fixa, já estabelecida e consolidada a algum tempo e cada **Tn** possui um nome, que é como os caranguejeiros os conhecem. Estes territórios são de uso mutável porque não têm donos fixos. Em uma temporada, um único caranguejeiro ou um grupo usufruem do espaço. Ao finalizar o trabalho, outro grupo se ocupa do espaço, sem combinação, sem uma agenda pré-estabelecida, apenas observando se existem sinais (laços e demarcações) ou não.

No interior de cada **Tn**, existem os **trajetos de trabalho**, que são sinalizados pelos laços, instalados nos buracos dos caranguejos, e pelos pedaços de sacos plásticos amarrados nas árvores. Dentro do mangue, o grupo que usufrui desse espaço, na temporada da vez, se organiza e se respeita, limitando-se em seus **trajetos de trabalho**, não invadindo o **trajeto** do outro. Os **trajetos de trabalho** demarcam os **territórios efêmeros e imaginários (t1, t2, tn, ...)**. O **tn** é **efêmero** porque é temporário, ao contrário do **Tn** que é fixo. E é **imaginário**, porque os limites não são visíveis, são deduzidos com a presença das sinalizações.



Croqui: Modelo de organização do espaço do manguezal, entre os caranguejeiros. (elaborado pela autora.)

### 3.2.4.3 “Remada” de reconhecimento

Saímos do ponto de partida às 7:30 e chegamos ao Mangue do Suruí-Mirim às 8:27. Fomos eu, Helena e Nelson em um barco pequeno, de aproximadamente 15 pés (4,5 metros), sem motor, porém com dois remos usados pelo Nelson. Por ser muito cedo, em um dia de inverno, toda a região no entorno do rio Suruí, até a sua foz, estava sob neblina, que se desfez cerca de 10h da manhã. Pelo caminho encontramos pescadores em seus barcos a motor, colhereiros, aves mortas - por lixos encontrados no rio e em suas margens - e garças (Fotos 84, 85 e 86).

Dentro do Mangue Suruí-Mirim encontramos pneus, tubo de televisão, caixa de descarga de vaso sanitária, brinquedos dentre outros objetos trazidos de outros lugares e depositados no manguezal (fotos 87 e 88), através da dinâmica natural dos  cursos dos rios, das correntes marítimas do interior da Baía de Guanabara e do regime das marés.

Assim que começamos a traçar nossa trilha no interior do Mangue Suruí-Mirim, precisamos nos certificar que não estaríamos invadindo algum território efêmero imaginário. O trajeto que fizemos foi uma demonstração para a minha aprendizagem, já que não era um dia de trabalho para eles. Deste modo, nos preocupamos, apenas,

em não violar os sinais (Foto 83) deixados por outra pessoa (delimitação do território, *laços* ou caranguejos capturados pelas armadilhas).



Foto 83: saco plástico emborcado em um galho de árvore do mangue, sinalizando um dos vértices do limite invisível do seu território efêmero. Foto da autora, 29/07/2019.



Foto 84: barco a motor de pescador, em direção à foz do rio Suruí. Foto da autora, 29/07/2019.



Foto 85: Colhereiro, uma ave rosada, de pescoço longo, com o bico em formato de colher. Foto da autora, 29/07/2019.



Foto 86: Ave morta por um resto de anzol. Foto da autora, 29/07/2019.



Foto 87: Pneu carregado pela força da dinâmica das águas. Foto da autora, 29/07/2019.



Foto 88: Tubo de televisão antiga, carregado pela dinâmica das águas. Foto da autora, 29/07/2019.

No mapa 6, a partir da representação da trilha realizada – percurso dentro do manguezal -, podemos imaginar como se realiza a captura do caranguejo, durante um dia de trabalho<sup>70</sup>. Nesse percurso, em um primeiro momento, uma pessoa forasteira, ignorante da geografia local, se vê desorientada, sem referências espaciais. Porém, através do ensinamento do indivíduo local, aprende-se a observá-las. Mesmo que o manguezal tenha uma aparência homogênea, com lama, vegetação específica e caranguejos, seus usuários estabelecem padrões de orientação e controle dos usos do espaço. Sinalizar e demarcar o **território efêmero**, amarrando plásticos nas árvores, são as primeiras providências a serem tomadas pelos usuários. Em seguida, procurar referências **fixas**, como ilhas e trechos dos rios, é a segunda providência para orientar-se no manguezal: “O indivíduo estabelece seus referenciais, os quais são pontos fixos, aos quais os demais dados do espaço são relacionados” (CHAVES, 2011, p. 48). Sinalizar e demarcar este espaço é um acordo estabelecido entre os usuários, o que possibilita um relacionamento, que é uma construção social deste lugar.

As referências são essenciais para a orientação espacial. Como exemplo, no Mangue Suruí-Mirim, iniciamos a nossa trilha em uma pequena praia – primeira referência visual -, formada à margem do mangue (foto 89). Nelson e Helena resolveram seguir o trajeto do seu próprio território efêmero imaginário – já demarcado anteriormente, em um dia trabalhado - e aproveitaram para verificar se algum caranguejo estaria preso em seus *laços* instalados. O casal caminha um atrás do outro e ele comanda o trabalho (foto 90).

No caminho, encontraram um caranguejo capturado em uma armadilha colocada por eles. Nelson puxa o graveto e na ponta o caranguejo “embolado” no *laço* (foto 91). No trajeto me mostram as demarcações já existentes dos limites de um **território efêmero** (na foto 92). O manguezal estava “seco”, com a **maré baixa** (Foto 93), o que, normalmente, dificulta a captura dos caranguejos, que só saem das tocas impulsionados pelas águas da **maré cheia**. Este foi um momento oportuno, que permitiu que o casal me explicasse o funcionamento dos *laços*.

---

<sup>70</sup> Dizemos “imaginar”, porque a caminhada de reconhecimento não foi feito em um dia de trabalho real. Foi uma demonstração feita pelo casal Helena e Nêgo, em uma caminhada de reconhecimento.



Mapa 6: Caminhada de reconhecimento dentro do Mangue do Suruí-Mirim. (elaborado pela autora).



Foto 89: prainha na beira do Mangue do Suruí-Mirim. Helena e Nelson na foto. Foto da autora, 29/07/2019.



Foto 90: na dinâmica do trabalho do casal, o marido comanda a atividade. Nelson carrega na mão, um laço, que foi usado para demonstração.

Por trás das árvores, é possível encontrar outra referência, difícil de enxergar nas fotografias e de difícil acesso: É a ilha de Suruí-Mirim, cuja localização pode ser vista no mapa, onde é possível identificá-la. A ilha é um morro arenoso, cercado de

lama, no meio do manguezal. Pela pequena altitude, a maré não alcança o seu cume e, desse modo, o manguezal não avança nesta área. Mesmo não podendo ser usada pelos caranguejeiros, a ilha de Suruí-Mirim, funciona como uma referência espacial.

Na continuação da trilha, encontramos um buraco *estourado*<sup>71</sup> sem caranguejo. Deste ponto é possível visualizar uma terceira referência deste mangue: a Ilha do Tamandaré, que fica nas águas da Baía de Guanabara. A partir daí conseguimos perceber que já estamos finalizando a trilha, em direção a prainha, novamente.



Foto 91: caranguejo capturado no *laço* preso por um graveto, na mão de Nelson. Foto da autora, 29/07/2019.



Foto 92: toca aberta de caranguejo. Foto da autora, 29/07/2019.



Foto 93: mangue “seco” e maré baixa. Foto da autora, 29/07/2019.

<sup>71</sup> Buraco *estourado* é uma toca de caranguejo cheia d’água, preenchido pela maré. Nesse caso, se o buraco não tiver um *laço*, o caranguejo, “expulso” pela água, procura outra toca.

Ao longo da escrita desta tese, tentamos apresentar as percepções obtidas no espaço visitado, que é o espaço vivido das pescadoras artesanais entrevistadas. Conforme o trabalho de campo, as conversas e os olhares sobre o espaço, constatamos a transformação desse espaço em zona de sacrifício, a partir de ações existentes que imprimem suas marcas na paisagem. O subcapítulo seguinte tem como principal escopo organizar aquelas percepções através da lente das **ações** identificadas, de seus **agentes** e os **efeitos** produzidos.

#### 3.2.4.4 Helena

Helena é uma das pescadoras atendidas pela associação de pescadores da Maria, através da doação de cestas básicas, é a Helena - e suas vizinhas. Helena é caranguejeira e trabalha com o seu marido, o Nelson, que comanda as atividades. O casal e os dois filhos moram em Vila Nova, Suruí, no fundo de duas casas. Para acessar sua residência é necessário passar por um corredor que liga as três casas. Helena tem 36 anos e é casada há 20 anos com o Wellington, quando começou a pescar. Nunca pescou sozinha, sempre acompanhada do marido. A modalidade de pesca de Helena é a *cata de caranguejo*. A sua participação na atividade é tirar o caranguejo do buraco e colocá-lo no saco. O caranguejo é capturado pelos *laços*, que são armadilhas confeccionadas por eles mesmos, utilizando sacos de plásticos trançados, que eles mesmos desfiam (foto 73, na página 153). Os *laços* são fixados com gravetos por cima do buraco em que o caranguejo se entoca (fotos 94 e 95). No dia em que entrevistei Helena, tinham mais duas vizinhas, que também eram pescadoras – uma caranguejeira e outra de peixes. Enquanto eu perguntava sobre a confecção dos *laços*, elas disseram que quem produz mais são os homens, porque elas têm muitas tarefas em casa e não podem parar para este trabalho.



Foto 94: *laço* por cima do buraco, por onde o caranguejo se entoca. Foto da autora, 25/07/2019.

Segundo Helena, as tarefas domésticas são somente dela e da filha, embora ela tenha um filho homem, também:

Eu: As tarefas de casa são só suas?

Helena: só minhas, porque a menina estuda, aí o final de semana é dela. Ela faz também, quando vem da escola.

(entrevista concedida no dia 25/07/2019)

Quando questionei se o marido participa das tarefas domésticas, ela afirma que ele “sabe” fazer também e que seu bolo é “maravilhoso”, o que indica que a participação dele na lida da casa não é uma obrigação, como é para ela. Apesar desta divisão do trabalho em casa, na captura do caranguejo, os dois trabalham juntos. Depois de um dia de trabalho no mangue, eles levam o saco cheio dos animais, para serem amarrados na *embira*, que é um encordoamento com um fitilho de plástico. Cada *embira* contém 8 caranguejos (foto 96), vendido a R\$ 20,00 (vinte reais).

De segunda a quinta, os dois vão ao mangue bem cedo, cerca de seis e meia da manhã e trabalham até meio dia ou treze horas. Não ultrapassam esse horário por causa do calor e do sol quente na pele. Em um dia, eles colocam as armadilhas e nos dias seguintes voltam para recolher os caranguejos presos nos *laços* (foto 95). Na sexta-feira, eles amarram cerca de 50 *embiras* – com oito caranguejos, cada. Estas são repassadas para um “atravessador” que leva os produtos e fica o sábado inteiro vendendo nas feiras de Duque de Caxias, São João de Meriti, Vigário Geral e Parada

de Lucas (estes dois últimos, bairros do Rio de Janeiro). O “atravessador” coloca o preço dele e na volta acerta as finanças com a família.



Foto 95: caranguejo preso no *laço*. Foto da autora, 25/07/2019.



Foto 96: caranguejos amarrados na *embira* (fritilho de plástico). Imagem extraída de um vídeo no *youtube*<sup>72</sup>.

As melhores épocas para as famílias caranguejeiras são o verão - pela abundância de caranguejos - e o defeso quando - por ser o período de proibição da captura - os pescadores cadastrados no RGP recebem um seguro, o que garante o sustento da família. No inverno, segundo Helena e Nelson, os caranguejos maduros somem para se reproduzir e só aparecem os “de leite”, que são aqueles que estão trocando o casco, para aumentar de tamanho. Nesse período, é produzido um líquido branco em seu corpo. Para saber se os caranguejos estão nesta época de troca, os caranguejeiros arrancam uma das patas e espremem (foto 97)<sup>73</sup>. Se for um “de leite”, os pescadores devolvem ao mangue, para não prejudicar a época da reprodução.

No mês em que foi realizado o trabalho de campo, julho, não é um bom período para a captura do caranguejo, devido à troca do casco e, também, pela ocorrência de marés mais baixas. A captura do caranguejo é boa quando a maré sobe o suficiente para “expulsar” o caranguejo da toca. Enquanto o mangue estiver “seco”, os caranguejos mantêm-se “protegidos” dentro dos buracos. Isto é, os *laços* só serão

<sup>72</sup> Imagem copiada de um vídeo do *youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=8nimwwXW64o>

<sup>73</sup> As patas arrancadas dos caranguejos se regeneram, voltando a crescer.

eficientes se o caranguejo subir, junto com a maré, e tiver a “sorte” de se embolar com a armadilha.

No dia da entrevista, o casal tinha acabado de voltar da colônia de pescadores Z9, na praia de Olaria. Apesar de, durante 20 anos, o casal viver de pesca, esta atividade se complementa com trabalhos extras, como aquele oferecido pela associação de caranguejeiros – a qual fazem parte – para que atuem em projetos vinculados à instituição, em outras frentes: a cata de lixo encontrado nos manguezais (foto 98), através do Projeto Uçá<sup>74</sup>, da ONG Guardiões do Mar.

Helena não possui carteira de pescador (RGP), mas recebeu um protocolo que ainda não foi substituída pelo documento oficial. Ela e o marido são filiados à Colônia Z-9 e a duas associações: a de caranguejeiros (ACAMM<sup>75</sup>) e a que oferece as cestas básicas pela metade do valor (AMOPE). Através da ACAMM, ambos deram entrada na carteira de pescador. A associação leva as fichas até a colônia, para oficializar o registro. Há quatro anos, apenas, que ambos resolveram registrar-se, porém, de acordo com o relatório de avaliação da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, desde 2015 “a SAP [Secretaria de Aquicultura e Pesca] não está realizando emissão de carteiras de pescador profissional artesanal em todo o país”, pois está “atualizando e regularizando cadastros já efetuados (MAPA, 2019, p. 13) – falaremos sobre esse assunto no capítulo 4.



Foto 97: Dentro do círculo vermelho, é possível ver um líquido branco saindo da pata arrancada de um caranguejo “de leite”. Foto da autora, 25/07/2019.



Foto 98: pneu levado pela maré, até o manguezal. Foto da autora, 29/07/2019.

<sup>74</sup> Projeto da ONG Guardiões do Mar, patrocinado pela Petrobras (<http://projetouca.org.br/o-projeto/>)

<sup>75</sup> Associação de Caranguejeiros Amigos dos Mangues de Magé (ACAMM)

Em 2008, Nelson procurou a colônia para cadastrar-se como pescador artesanal. Apesar de ambos trabalharem com a cata de caranguejos desde 1998, somente dez anos depois procurou regularizar a situação junto à instituição. Esta feita foi para que pudesse participar de um projeto reflorestamento de manguezais do Parque Natural Municipal Barão de Mauá, às margens do rio Estrela. Para isto, precisou comprovar institucionalmente que trabalhava na área da pesca artesanal. Após cadastrar-se na colônia, ficou todo esse tempo sem pagar as mensalidades, que acumularam no valor de R\$ 2100,00 (dois mil e cem reais). Em 2014, ambos deram entrada no RGP, através da colônia. Nesse dia descobriram a dívida. Dessa forma, Nelson não consegue receber o seguro defeso, somente Helena. De posse do protocolo e com todas as mensalidades e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) pagos, mesmo sem a carteira ter sido emitida, é possível receber o seguro defeso.

### 3.3 – AGENTES, AÇÕES E OS EFEITOS

Qual o fato geográfico, identificado nesta pesquisa? Desde o início é importante compreendermos que a pesquisa partiu de um fato: a partir da informação de que pescadoras artesanais têm dificuldades em provar a sua identidade para os órgãos gestores da pesca – colônias, Secretaria e Ministério -, por isso, sendo alijadas dos benefícios sociais. Nos debruçando sobre esse fato, decidimos entrevistar as pescadoras, em seu espaço vivido, com o intuito de encontrar as causas para tal acontecimento.

Em campo, percebemos as marcas na paisagem que nos revelam um projeto de manutenção de uma ordem, que provoca resultados sobre o espaço e sobre as pescadoras que ali vivem. A presença da indústria do petróleo garante a modernização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o fornecimento energético nacional, mas interfere brutalmente na pesca local, apesar de não ter conseguido acabar com ela.

Em alguns casos, a “ajuda” para “salvar” as pescadoras e pescadores artesanais, provoca seu afastamento do seu ofício original, que é a pesca. A análise dos fatos observados, aproxima-se da Geografia Social defendida por Santos (2009)

como sendo uma geografia que considera que os objetos (espaciais) e as ações “devem ser tratadas unitariamente” (SANTOS, 2009, p.86).

O fato geográfico identificado, deste modo, é o sacrifício de um espaço, ou seja, a produção de uma zona de sacrifício. Este fato pode ser observado a partir de outras perspectivas, mas a desta pesquisa é o espaço das pescadoras artesanais. Este ponto de observação, nos permitiu identificar determinadas ações, de determinados agentes, que promovem resultados espaciais e sociais e, também, efeitos sociais (DAOU, 2013).

Para Santos (2009) o objeto geográfico, foco do estudo do geógrafo, é um sistema que não consiste apenas no espaço, em si, mas nos objetos e nas ações. A produção e organização de um determinado espaço são resultados da relação entre esta tríade: espaço, objeto e ações. Em nossa pesquisa, o espaço é a área de estudo, os objetos são todas as formas espaciais que revelam a existência das pescadoras e as ações são aquelas que, compreendemos, interferem no espaço e nos objetos, provocando alterações. Segundo Santos (2009) “os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos” (SANTOS, 2009, p.82)

As ações empregadas no espaço e nos objetos são munidas de sentido e de propósito. O alvo dessas ações é uma determinada situação que se modifica, conforme a atuação do veículo da ação. Para Santos (2009) “o ato supõe uma situação sobre o qual se projeta a ação” (SANTOS, 2009, p. 78). A situação, neste caso, é o espaço de habitação e vivência de pescadoras artesanais, que sofrem com a desconfiança sobre a sua identidade de pescadora. Além dessa questão, o trabalho de campo permitiu identificar outros problemas tanto no espaço como na vida das pescadoras. Estes problemas são os resultados das ações, que identificaremos a seguir.

Antes de prosseguirmos, segue o raciocínio de Santos (2009) de forma resumida: A ação para ser executada, necessita de um sentido da ação, um propósito. O sentido, o propósito, equivale a um projeto a longo prazo e esse é o tempo que dura a ação. As ações são produtos de uma ordem uma norma, que, muitas vezes, não são as normas do lugar e de seus habitantes, ou seja, “muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias” (SANTOS, 2009, p. 80). As ações são executadas por atores, agentes que são os veículos da ação, mas não são os donos do propósito, do projeto. Desse modo, então, existem os “atores que

decidem e os outros” (SANTOS, 2009, p. 80). Segundo Santos (2009), “os grandes decididores” são “os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos (....)” (SANTOS, 2009, p.80).

Já os atores são “apenas os veículos da ação e não o seu verdadeiro motor” (SANTOS, 2009, p.80), como no caso dos funcionários das grandes empresas, das ONGs e dos demais “decididores” que atuam em determinada “situação”. Sendo assim, as ações, munidas de algum sentido/propósito, através de algum agente, provocam resultados, modificam o ambiente, a sociedade, a natureza, ou seja, o espaço e seus objetos. O resultado reflete no modo de vida da sociedade, no nosso caso, das pescadoras artesanais. Este resultado, por sua vez, provoca uma reação das pescadoras, que chamaremos aqui de “efeitos sociais” de acordo com Daou (2013), que faz uma análise do termo usado por Lygia Sigaud<sup>76</sup> em um estudo sobre os efeitos sociais de uma hidrelétrica construída em espaços com longa história de ocupação, como seria o caso do rio São Francisco ou do rio Uruguai. Segundo Daou (2013),

Os efeitos seriam correlatos às diferentes formas de apreensão do fenômeno e à própria intervenção, assim como a atuação de mediadores poderia por si só desencadear novas condutas, o que esteve em muitos casos articulado à mobilização política do campesinato (DAOU, 2013 :85)

Desse modo, para cada ação aplicada em uma determinada situação, existe um resultado e um efeito social, ou seja, uma reação por parte daqueles sobre os quais tais ações incidem, como no caso das pescadoras. No caso das intervenções promovidas pela indústria petroquímica, por exemplo, podemos considerar a organização dos segmentos atingidos como um dos efeitos: são o surgimento de associações de pescadores e pescadoras, a sua participação no conselho gestor do órgão ambiental e a capitulação destes sujeitos em trabalhos temporários oferecidos por ONGs. Procuraremos, a seguir, organizar a presença dos “agentes decididores” (SANTOS, 2009, p.80), suas ações e os efeitos sociais identificados na área de estudo. Estes elementos fazem parte de um resultado, talvez não previsto, mas consequencial, de um progressivo apagamento da pesca artesanal, que já é invisível no caso dos homens, quiçá no caso das mulheres.

---

<sup>76</sup> SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho (Comunicação nº 9). Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS, 1986

### 3.3.1 Indústria petroquímica

A presença da indústria petroquímica na área de estudo, é visível a partir dos dutos e dos canteiros de operação deles (fotos 65). Estes dutos atravessam Guapimirim e Magé, a partir do COMPERJ, instalado em Itaboraí (SOARES, D, 2012, 2013; COSTA, 2015; COELHO, 2017), até a REDUC, localizado em Duque de Caxias (ver mapa 3) (LIMA, 2016, p.9). Segundo o Relatório de Impacto Ambiental do COMPERJ,

a Área de Influência Direta – AID abrange uma distância de 20 quilômetros do centro do complexo, cobrindo parte do território dos municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá. (CONCREMAT, 2007, p. 78)

Dos lugares visitados, é claro o conflito de coexistência, entre estes objetos e as casas dos habitantes locais:

Residências e outras ocupações humanas proliferam, na vizinhança dessas áreas, sem controle por parte das autoridades competentes, e que desconhecem, não têm acesso ou não utilizam as informações contidas nos estudos de análise de risco. (LIMA, 2016, p. 60)

A alteração do terreno, devido às constantes obras de instalação e manutenção dos dutos, provoca o assoreamento dos rios próximos, o que, em épocas de chuvas fortes, resulta em inundações, segundo conversa com os próprios. O assoreamento dos rios, também, dificulta a navegabilidade dos pequenos barcos de pescadores, que precisam de profundidade para deslocar-se até o rio principal e, ao final, à Baía de Guanabara:

o elevado valor de assoreamento registrado na foz dos rios Magé, Suruí e Iriri (3,00 a 3,50 cm/ano), está relacionado com a intensificação de processos erosivos na bacia desses rios, combinado com as obras de drenagem, retificação de canais e ocupação desordenada. (IBAMA/MMA, 2001, p. 6.23)

Estes dutos atravessam os rios, através de pontes construídas sobre eles, cuja obra também impactou toda a área das margens e, também, resultou no desmatamento do manguezal existente. Não encontramos os estudos e relatórios de impactos ambientais da construção desses dutos, porém, em uma pesquisa pela *internet*, encontramos um inquérito civil, contra a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro, sobre as irregularidades na instalação destes dutos. O inquérito civil, nº

106/2010, foi instaurado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma Ação Civil Ambiental. Neste documento são listadas as irregularidades e os danos sociais e ambientais gerados pelo empreendimento do COMPERJ, que são os dutos que transportam derivados do petróleo de Itaboraí até Duque de Caxias, passando por Guapimirim e Magé. No inquérito,

Registra-se que, durante vistoria, observou-se a implantação de ponte dutoviária sobre o rio Guapimirim e que, segundo representantes pela Petrobras, a referida tecnologia também foi adotada para as travessias dos rios Macacu, Guapiaçu e Suruí. (MPRJ, 2010, p. 81)

No local onde se instalou esta ponte, no rio Suruí (foto 89), os pescadores e pescadoras são proibidos de utilizar, seja para atracar seus barcos ou para o acesso à margem ou ao rio. Além dos dutos, a presença da indústria petroquímica é identificada, também, pelos vazamentos de óleo presenciados por pescadores, nos rios, conforme ocorrido em dezembro de 2018<sup>77</sup>, no rio Estrela. O inquérito citado acima, prevê que, em casos de acidente,

deve ser apresentado o Plano de Atendimento a Emergência elaborado de acordo com o Termo de referência do INEA, cujo objetivo é definir ações no caso de incidentes com óleo nos rios Macacu, Guapiaçu, Guapimirim, Suruí, Roncador, Iriri e Estrela. (MPRJ, 2010, p. 85)

Os derrames de óleo provocados pela presença destes dutos, afeta os manguezais, cuja sensibilidade ambiental atinge o nível máximo, conforme a metodologia para a elaboração das Cartas de Sensibilidade ao Óleo, do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2003, p.54). O índice de sensibilidade do manguezal corresponde à dificuldade de se separar o óleo da lama, provocando a perpetuação do óleo no ambiente, causando uma série de impactos ambientais negativos sobre a fauna e a flora, refletindo na vida das pescadoras e pescadores.

Em uma escala mais global, a área de estudo pertence a um espaço maior de influência dos poços de exploração do Pré-Sal, localizadas na Bacia de Santos. A exploração destes poços influencia diretamente a Baía de Guanabara, porque um dos resultados é o aumento da densidade de navegação das embarcações, o que causam impactos indiretos aos municípios do entorno da Baía, conforme o relatório de impacto ambiental (RIMA) da *Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural*

---

<sup>77</sup> <https://projetcocolora.com.br/ods14/vazamento-sem-diagnostics-de-danos-ambientais/>

do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3 (MINERAL, 2017). Com a presença de refinarias e terminais no entorno e no interior da Baía de Guanabara, o aumento de produção de petróleo e gás, provindos do Pré-Sal, indicam aumento do tráfego de embarcações e possível ampliação fabril, através de novos dutos e nova edificação industrial (MINERAL, 2014, 2017), sobre um espaço já ocupado previamente pelos moradores, dentre os quais encontramos pescadores e pescadoras.

### 3.3.2 Empresas de Educação Ambiental

Com o propósito de manter a presença da indústria petroquímica e garantir o desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, a empresa promove ações que, conforme Santos (2009), fazem parte de um projeto e ambição de longo prazo (SANTOS, 2009, p.79). A indústria e produção dos derivados do petróleo não são itens temporários. Suas ações são projetadas para que a presença deste agente seja permanente, de modo que a população existente terá que conviver com isso. A instalação, operação e manutenção dos dutos conta com o trabalho de funcionários da empresa que atuam diretamente na modificação do terreno e no funcionamento dessa rede de transporte.

Como a existência desses dutos e a poluição por óleo significam transtornos à população residente e aos pescadores e pescadoras usuárias dos rios impactados, a empresa é obrigada, pela legislação ambiental a realizar estudos de impacto ambiental (LIMA, 2016; CONCREMAT, 2007; MINERAL, 2014, 2017) e promover medidas mitigatórias como projetos de educação ambiental, conforme a nota técnica do IBAMA nº 01/10 (IBAMA, 2010)<sup>78</sup>. Sendo assim, outra ação executada pela indústria é a contratação de empresas que ofereçam estes serviços, como a Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental, em 2017, que definiu “os pescadores artesanais da região do entorno da Baía de Guanabara como sujeito prioritário (sic) do programa de educação ambiental” (WALM, 2017, p. 11-12).

Segundo o site de comunicação da Bacia de Santos, “Em abril de 2019, a Petrobras assinou contrato com a empresa Print Rio Consultoria”<sup>79</sup>, para dar

---

<sup>78</sup> CGPEG/DILIC do Ibama Nº. 01 de 2010, que pode ser encontrado em [http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90\\_notatecnica%2001-10\\_programasdeeducacaoambiental.pdf](http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90_notatecnica%2001-10_programasdeeducacaoambiental.pdf)

<sup>79</sup> <https://www.comunicabaciadesantos.com.br/programa-ambiental/pea-bg.html>

continuidade ao projeto de educação ambiental, previsto no processo de licenciamento ambiental do Pré-Sal. Durante o trabalho de campo, encontramos funcionários da empresa realizando entrevistas e reuniões com os moradores. Alguns desses funcionários são pescadoras e pescadores que foram contratados para que pudessem identificar os verdadeiros pescadores. A empresa assinou as carteiras de trabalho (CTPS) destes funcionários, de modo que, a partir disso, seus RGPs foram suspensos e, no caso daqueles que já não tinham, ficam impedidos de realizar o registro de pescador/a.

As empresas que realizam a educação ambiental na área de estudo são compostas de pessoas que, segundo Santos (2009), são os veículos das ações, as quais realizam reuniões pontuais, reunindo moradores, pescadores e pescadoras para juntos elaborarem um diagnóstico e soluções aos impactos causados pela indústria do petróleo. Aquelas empresas são pagas pelos que realizam as intervenções e estão, portanto, comprometidas com o contratante.

### 3.3.3 Organizações não-governamentais

Durante a pesquisa de campo, nas entrevistas com as pescadoras, identificamos, em suas falas, as ações de organizações não-governamentais que atuam na região, com o intuito de interferir positivamente na vida da população local. Diante de tantos prejuízos provocados pela pressão urbano-industrial e seus impactos, a pesca artesanal está ameaçada pela redução do pescado e pelos desastres ambientais. A isso soma-se a falta de emprego, as ausências de saneamento básico e de políticas públicas que melhorem a saúde e a habitação da população. No caso das pescadoras artesanais, além de todas as adversidades citadas, adiciona-se a dificuldade em serem reconhecidas como pescadoras, o que as prejudica na garantia de seus direitos como profissionais da pesca.

Além dos fatores externos, causadores das injustiças ambientais, no âmbito doméstico as pescadoras encontram outras intervenções, produzindo uma sobrecarga de trabalho desequilibrada em comparação aos demais componentes familiares. Conforme a literatura sobre a atuação das mulheres na pesca artesanal, as autoras certificaram-se, dentre suas entrevistadas, a semelhança na preocupação

com a manutenção da vida doméstica, com a alimentação e com a organização financeira da família (MANESCHY, 1995; DI CIOMMO, 2007). Além disso, as pescadoras atuam em outras atividades remuneradas, enquanto o pescador se concentra em apenas uma única atividade, que é a pesca (MANESCHY, 1985, p. 148; HOEFLE, 2018, p. 104).

Muitas vezes, a atuação das mulheres na pesca é confundida com uma tarefa doméstica, não recebendo o valor necessário para ser reconhecido como trabalho remunerado (FASSARELA, 2008). Notamos esta semelhança com as entrevistadas desta pesquisa. Para “recompensar” e melhorar a situação financeira familiar, muitas das pescadoras aceitam trabalhos temporários e extras, como é o caso de Norma, sua filha Carmem, Helena e Hilma. Estas pescadoras fazem parte da *Associação de Caranguejeiros e Amigos do Mangue de Magé (ACAMM)*. Sua presidenta, em parceria com a ONG *Guardiões do Mar*<sup>80</sup>, recruta pescadoras e pescadores, que não recebem seguro defeso, para participarem de projetos patrocinados pela Petrobras, como o *Projeto Uçá*<sup>81</sup>, que realiza a *Operação Limpa Oca*:

A gente vai pela dona Márcia [presidente da associação de caranguejeiros – ACAMM] (...). [Ficamos trabalhando] três meses e [recebemos] 500 reais [por mês]. [Esse trabalho é] mais para quem não recebe [defeso], entendeu? (...) A gente limpa o mangue (...) garimpa tudo, garrafa PET (...) [e entrega] pro projeto. [Esse projeto surgiu depois do óleo de 2000]. (Norma e Carmem, pescadoras artesanais, em entrevista concedida no dia 30/07/2019).

Quando o trabalho oferecido assina a CTPS, a pescadora, ou pescador, passa a ser enquadrada na legislação trabalhista CLT (Consolidação das leis de trabalho). Este foi o caso do projeto Mangue Vivo, executado por um “consórcio de ONGs lideradas pela Fundação Onda Azul” (SEVÁ, 2013, p. 105), entre outras (SEVÁ, 2013; MANGUE VIVO, 2013). Segundo as entrevistas com as pescadoras, a participação neste projeto envolvia a assinatura das carteiras CTPS. Para pescadoras, como Nícia (falaremos sobre ela no subcapítulo 4.2), que não possuem RGP, o trabalho oferecido pela “firma”<sup>82</sup> que contratava os pescadores, com CTPS assinada, significou uma estabilidade financeira durante o tempo que durou o projeto. Já no caso de pescadoras, como a Ingrid que possuíam, ou possuem, RGP, os direitos aos

<sup>80</sup> <http://guardioesdomar.blogspot.com/>

<sup>81</sup> <http://projetoouca.org.br/o-projeto/>

<sup>82</sup> Termo usado pelas entrevistadas.

benefícios sociais do profissional da pesca são perdidos (falaremos sobre isso no subcapítulo 4.6):

A gente era pela Colônia Z-9, aí, chegou uma firma, a Petrobras contratou uma firma (não consegui entender), mandou contratar 120 pescadores e, nisso, eu fui chamada. Fui contratada pela carteira [CTPS] e, nisso, cortaram minha carteira [de pescadora] (Ingrid, pescadora artesanal, em entrevista concedida no dia 30/07/2019)

Ambas as entrevistadas não souberam responder o nome da firma contratante, mas, de fato, após o desastre do óleo de 2000, na Baía de Guanabara, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) investiu parte da multa, aplicada à Petrobras, no projeto Mangue Vivo (SEVÁ, 2013, p. 105; MANGUE VIVO, 2013). Em uma entrevista para o blog do Mangue Vivo, o ambientalista Rogério Rocco esclarece que

O projeto é originário de um convênio firmado com o Ibama, que investiu parte significativa da multa de 35 milhões aplicada a Petrobrás na própria Baía de Guanabara. Então, foi um processo construído com os municípios, que escolheram fazer o maior investimento, com esses recursos da multa, nos sistemas de destino final adequado dos resíduos sólidos, um dos grandes problemas da Baía de Guanabara. Em paralelo, alguns outros projetos foram firmados, entre eles o projeto com a Fundação Onda Azul, para recuperação de áreas de manguezal, principalmente as afetadas, mas não só elas, na Baía de Guanabara. (MANGUE VIVO, 2013)

### 3.3.4 Órgãos Ambientais

A área de estudo faz parte de três unidades de conservação diferentes, que são - conforme já sinalizamos no subcapítulo 3.2 – as APA Municipal Estrela, APA Municipal Suruí, APA de Guapi-Mirim, além de fazer parte da zona de amortecimento da Estação Ecológica da Guanabara (ESEC da Guanabara). No mapa apresentado na figura 2, na página 137, elaborado pelo Plano de Manejo da Estação Ecológica da Guanabara (ICMBIO, 2012, p.2), não consta o Parque Natural Municipal Barão de Mauá, que se localiza ao sul da APA Municipal Estrela, sobrepondo-se a ela, neste trecho (figura 8).

Destas, três unidades fazem parte do Mosaico Central Fluminense, que abrange unidades de conservação de Nova Iguaçu até Friburgo, no sentido leste-oeste, e São José do Vale do Rio Preto até Guapimirim, no sentido norte-sul, conforme apresentado na figura 9 (COSTA; LAMAS, 2010). As únicas UCs que não são

contempladas por este mosaico são a APA Municipal do Estrela e o PNM Barão de Mauá. Embora todas as UCs necessitem de um Plano de Manejo, que

estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000),

nem todas as unidades da área de estudo possuem este documento, somente o PNM Barão de Mauá<sup>83</sup>, a APA Guapimirim<sup>84</sup> e a ESEC Guanabara<sup>85</sup>.

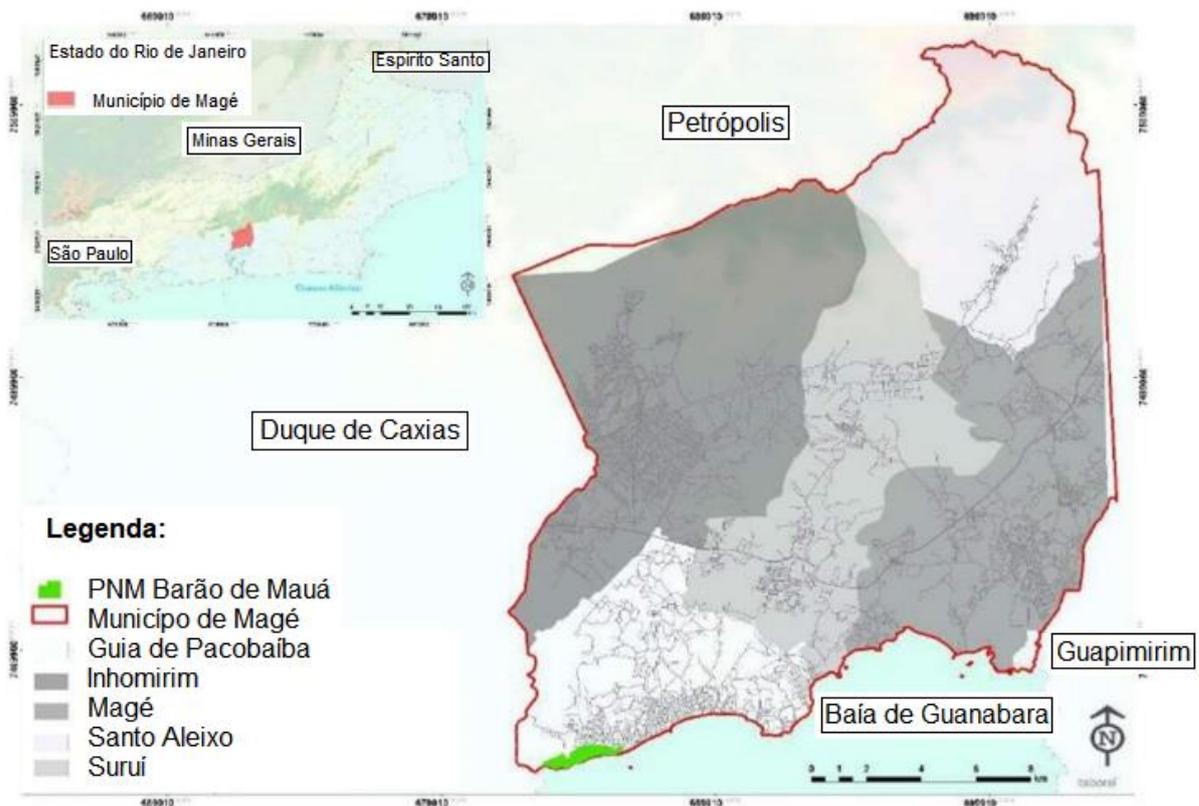


Figura 8: “Localização do Parque Natural Municipal Barão de Mauá, Magé/RJ” (INSTITUTO ONDAZUL, 2018, p. 39) – Legendas e toponímias adaptadas pela autora.

Além dos planos destas UCs, a região conta com o Planejamento estratégico do Mosaico Central Fluminense (COSTA; LAMAS, 2010), que tem como justificativas garantir a preservação das UCs que a compõem. No caso das UCs da área de nosso estudo, contempladas neste documento – APAs Suruí e Guapimirim e ESEC

<sup>83</sup> [http://mage.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/pdf/Plano%20de%20Manejo%20PNMBM\\_atualizado\\_14-05-19-compactado.pdf](http://mage.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/pdf/Plano%20de%20Manejo%20PNMBM_atualizado_14-05-19-compactado.pdf)

<sup>84</sup> [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa\\_guapi\\_mirim.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_guapi_mirim.pdf)

<sup>85</sup> <https://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2250:esec-da-guanabara>

Guanabara -, as justificativas do planejamento são preservar e reconectar os manguezais e as florestas, “assegurar os recursos pesqueiros” e “garantir a pesca artesanal e a qualidade da água”

Nestes documentos, não são planejadas ações referentes, exclusivamente, à pesca feminina, mas à pesca e pescadores, de um modo geral. O documento do Mosaico Central Fluminense ao mesmo tempo em que denuncia a “pesca irregular” e “predatória” no interior dos manguezais da APA Guapimirim (COSTA; LAMAS, 2010, pp. 37 e 38), por outro lado prevê que a pesca artesanal deve ser garantida (COSTA; LAMAS, 2010, p. 38). O Plano de Manejo do PNM Barão de Mauá reconhece que os pescadores artesanais são vítimas dos desastres ocorridos na região, como os derrames de óleo, principalmente o ocorrido em 2000: “Em Magé, o ecossistema no qual se encontra o PNMBM foi devastado, afetando também os pescadores e caranguejeiros que atuavam em toda a região” (INSTITUTO ONDAZUL, 2018, p. 47). Uma das regras do parque é a proibição da pesca, no seu manguezal, que está sendo recuperado e reflorestado, embora ainda seja mantido o gasoduto, em seu interior (INSTITUTO ONDAZUL, 2018, p. 366).

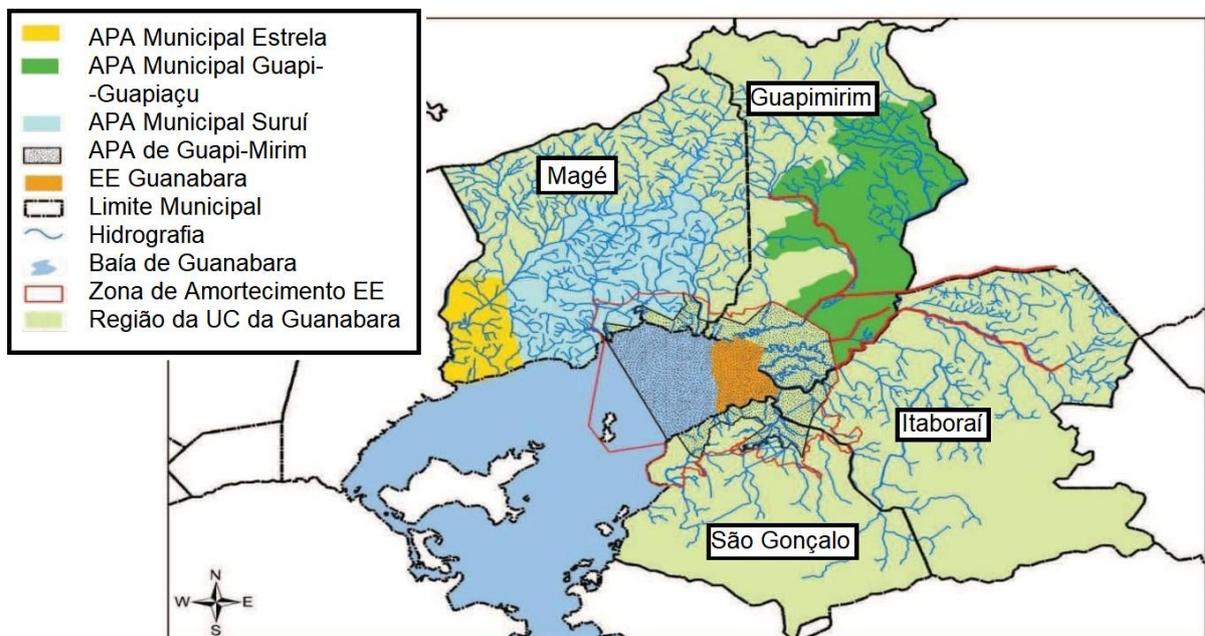


Figura 9: “Mosaico Central Fluminense e as UCs que o compõem” (COSTA; LAMAS, 2010, p.14)

No caso dos planos da APA Guapimirim e da ESEC Guanabara, os textos revelam que os pescadores são participantes ativos das reuniões de seus conselhos. Conforme afirma Breno Herrera, que foi chefe da APA Guapimirim, em sua tese de doutorado, nem sempre foi assim: não só as UCs não se articulavam, como os pescadores artesanais eram “pouco atuantes e controlados por lideranças autoritárias inseridas no ‘jogo político’ do Estado” (COELHO, 2017, p. 17). Frente a estes impasses, a UC iniciou um conjunto de ações para a participação efetiva dos pescadores, no conselho gestor, e, também, a união das UCs a partir da criação de um mosaico:

Frente à desarticulação dos pescadores estruturamos o conselho gestor da APA (...), fomentamos a criação de cooperativas e estimulamos sua organização associativa (...), o que influenciou o surgimento da Associação dos Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR (...). Frente à desarticulação das unidades de conservação começamos, em 2004, a discutir a implantação de um mosaico de unidades de conservação, que nasceu como mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense. (COELHO, 2017, p. 17)

Além da preocupação destas unidades com a manutenção do pescado e com a pesca artesanal, algumas das ações das unidades de conservação são as referentes ao ecoturismo, turismo sustentável, turismo ordenado e turismo de base comunitária (COSTA; LAMAS, 2010, pp. 26 e 47; INSTITUTO ONDAZUL, 2018, p.37; IBAMA, 2001, p. 6.44; ICMBIO, 2012, p. 2-185, 4-6, 4-60). Em uma das oportunidades de encontro com a nossa interlocutora Maria, participamos de uma das aulas de artesanato do curso de turismo de base comunitária, que estava sendo oferecido pela APA Guapimirim, entre os anos de 2018 e 2019. Sobre este curso, falaremos melhor no capítulo 4, mas adiantaremos aqui que o objetivo é capacitar a população que vive dentro e no entorno da área de proteção a realizar o turismo de base comunitária de modo sustentável e ecológico.

### 3.3.5 Colônia e associações de pescadores

#### *A presidente da colônia é mulher*

Na área de estudo, a pesca é gerida pela Colônia de pescadores Z-9, que surgiu em todas as conversas com as pescadoras, já que, para assegurar-se dos

benefícios sociais voltados aos pescadores, parece<sup>86</sup> ser necessário associar-se a ela e cumprir com as mensalidades. Atualmente a presidente da colônia é uma mulher chamada Elaine Cristina, a qual também é secretária executiva da Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ)<sup>87</sup>.

Nos anos 1990, Maneschy (1995) demonstrou surpresa, em sua pesquisa sobre a permanência das mulheres na pesca, ao constatar que algumas colônias do Pará estavam sendo presididas por mulheres (MANESCHY, 1995, p. 149). A autora constatou, também, que nos movimentos sociais da época, passaram a preocupar-se com “a valorização do papel da mulher na pesca” (MANESCHY, 1995, p. 149) e que isso era uma tendência nacional naquele momento. Segundo a autora, a diminuição das “capturas ou os preços do pescado” (MANESCHY, 1995, p. 148) atraem a participação feminina na atividade pesqueira da família, o que resulta no aumento da economia doméstica, embora não exista uma justa divisão de trabalho entre os gêneros.

### Colônia como identidade

O termo “colônia de pescadores” costuma ser usado para identificar qualquer aglomerado ou comunidade de pescador, mas não é bem assim. Para Duarte (1999), a instituição das colônias de pescadores representou uma ideia legítima de “*união dos pescadores*” (DUARTE, 1999, 36):

parece ter havido um momento em que essa expectativa de corporação encontrou uma forma de manifestação adequada na instituição da Colônia da Pesca local. (DUARTE, 1999, p. 36)

Segundo Duarte (1999), as colônias de pescadores foram reativadas no governo Getúlio Vargas (DUARTE, 1999, p. 36-37), o qual instituiu o Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938<sup>88</sup>, que estabeleceu o Código de Pesca. Os pescadores

---

<sup>86</sup> Digo “parece” porque é comum, dentre as pescadoras, a informação de que a colônia é a única instituição responsável por realizar os cadastros e fornecer os benefícios sociais. Na verdade, as pescadoras e pescadores podem contactar as secretarias e ministérios da pesca e a previdência social – brasileiros -, sem a intermediação das colônias.

<sup>87</sup> <http://mage.rj.gov.br/oleo-em-mage-entidades-se-reuniram-para-tracar-as-proximas-aco-es/>

<sup>88</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0794.htm). Este decreto foi substituído pelo Decreto-Lei nº 1688, de 18 de outubro de 1939, revogado em 1943 e restabelecido

de Jurujuba (Niterói-RJ) estudados por Duarte (1999) em meados dos anos 1970, identificaram o período como “idade de ouro” (DUARTE, 1999, p. 37). Nessa época, os pescadores associados à colônia tinham acesso a

assistência médica e paramédica gratuita na Policlínica da Praça XV e a inscrição no IAPM (Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Marítimos). E, além disso, habilitava a obtenção de empréstimos pela Caixa de Crédito da Pesca (DUARTE, 1999, p. 37)

A colônia de pesca de Jurujuba, a Z-8, é uma das 5 colônias de pescadores existentes no entorno da Baía de Guanabara. Desse modo, os benefícios, oferecidos a eles, se estendiam às demais colônias, mas que, provavelmente, ao longo dos anos, foram se modificando, a começar pelo “fechamento da Policlínica na Praça XV”, em 1964 (DUARTE, 1999, p. 37). A existência das colônias nas comunidades pesqueiras, não só da Baía de Guanabara, mas do Brasil inteiro, representou a “interferência do Estado nesse setor de produção”, que encarava “as populações pesqueiras do país como uma única e mesma massa indiferenciada” (Duarte, 1999, p. 37). A presença do Estado, institucionalizada nas colônias, desconsidera a variedade de modos de vidas e experiências das pessoas envolvidas com a atividade pesqueira.

A constituição de 1988 “equipara as colônias de pescadores aos sindicatos de trabalhadores rurais; recebendo, portanto, configuração sindical” (ROSA, 1999, p. 55). Mesmo assim muitos pescadores, atualmente, não se sentem representados por esta instituição, o que se reflete nas várias reclamações de que a colônia não presta os serviços assistenciais para os quais foi criada, conforme apresentado no relatório de diagnóstico participativo, realizado pela Petrobras, por exigência do IBAMA (PETROBRAS/E&P, 2017). Esse relatório foi elaborado de acordo com uma norma técnica do órgão ambiental<sup>89</sup>, com o objetivo de subsidiar as “propostas de mitigação” (PETROBRAS/E&P, 2017, p. 11) do impacto causado pelos empreendimentos da indústria do petróleo e gás natural.

Para a realização do diagnóstico, a empresa entrevistou pescadores artesanais da Baía de Guanabara e, no que diz respeito à Magé, pescadores relataram que a Colônia de Pesca Z-9 realizava gastos irregulares com suas mensalidades,

---

em 1945, pelo Decreto-Lei nº 8526, de 31 de dezembro de 1945  
([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/De18526.htm#art13](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De18526.htm#art13))

<sup>89</sup> CGPEG/DILIC do Ibama N°. 01 de 2010, que pode ser encontrado em [http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90\\_notatecnica%2001-10\\_programasdeeducacaoambiental.pdf](http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90_notatecnica%2001-10_programasdeeducacaoambiental.pdf)

administrava mal os recursos e fraudava a concessão de carteiras de pescadores (PETROBRAS/E&P, 2017, p. 107, 116, 170). Tal insatisfação provocou um “declínio” na representatividade da colônia, o que possibilitou a criação de associações de pescadores, como a AHOMAR, criada em 2007, a Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé (ACAMM), de 2014, e a Associação de Moradores e Pescadores de São Francisco de Croará (AMOPE), criada em 2016, todas localizadas em Magé:

A análise das entrevistas realizadas ao longo da PSA [Pesquisa Socioantropológica] permite observar que o histórico das associações de pesca está relacionado diretamente com o declínio de representatividade e poder das Colônias de Pesca ao longo dos últimos anos. (PETROBRAS/E&P, 2017, p. 170)

### Quantitativo de pescadores

Contabilizar a quantidade de pescadores, na Bahia de Guanabara, não é uma tarefa trivial. Rosa (2005), citando um relatório do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável (CIDS)<sup>90</sup>, certifica-se de que em 2000 existiam cerca de 18 mil pescadores nas 5 colônias existentes na baía, registrados e não registrados (ROSA, 2005, p.46). Já o presidente da FEPERJ, na época, afirmou que existiam 21.800 pescadores cadastrados (ROSA, 2005, p.46). Para ambos os casos, a autora afirma que esses valores são incertos, pois variam muito entre as fontes.

Segundo o artigo de Vieira; Leal; Martins (2017), em 2017, havia 1800 pescadores associados à colônia Z-9, de Magé (VIEIRA; LEAL; MARTINS, 2017, p.281). Porém, o portal de transparência, do Governo Federal, informa que em 2017 havia 580 pescadores e pescadoras registrados no RGP. Já em 2020, 432 pescadores de Magé estavam cadastrados e, destes, cerca de 30% são mulheres (tabela 1). O banco de dados do *site* de transparência não informa se os pescadores são associados à colônia, já que, atualmente, para receber o benefício não há necessidade desta intervenção, mas é necessário possuir o RGP.

---

<sup>90</sup> “instituição voltada ao estudo, à reflexão, à promoção e à disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável”, “Vincula à Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas” ([https://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/cids\\_-\\_centro\\_internacional\\_de\\_desenvolvimento\\_sustentavel.html](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/cids_-_centro_internacional_de_desenvolvimento_sustentavel.html))

Tabela 1: Quantidade de pescadores que possuem RGP e recebem seguro defeso, por gênero

Pescadores por gênero	2013*	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020**
Homens	366	361	361	355	447	479	354	288
Mulheres	115	122	143	132	133	137	158	144
Total	481	483	504	487	580	616	512	432

Fonte: Portal de Transparência do Governo Federal<sup>91</sup>

(organizado pela autora)

\* As informações estão disponíveis a partir de 2013.

\*\* informações adquiridas no mês de agosto/2020.

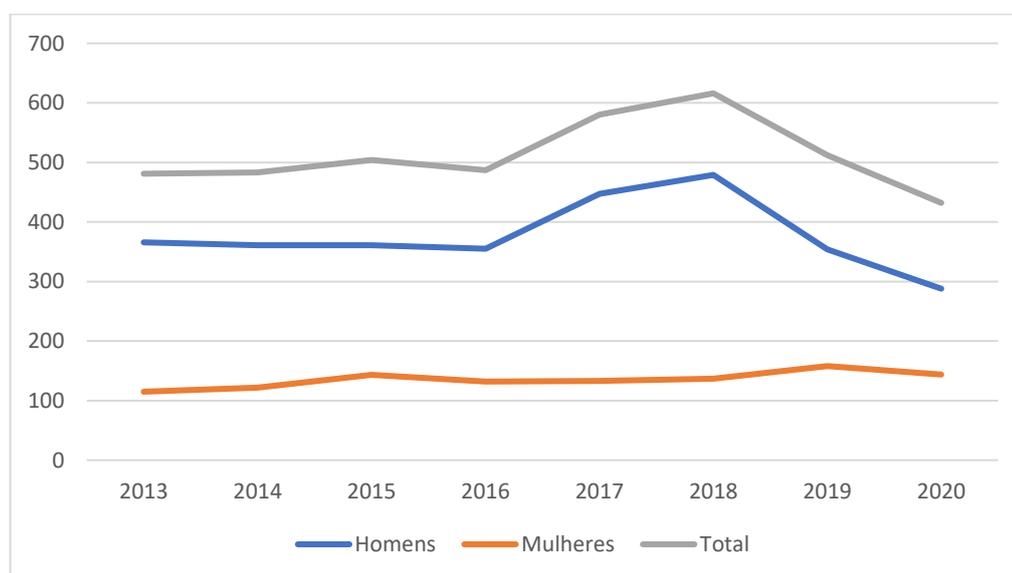


Gráfico 1: Quantidade de pescadores que possuem RGP e recebem seguro defeso, de 2013 a 2020, por gênero.

Fonte: Portal de Transparência do Governo Federal.

(elaborado pela autora)

As informações disponíveis no site da transparência, do Governo Federal, iniciam a partir de 2013. A tabela 1 e o gráfico 1 mostram que a quantidade de pescadores cadastrados aumenta de 2016 a 2018, durante o governo do então presidente Michel Temer. A partir desse último ano, na transição entre Temer e Jair Bolsonaro, os cadastros diminuíram, aproximadamente, 30%, de 2018 para 2020. É possível que esta redução esteja relacionada com a política de “descadastramento”, promovida pelo último governo, com o objetivo de reduzir as fraudes denunciadas nos

<sup>91</sup> <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?ordenarPor=mêsAno&direcao=desc>

registros de falsos pescadores. A partir de julho de 2019, as pessoas que não estivessem mais ligadas à atividade da pesca foram convocadas a realizar um “descadastramento” voluntário, garantindo, assim, a anistia de qualquer sanção jurídica e administrativa por parte do governo federal.<sup>92</sup>

### Falsos pescadores

A Colônia, durante muito tempo, foi considerada uma instituição importante para a gestão de pescadores em suas zonas de influência (as Z's). No entanto, nestes últimos anos, algumas pesquisas com pescadores revelam que a instituição também está envolvida em fraudes, como registrar pessoas como pescadoras, sem sê-las, como revelado por Rosa (2005). A autora, em sua pesquisa com pescadores e caranguejeiros dos manguezais da APA Guapimirim, revela que “Há também os falsos pescadores, pessoas que tiram a carteira de pescador pelas colônias com o objetivo de receber o defeso” (ROSA, 2005, p.46).

Os “falsos” pescadores prejudicam os “verdadeiros”, principalmente as mulheres, sobre as quais paira uma desconfiança maior pela sua participação na atividade pesqueira, alimentando o estereótipo de que a sua atuação se refere apenas ao ambiente doméstico, como uma “ajuda” ao marido pescador. Esse estereótipo cria a ideia de que as mulheres não precisam registrar-se como pescadora, já que são vistas, apenas, como ajudantes. Ou, caso o marido já tenha um trabalho, que não seja na pesca, a mulher pescadora não precisa de um registro, como no caso de Kelly, da praia da ponte do Kazeca, cujo marido é funcionário público:

Eu tentei tirar logo assim que, eu estava vivendo [só] da pesca, mas aí como era parente, que estava lá na colônia, olhou para a minha cara e disse que não precisava. Aí eu não fiz questão, eu vim embora...porque meu marido já estava empregado. Só que meu marido trabalhava e eu ficava pescando, tirando mais uma renda. Aí ele [funcionário da colônia] achava que, como era funcionário público, meu marido, eu não precisava de renda. De mais uma renda. Eu estava ajudando dentro de casa. Aí ele [funcionário da colônia] não fez. Há 20 anos atrás, as meninas eram pequenas. O salário dele [marido] só dava para a gente pagar as contas e eu botava o camarão dentro de casa, para sobrar para outras coisas. (entrevista concedida em trabalho de campo, no dia 26/07/2019).

---

<sup>92</sup><https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/recadastramento-de-pescadores-deve-comecar-em-cerca-de-30-dias>

Os agentes e suas ações presentes na área de estudo, citados nos tópicos acima, provocam impactos espaciais e sociais sobre as pescadoras e seus espaços. Esses impactos alteram permanentemente o território, as paisagens e os modos de vida dessas mulheres. As interferências dos agentes presentes, e de suas respectivas ações, são responsáveis por determinadas reações das pescadoras artesanais, que iremos chamar aqui de “efeitos sociais”, proposto por Ligia Sigaud (1985) e ratificado por Daou (2013).

### 3.3.6 Efeitos sociais

O termo “Efeito social”, cunhado por Sigaud (1988), refere-se às reações das populações ribeirinhas impactadas pela construção de hidrelétricas, no Brasil. Em um artigo em que compara duas situações de populações atingidas por barragens, a autora diferencia “impacto social” de “efeito social”, onde o primeiro se refere a “uma intervenção vinda de cima (agências governamentais)” (SIGAUD, 1988, p.85) e o segundo consiste nas respostas da comunidade diante dos impactos produzidos. Sigaud (1988) afirma que

Aceitando a premissa de que a intervenção de agências produz efeitos para a população local, tende-se aqui a pensá-los como resultantes de um processo social que se desencadeia na área a partir da intervenção do Estado e também da estrutura social preexistente. (SIGAUD, 1988, p. 86)

As reações das populações comparadas por Sigaud (1988) ocorreram de formas diferentes, embora o agente interventor tenha sido o mesmo, no caso, as concessionárias da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), responsáveis pelas construções das barragens para o funcionamento das hidrelétricas, desde final de 1970 e início de 1980. Para a autora, os efeitos sociais não são produtos, apenas, das intervenções das agências produtoras do impacto ambiental, mas, também, da organização social preexistente da comunidade impactada. Sigaud (1988) assimila que os efeitos correspondem a “mudanças na estrutura das relações sociais na qual [a comunidade] está inserida” (SIGAUD, 1988, p.87).

Em ambos os casos, Sobradinho (BA), barragem do Rio São Francisco, e Machadinho (RS e SC), barragem entre os rios Pelotas e Apuaê, o entrave para a construção e funcionamento das hidrelétricas era a presença das comunidades nas

áreas que seriam inundadas. E mesmo o impacto sendo o mesmo, os efeitos não foram os mesmos, devido às estruturas sociais das comunidades. Conhecer os impactos causados pelos empreendimentos é uma preocupação das agências, para fins de mitigação e enquadramento na legislação ambiental. Porém, os efeitos, que são as respostas da população, não podem ser encaixados em padrões, pois cada comunidade responde de forma diferente.

Em nosso estudo de caso, encontramos um grupo de moradores, pescadoras e pescadores que frequentam a AMOPE, associação de moradores e pescadores de São Francisco de Croará, em Magé, para resolver algumas questões individuais, mas comuns a todos da comunidade: regularização de RGP, indenizações pendentes do caso do derrame de óleo de janeiro de 2000 e distribuição de cestas básicas. O presidente e a vice-presidente da associação aproveitavam para divulgar o projeto da Campanha para a Regularização do Território Pesqueiro e o trabalho como agentes de saúde multiplicadora. Em todas as reuniões, Maria, a vice-presidente, recolhia assinaturas para o projeto do MPP.

Através da AMOPE, contactamos as pescadoras artesanais e, a partir das entrevistas e das trajetórias percorridas no espaço vivido dessas mulheres, tivemos acesso a informações que alimentaram a nossa percepção sobre alguns efeitos sociais produzidos em resposta aos impactos sofridos pela comunidade. Os impactos, gerados pelas ações dos agentes externos presentes na região, como já mencionado em outras partes desta tese, são: derrame de petróleo nos rios e baía, obras de enterro de dutos, as fraudes e limitações das colônias, denunciadas pelos pescadores, o “adestramento” ambiental (BRÜGGER, 1994) do PEA e as perdas do RGP e de benefícios sociais. Os impactos sociais citados estão englobados em impactos maiores que são o desamparo e o desmonte da pesca artesanal.

Daqueles impactos, houve várias reações que culminaram em efeitos sociais, modificando significativamente a vida das **pescadoras artesanais**, dos **pescadores**, **em geral**, e da **comunidade no entorno da AMOPE**. Em **relação aos pescadores, em geral**, os efeitos do enfrentamento aos impactos são as criações das associações de pescadores, a participação ativa no conselho gestor da APA Guapimirim e a participação em empregos temporários oferecidos por ONGs e outras agências – cata de lixo e reflorestamento, ambos nos manguezais. Sobre a criação de associações de pescadores, segundo Soares, S. (2012), essas não são tão antigas quanto “as

associações de bairro ou de moradores”. O autor afirma que “a grande maioria das associações de pesca na Baía de Guanabara foi criada na década de 2000” (SOARES, D, 2012, p. 71). A explicação coletada em sua pesquisa é que o surgimento das associações, no início desse século, foi motivado pela

movimentação política ocasionada após o derramamento de óleo da Petrobras, naquele mesmo ano, e as possibilidades de captação de recursos provindos dos projetos de responsabilidade social e ambiental da empresa (SOARES, D, 2012, p. 71)

A participação ativa no conselho gestor da APA Guapimirim, que começou a ser mais bem trabalhada pelo órgão ambiental a partir de 2003, com o olhar humanizado do então gestor da UC, constitui um dos efeitos mais importantes para os pescadores artesanais do entorno. Conforme seu relato, anteriormente à sua tutela, o posicionamento da APA era de fiscalizadora da pesca artesanal, como se esta fosse a maior ameaça ao manguezal:

Dispúnhamos de muitas ferramentas para enquadrar os “pequenos”, ao tempo que patinávamos em inúmeros entraves para fiscalizar os “grandes”. (COELHO, 2017, p. 16)

Desse modo, uma das soluções empregadas com sucesso para o embate ao principal agente ameaçador do ambiente da UC - a indústria do petróleo – foi o acolhimento aos pescadores artesanais e o estímulo à criação de associações, como já citado na página 75, neste capítulo. Nessa cena, os pescadores artesanais conseguiram iniciar uma articulação mais coesa, com o apoio do conselho gestor do órgão ambiental, comprovando, conforme Sigaud (1988) que os efeitos sociais dependem da organização social dos atingidos pelos impactos; nesse caso, a organização foi orientada pelos servidores da APA Guapimirim, preocupados com o fortalecimento da comunidade e não em ser mais um agente fiscalizador e controlador.

Ainda nos efeitos dos **pescadores, de um modo geral**, o último efeito social percebido foi a participação em empregos temporários oferecidos por ONGs e outras agências. Diante das ameaças à continuidade da pesca artesanal, não só em Magé apenas, mas na Baía, como um todo, pescadores e pescadoras, literalmente “pescam” oportunidades oferecidas por essas organizações, como já mencionado anteriormente. A própria presença das ONGs corresponde a um efeito social consequente dos impactos intimidadores dos agentes autoritários, como provável

solução imediata para a subsistência dos pescadores. Mesmo constituindo um efeito social, ainda assim, as ONGs são interferências de cima. O efeito social que parte dos pescadores é a busca e aceitação das ofertas de trabalho temporário, oferecidas por aquelas organizações.

Em relação à **comunidade que vive no entorno da AMOPE** e a frequente, os efeitos sociais detectados foram o deslocamento de suas residências, a busca de outros caminhos para acessar o rio Suruí, a participação nas reuniões do PEA-BG e a participação nas reuniões da AMOPE. Em conversa com as pescadoras foi revelado que a comunidade, em que vivem, sofreu um deslocamento, para que as obras do enterramento dos dutos da Petrobras fossem executadas. Além dos enterros, todo o terreno foi alterado, canais canalizados e, como consequência, assoreamento de partes do rio Suruí e seus afluentes. Mesmo diante desse impasse, a comunidade não se afastou das proximidades do rio Suruí, já que dependem do seu uso para o sustento.

Um outro efeito está relacionado ao uso do rio Suruí. Uma das etapas de enterro dos dutos foi a construção de uma ponte para a passagem do duto, atravessando o rio e seus manguezais – o que também resultou em desmatamentos. Somando-se ao assoreamento dos rios que modificou a organização de atracamentos das pequenas embarcações, os pescadores e pescadoras não podem acessar o curso d'água em qualquer trecho de sua margem: não podem aproximar-se da área de construção da ponte, embora possam passar por baixo, durante a navegação.

Sobre a participação nas reuniões do PEA-BG, desde o grande acidente envolvendo um duto da REDUC, em 2000, os pescadores, incentivados pela própria AMOPE, frequentam as reuniões com teor participativo. Este efeito social, como forma de buscar ajuda externa ao desamparo da pesca artesanal, por parte do Estado e da Colônia, passou a fazer parte da rotina da comunidade. As agências, contratadas pela empresa interventora, organizam a agenda dos eventos e preparam atividades atraentes, com lanches e educadores simpáticos e bem intencionados que oferecem alternativas aparentemente viáveis, para a melhora da pesca e da vida da população local.

Como exigência de normas técnicas elaboradas pelo IBAMA, a agência de escopo pedagógico, elabora diagnósticos participativos e ações sugeridas para a comunidade, como por exemplo, a própria criação da AMOPE, em 2016. O presidente,

pastor Miguel, e a vice-presidente, Maria Marli, da associação, já possuíam experiência com comunidade, há mais de 20 anos, pois são missionários evangélicos e, também, gerenciavam uma pequena ONG que mantinha uma escolinha de futebol para crianças e adolescentes da comunidade. A criação da associação de moradores e pescadores, com CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), facilitou parcerias com outras instituições, como a Legião da Boa Vontade (LBV) e a Ação da Cidadania contra a Fome, a miséria e Pela Vida (Ação da Cidadania). Com o apoio dessas organizações, os gestores da associação distribuem cestas básicas para os inscritos, da comunidade. A participação das atividades da AMOPE e busca por estas cestas são outros efeitos sociais, que passaram a fazer parte da rotina da comunidade, como consequência indireta do impacto da indústria do Petróleo e da ausência de amparo do Estado.

Para finalizar os efeitos sociais percebidos, os produzidos a partir das reações das **pescadoras artesanais** abarcam todos os supracitados que envolvem os pescadores, de um modo geral, e a comunidade do entorno da AMOPE. O que mais chamou a atenção, embora tais efeitos poderiam ter afetado aos homens, também, como as afetou, foi a busca por alternativas de trabalho, diferentes da pesca, apesar do acúmulo de atividades domésticas. A tripla jornada da pescadora – em casa, na pesca e outra atividade remuneratória – foi um efeito social em comum encontrado dentre algumas entrevistadas.

Na busca por alternativas de trabalho, isso parece evidente após o acidente de 2000, com o derrame de óleo. Este evento foi crucial na mudança de modo de vida de toda a população do entorno da Baía de Guanabara, principalmente dos pescadores artesanais. No caso das pescadoras, os agentes interventores são a indústria do petróleo, mas, também, a colônia de pescadores. A colônia não é vista pelos pescadores como tutor justo e incorrupto e, para as mulheres, a falta de tutela é mais patente. Muitas relataram a desconfiança da identidade de pescadora artesanal e outras foram desencorajadas a se cadastrarem profissionalmente, já que seus maridos já tinham seus devidos empregos.

Como efeito social desse impasse, algumas pescadoras estão desistindo da pesca, outras acumulam as atividades remuneradas oferecidas pelas ONGs – reflorestamento e cata de lixo – e tem aquelas que investem em atividades relacionadas ao turismo de base comunitária (HOEFLE, 2018). No curso de Turismo

de Base Comunitária oferecido pela APA Guapimirim, a aula de artesanato é frequentada por mulheres envolvidas com a pesca artesanal. Os homens não são proibidos de participarem, mas a busca é, principalmente, das mulheres.

A consequência do desamparo da colônia é a perda dos direitos trabalhistas do pescador e dos benefícios sociais de previdências futuras, para casos de aposentadoria. Um desses casos, como já citado anteriormente, pescadoras foram desencorajadas a registrar-se na colônia, fato esse que as levou a desistência do RGP, embora tenham participação ativa na atividade pesqueira, desde muito novas. Perto de atingir a idade correspondente para a aposentadoria, estas mulheres não terão este benefício, por terem sido alijadas do processo. Em outro caso, a pescadora, em busca de trabalho temporário, já sendo profissional cadastrada no RGP, teve seus direitos perdidos por ter aceitado trabalhar com carteira de trabalho (CTPS) assinada. A troca de categoria, mesmo que temporária, dificulta o retorno para o antigo posto profissional e o resultado são as perdas dos benefícios garantidos por lei, acumulados durante toda uma vida de trabalho na pesca.

### 3.3.6.1 Efeitos sociais na vida de Maria

#### **María e a pesca**

Quando Sigaud (1988) propõe o termo “efeito social” é para ser aplicado em comunidades como um todo e não nas vidas particulares de um atingido ou outro. De um modo geral, as mudanças nas vidas das pessoas são comuns a todos. No nosso estudo de caso, esse efeito social foi notado a partir de Maria, embora isso não tenha ocorrido nas vidas das pescadoras entrevistadas. O efeito gerado veio a partir do apoio externo da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), fundada em 2005, que convidaram pescadoras artesanais de Magé que estivessem interessadas em ampliar sua luta na pesca. Estas pescadoras locais, ao receberem orientações e conhecimento a partir dos encontros promovidos pela ANP, se tornariam multiplicadoras de suas comunidades. Uma das pautas defendidas por essa articulação é “a questão da saúde das mulheres [pescadoras] no trabalho”<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> [http://articulacaopescadoras.blogspot.com/p/historico\\_52.html](http://articulacaopescadoras.blogspot.com/p/historico_52.html)

A partir da narrativa de Maria, é possível imaginar o processo na qual ela e as demais pescadoras convidadas, de outras associações de pesca, foram inseridas. Maria, na ocasião de nossa entrevista, tinha 55 anos, e se reconhece como pescadora artesanal, embora já esteja aposentada. Após a sua aposentadoria assegurada pela previdência social, Maria se dedica ao “território pesqueiro” em prol de sua comunidade, como ela mesma afirmou em entrevista.

Seu pai era pescador no Rio Grande do Norte e, desde essa época, tem contato com a pesca. Maria relata que morou às margens do Rio São Francisco, em Pernambuco, em uma comunidade caiçara que sobrevivia da pesca. Aos 13 anos foi morar no Estado do Rio de Janeiro, onde se casou com pastor Miguel e trabalhou um tempo como vendedora. No final dos anos de 1980, adquiriu, junto com o marido, o sítio em que vivem atualmente, em Mauá (Guia de Pacobaíba, Magé), quando retornou à atividade pesqueira. Aos 19 anos, Maria cadastrou-se no RGP, diretamente no Ministério da Pesca, na Praça XV, no município do Rio de Janeiro.

O pastor Miguel começou a trabalhar com a pesca, antes da participação de Maria, porque seus filhos eram pequenos. O marido fazia serão (pescaria noturna) e, ao chegar pela manhã, Maria recebia os peixes, após levar as crianças para a escola. Sua atividade na pesca, nesta época era limpar e vender o produto, trabalho que executou até se aposentar, quando parou e passou a dedicar-se à AMOPE e ao movimento dos pescadores. A sua luta, como ela mesma diz, é buscar recursos, sejam financeiros, ou doações de cestas básicas, para conseguir desenvolver a associação e ajudar a comunidade, principalmente as mulheres pescadoras.

Maria afirma que as pescadoras artesanais são discriminadas pela colônia e, por isso, têm dificuldade em receber o seguro defeso, já que não existe apoio para cadastrar-se no RGP. Com o registro, as pescadoras teriam acesso, não somente, ao direito defeso, mas, também, à licença maternidade e aos benefícios da aposentadoria por tempo de serviço e por idade. Mesmo tais benefícios sendo garantidos por lei para as pescadoras, Maria relata que sempre teve dificuldade em receber as licenças maternidades.

O RGP é uma identidade fornecida pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). A colônia de pesca faz o papel de intermediador entre o pescador e a pescadora e o Ministério, no entanto não há necessidade dessa etapa. O pescador pode adquirir o registro diretamente na secretaria ligada àquele

departamento. Essa intermediação e dificuldades pairam sobre todos os pescadores, sejam homens ou mulheres, porém, no caso das mulheres os ingredientes a mais são a desconfiança e o desencorajamento. Maria, na tentativa de equiparar os mesmos direitos às mulheres - garantidos com mais facilidade aos homens -, dedica-se aos movimentos nacionais de pesca, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pescadoras artesanais.

### **María e a AMOPE**

Antes da fundação da AMOPE, Maria iniciou a participação na luta pelo território pesqueiro. Em seu ativismo já visitou comunidades pesqueiras do Nordeste, durante eventos organizados por entidades de pescadores, como a Articulação Nacional de Pescadoras (ANP) e o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). Nestes eventos, Maria afirma que obteve conhecimento sobre a realidade das comunidades tradicionais e, em nossa entrevista, demonstrou preocupação com a carência dos pescadores daquelas comunidades que, pela sua percepção, se assemelham aos problemas conhecidos em sua comunidade.

Sensibilizada com a situação da pesca local e nacional, Maria passou a envolver-se cada vez mais à causa do “território pesqueiro”. Na sua avaliação, a solução para que sua atuação na comunidade se efetivasse, no apoio e melhoria da qualidade de vida dos pescadores e pescadoras, foi a fundação da AMOPE. Como ela e seu marido já vinham realizando um trabalho social, com crianças e adolescentes, com a associação, o projeto se ampliaria para os moradores, pescadores e pescadoras artesanais.

A associação de moradores e pescadores funciona como uma entidade voltada para o ensinamento dos direitos dos pescadores, na regularização do RGP e no pagamento à previdência social. Uma evidência disso é o desconhecimento que as pescadoras artesanais revelaram em suas falas de que não dependem da colônia para adquirir seus direitos profissionais. Quase todas procuraram, primeiramente, a colônia. Outra contribuição da AMOPE é que esta passa a ser, também, caso o pescador ou pescadora desejem, mais uma opção de apoio para o cadastro no RGP; uma alternativa à colônia.

Com todo o conhecimento adquirido nos eventos da ANP e MPP, Maria faz um esforço para apresentar aos associados, nas reuniões da associação - junto com informativos locais e a distribuição da cesta básica – informes sobre a questão da saúde comunitária, cuja participação é incentivada pela ANP, e sobre a campanha pelo território pesqueiro, que está sendo promovida pelo MPP.

### **María e a ANP**

A Articulação Nacional das Pescadoras foi um movimento que surgiu em 2006, com a necessidade que as mulheres pescadoras tinham de discutir as pautas femininas, tão ausentes nas atividades nacionais sobre a pesca e aquicultura. “Dentre as bandeiras está a questão da saúde das mulheres no trabalho”<sup>94</sup>. O segundo encontro da ANP aconteceu em 2010 quando houve um “avanço das discussões sobre a questão da saúde das mulheres pescadoras”<sup>95</sup>.

Em relação à saúde, a preocupação é com as doenças ocupacionais que ocorrem devido às triplas jornadas de trabalho e por atuarem mais nos manguezais. Em uma entrevista disponível na *web*, no *blog* da ANP<sup>96</sup>, duas pescadoras afirmam que a condição da pescadora favorece com que elas adoeçam mais que os homens. Uma das reivindicações é que o INSS reconheça as doenças adquiridas pelas mulheres, através do trabalho com a pesca, como doenças ocupacionais. Essa conquista de direito previdenciário beneficiaria às pescadoras com licenças remuneradas concedidas pelo governo, garantindo uma melhor qualidade de vida, que é uma das principais demandas da ANP.

Há cerca de 5 anos, desde 2014, Maria Marli, junto com outras pescadoras da Baía de Guanabara, começou a participar das atividades da ANP e da MPP. Em 2017, ocorreu o V Encontro Nacional da ANP<sup>97</sup>, do qual Maria participou. O tema do encontro foi “Mulheres pescadoras afirmam suas identidades, combatendo a violência, resgatando direitos”, onde discutiram, além dos itens citados, autoidentidade, benefícios sociais – como o seguro defeso e aposentadoria – e saúde. Segundo o

---

<sup>94</sup> [http://articulacaopescadoras.blogspot.com/p/historico\\_52.html](http://articulacaopescadoras.blogspot.com/p/historico_52.html)

<sup>95</sup> [http://articulacaopescadoras.blogspot.com/p/historico\\_52.html](http://articulacaopescadoras.blogspot.com/p/historico_52.html)

<sup>96</sup> <https://articulacaopescadoras.blogspot.com/2015/03/articulacao-nacional-das-pescadoras.html>

<sup>97</sup> <https://articulacaopescadoras.blogspot.com/2017/10/pescadoras-de-15-estados-brasileiros-se.html>

*blog* da ANP, o movimento de pescadoras promoveu, entre 2016 e 2017, cursos de “formação e capacitação nas temáticas de saúde no trabalho e SUS [Sistema Único de Saúde]”, cujo público-alvo foram as próprias pescadoras, como a Maria.

Com a formação da ANP, Maria tornou-se uma agente multiplicadora “em Participação na Gestão do SUS”<sup>98</sup>, participando da 8ª Conferência Estadual da Saúde<sup>99</sup>, em maio de 2019, e da 16ª Conferência Nacional de Saúde<sup>100</sup>, em agosto de 2019, como delegada de sua comunidade e representando as pescadoras. No dia 27 de julho de 2019, participei com a Maria de uma reunião na Associação de Moradores de Suruí, onde atua como suplente de conselheiro da saúde. O assunto da reunião era saúde, com a participação dos conselheiros de Magé, representando os usuários do SUS, no município.

Além da demanda da saúde, a ANP apoia o fortalecimento do território pesqueiro, junto com o MPP, que também recebe o arrimo de outros movimentos de pescadores no Brasil. A principal reivindicação dessa coligação é a regularização do território pesqueiro a partir de uma campanha lançada em junho de 2012.

### **María e a MPP**

Segundo Brito (2016) o MPP foi “formalizado em 2009 durante evento paralelo à III Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca promovida pelo governo federal” (BRITO, 2016, p. 95). A autora afirma ainda que

o MPP luta por direitos sociais, econômicos, políticos e, mais recentemente culturais, construídos a partir de princípios territoriais e pertencimento identitário. (BRITO, 2016, p. 98)

Segundo o *site* da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MPP é um movimento nacional que

nasceu da necessidade das comunidades pesqueiras, em ter uma representação frente ao poder público e que pudesse aglutinar o país numa

<sup>98</sup> <https://articulacaopescadoras.blogspot.com/2019/07/articulacao-estadual-das-pescadoras-de.html>

<sup>99</sup> <https://www.uerj.br/noticia/uerj-sedia-8a-conferencia-estadual-de-saude-do-rio-de-janeiro/>

<sup>100</sup> <http://articulacaopescadoras.blogspot.com/2019/08/pescadoras-aprovam-medidas-em-favor-dos.html>

única voz. Em 2009 para defender a pesca artesanal, reivindicar as demandas e encaminhá-las os órgãos públicos.”<sup>101</sup>

Sendo assim, em 2012, o MPP lançou a “Campanha Nacional para a Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras” (BRITO, 2016, p. 102)

e busca a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro, para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras”<sup>102</sup>.

O objetivo desta campanha, além de arrecadar as assinaturas, é criar um projeto de lei que garanta “o acesso a porções de terras e águas usadas para a prática profissional e para a vivência cotidiana desse segmento social” (BRITO, 2016, p. 97). Participando desse processo, Maria, aproveita a oportunidade em reuniões de sua associação ou em outros espaços, para recolher as assinaturas do abaixo-assinado<sup>103</sup>. Em uma das entrevistas, Maria demonstrou compreensão sobre o seu território pesqueiro e fez comparações com os territórios de outros Estados:

No início, quando comecei a trabalhar pelo território pesqueiro, fazia essas viagens, visitando as comunidades tradicionais pesqueiras. Olinda, Maranhão, vários Estados.... agora mesmo, dia primeiro [de agosto, de 2019] estou indo para Olinda... E lá eu tive esse conhecimento. Eu via tanto a carência dos pescadores, igual aqui no meu Rio de Janeiro, que eu passei, pensei, raciocinei... Como eu já fazia um trabalho social, falei “sabe eu vou começar a me envolver mais ainda no território pesqueiro”. Aí eu tive a ideia de trabalhar só com os pescadores e moradores, porque [em] minha comunidade, eu não só trabalhava com os moradores, com trabalho social, juntei o útil ao agradável e botei os pescadores também para dar uma assistência e procurar orientar aqueles que tem pouco entendimento. Tem uns que (o pescador, não é falando mal)... mas alguns daqueles pescadores antigos (...) é muitos anos pescador, mas não tem o conhecimento dos seus direitos...que precisa de um RGP, ele precisa pagar uma previdência social para ele se aposentar. Ele precisa de ter os seus direitos garantidos, porque ele, mesmo sendo pescador, ele está no mar, ele pode cair do barco, ele pode levar uma furada do peixe, uma espetada no olho, que já teve pescador que ficou cego com o peixe espada. Então ele tem direito como um seguro-desemprego e um auxílio de doença. E muitos deles eu conheço desde sempre, trabalhando sem documento e eu me envolvi muito nessa ação com os pescadores, para ajudar. Eles têm dificuldades de tirar a documentação e eu ajudo. As mulheres também. Seus direitos. Dou palestra para os pescadores sobre as doenças ocupacionais, que as mulheres também temo risco de pegar vários tipos de doença na pesca, câncer de pele e outras coisas mais. (entrevista concedida no dia 28/07/2019)

<sup>101</sup> <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/1109-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-lanca-campanha-pelo-territorio-tradicional-pesqueiro-em-brasilia> e <https://cppnorte.wordpress.com/carta-do-movimento-dos-pescadores-e-pescadoras-artesanais/>

<sup>102</sup> <http://www.cppnacional.org.br/campanhas/campanha-pelo-territ%C3%B3rio-pesqueiro>

<sup>103</sup> <http://documentospeloterritorio.blogspot.com/>

## 4 AS PESCADORAS ARTESANAIS

Neste capítulo apresentaremos alguns resultados objetivos da pesquisa. Durante as entrevistas, apesar da conversa ter sido fluida, algumas perguntas conduziram os diálogos. Aproveitando estas perguntas que se repetiam a cada encontro, elaboramos tabelas e gráficos, com o intuito de contabilizar alguns fatos. Verificamos, então, que muitas respostas se encontravam, apesar de algumas pescadoras não se conhecerem. Conseguimos encontrar padrões nas vidas e nos modos de vida dessas mulheres, comprovando suas existências e suas práticas espaciais.

### 4.1 GEOGRAFIA DAS EXISTÊNCIAS DAS PESCADORAS ARTESANAIS

A Geografia das Existências é um caminho epistemológico que vem sendo cunhado pela geógrafa Cátia Antônia da Silva, pesquisadora e professora da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se encaixa na nossa meditação temática na tentativa de responder às questões expostas na introdução desta tese. A contribuição de Silva (2014) é uma reflexão sobre “elementos epistemológicos e metodológicos” ao estudo da pesca, já que acredita faltarem, na Geografia, elementos para uma análise satisfatória quando tratamos de estudos sobre pescadores da costa brasileira, que vivem sob constante ameaça do elemento “urbano-metropolitano”. Ela cita:

quanto mais entrávamos no universo da pesca artesanal, maior a nossa insatisfação com os instrumentos analíticos usuais da geografia, que em geral estipulam a *priori* caminhos e conceitos que impedem ver a totalidade da produção social do espaço (SILVA, 2014, p.14)

De fato, quando a pesquisa parte de um fenômeno social, envolvendo indivíduos pertencentes a grupos tradicionais ou comunidades empobrecidas, vítimas do atropelamento das práticas espaciais contrárias as delas - com cunho de modernidade e desenvolvimento econômico e com percepção da natureza como matéria para a expansão física de seus empreendimentos e obras -, apenas os conceitos relacionados ao espaço geográfico não são suficientes. Não se trata de um uso da natureza e do espaço sem intenção, não se tratam de espaços vazios,

desocupados e sem significados. Trata-se de lugares, territórios e habitação de pessoas. São espaços que oferecem abrigo e meios de sobrevivência para determinados grupos sociais. E estes, por sua vez, através do uso espacial, constroem o seu espaço de vivência, de reprodução e de sobrevivência. Estas pessoas que vivem em grupos e estes espaços construídos – por esses grupos - existem através dessa relação dialética.

Silva (2014) desenvolve a pesquisa sobre a pesca desde 2002 (SILVA, 2014, p.13) e, conforme o aprofundamento nesse estudo, chegou à conclusão de que “os problemas dos pescadores” são frutos da relação “entre a sociedade, o território, o Estado, o espaço e o tempo presente” (SILVA, 2014, p.14). Ao se estudar o espaço vivido por esta categoria de trabalhadores, enquadrados nos grupos de comunidades e povos tradicionais (CHAVES, 2011, p. 99) é quase insuficiente utilizar apenas a geografia para tentar responder a todas as questões que podem surgir dos fenômenos que os cercam. Para a autora, é necessário recorrer a conceitos sociológicos, como “social” e “ação social” (SILVA, 2014, p.15)

Importante frisar que todo este pensamento da autora é fruto dos seus estudos sobre o trabalho na pesca artesanal. Por isso, recorrendo à história da pesca no Brasil, a autora percebeu que o controle estatal sobre esta atividade surgiu com a criação das colônias, a partir do século XX. A categoria “pesca artesanal” foi criada pela Marinha e, nesse período, passa a existir uma total “dominação burocrático-legal” que é impeditiva e ameaçadora à pesca, representada: a) pela colônia; b) pelos direitos sociais; e, inclusive, c) pelas instituições ambientais (SILVA, 2014, p.16). Para a autora, estes três pilares da dominação

negam o pescador, negando a história dos lugares e impedindo-o de pescar, e não raro sob o discurso político da proteção ambiental, sem reconhecer que o pescador também faz parte daquela ‘territorialidade’ natural (SILVA, 2014, p.16)

Os estudos relacionados a povos e comunidades tradicionais necessitam do diálogo de outras ciências, para ajudar a elucidar a complexidade dos fenômenos percebidos pelo pesquisador. Para isso, a autora propõe uma nova *epísteme* que é superar a forma de enxergar os sujeitos do conhecimento, no caso os pescadores, como “objetos estáticos (...) incapazes de pensar sobre a sua própria condição social e histórica” (SILVA, 2014, p.17). A sugestão e a nova forma de pensar, em Geografia,

seria “ouvir profundamente as questões e problemas que esse outro expõe” (SILVA, 2014, p.17), ou seja, fazer a pesquisa do ponto de vista do observado, do sujeito.

A proposta de Silva (2014) já vem sendo usada pela antropologia, através das etnografias e observações participantes. Pela Geografia este tipo de abordagem na aquisição dos dados primários existe, embora muito incipiente e raro. Sua proposta, a qual tentamos nos encaixar, se refere, inicialmente, a um tipo específico de indivíduos: pescadores artesanais pressionados, atropelados e afogados pelas ondas da modernidade industrial e da metropolização. Trabalhos recentes de geógrafos flertam com os métodos antropológicos e, mesmo que não consigam elaborar uma etnografia à altura das produzidas pelos antropólogos, apresentam e realizam uma análise espacial a partir do ponto de vista e participação, na pesquisa, de grupos moradores e viventes nos recortes espaciais estudados (CHAVES, 2011; FERREIRA, 2014; CÁCERES, 2012; GOMES, 2018).

Em nossa pesquisa, no caso das pescadoras artesanais, nos aproximamos da abordagem proposta por SILVA (2014), que já vinha sendo refletida por CLAVAL (2002), referindo-se às “geografias vernaculares de cada um” (CLAVAL, 2002, p. 163), como discutimos no capítulo 2. Segundo o autor, geógrafos como Jean Gallais, Jöel Bonnemaison, Jean Delvert e Augustin Berque são exemplos, da metade do século XX, do que ele chamou de etnogeografias, inspiradas pelas etnografias de antropólogos clássicos. A partir dessa aproximação, o estudo busca revelar a existência das pescadoras artesanais de Magé, invisibilizadas e desencorajadas a reconhecer suas identidades de trabalhadoras do mar, o que as prejudica em vários âmbitos: na divisão de trabalho familiar e no registro de pescadora.

#### **4.1.1 A existência das práticas espaciais**

Após o primeiro contato com as pescadoras artesanais da Baía de Guanabara, durante a audiência pública na ALERJ, como descrito no início do capítulo 2, foi feito um proveitoso trabalho de campo, onde foram observados novos fatores, em princípio, desconhecidos e/ou deixados de lado, que constituem ameaças à identidade de pescadoras e pescadores artesanais e, também, à existência desta prática espacial.

Prática espacial, aqui, será entendida como atividades e ações realizadas por determinado grupo social, espacialmente localizadas, que correspondem a um estreito relacionamento entre indivíduo e espaço, onde ambas variáveis se modificam e dependem-se. Para Lefebvre (2006), “a prática espacial consiste numa projeção ‘no terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social” (LEFEBVRE, 2006, p.27). Nesta citação, o autor associa a prática espacial à prática social, ou seja, esta última, ao ser projetada ou impressa num determinado espaço, o qual ele chama de “terreno”, configura-se em uma prática espacial que nada mais é do que a relação entre as ações da sociedade ou grupo social com o espaço de vivência ou de interesse (depende do agente socioespacial).

Outros autores, como CORRÊA (2000) reconhecem que existem outras naturezas para as práticas espaciais e elas podem ser acionadas tanto por grandes empresas, quanto pelo Estado ou por uma “cultura específica”, dependendo do “projeto” a ser empregado pelo agente socioespacial. Corrêa (2000) afirma que

As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e produção. (CORRÊA, 2000, p.35)

O autor desenvolveu esta reflexão em um contexto urbano, de modo que podemos pensar que o entendimento sobre práticas espaciais deve ser analisado a partir de um contexto histórico, espacial e do agente socioespacial que está sendo observado. As práticas espaciais identificadas por CORRÊA (2000) são: “seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora” (CORRÊA, 2000, p.36). O contexto do estudo de caso desta tese se encaixa em dois desses: seletividade espacial e marginalização espacial. No primeiro tipo

o Homem [sic] age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima (...) (CORRÊA, 2000, p.36)

Neste primeiro caso, a prática da pesca artesanal, realizada por mulheres e homens, em Magé, requereu uma seletividade espacial, pela proximidade aos manguezais, aos rios, ao mar, fontes do pescado e meios de locomoção, e proximidade a um mercado consumidor formado, muitas vezes, por atravessadores,

peixarias e, até mesmo, a vizinhança. Porém, apesar da riqueza natural e material que constitui o território ocupado pelas pescadoras e pescadores artesanais, possibilitando sua sobrevivência e existência, existe uma marginalização espacial, definida por CORRÊA (2000) como sendo consequência do

valor atribuído a um dado lugar [que] pode variar ao longo do tempo. Razões de ordem econômica, política ou cultural podem alterar a sua importância e, no limite, marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava. São numerosos os exemplos de portos que no passado eram relativamente importantes e que decaíram em razão do progresso técnico (...) o abandono de uma dada região por uma atividade agrícola, (...) [etc.]. (CORRÊA, 2000, p.40-41)

De acordo com a citação acima, Magé, ao longo de sua história, como debatemos no capítulo 3, sofreu inúmeros abandonos, desde a época colonial, o que permitiu a sua marginalização, desde então, em relação ao processo produtivo e de desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro. A alteração da importância de Magé nesse circuito carregou o município para a constituição de uma zona de sacrifício e destino de exportação de entropias em favor do desenvolvimento e ampliação espacial da indústria petrolífera, o que constitui, também, uma prática espacial empresarial, com outros interesses e outros projetos a serem executados, o que corresponde a um conflito de práticas espaciais no mesmo território. Provar que são trabalhadoras do mar e que suas práticas espaciais existem, que é o que as tornam pescadoras artesanais, é um desafio para essas mulheres.

## 4.2 O QUE AS TORNAM PESCADORAS ARTESANAIS?

### 4.2.1 Identidade e imagem de si, para si e para os outros

Provar sua existência e sua identidade é um dos maiores desafios das pescadoras artesanais de Magé quando se deparam com a necessidade de terem seus direitos sociais e legais respeitados e reconhecidos. Apesar de se autoidentificarem pescadoras, muitas vezes sua identidade é vista com desconfiança e desencorajamento. Devido à fragilidade e falta de credibilidade, a identidade das pescadoras está constantemente ameaçada pelas instituições que são frequentes em suas vidas e suas ações, como a indústria do petróleo, os órgãos que regulam a

atividade pesqueira, as ONGs e o Turismo de Base Comunitária. A indústria do Petróleo e os órgãos reguladores, podemos acreditar que, possuem um projeto de desmonte da pesca, obstáculo para suas ações. No entanto, as ONGs e a promoção de Turismo de Base Comunitária têm como missão fortalecer a comunidade. Porém de forma ingênua e, talvez, incognoscível, tais ações promovem o afastamento da pesca artesanal, incentivando a aproximação de novas atividades. E isso é legítimo. Não estamos aqui afirmando que a pesca deve continuar existindo, mas constatamos a ocorrência da extinção.

Para Michael Pollak (1995), sociólogo e historiador, “o sentimento de identidade (...) é o sentido de imagem de si, para si e para os outros” (POLAK, 1995, p.38). Seguindo sua lógica, tentaremos, aqui, organizar nosso raciocínio na ordem da identidade - das pescadoras artesanais entrevistadas - construída de **si e para si** e, em seguida, sobre a imagem apresentada para os **outros**, que são todos os agentes externos que, de uma forma ou de outra, estão presentes na vida dessas mulheres e interferem no seu cotidiano e na organização de suas previdências futuras. Ao final, falaremos sobre os **promotores das identidades** das pescadoras, que são as organizações que surgiram como efeitos sociais das ameaças à sua existência.

Em relação à identidade **de si e para si**, pensamos no seguinte questionamento: o que as tornam pescadoras artesanais? Compreendemos que as **práticas espaciais** dessas mulheres, relacionadas à pesca, o seu **modo de vida**, a sua **percepção ambiental** sobre influência das marés - tanto no manguezal, quanto no momento certo de embarcar – sobre os locais e as épocas de ocorrência de determinado pescado e a propriedade em manusear os petrechos de pescaria, são elementos fundamentais que configuram a identidade dessas pescadoras, de si e para si.

Segundo Pollak (1995), na

construção da identidade (...) há três elementos essenciais (...) a unidade física [da pessoa ou do grupo] (...); a continuidade dentro do tempo, (...); [e] o sentimento de coerência (POLLAK, 1995, p. 38),

ou seja, a construção da identidade, de si e para si, é resultado da forma como a pescadora se vê, isto é, “a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria” (POLLAK, 1995, p. 38). Essa imagem que a pescadora constrói de si e para si, que é a sua própria identidade, é cunhada através do seu **corpo**, principal

instrumento de trabalho, que são os limites da “unidade física”, da **continuidade** dessa imagem, que é o tempo em que ela é pescadora, muitas vezes desde criança, com a influência dos pais, e da **coerência**, que está relacionada com a unidade coesa entre o corpo e a continuidade, indicando que a vida dessa mulher é pautada pelas suas práticas espaciais, que é o que a torna pescadora.

Pollak (1995) relaciona a construção da identidade com a memória do indivíduo ou do grupo. É a partir de relatos, de onde são extraídas as memórias, que os indivíduos entrevistados expõem a imagem de si, a sua própria identidade. Pelas falas, através de entrevistas, o indivíduo expõe o “sentimento de continuidade e de coerência (...) em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1995; 38). No caso das pescadoras artesanais, em nossa pesquisa, nas entrevistas, em que as perguntas estavam direcionadas para as suas práticas espaciais e seus modos de vida em relação à pesca, as mulheres reconstruíam suas imagens, reafirmando suas identidades de pescadoras.

A identidade construída de si e para si é a primeira forma de entendimento de sua própria imagem. Quanto a isso, as mulheres pescadoras possuem sua unidade, continuidade e coerência garantidas. Ninguém pode afastar essa primeira configuração de si e para si das pescadoras artesanais. No entanto, conforme Pollak (1995), na construção da identidade existe, também, o elemento “Outro”. Segundo o autor, a “auto-imagem [não é uma construção] isenta de mudanças, de negociação, de transformação em função dos outros” (POLLAK, 1995, p. 38). Esta reflexão se enquadra na segunda ideia de construção da imagem e da identidade para serem apresentadas aos **outros**.

Essa forma de construção da imagem e da identidade para os outros, necessita de um grau de aceitação, admissão e “credibilidade” que, conforme Pollak (1995), precisam ser negociadas com os “outros”:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (POLLAK, 1995, p. 38)

No caso das pescadoras artesanais, os “outros” detectados e que estão presentes em suas vidas, como fiadores de suas previdências futuras, são a colônia de pesca, os órgãos governamentais que regulam o cadastro do pescador como trabalhador (Ministérios, secretarias e o INSS) e as associações locais de pescadores.

Para que estas mulheres estejam de acordo com os critérios estabelecidos por estas agências e serem reconhecidas como pescadoras é necessário que sua identidade seja coesa em unidade, contínua e coerente. Porém, a própria insegurança dessas pessoas e a falta de apoio de outras agências que fortaleçam a atividade de pesca, principalmente a executada por mulheres, faz com que haja uma ruptura no sentimento de identidade, segundo Pollak (1995): “se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos” (POLLAK, 1995, p. 38).

É o caso das pescadoras entrevistadas nessa pesquisa: Nícia, Mônica e Kelly. Estas mulheres não se conhecem, uma vive no Cantinho da Vovó e é caranguejeira. A segunda vive em Piedade e é sirizeira. A terceira vive na praia da ponte do Kazeca, em frente ao mar, e pesca camarões e outros pescados. Nícia passou a pescar por necessidade e Mônica e Kelly aprenderam a lida com seus respectivos pais. O que elas têm em comum é o fato de não terem conseguido apoio da colônia para registrar-se como pescadoras profissionais. Segundo seus relatos, foram desencorajadas por serem mulheres, por serem casadas e por “não valer a pena” cadastrar-se, conforme os argumentos ouvidos. Nícia, Mônica e Kelly têm 42, 37 e 42 anos de pesca, respectivamente. Vivem da atividade.

#### **4.2.2 Nícia, Mônica e Kelly: identidade para os outros**

Foram entrevistas 19 pescadoras. Conforme apresentado no gráfico 2, destas, 37% possuem de 11 a 20 anos de atividade pesqueira, 25% possuem de 1 a 10 anos, 19% possuem de 31 a 42 anos e 19% possuem de 21 a 30 anos de pesca. Nícia, Mônica e Kelly se enquadram nas mulheres que pescam entre 31 e 42 anos de trabalho e, apesar do tempo, não tiveram oportunidade de cadastrar-se no RGP. Conseqüentemente não têm direitos ao seguro defeso, aos benefícios sociais do INSS e, também, não terão uma aposentadoria remunerada.

Nícia tem 55 anos. Não teve oportunidade de estudar quando chegou à Magé, vinda de Duque de Caxias, aos 11 anos de idade. Aos 13 anos aprendeu a pescar com os pescadores da praia. Segundo ela, faltava pescador e ela se ofereceu para trabalhar e aprender o ofício. Nícia aprendeu a pescar tainha, parati e outros peixes,

usando a rede no mar e no curral. Aprendeu, também, a pescar caranguejo no mangue e os leva para serem vendidos em Piabetá (distrito de Magé, fronteira com Duque de Caxias).

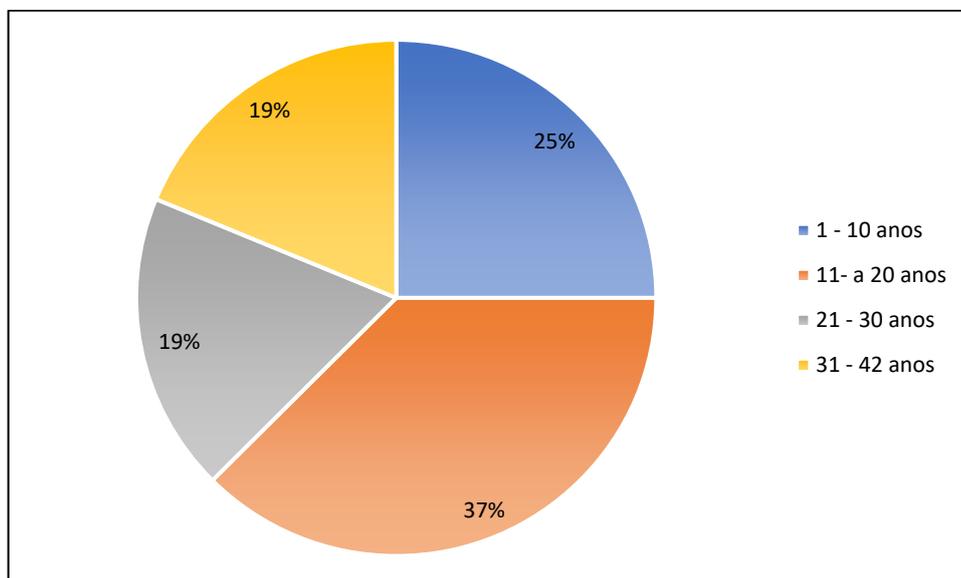


Gráfico 2: Tempo de pesca das pescadoras artesanais de Magé. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora)

Quando decidiu estudar, precisou parar para cuidar dos três netos que passaram a viver com ela, após a morte de sua filha. Nícia precisou combinar o horário da escola das crianças, com a ida ao mar ou ao manguezal. Segundo seu relato, quando elas estão sem aula o horário da saída para o Mangue é às 6h. O seu turno de trabalho depende do horário da escola dos netos. Nícia é casada e seu marido também não tem carteira de pescador. Ele a acompanha quando não tem trabalho e, nesse caso, quem a acompanha é uma das netas. A cata do caranguejo é no rio Estrela e em um pequeno manguezal em recuperação, atrás de sua casa.

Ao ser perguntada sobre a carteirinha de pescador, Nícia disse o seguinte:

Teve um cara aqui fora, um tal de Michel, ele fez carteirinha ali para todo mundo, né. Aí nós fomos, fomos eu, ele [o marido] e teve muita gente que foi no mesmo dia que a gente fazer a carteirinha, até lá, no Rio, aí aqueles que não é pescador nem caranguejeiro conseguiram. E a gente que é não conseguimos nada. A gente não recebe defeso, a gente não recebe nada. Nem a carteirinha que a gente foi fazer a gente pegamo. (Nícia, entrevista do dia 30/07/2019)

Após esse episódio, que ela não soube dizer o ano, Nícia tentou novamente tirar o RGP. Ela contou que:

Aí já veio um outro rapaz. Nós ajeitamos tudo, que teve ali perto do cemitério, no polo esportivo, ali, teve um negócio e nós fomos todo mundo. Aí ele ia resolver esse negócio da carteirinha pra gente. Aí ele também parou com isso. Quando teve o vazamento, ele ficava de frente. Aí nós demos a xerox, documento, demos tudo ... até hoje.... (Nícia, entrevista do dia 30/07/2019)

Perguntada sobre a colônia, Nícia disse que foi desencorajada:

Na colônia, eu fui uma vez só. Mas quando chegou lá, eles falaram... o rapaz que resolvia isso não estava mais lá. Eu não sei porque os outros, acho que tinham cisma com a gente. Aí peguei assim, ah, os outros só ficam enrolando a gente. Aí nós pegamos, fomos e paramos com isso... E aqueles que não é!! Tem mulher que nunca entrou no mangue e tem carteirinha e recebe o defeso. É isso o que mais invoca a gente. Aquelas mulher que fica na porta do botequim, bebendo, com uma unha grandona e recebe defeso. Agora, aqueles que é pescador mesmo, vive disso e não tem. A gente não recebe. E como depois eles vão lá nas feira, querer proibir da gente vender uma coisa que a gente traz comida pra dentro de casa, pra gente comer? (Nícia, entrevista do dia 30/07/2019)

No relato de Nícia, nas memórias que ela carrega, nota-se a fragilidade da construção de sua identidade. Não de si e para si, já que têm convicção de sua imagem, mas para o outro que é a colônia. A mesma atitude foi percebida nos relatos de Mônica e Kelly.

Mônica tem 52 anos e ainda trabalha pescando e descarnando siri. Não tem previsão de aposentadoria, já que não possui registro de pescadora. Pesca desde os 15 anos, quando ainda era solteira, sozinha, no mar em frente à Piedade, se aproximando de Guapimirim e de ilhas próximas à praia. Já trabalhou em casa de família, como doméstica, com a CTPS assinada, mas não tempo suficiente para se aposentar. Mônica relata que não possui carteira de pescadora, apesar de ter procurado a colônia Z-9, em 2019:

Fui lá em Mauá [colônia Z-9] pra fazer e o rapaz disse que não valia a pena, essa coisa toda, aí eu não fui pra frente, não. [Não insistiu] porque eu acho assim: quando a pessoa vai lá e a pessoa dá uma palavra assim ó...'tenta, não desiste não!' Ele já deu uma palavra bem... pra desanimar mesmo ... aí eu falei assim 'eu não vou insistir muito'. Se for da vontade de Deus vai acontecer, se não for... (Mônica, entrevista do dia 28/07/2019)

A fala de Mônica demonstra um franco sentimento de identidade em relação ao outro, como acontece com outras mulheres. A falta de apoio ou de defesa da parte de

instituições que as represente, produz esse sentimento de pertencimento a um grupo maior, que é o dos pescadores, embora a sua identidade individual pareça bem coesa. Mônica tem convicção de ser pescadora, imagem que tem de si e para si, mas não a ponto de ser aceita na colônia e lutar pelo seu direito de trabalhadora do mar. Notou-se que a entrevistada não compreende a importância de sua identidade e simplesmente não tem resistência para negociá-la com a colônia.

No caso de Kelly, apesar de praticar a pescaria e vender camarões na porta de casa, ela afirma que não vive mais de pesca. Ela credita isso ao casamento e ao fato de seu marido ser funcionário público. Kelly diz viver do salário do marido, mas quando o orçamento familiar aperta ela pesca e comercializa os camarões. Segundo seu relato, antes do casamento, já era pescadora, ofício que aprendeu com o pai e os irmãos. Nunca teve carteirinha de pescadora, apesar da tentativa:

Eu tentei tirar, logo assim que eu estava vivendo da pesca, mas aí, como era parente, que estava lá na colônia, aí olhou para a minha cara e disse que eu não precisava. Eu não fiz questão, vim embora. Porque meu marido já estava empregado. Só que meu marido trabalhava e eu ficava pescando, mais uma renda. Aí ele achava que, como era funcionário público, meu marido, eu não precisava de renda. De mais uma renda. Eu estava ajudando dentro de casa. Aí ele [o funcionário da colônia] não fez. [Isso foi há quase 20 anos atrás, as meninas eram pequenas]. Porque o meu marido, o salário dele, só dava pra gente pagar as contas e eu botava o camarão dentro de casa, pra poder sobrar para outras coisas. Aí eu desisti. (Mônica, entrevista do dia 28/07/2019)

Mônica foi desencorajada a registrar-se na colônia, porque seu marido já estava empregado, como se ela, como mulher, não tivesse direito a ter sua própria profissão. Essa interferência da colônia produz um desmoronamento na identidade das pescadoras, que, apesar de se autodeclararem e autoidentificarem como tal, não contam com o reconhecimento da principal instituição local que poderia lhes conferir, aceitar, admitir e creditar essa identidade. Porém a colônia não é o único agente que contribui para esta desconstrução.

#### **4.2.3 Agentes que promovem a descontinuidade na identidade das pescadoras artesanais**

Além da desconfiança e do desencorajamento da colônia em relação a algumas pescadoras de Magé, “outros” agentes promovem, a partir de suas ações, pouco a

pouco, um desmoronamento da identidade da pescadora artesanal, que pode estar colaborando com a extinção da pesca na Baía de Guanabara. Esses agentes foram lembrados no subcapítulo 3.3, que fala sobre os agentes e suas ações que concebem o espaço vivido das pescadoras artesanais de Magé como zona de sacrifício. Acreditamos, nesta tese, que existe uma rígida relação entre o sacrifício da área de estudo e o desmonte da pesca artesanal, onde as pescadoras são a parte mais fraca deste processo. Ambos os movimentos são resultantes das ações daqueles agentes, que são produtos, também, do modelo de desenvolvimento capitalista e de exploração construído no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.

A identidade vai além da autoidentificação. Ela passa pelo crivo público. Segundo Pollak (1995)

a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLAK, 1995, p. 38-39)

Nesse contexto, a forma como as pescadoras e pescadores artesanais são tratados, pelos agentes que frequentam seus espaços, depende da relação entre os dois lados, o que sugerem conflitos e lados opostos. De um lado as pescadoras e pescadores e do outro lado os “outros” agentes. E esta relação é construída pela forma como os “outros” agentes veem as pescadoras e pescadores. A imagem destes trabalhadores, para aqueles opositores, é o que configura a identidade para os “outros”. Isso violenta a autoidentidade, de si e para si, que os pescadores, e, principalmente, as mulheres, constroem ao longo de suas vidas.

Dividiremos aqui os agentes em três. O primeiro agente enxerga os pescadores e pescadoras como obstáculo para o seu avanço no mesmo espaço, que é o espaço vivido. Além disso, qualquer impacto provocado, interfere nas vidas dessas pessoas, o que os obriga a reparar os danos. Este é o caso da indústria petrolífera. Como Pollak (1995) afirma, a construção da identidade está relacionada com a memória. Nos relatos capturados durante as entrevistas, todas as pescadoras se lembraram do derramamento de óleo, em janeiro de 2000. Todas culpavam este incidente pela mudança radical em suas vidas: poluição das águas, diminuição dos caranguejos e peixes e danos nos petrechos de pesca, que estavam na água no dia do acidente. Este é um fato marcante que une as pescadoras, e pescadores, colaborando para a

construção de uma identidade comum. Esta memória faz parte da vida desses pescadores, o que os torna um grupo.

Uma outra interferência da indústria do petróleo é a contratação de empresas de educação ambiental, o que é previsto legalmente nos códigos ambientais. Essas empresas têm o objetivo de adquirir informações das pescadoras e pescadores, utilizando metodologias participativas, e, munidas destas informações, elaborar ações de mitigação para os danos causados à comunidade. Mitigações que provavelmente nunca serão feitas ou encontrarão empecilhos para serem executadas. A presença da empresa de educação ambiental tem desdobramentos no processo de construção da identidade dos pescadores e pescadoras. Estes, tem a sensação de união, mesmo que seja a partir de uma ação “disfarçada” de educação ambiental. Neste contexto, pescadores e pescadoras compartilham interesses e expectativas em comum, o que vem a fortalecer sua percepção identitária e promove, entre os eles, um sentimento de força, enquanto grupo.

O segundo agente, que possui sua própria imagem e entendimento da identidade das pescadoras, são as ONGs. Como já apresentado no subcapítulo 3.3, as ONGs enxergam os pescadores e pescadoras como indivíduos que precisam ser ajudados e “salvos” de todas as injustiças decaídas sobre o espaço, sobre os habitantes e sobre a pesca. Desse modo, torna-se urgente dar condições de sobrevivência para essas pessoas. Porém, essa atuação tem um custo, que obriga as pescadoras e pescadores a fazerem escolhas. Esta interferência age sobre a identidade das pescadoras e se dá através da criação de projetos e programas de capacitação, patrocinadas pelas ONGs, onde estas profissionais precisam escolher entre ter RGP ou CTPS assinada. Estas duas modalidades de enquadramento trabalhista não podem coexistir na identidade profissional das pescadoras e dos pescadores. Abordaremos esse assunto no subitem 4.6, quando falaremos dos problemas enfrentados pela Ingrid, para manter sua identidade.

O terceiro agente é o Curso de Turismo de Base Comunitária, sobre o qual falamos no subcapítulo 3.3. Tal qual, como as ONGs, o curso, apoiado pela APA Guapimirim, revela a necessidade de melhorar a qualidade de vida da comunidade que ali vive e conservar o bioma ali existente. Uma importante conjugação de valores e excelente exemplo de promoção de uma relação sociedade/natureza saudável e de respeito. O curso de turismo é uma excelente oportunidade para os habitantes dos

municípios atendidos pela UC – dentre eles, quilombolas, pescadores, caranguejeiros e sirizeiros – terem mais uma forma sustentável de sobrevivência. Segundo o caderno de experiências sobre TBC, do ICMBio,

Os principais recursos turísticos trabalhados na APA de Guapi-Mirim pelas comunidades são: passeios de barco, visita a currais de pesca, manguezais e praias, observação de aves, observação de golfinhos na Baía de Guanabara, canoagem, visita a casa de farinha e a áreas de sistemas agroflorestais, visita a comunidade quilombola do Feital, hospedagem em casas de moradores, produção e venda de artesanato e culinária tradicional. (ICMBIO, 2019, p. 127).

Não há problema se a pessoa decidir mudar de vida, mudar de profissão e mudar de identidade. Todos os indivíduos têm direito a traçar o caminho que melhor lhe apetece. Porém, não podemos deixar de reconhecer que essas ações, das ONGs, dos cursos de capacitação, no turismo ou fora dele, modificam, sim, a construção da imagem e da identidade que as pescadoras e pescadores fazem de si, para si e para os outros. E isso pode colaborar, sim, para o desmonte da pesca. Além da não perpetuação da atividade pesqueira, por parte de seus filhos e netos, ou seja, das gerações futuras, o próprio pescador ou pescadora pode mudar de rumo, em busca de novos modos de vida, como foi o caso da Vânia que desistiu da pesca, como mencionamos no subcapítulo 2.5.

#### **4.2.4 Agentes promotores da identidade**

Os problemas que assolam as pescadoras e pescadores de Magé, não são exclusivos. Muito tem em comum com todas as comunidades do litoral brasileiro. As questões com zonas de sacrifício, perda de benefícios sociais, desmonte da atividade pesqueira são questões nacionais. Por isso, a existência de organizações que representam esses trabalhadores como a MPP, a ANP, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) entre outros. Em uma menor escala as associações de pescadores e os sindicatos. O surgimento dessas entidades, que pode ter sido um efeito aos impactos, pode ser entendido como “trabalho de enquadramento de memória” (POLLAK, 1995, p.40).

Para Pollak (1995) as memórias individuais e coletivas são importantes na construção da identidade. Segundo o autor, “a memória especificamente política pode

ser motivo de disputa entre várias organizações” (POLAK, 1995, p. 40). A partir do momento em que os pescadores e pescadoras artesanais precisaram ter sua identidade, de si e para si, respeitada por “outros”, essa construção passou a ser política. Para isso, a criação de uma memória de grupo, que possa ser lembrada, reconhecida e enquadrada na história dessa luta, passa a ser vital para a sobrevivência dos pescadores e da atividade pesqueira.

Em escala nacional, vemos a criação do MPP e, em seguida, a ANP. A ANP foi criada dentro da MPP, pela necessidade das mulheres verem suas demandas sendo atendidas. Desse modo, criando um movimento dentro de um movimento, realizando encontros datados, produzindo memórias do grupo, construindo uma imagem e divulgando suas atividades pelas comunidades. Esse foi o papel concebido pela Maria, presidente da AMOPE. Maria vestiu a identidade da ANP e embarcou na produção da memória dessa luta, levando as atividades dessa entidade para dentro da sua própria comunidade, através da associação que fundou junto com o marido. A luta pelo território pesqueiro e a promoção da saúde das pescadoras são apenas duas demandas dentro de um universo repleto de disputas. É nesse sentido que as pescadoras artesanais de Magé recriam suas memórias e suas identidades, conforme a seguinte ideia de Polak (1995):

Tais momentos não ocorrem à toa, são objeto de investimentos extremamente custosos em termos políticos e em termos de coerência, de unidade, e, portanto, de identidade da organização. (POLAK, 1995, p. 41)

Ainda, conforme Polak (1995), para que o indivíduo e seu grupo sejam reconhecidos pelos “outros”, é necessário um investimento desse grupo. Quando a memória e a identidade de um grupo são coesas, efetua-se, apenas, um “trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” (POLAK, 1995, p. 41). Porém, diante de ameaças à identidade, o indivíduo e o grupo precisam rearrumar a sua memória, reconstruir sua identidade, reescrever a história. Esse é o papel das entidades que representam os pescadores e pescadoras artesanais criadas por eles mesmos: adquirir respeito e credibilidade por parte das “outras” agências, pois

quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos

outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder as rearrumações (POLAK, 1995, p. 41)

#### 4.3 EXISTE UMA COMUNIDADE DE PESCADORAS?

Uma das questões surgidas, durante o trabalho de campo, é se realmente existe uma comunidade de pescadoras artesanais, tal como chamamos os grupos de pescadores tradicionais que convivem em um mesmo município, bairro ou distrito. O que delimita o espaço da comunidade? O que produz uma comunidade?

As pescadoras artesanais entrevistadas foram encontradas através de indicações, por *member get member*, conforme descrito no subcapítulo 2.4. Essa solução foi pensada, porque não percebemos uma estrutura comunitária constituída e construída no imaginário acadêmico – sobre pescadoras artesanais -, onde poderíamos encontrá-las cooperando umas com as outras, reunindo-se e partilhando trabalho, saberes e crenças, na praia ou no quintal de suas casas (COLE, 1991; MARTINS, 2005). A comunidade encontrada, caracteriza-se por vidas individualistas e confinadas em seus próprios lares, resolvendo problemas íntimos e domésticos dentre os familiares e não na vizinhança. Sabemos que o modo de vida do pescador artesanal é passado de pai para filha e filhos. Percebemos que o modo de vida de pesca artesanal é compartilhado na comunidade, pois aprendemos isso com as mulheres entrevistadas. A linguagem para se referir às técnicas e petrechos é a mesma, mas não encontramos as pescadoras artesanais em eventos, reuniões ou participando da associação de moradores e pescadores (AMOPE), pela qual iniciamos a pesquisa. Desse modo, usamos o método da indicação.

Chegamos a pensar que não havia uma comunidade de pescadoras, porém, ao longo da escrita – o que nos possibilita organizar melhor as ideias e a voltar, quantas vezes baste, à bibliografia – compreendemos que, não importam os desvios, a comunidade existe. Consultando Weber (2010), o qual afirma que a

“constituição da comunidade” (Vergemeinschaftung) [consiste em] uma relação social quando e na medida em que a atitude na acção social – no caso particular, ou na média ou no tipo puro – se funda na solidariedade sentida (afectiva ou tradicional) dos participantes (WEBER, 2010, p. 77),

podemos considerar que, apesar de não termos presenciado, nem conhecido, casos de solidariedade entre as pescadoras de Magé, existem elementos que configuram a constituição de uma comunidade. Ao encontrarmos as mulheres, das quais obtivemos as informações que alinhavam esta pesquisa, elas encontravam-se na intimidade dos seus lares, no meio de seus afazeres domésticos e envolvidas nas suas relações familiares. Weber (2010) compreende que, até mesmo, dentro do núcleo familiar constitui-se uma comunidade. Para Weber (2010),

A constituição da comunidade pode assentar em toda a espécie de fundamentos afectivos, emocionais ou tradicionais: uma confraria pneumática, uma relação erótica, uma relação de piedade, uma comunidade “nacional”, uma tropa unida por sentimentos de camaradagem. A comunidade familiar é a que expressa de modo mais conveniente este tipo. (WEBER, 2010, p. 79)

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos afirmar que vimos mais de uma comunidade, durante o trabalho de campo, nos próprios núcleos familiares, quando vimos “sentimentos de camaradagem” dentre os parentes. Em uma das visitas, onde entrevistamos três pescadoras ao mesmo tempo, notamos a constituição de uma comunidade, de uma relação social de vizinhança, onde uma pescadora colabora com a outra. Trabalham juntas, trocam informações, dividem a mesma realidade local. Porém, podemos conceber que as pescadoras artesanais, componentes destas “micro comunidades”, elas mesmas compõem a “macro comunidade” de pescadoras artesanais de Magé. E esta “macro comunidade” está inserida em outra comunidade maior, dos pescadores artesanais de Magé. E a comunidade de pescadores artesanais de Magé, junto com outras comunidades, compõem a comunidade de pescadores artesanais da Baía de Guanabara. E assim por diante, como uma boneca russa.

Se compreendemos a lógica de Weber (2010), não existe apenas um único modelo de constituição de comunidade. Esta pode se formar desde pequenos núcleos familiares até grandes comunidades judaicas, por exemplo, mesmo quando os indivíduos não se conhecem e/ou partilham sentimento de solidariedade local. Mas o que os unem? Para Weber (2010), “Nem toda a mutualidade de qualidades, de situação ou de conduta é uma constituição de comunidade” (WEBER, 2010, p. 80). Ou seja, nem sempre é a linguagem que define a comunidade. Ou, nem sempre é a solidariedade que define a comunidade. O que define a comunidade é um “sentimento’ da situação comum e das suas consequências” (WEBER, 2010, p. 81).

Deste modo, no caso das pescadoras artesanais de Magé, não encontramos uma relação próxima de solidariedade, a não ser dentre os familiares e um caso entre três vizinhas, mas percebemos que algo une estas mulheres, constituindo, assim, uma comunidade que, segundo Weber (2010), “documenta uma co-pertença sentida” (WEBER, 2010, p. 81). Estas mulheres, conforme discutimos no subcapítulo 4.2, compartilham os mesmos modos de vida, a mesma identidade de si, para si e para os outros e as mesmas memórias. Compartilham, também, os mesmos problemas que assolam as pescadoras e se envolvem nos mesmos projetos de auxílio ao pescador.

Mais de 30% das pescadoras entrevistadas, trabalharam em projetos de fora, oferecidos, por agentes externos, aos pescadores da região. Cerca de 37% delas não conseguiram ter acesso ao RGP, logo terão dificuldade de ter acesso aos benefícios sociais destinados às pescadoras, como licença maternidade, seguro defeso e aposentadoria. Destas 19 mulheres, 84% delas permanecem na pesca e quase 50% não são registradas na colônia, provavelmente pelas dificuldades impostas por essa entidade, que não as respeitam como trabalhadoras do mar. Ter o cadastro no RGP, não necessariamente se relaciona a ser registrada na colônia. O RGP pode ser adquirido diretamente no ministério responsável pela pesca.

Em relação à forma como pescam, mais de 60% delas vão acompanhadas do marido. Elas relataram sobre o preconceito e desrespeito que as mulheres sofrem, ao trabalharem sozinhas. Uma das pescadoras revelou que vai pescar “disfarçada” com chapéu, roupa larga, para não chamar atenção de longe. Apesar de algumas terem aprendido a pescar com parentes e amigos, 47% iniciaram o trabalho na pesca com o marido. Em relação à memória, 63% das pescadoras entrevistadas lembraram que foram prejudicadas pelo derramamento de óleo, em janeiro de 2000. Elas afirmam que suas vidas mudaram, seja porque os petrechos foram danificados ou porque a quantidade e a qualidade do pescado foram reduzidas. No caso dos caranguejos, a constante poluição, não só por esgoto e lixo, mas, também, pelos derramamentos de óleo que ainda ocorrem, alterou significativamente a qualidade dos animais, que também sofreram mudanças em sua reprodução e amadurecimento. Esses acontecimentos, sem uma reparação emergencial contínua, fizeram com que, pelo menos, 16% dessas mulheres abandonassem a pesca. Sendo assim, no nosso entender, devido a estas variáveis citadas, que recai sobre suas vidas – dentre outras – estas mulheres pertencem à comunidade das pescadoras artesanais de Magé, que,

também, compõem a comunidade da Baía de Guanabara e do Brasil. São realidades que as mulheres pescadoras, nessas diferentes escalas de existência, têm em comum.

#### 4.4 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Traçamos um perfil das 19 pescadoras entrevistadas nesta pesquisa, com base nas perguntas que foram feitas durante as visitas. Além das questões relacionadas aos **problemas** enfrentados por elas, às **condições** em que trabalham e às **soluções** encontradas para a sobrevivência, enquanto trabalhadoras da pesca, inquirimos sobre seus aspectos sociais: idade, estado civil, naturalidade e educação. Em relação à **idade**, a maioria dessas mulheres, 42%, tem entre 50 e 59 anos, seguidas das de 30 a 39 anos e das de 40 a 49 anos (gráfico 3).

##### 4.4.1 Quanto maior o tempo de trabalho, maior o reconhecimento entre elas

A **primeira faixa** de idade está representada apenas por uma pescadora, a Paula, que pesca há 3 anos com o marido. Paula tem 24 anos e já sabia pescar, por esporte, mas após o casamento a pesca se tornou a principal atividade remunerada da família. Sua principal função é pescar e vender, junto com o marido. A **segunda faixa** etária, de 30 a 39 anos, se referem à duas caranguejeiras e duas pescadoras do mar. Apesar da idade, as quatro possuem de 11 a 20 anos de pesca. Apenas uma delas iniciou a atividade já na fase adulta, aos 27 anos. Apenas duas dessas pescadoras vivem somente da pesca e as outras se dividem em outras atividades remuneradas. Duas delas iniciou a atividade com os seus cônjuges e as demais com o pai. Nota-se a forte presença masculina na iniciação dessas mulheres.

A **terceira faixa** etária corresponde a 5 pescadoras mais velhas, entre 40 e 49 anos, com maior tempo de pesca, exceto duas que iniciaram há pouco tempo, com os maridos. Uma dessas pescadoras, que aprendeu a lida com os irmãos, abandonou a pesca e cancelou a RGP, alegando dificuldades na atividade e no recebimento do seguro defeso. Para esta mulher, que não revelou se tinha marido, trabalhos

temporários de diarista na capital do Estado garantem o sustento mensal. A pesca já não representa a principal atividade remunerada de sua família. As demais mulheres desta faixa etária que se mantêm na atividade, trabalham com seus maridos nas várias etapas da pescaria, desde a captura, a limpeza, o filetagem - do pescado - e a amarração - dos caranguejos -, até a venda.

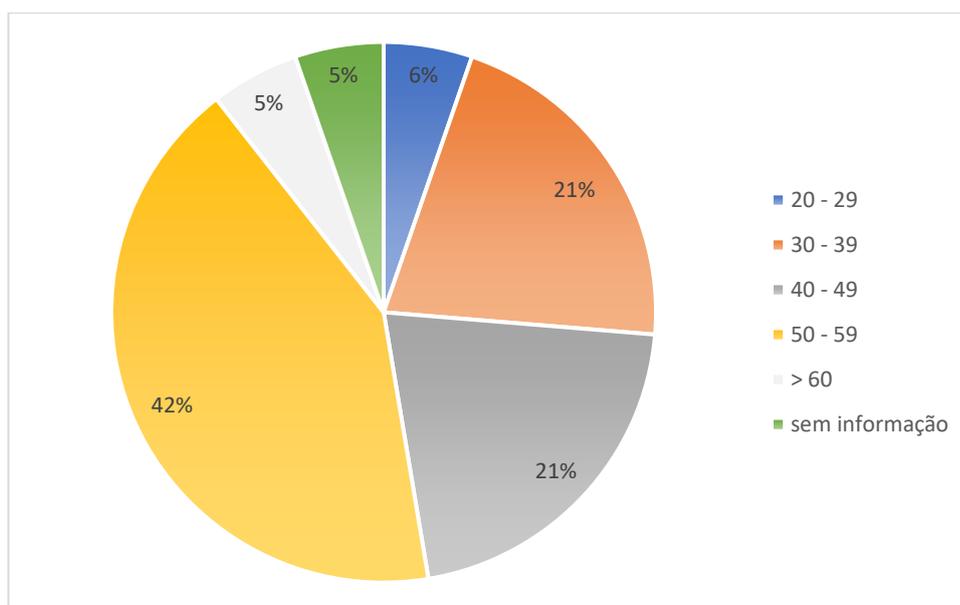


Gráfico 3: Idade das entrevistadas. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora)

A **quarta faixa** etária é das pescadoras de 50 a 59 anos. São 8 pescadoras e apenas uma delas já está aposentada. Todas são casadas, sendo que uma é viúva. Seis vivem somente de pesca, uma já está aposentada e a outra pescadora ainda pesca, mas parte da renda familiar vem do marido, que é funcionário público. Destas 8 pescadoras, 3 iniciaram a pesca com o pai e as demais com marido. Todas possuem RGP, com exceção de duas, a Kelly e a Nícia, que foram desencorajadas pela colônia, conforme apresentamos no subcapítulo 4.2, sobre identidade.

A última faixa se refere a apenas uma pescadora, sirizeira, que pescou durante 40 anos, desde os 12 anos. Nunca teve RGP, nunca recebeu seguro defeso, nunca teve benefícios adquiridos através da profissão e não irá se aposentar como pescadora. Apesar da idade, 62 anos, Sônia não é aposentada. Abandonou a pesca há dez anos e passou a vender roupas e cosméticos. Sua renda é complementada com bolsa família e o salário de seu marido, funcionário da Petrobras. Sônia é irmã de Mônica, também apresentada no supcapítulo 4.2. Ambas iniciaram a pesca desde

criança e aprenderam o ofício com o pai. Nesses casos, os maridos não participavam da atividade. Ambas pescavam sozinhas, mas apenas Mônica continua até hoje.

#### 4.4.2 Mulher não pesca sozinha

Das entrevistadas, todas são casadas, mas 89% ainda convivem com seus maridos (gráfico 4). As pescadoras sem maridos, uma por viuvez e outra por separação, ainda permanecem na atividade da pesca. A pescadora viúva, mantém o ofício sendo acompanhada pelo genro e a separada mantém a sociedade com o ex-marido, com quem teve cinco filhos. Durante a pesquisa e na consulta à bibliografia sobre pescadoras, evidencia-se a presença masculina na iniciação dessas mulheres na atividade pesqueira. No gráfico 5, sobre com quem iniciaram o ofício, podemos ver que 47% das entrevistadas aprenderam e iniciaram a atividade com seus maridos. A participação dos pais na vida dessas mulheres, também é significativa, contando com 26% das pescadoras. Apenas 11% delas iniciaram sozinhas e as outras 11% aprenderam na infância, com os irmãos.

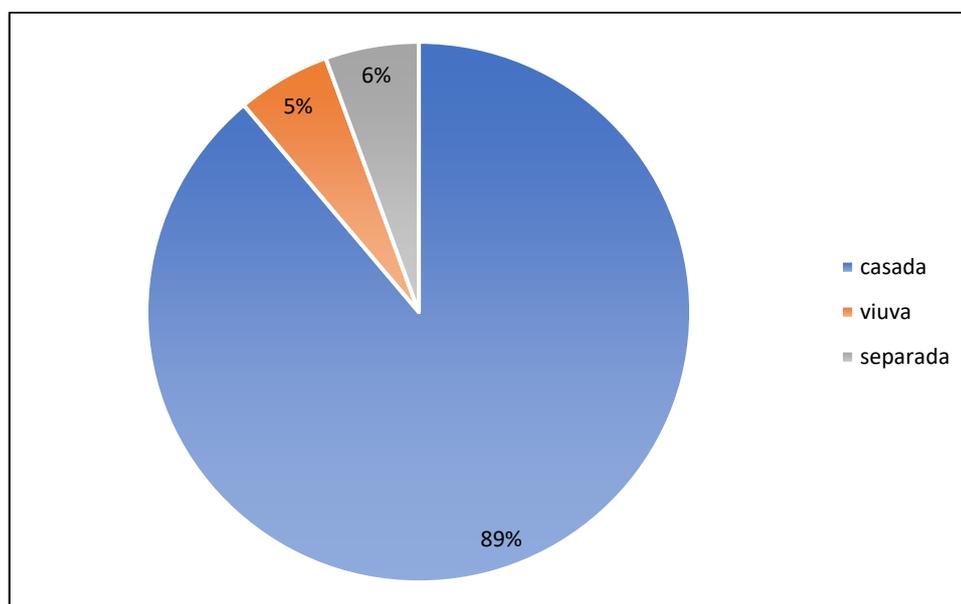


Gráfico 4: Estado Civil das Entrevistadas. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora)

Como já discutido na revisão bibliográfica do capítulo 1, a participação das mulheres na pesca ainda é vista apenas como uma ajuda ao marido ou como se fosse

apenas responsabilidade da vida doméstica familiar. Cabe à mulher se responsabilizar pelo cuidado com os filhos e, por isso, muitas delas não vão ao mar ou ao mangue, pois não tem com quem deixar a prole. Talvez por isso a maior parte das mulheres indicadas e reconhecidas como pescadoras – pelas outras pescadoras -, para serem entrevistadas, estejam em uma faixa etária maior, já que os filhos não precisam mais de cuidados, por serem adolescentes e adultos. Provavelmente as pescadoras mais novas não foram lembradas no *member get member*, porque, para ter uma identidade consolidada como tal, necessitam de mais tempo de trabalho.

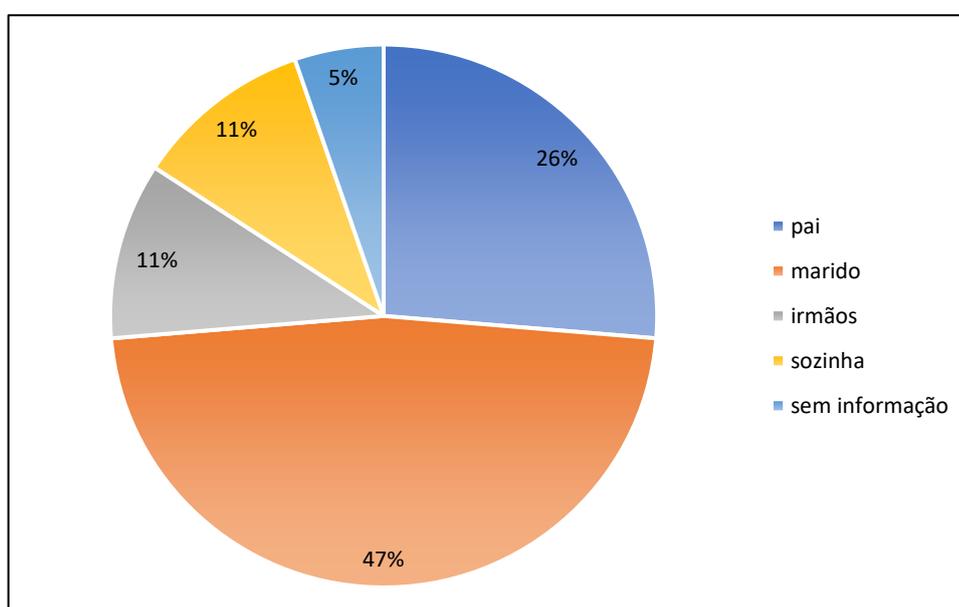


Gráfico 5: Porcentagem das entrevistadas que aprenderam o ofício com os pais, maridos, irmãos ou sozinha. Informações adquiridas em entrevista. (elaborado pela autora).

Das entrevistadas, 84% das mulheres pescam acompanhadas, no mar ou no manguezal. Destas, 63% trabalham com os maridos, 11% são acompanhadas pelos filhos e 21% com outras pessoas – genros, filhos e filhas, netos e netas, cunhado e pai - (gráfico 6). Sempre pessoas relacionadas à família. Das pessoas que acompanham as pescadoras, que não são maridos, mais de 60% são homens. Isso também pode estar relacionado com o “medo” que as mulheres têm de estarem sozinhas e serem interceptadas por outros homens.

A atividade pesqueira da qual estas mulheres participam, são dependentes dos homens para que ocorra com certa regularidade. Com exceção de quatro das pescadoras, estas mulheres dependem das decisões tomadas pelos maridos. No

capítulo 2, onde descrevemos o trabalho de campo, mencionamos que algumas dessas pescadoras aguardavam os maridos no conserto dos barcos, para voltarem a trabalhar, por exemplo. Outras quatro, aguardam os maridos voltarem da pesca – quando não os acompanham -, no mar ou no mangue, para que possam dar continuidade às demais etapas do processo de beneficiamento do produto.

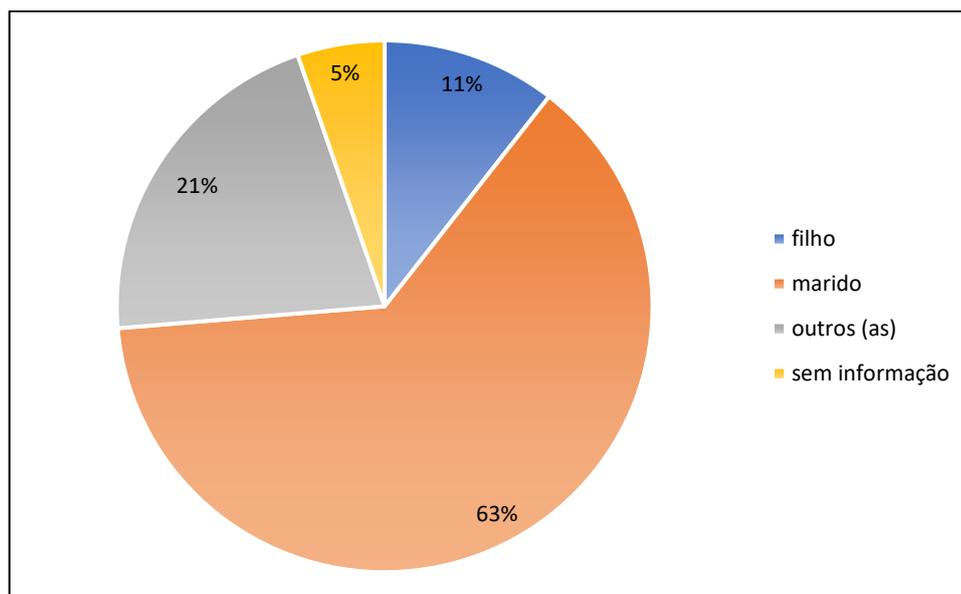


Gráfico 6: Porcentagem das entrevistadas que pescam acompanhadas de filhos, maridos ou outras pessoas, geralmente, homens da própria família. Informações adquiridas em entrevista. (elaborado pela autora).

Segundo Ferreira (2016), em sua tese de doutorado, sobre pescadoras de Arraial do Cabo, “práticas heterocentradas e a instituição do casamento ainda persistem como um discurso que ‘autoriza’ a atuação das pescadoras na região” (FERREIRA, 2016, p. 97). Isso significa que o fato da mulher ser pescadora, isto, por si só, não é considerada por elas como profissão. Talvez por outras e outros pescadores, também. Essa autoidentificação foi sentida por Ferreira (2016) quando “as pescadoras entrevistadas que pescam com linha ou zangarejo, se autodeclararam pescadoras por esporte” (FERREIRA, 2016, p. 98). Em nossa pesquisa, em entrevista com a Paula, ela passa a autodeclarar-se como pescadora artesanal profissional somente quando começou a trabalhar com o marido – apesar de ter tentado antes registrar-se na colônia. Antes disso, Paula afirmou que pescava por esporte, mesmo que vendesse ou se alimentasse do pescado.

#### 4.4.3 O que se aprende no fazer

Em relação ao nível de escolaridade, esta pergunta só foi feita para 10 das entrevistadas. Destas, metade tem apenas o ensino fundamental e a outra metade tem o ensino médio completo (gráfico 7). Não acreditamos que a amostragem das entrevistadas seja suficiente para avaliar o nível de escolaridade das pescadoras artesanais de Magé. Porém, mal comparando com outros estudos, relacionados aos pescadores homens, as mulheres tiveram mais tempo de se dedicarem à escola.

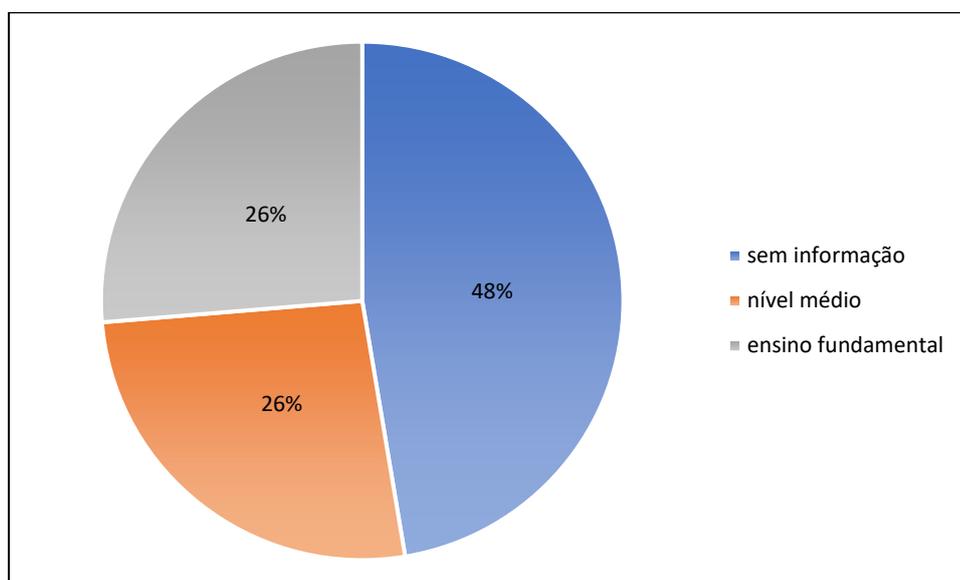


Gráfico 7: Nível de escolaridade das pescadoras entrevistadas. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

Segundo Rosa (2005), em sua pesquisa sobre os pescadores e catadores da APA Guapimirim, onde a autora entrevistou 99 homens e apenas 1 mulher, 12% dos entrevistados eram analfabetos (ROSA, 2005, p.68). A autora relaciona a baixa escolaridade com a conquista de um “emprego melhor” e que o horário dispensado à pesca também dificulta a busca pela educação. Se nessa pesquisa, Rosa (2005) chega a esta conclusão, se transferirmos esta mesma ideia para o caso das pescadoras, com triplas jornadas de trabalho, entre pesca, cuidados com a casa e com os filhos, esta dificuldade, para encontrar um “melhor emprego” e uma continuidade na educação formal, pode ser maior.

Giulliani e outros (2005), citado por Soares, D. (2012), realizou um diagnóstico socioeconômico, para o plano de manejo da ESEC Guanabara, e aferiu que 75% dos

catadores e pescadores da APA Guapimirim “têm baixa escolaridade, próxima dos níveis de analfabetismo” (SOARES, D, 2012, p. 66). Não existe uma separação por gênero, nesta pesquisa. Porém, conforme bem arguido por Coelho (2017), apesar da baixa escolaridade proveniente da educação formal, isso não significa ausência de conhecimento. Segundo o autor

deficiências formais na educação de alguns de seus membros [de conselhos gestores de UCs] não vinculam-se direta e inequivocamente ao menor entendimento e/ou capacidade de ação dos mesmos (COELHO, 2017, p. 136).

Isto significa que o conhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais não se limitam ao acesso aos bancos escolares. Através do modo de vida e das práticas espaciais, características das comunidades tradicionais pesqueiras, torna-se possível conhecer melhor do que qualquer acadêmico o regime natural do ambiente que os cerca: dos manguezais, das marés, dos períodos de desova, dos períodos de reprodução dos animais, entre outros. Conforme Coelho (2017):

representantes de populações tradicionais frequentemente têm baixo grau de instrução formal, mas considerável experiência e conhecimento referente às suas próprias práticas tradicionais e ao funcionamento do ambiente que os circunda (COELHO, 2017, p. 136)

Desse modo, as pescadoras artesanais entrevistadas nessa pesquisa, podem ter graus de escolaridade deficientes e incompletos, porém nada substitui o conhecimento sobre seu ambiente, território e espaço vivido, tão interessantes para a geografia. Neste ponto os papéis se invertem quando a pesquisadora, acadêmica, torna-se aluna e discípula de tais ensinamentos. Esta tese é somente uma tentativa de organizar e elaborar raciocínios acerca do que se aprende no fazer.

#### 4.4.4 Pescadoras de dentro e de fora

Em relação à origem natural dessas pescadoras, a grande maioria são provenientes do Estado do Rio de Janeiro e os municípios citados foram Duque de Caxias (6%), Magé (79%) e Saquarema (5%). Duas pescadoras vieram de outros Estados e trouxeram suas experiências de suas regiões, que foi a Maria Marli (Rio

Grande do Norte) e a Ingrid (Roraima). Maria e Ingrid aprenderam a lida com seus pais e já pescavam na infância e adolescência em seus lugares de origem.

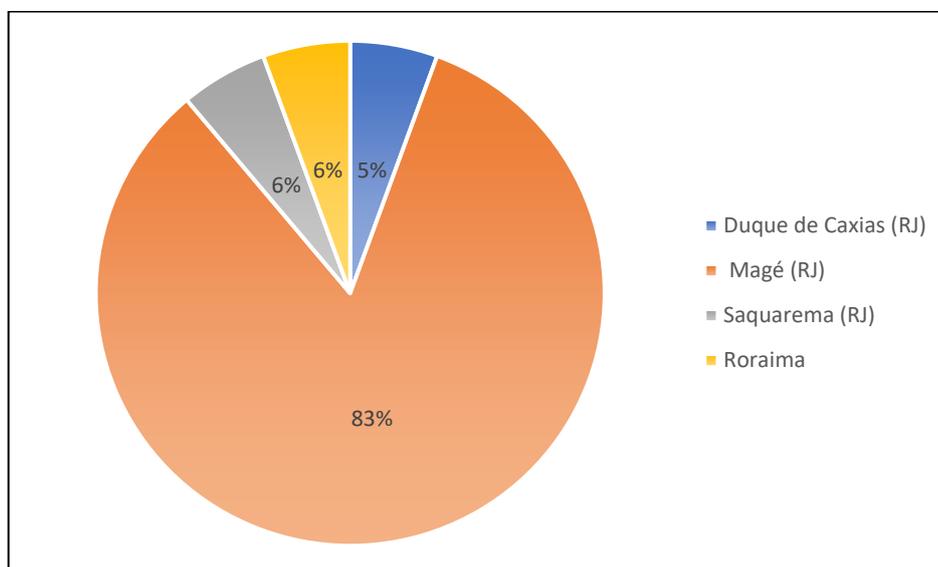


Gráfico 8: Naturalidade das pescadoras artesanais entrevistadas. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

O gráfico 8 gerado em nossa pesquisa se assemelha ao gráfico de Rosa (2005), que indica que 88% dos pescadores entrevistados nasceram no Estado do Rio de Janeiro (gráfico 9). Apesar da história de ocupação de Magé se confundir com a da Baixada Fluminense, que sofreu um intenso fluxo migratório a partir de 1950, com a instalação da REDUC (RAULINO, 2013, p. 170), a partir de um determinado momento essas migrações diminuíram. No momento em que a Baixada Fluminense passou a representar um espaço de prosperidade econômica pela industrialização, a procura da região por pessoas originárias dos campos e periferias em busca de emprego aumentou significativamente. Porém, a promessa de desenvolvimento não veio acompanhada de planejamento urbano, tornando esse espaço uma imensa zona de sacrifício. Sendo assim, o fluxo migratório, ao invés de ser periferia-centro, acabou sendo periferia-periferia, já que o espaço da Baixada e seus municípios não recebeu o desenvolvimento econômico, industrial e urbano esperados.

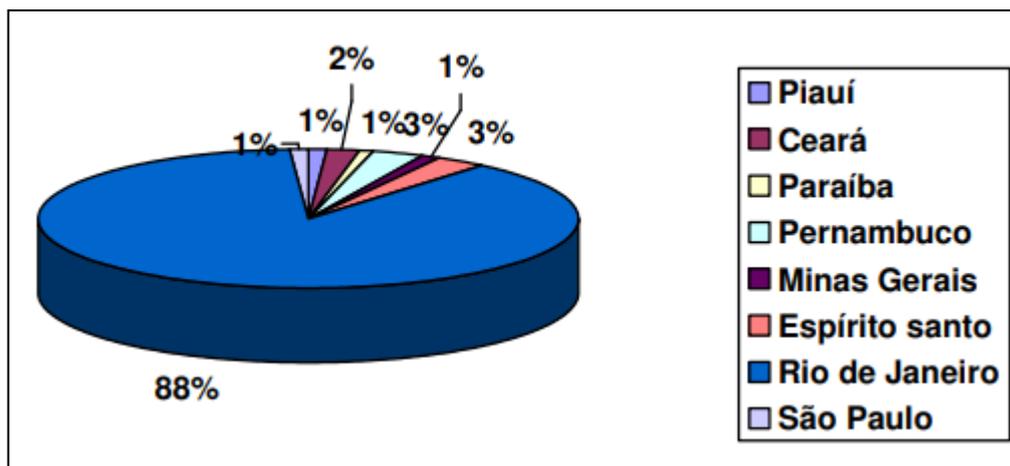


Gráfico 9: naturalidade dos pescadores e catadores de caranguejo da APA Guapimirim. Fonte: Rosa (2005: 78).

## 4.5 DE MARIDO PARA ESPOSA

### 4.5.1 Início na pesca

A maioria das pescadoras entrevistadas iniciaram a prática da pesca com seus maridos, seguido pelos pais e irmãos, conforme apresentamos no subcapítulo 4.4. Apenas duas pescadoras relataram que iniciaram a atividade sozinhas, provavelmente observando pescadores experientes, que não pertenciam a sua própria família. Autoras consultadas, para este estudo, concordam que a maioria das pescadoras, no Brasil, aprenderam a lidar com seus pais e maridos (DI CIOMMO, 2007; SOARES, S, 2012; MARTINS, 2009; ALENCAR; SOUZA, 2019; SOUZA; MARTÍNEZ, 2019; GERBER, 2013; MARTINS; ALVIM, 2016; MANESCHY, 1995).

A continuidade na atividade teve motivação na necessidade de auxiliar seus maridos com a pesca, conforme detectou Fassarela (2008): “A escolha pelo trabalho foi motivada pela necessidade de auxiliar pais e maridos que já tinham um envolvimento com a atividade da pesca artesanal.” (FASSARELA, 2008, p. 183). Em alguns casos, a “ajuda” ao marido, não é reconhecida como trabalho relacionado à pesca. Em sua pesquisa, Rosa (2005) aferiu que 80% de seus entrevistados afirmaram que suas esposas não trabalham (ROSA, 2005, p.79), sendo que já conhecemos, através de pesquisas, que as esposas de pescadores estão envolvidas não somente com atividades domésticas, mas, também, no beneficiamento da pesca.

Em relação à idade em que começaram a pescar, 39% iniciou na adolescência, entre 12 e 18 anos, conforme o gráfico 10. Destas mulheres, apenas duas iniciaram com os maridos, pois se casaram muito cedo. Na faixa da infância, entre 8 e 11 anos, contam 17% das entrevistadas, um total de 5 mulheres, que aprenderam a lida com os pais e irmãos. Seis das entrevistadas iniciaram a pesca mais tarde, após seus casamentos, nas faixas de 19 a 30 e 41 a 50 anos. As pescadoras dessas faixas só iniciaram a atividade após as décadas de 2000 e 2010, respectivamente.

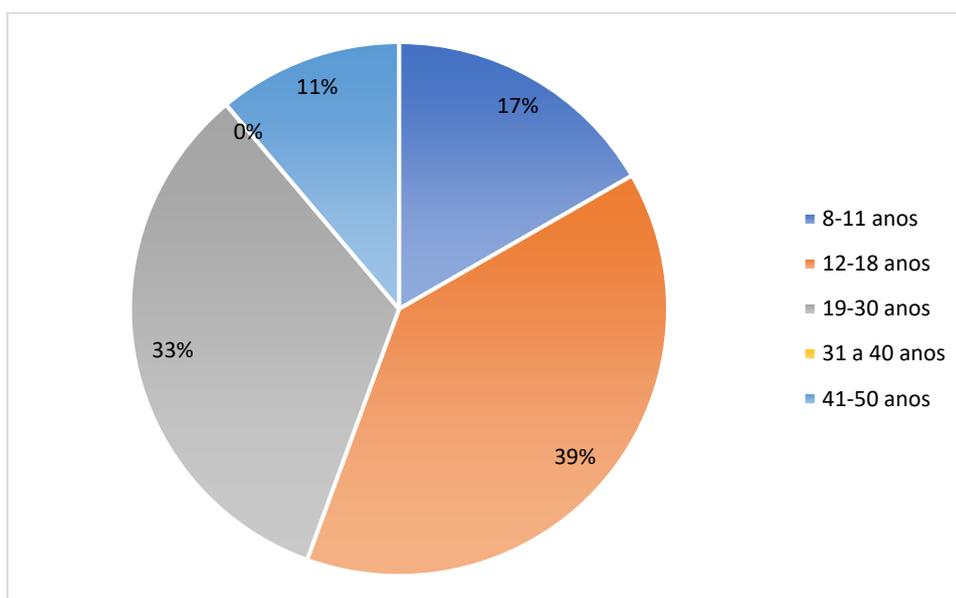


Gráfico 10: Porcentagem de pescadoras entrevistadas de acordo com a Idade em que iniciaram a pesca. Informação adquirida em entrevistas. (elaborado pela autora).

Comparando esse gráfico com o gráfico 11, sobre o ano em que iniciaram, notamos que conforme a passagem das décadas, estas mulheres começam a pescar cada vez mais tarde. Ou seja, na faixa etária de 8 a 10 anos, estão as mulheres que começaram a pescar na década de 1970. Na faixa etária seguinte, da adolescência, a maioria dessas mulheres começou a pescar nas décadas de 1970, 1980 e uma na década de 1990. Na juventude, entre os 19 e 30 anos, estas mulheres começaram a pescar nos anos 1990, 2000 e 2010, já adultas. E, por fim, apenas duas pescadoras iniciaram a pesca aos 41 anos, com os maridos, na década de 2010, também, na fase adulta. Esses dados podem ser um indicativo de que as mulheres estão entrando cada vez mais velhas na atividade, com seus maridos, significando que o ofício não tem sido mais passado de pai para filha.

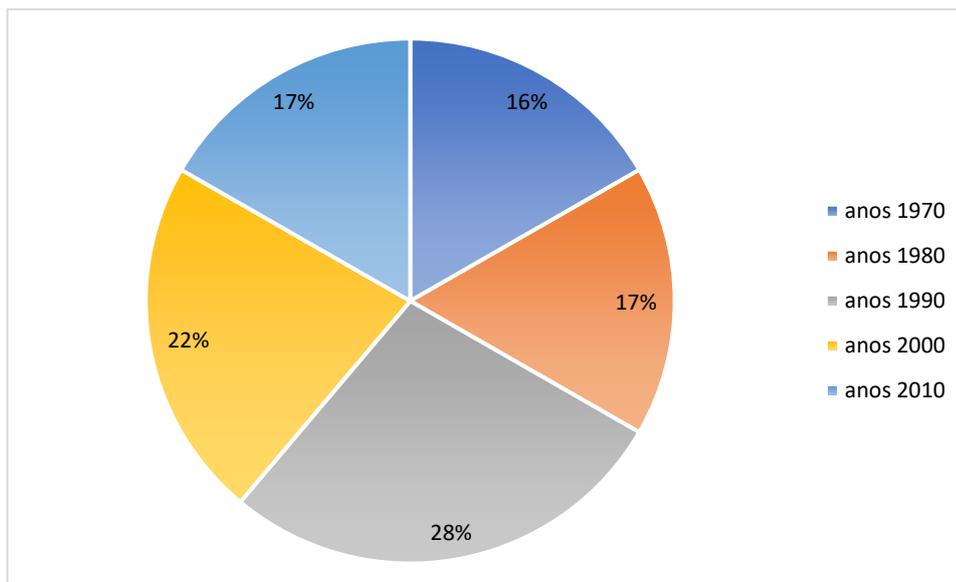


Gráfico 11: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, de acordo com o ano em que iniciaram a pesca. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

Sobre o ano em que iniciaram a pesca, cruzando com as informações que geraram o gráfico 5 (com quem iniciou o ofício), do subcapítulo 4.4, ratificamos a relação quase que direta entre o início da pesca e o início do casamento. As que começaram a pescar nas décadas de 1970 e 1980, iniciaram a pesca com seus pais e irmãos e ainda não eram casadas, com exceção de uma, que se casou aos 15 anos. Em cada uma dessas décadas, 16% e 17% das mulheres entrevistadas, respectivamente, já haviam iniciado na atividade, entre a infância e a adolescência. A partir da década de 1990, 28% dessas pescadoras iniciaram a atividade com seus maridos, menos uma, que aprendeu o ofício junto aos irmãos. Nas décadas de 2000 e 2010, 22% e 17% dessas mulheres, respectivamente, também iniciaram a atividade com seus maridos, porém com duas variantes.

A primeira variante, nos anos 2000, a maioria das pescadoras entrevistadas se encaixa na faixa etária entre 20 e 38 anos, porém uma delas, com 54 anos, se destaca. Apesar de muitos anos de casada – a pescadora não informou esse tempo, porém, com a idade de uma das filhas, 31 anos, pode-se deduzir – a pescadora só considerou a sua participação na atividade pesqueira, em 2002, tendo inclusive se cadastrado na colônia e no RGP, neste mesmo ano. Esta pescadora iniciou a pesca aos 10 anos de idade, provavelmente com o pai. Ela pode ter abandonado a atividade e reiniciado, como “ajudante” do marido, nos anos 2000, apesar de já ser casada há mais de 30

anos. Na década de 2010, apenas três pescadoras ingressaram no ofício com os maridos. Destas, somente uma possui RGP há 3 anos.

A segunda variante é que notamos que cinco pescadoras mais velhas, que iniciaram a atividade pesqueira nas décadas de 1970, 1980 e 1990, só retiraram suas carteiras de pescadoras após o ano 2000. Este fato é notável, pois acreditamos que este cadastramento tardio pode ter alguma relação com o derramamento de óleo, em janeiro de 2000, de um duto da REDUC. Após esse acidente, muitas associações de pescadores surgiram na Baía de Guanabara, com o objetivo de fomentar a união e o fortalecimento dos pescadores artesanais frente ao principal opositor que, naquele período, era a indústria petrolífera (SOARES, D, 2012; COELHO, 2017). Nesse momento – provavelmente isso ocorre até hoje – a empresa poluidora, penalizada em indenizar milhares de pescadores vitimados, iniciou vários estudos e investigações sobre as identidades dos pescadores artesanais. Provavelmente, nessa época, com o intuito de fortalecer a identidade de si para os outros, muitos pescadores, afiliados às novas associações, apesar de praticar a pesca há muitos anos, resolveram oficializar sua identidade, institucionalmente. Pode ser o caso daquelas pescadoras, também.

#### 4.5.2 Características da prática da pesca

As características da pesca praticada pelas entrevistadas, apuradas nessa pesquisa, foram a frequência com que vão ao trabalho, os horários, a companhia, o ambiente, as funções e os locais de venda. Em relação à frequência com que essas pescadoras vão à pesca (gráfico 12), 32% vão semanalmente e 32% vão diariamente ao mar ou ao manguezal. As que vão semanalmente foram classificadas assim por irem menos dias, durante a semana, dependendo da maré ou da rede de espera<sup>104</sup>. Das que pararam de pescar, constam 21%, que, na verdade, são quatro mulheres. Os motivos são variados: duas abandonaram, uma aposentou e a quarta por doença. Uma das pescadoras pesca eventualmente, representando 5% das entrevistadas, já que possui um bar, onde vende peixe frito. Nesse caso, provavelmente a pesca é

---

<sup>104</sup> Rede de espera são redes em que os pescadores e pescadoras fixam em um determinado lugar, na água, e buscam em outro momento, dia ou horário, para puxar a rede com os peixes que conseguiram capturar.

atividade secundária. Das que não vão diretamente à captura, 10% apenas trabalham no beneficiamento e na venda. Nesses dois últimos casos, os maridos são os responsáveis pela pesca, em si.

Os horários, em que elas saem para pescar, são variáveis. As saídas para os manguezais são para fixar as armadilhas, geralmente pela manhã, e, no dia seguinte, voltam para coletar os laços que conseguiram interceptar algum caranguejo. No caso do mar, algumas pescadoras saem em diversos horários para fixar a rede de espera e voltam em outro horário ou dia para puxar a rede. Outras pescadoras permanecem no local de pesca e outras fazem serão de madrugada. Os horários não são fixos, dependem da maré, da estação do ano, do tempo meteorológico, do período do defeso, se os petrechos estão em ordem e, ainda, se terão companhia.

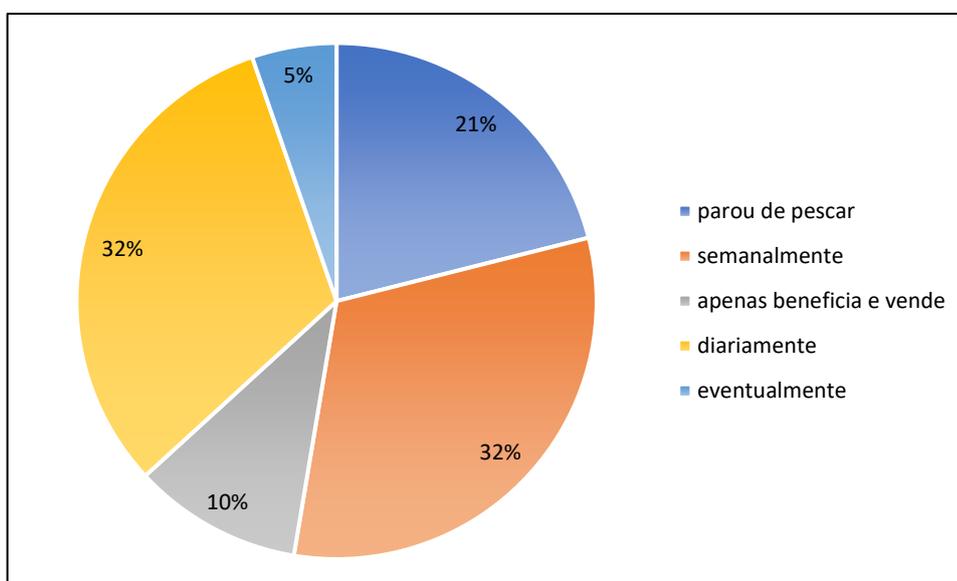


Gráfico 12: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, de acordo com a frequência com que pescam. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

O gráfico 13, horários da pesca, mostram a frequência com que ocorrem os horários da pesca. Cada pescadora pode usar mais de um daqueles horários apresentados no gráfico, por isso não utilizamos a porcentagem. O horário mais usado é pela manhã, provavelmente para evitar o calor do sol e, também, os *maruíns*, no caso dos manguezais. A manhã é o horário preferido para fixar as armadilhas – laços e redes de espera. Das 19 pescadoras, 5 delas informaram que usam as manhãs. Mas os outros horários podem ser utilizados, pela mesma que também usa a manhã.

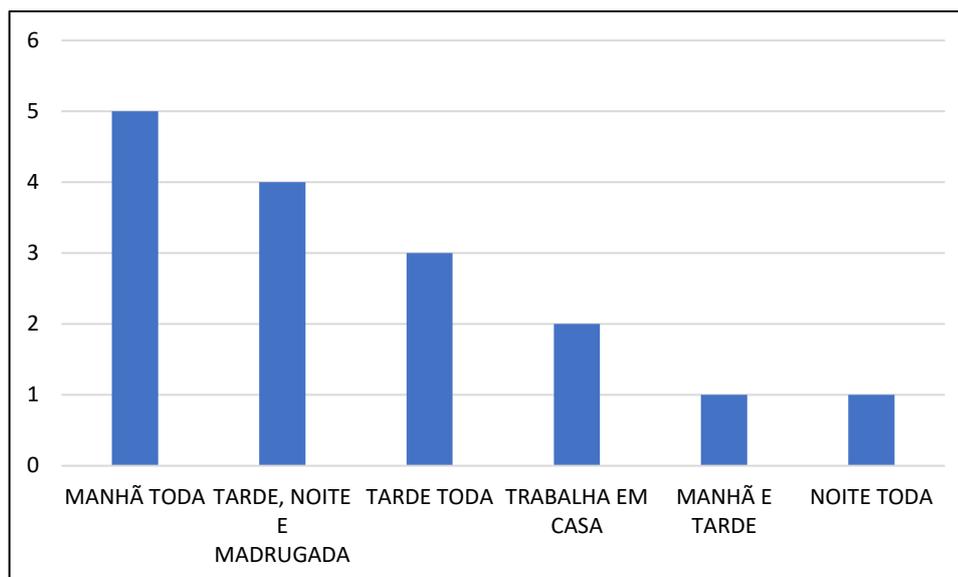


Gráfico 13: Quantidade de pescadoras entrevistadas, de acordo com os horários usados para a ida ao trabalho na pesca, nos manguezais ou no mar. Observação: Uma mesma pescadora pode usar mais de um dos horários apresentados. Informações adquiridas nas entrevistas. (elaborado pela autora).

Em seguida, os horários mais utilizados são tarde, noite e madrugada, quando a pescadora fica todo esse tempo no mar, caso tenha companhia. Nesse caso, a pescaria dura até a manhã do dia seguinte, quando a rede é retirada. A previsão de chegada à praia é 8h da manhã. O terceiro horário mais utilizado é somente a tarde toda, voltando no início da noite. Em seguida, manhã e tarde e, por fim, a noite toda. Apenas duas pescadoras não vão ao mar nem ao manguezal, pois trabalham de casa, no beneficiamento do pescado.

Em relação à companhia (gráfico 14), ou como cada pescadora vai à pesca, já mencionamos no subcapítulo 4.4 que 74% das mulheres vão ao mangue e/ou ao mar somente acompanhadas. Isso equivale a 14 das entrevistadas. Duas pescadoras pescam sozinhas, equivalente a 10% das entrevistadas, e duas não pescam, pois como já afirmamos, trabalham somente nas etapas seguintes do beneficiamento.

O gráfico 15, nos mostra a porcentagem das mulheres que vão ao mangue, ao mar e a ambos. Nesta pesquisa, 53% das entrevistadas vão somente ao mar, 37% vão somente ao mangue e 10%, que equivale a 2 das pescadoras, vão a ambos os ambientes. Se levarmos em consideração que essa amostragem representa todo o universo de pescadoras de Magé, que vivem muito próximas aos manguezais e à costa da Baía, o uso desses ambientes é bem equilibrado. Note-se que, as pescadoras que frequentam mais o manguezal são as que residem mais próximas desses ambientes. E, também, pela facilidade do acesso. As que trabalham mais no

mar, tem uma proximidade maior com o litoral. Oito delas, por exemplo, habitam próximas às praias de onde elas partem.

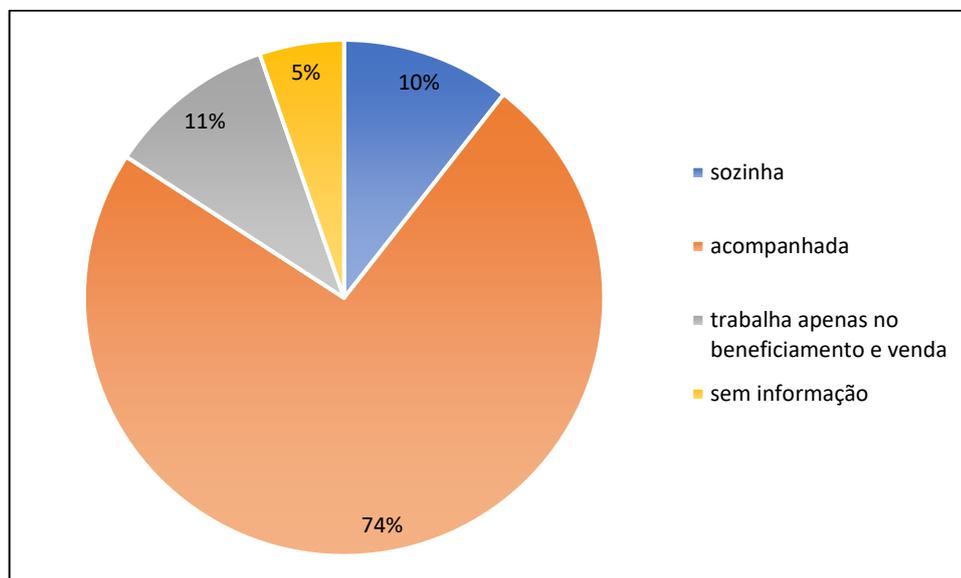


Gráfico 14: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, de acordo com a forma como vai à pesca, acompanhada ou sozinha. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

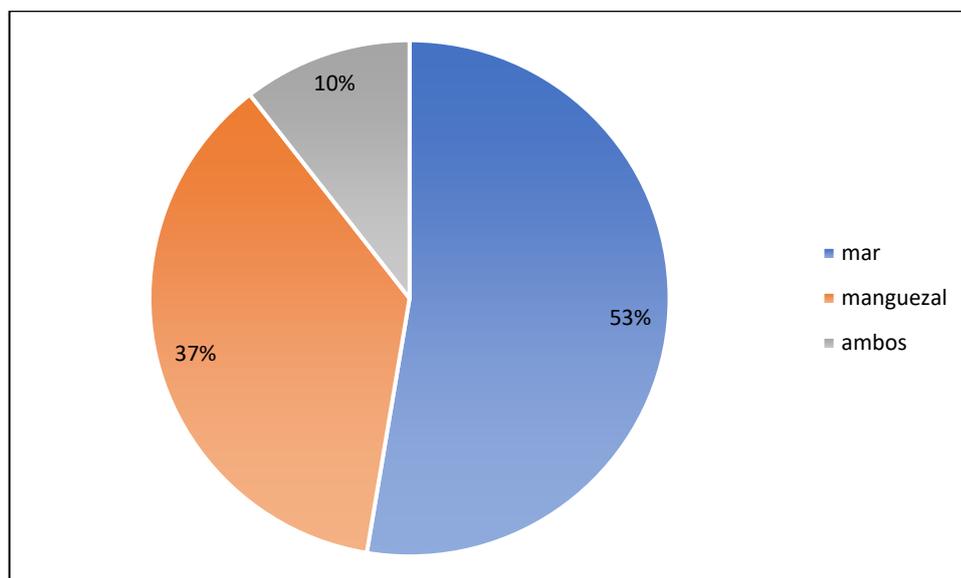


Gráfico 15: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, de acordo com o ambiente em que costuma pescar com mais frequência, manguezal ou mar. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

O gráfico 16 apresenta as funções que as mulheres exercem nas etapas que compõem a atividade pesqueira, já que a maioria divide a lida com seus maridos. Foram mencionadas, por elas, 17 funções. Algumas delas são referentes à pesca de peixe, outras referentes ao siri e, por fim, ao caranguejo. As funções referentes somente à pesca são lançamento e recolhimento de rede, limpeza do pescado, subida ao curral, filetagem, organização dos peixes, por tipo e retirada dos peixes que se prendem na rede. Em relação à pesca do siri, as funções citadas foram pescaria com puçá e descarnadura de siri. No caso do caranguejo, as funções são cortar o laço e amarrar nas embiras<sup>105</sup>. As funções correspondentes a estas três modalidades de pesca são as vendas, remada, conserto de barco e ajudar a laçar a poita do barco. As pescadoras realizam mais de uma dessas tarefas ou nenhuma delas. A função mais realizada por essas mulheres é a venda dos produtos.

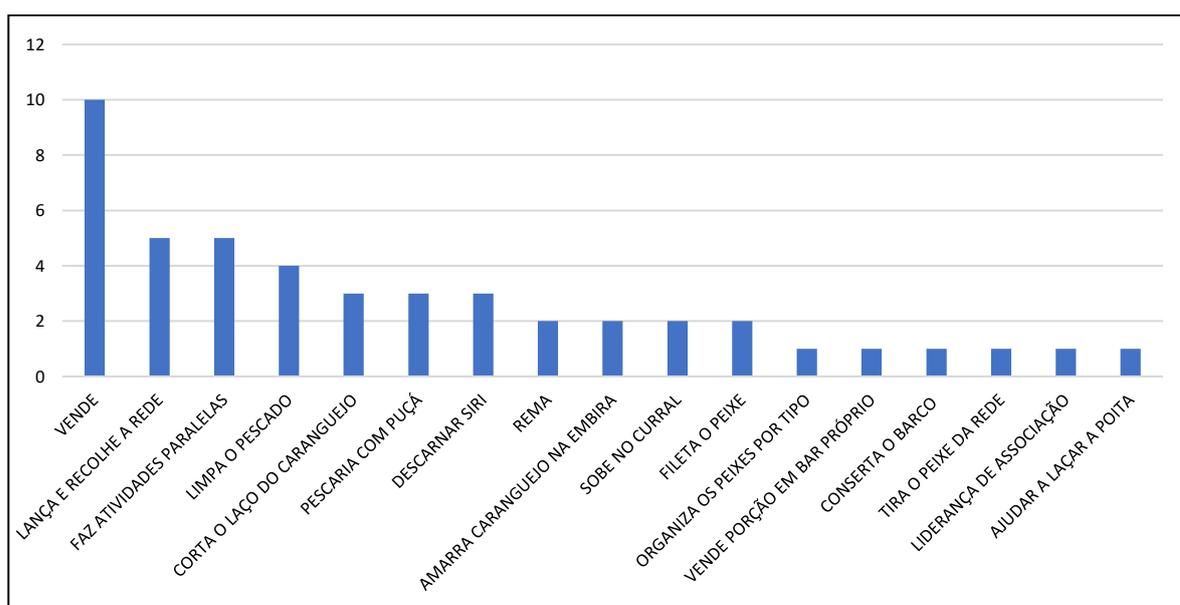


Gráfico 16: Quantidade de pescadoras entrevistadas, de acordo com as funções exercidas nas atividades relacionadas à pesca. Observação: uma única pescadora pode exercer mais de uma das funções apresentadas. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

Duas funções citadas, que não são as atividades principais dessas pescadoras, são a realização de **atividades paralelas** e **liderança** de associação de pescadores. Uma delas é a própria Maria, que já não é mais pescadora, pois se aposentou e passou a realizar atividades relacionadas à liderança da associação, assim como,

<sup>105</sup> é um encordoamento de caranguejos, usando um fitilho de plástico, para serem vendidos nas feiras livres.

também, passou a frequentar as atividades da ANP e do MPP, lutando pelo território pesqueiro e pela saúde das pescadoras artesanais e d sua comunidade. A outra pescadora é a Laura que vem exercendo a atividade há pouco tempo, para ajudar o marido, que teve que dispensar seu ajudante na pesca de curral. Atualmente Laura participa da pesca, mas sua atividade anterior e principal é o artesanato.

Estas duas atividades paralelas foram as únicas citadas, pois não são relacionadas diretamente à pesca em si, mas possui alguma relação. A atividade da Maria tem relação com a melhoria das condições de vida do pescador e o artesanato de Laura é inspirado nas características ictiológicas da região. E, também, estas atividades paralelas são contínuas e não eventuais. Outras atividades foram mencionadas, mas não são paralelas, então não foram utilizadas no gráfico 16. São oportunidades que surgem, eventualmente, através de ONGs e projetos, que atraem as pescadoras que desejam complementar a renda da família, como a coleta de materiais reciclados descartados indevidamente e, a partir do curso natural das águas, acabam sendo depositados nos manguezais. Outra atividade citada, foi o reflorestamento de manguezais, principalmente os afetados pelos derrames de óleo, tanto em janeiro de 2000, quanto o ocorrido em dezembro de 2018.

Para finalizar este subcapítulo, a última característica da pesca apurada neste estudo foi sobre os locais de venda. Como vimos no gráfico anterior, a função mais recorrente dentre as pescadoras entrevistadas é a venda. Desse modo, a maior parte das vendas ocorre na porta de casa, local em que a mulher acaba sendo a maior responsável, que é o universo doméstico (gráfico 17). Isso não significa que todas as pescadoras não tenham passado pelas vendas andando pelas ruas, oferecendo às pessoas e aos vizinhos, não tenham usado os serviços de um atravessador ou não tenham usado uma rede social pelo celular, para encomendas.

Sobre as vendas na porta de casa, uma das pescadoras usa essa opção, mas também vende na feira. Duas outras vendem em casa e recebem encomendas pela rede social, no celular e outras quatro, vendem, também, para atravessadores, que levam para as feiras ou para peixarias do município. Existem combinações das opções, o que não as trancam em uma única forma de comercializar. Apenas uma delas vende o resultado de sua lida em seu próprio bar, produzindo porções de peixe. Apesar de estarmos organizando as ideias de um estudo sobre pescadoras artesanais, a participação nas vendas não é exclusiva das mulheres, embora seja uma

das principais funções exercidas por elas, na divisão do trabalho familiar. Andar pelas ruas e vender nas feiras é uma atividade conjunta, onde o casal trabalha junto. Em alguns casos, nem sempre a mulher acompanha o marido, já que precisa cuidar das tarefas domésticas, que envolve arrumar casa, cozinhar e cuidar dos filhos.

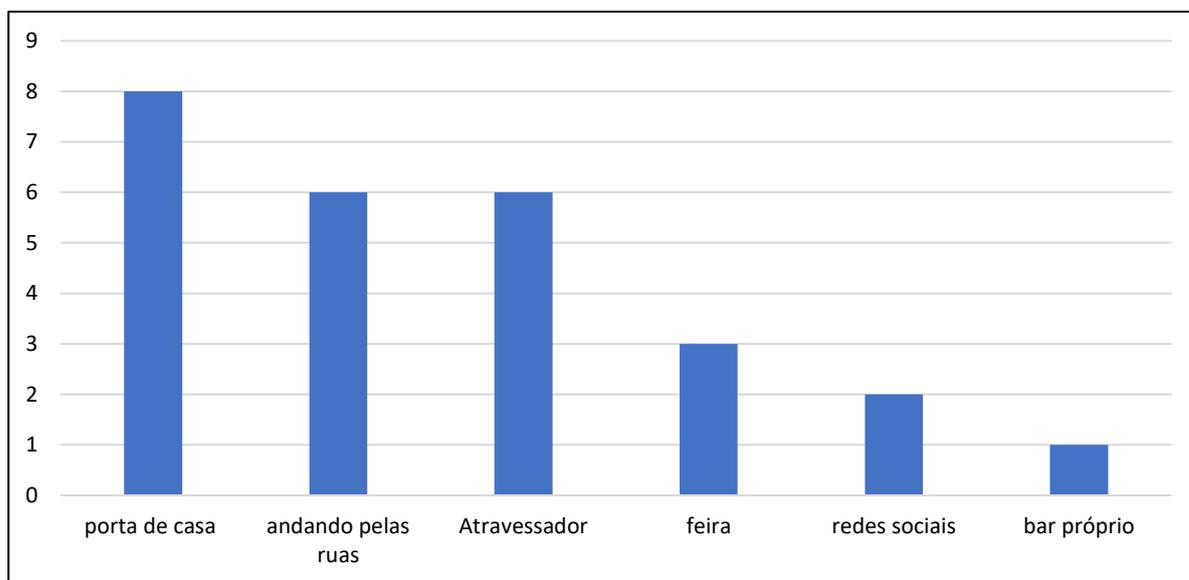


Gráfico 17: Quantidade de pescadoras entrevistadas, de acordo com os locais em que são vendidos os produtos pescados, peixe, caranguejo, siri, entre outros. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

#### 4.6 QUESTÕES A SEREM ENFRENTADAS PARA GARANTIA DE SUA SOBREVIVÊNCIA ENQUANTO PESCADORA

As questões enfrentadas pelas pescadoras artesanais, para que elas consigam garantir o seu sustento e o da família, enquanto trabalhadoras do mar, estão relacionados à **atividade da pesca**, em si, ao **acúmulo de atividades paralelas**, que as auxiliam na economia doméstica e ao **reconhecimento de sua identidade para os “outros”**.

##### 4.6.1 Pesca e atividades paralelas

Sobre a **atividade da pesca em si**, o equilíbrio precisa ser entre a participação nas funções da pesca e nas vendas. No subcapítulo anterior, apresentamos algumas

características da pesca, dessas pescadoras, e verificamos questões que elas enfrentam sobre a permanência na pesca, ir acompanhada ao trabalho, ou não, escolha dos melhores horários e a frequência, divisão do trabalho com o marido e suas funções na pesca. Neste subcapítulo, estamos apresentando os dados relacionados à pesca como atividade de subsistência, de sustento familiar. Em primeiro lugar, o quanto a pesca, em si, as sustentam? Há a necessidade de realizar outras atividades remuneradas?

Perguntamos a 7 pescadoras sobre o rendimento com a pesca e todas responderam baseadas em épocas de fartura, como no verão, por exemplo. Uma das pescadoras afirmou que, mensalmente, consegue obter 700 reais com a venda do pescado ou caranguejo. Note-se que esta pescadora é viúva e recebe uma pensão. Nesse caso, já com 50 anos, a sua condição de pesca depende da companhia de outras pessoas da família.

Três pescadoras entrevistadas conseguem faturar de 2000 a 3000 reais mensais, segundo seus relatos. Uma delas trabalha diariamente no manguezal, com o marido, enche as embiras de caranguejos e vendem nas feiras, aos finais de semana. Outras duas trabalham com peixe. Uma delas vai ao mar, diariamente com o marido e negocia com atravessador, que compra toda a pesca e leva para a Central Estadual de Abastecimento (CEASA). A última entrevistada tem um bom rendimento mensal, naquela faixa de preços, porque vende porções fritas, dos peixes que pesca, em seu bar na beira da praia.

Por fim, uma das pescadoras, garantiu que, dependendo da época, seu rendimento familiar pode chegar a 7000 reais, caso consigam vender 70 embiras por semana, com 8 a 12 caranguejos amarrados, cada. Caso esta produção seja vendida, a renda semanal seria de 1750 reais e, somando todas as semanas de um mês, chega-se ao valor de 7000. Uma outra caranguejeira, relatou que, vendendo cada corda por 50 cordas (embiras) por semana, conseguem adquirir 4000 reais mensais. Mas para chegar a estes valores, é necessário que haja boas condições atmosféricas para a captura do caranguejo, menor poluição, que seus petrechos estejam em bom estado e que a maré esteja favorável. É importante frisar que as pescadoras apresentaram os valores máximos que já conseguiram conquistar e, não necessariamente, esta é a realidade mensal delas.

Quanto ao **acúmulo de atividades paralelas** (gráfico 18), das pescadoras entrevistadas, 63% vivem somente de pesca, 16% complementa com outra atividade e 21% não está mais na atividade pesqueira. Destas últimas, duas abandonaram e foram buscar outras atividades remuneradas e uma delas perdeu a carteira de pescador artesanal. Das mulheres que vivem somente de pesca, apenas duas não são “ajudantes” dos maridos e trabalham sozinhas, sendo que uma delas procede dessa forma por ser viúva.

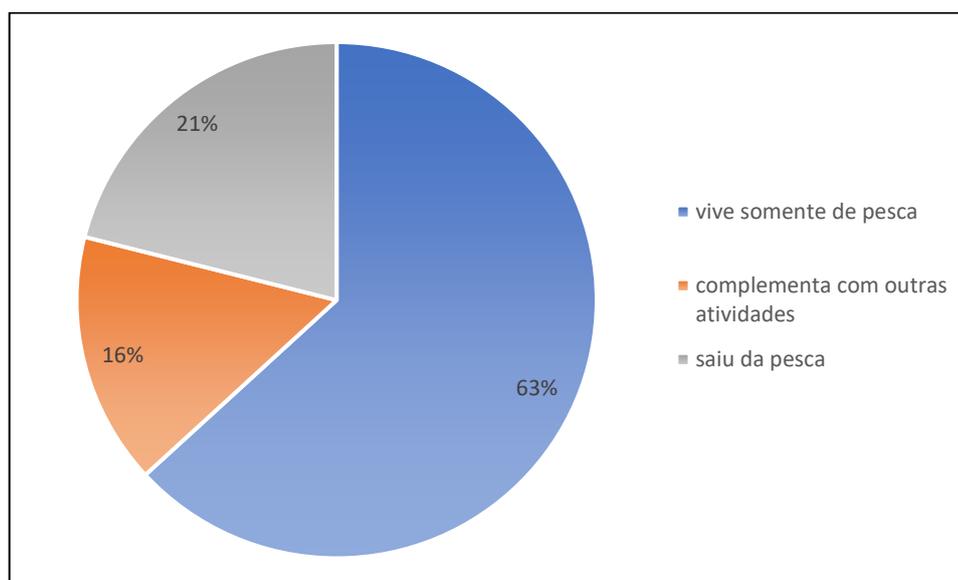


Gráfico 18: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, em relação à fidelidade ou ao acúmulo de atividades paralelas à pesca. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

As 16% de mulheres que complementam a pesca com outras atividades remuneradas, trabalham, também, como cuidadora de crianças, doméstica, catadora de papelão, artesã e dona de bar (pequeno quiosque na praia) (gráfico 19). Uma delas, além do artesanato e da pesca, onde ajuda o marido no curral, presta serviço para a empresa de educação ambiental (Print Rio Consultoria) a serviço da Petrobras, que contrata pescadores e moradores para ajudá-los no projeto do PEA-BG. Esta prestação de serviço é realizada sob a CLT, com CTPS assinada, o que a impede de registrar-se como pescadora e retirar a RGP. Enquanto estiver trabalhando sob estas condições, seus benefícios sociais não serão concedidos como pescadora, mas, sim, como trabalhadora de CLT.

Outros problemas enfrentados pelas pescadoras são sobre o reconhecimento de sua identidade como trabalhadora do mar, pelos “outros”. Estes “outros” são as

instituições que regularizam a atividade da pesca e concede os benefícios sociais para estas trabalhadoras e trabalhadores do mar, como RGP, licença maternidade, seguro defeso e aposentadoria. Trabalhar somente com a pesca pode garantir um sustento momentâneo, enquanto pode-se trabalhar. Porém, para casos de maternidade, doenças, defeso e velhice, a manutenção do sustento do pescador, mesmo quando ele não pode manter a atividade, só é possível através dos registros nas entidades competentes. E estes registros só serão possíveis, caso a pescadora ou o pescador consigam que sua identidade seja respeitada, ou seja, conforme discutimos no subcapítulo 4.2, a identidade para os “outros” depende do grau de aceitação, admissão e credibilidade negociadas.

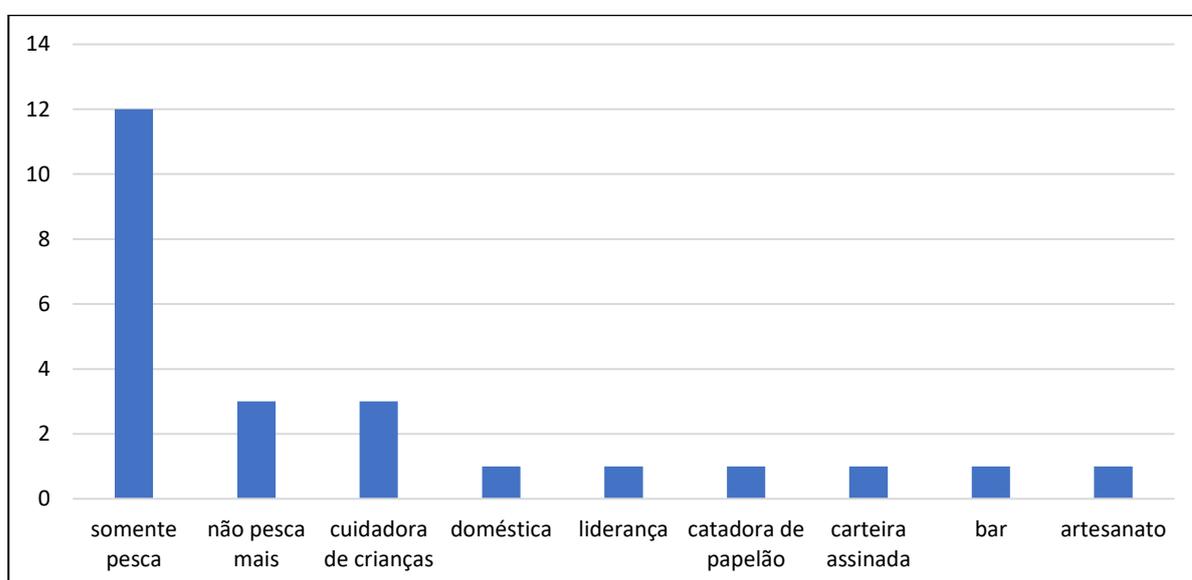


Gráfico 19: Quantidade das pescadoras entrevistadas, de acordo com as atividades paralelas, acumuladas com a pesca. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

## 4.6.2 Reconhecimento da identidade para os “outros”

### 4.6.2.1 Registro Geral da Atividade Pesqueira

Uma das primeiras providências para o reconhecimento da identidade para os “outros” é o registro de pescador, o RGP. Segundo Silva (2015), o registro de pescadores foi criado nos anos 1950 pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), vinculada ao Ministério da Pesca. Para adquirir o registro os pescadores deveriam ser associados a uma colônia de pescadores (SILVA, 2015,

p.60). Somente a partir da década de 2000, com a Lei 11.959, de 2009, e o decreto 8.425, de 2015, o regulamento para o registro RGP passa a vincular-se diretamente ao Ministério da Pesca e Aquicultura (SILVA, 2015, p.60).

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), vinculada ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), ambos extintos em 2019. Essa secretaria era o órgão responsável pelo RGP – para onde muitas pescadoras se direcionaram, como veremos a seguir. Neste mesmo ano, foi criada a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), os quais passaram a ser responsáveis pelo RGP.

Segundo Silva (2015), “entre 1989 e 1998, o IBAMA foi responsável pela administração do registro do pescador” (SILVA, 2015, p. 42)<sup>106</sup>. Em 1998, o RGP passa a ser regulado pelo Ministério da Agricultura (SILVA, 2015, p. 44). Em 2003, foi criada a SEAP, como já citado, que passa a regular a pesca, e, em 2013, o MPA cria uma Instrução Normativa que retira a “obrigatoriedade de vínculo à entidade sindical ou de classe” (SILVA, 2015, p. 47), ou seja, às colônias. Desde 2008, “as Colônias, federações estaduais e Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe” (SILVA, 2015, p. 46)<sup>107</sup>, isto é, quando a instrução normativa citada retira a exigência dos pescadores se associarem aos órgãos de classe, se refere às colônias, também.

Das pescadoras entrevistadas, 37% não são registradas como pescadoras profissionais, 47% possuem o RGP e 16% deram entrada na carteira, mas receberam, apenas, o protocolo (gráfico 20). Como já mencionado no subcapítulo 3.2.4, desde 2015, a SAP não está realizando a emissão de carteiras, pois está atualizando os cadastros. Para continuar realizando a atividade da pesca regularmente e garantir os direitos de pescador, esses trabalhadores e trabalhadoras precisarão estar munidos do protocolo (MAPA, 2019, p. 13).

Mesmo não sendo obrigatório estar associado à colônia para cadastrar-se no RGP, 42% das pescadoras procuraram a instituição para realizar o registro, de acordo com o gráfico 21. A colônia fornece as fichas para o cadastro, a pescadora preenche e a colônia faz a intermediação junto ao SAP. Além da colônia, 16% das pescadoras

---

<sup>106</sup> “Lei n 7.735 - criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)” (SILVA, 2015: 42)

<sup>107</sup> Desde 2008, através da Lei nº 11.699, as “Colônias, federações estaduais e Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe.” (SILVA, 2015: 46)

procuraram diretamente a SEAP, antes de sua extinção. Algumas pescadoras, 16% procuraram ambas as instituições, primeiramente a colônia e em seguida a SEAP. Uma dessas mulheres, resolveu procurar a secretaria, porque tentou registrar-se em 2018, mas, como o ministério não está emitindo carteiras, desde 2015, resolveu questionar diretamente ao órgão, sem sucesso. Outra pescadora, perdeu sua carteira, porque migrou para CTPS assinada e, quando tentou retornar, foi acometida por uma grave doença e não conseguiu recuperar o RGP. Para resolver essa questão, procurou o ministério, mas seu problema não foi resolvido. Contaremos a história da Ingrid, mais adiante.

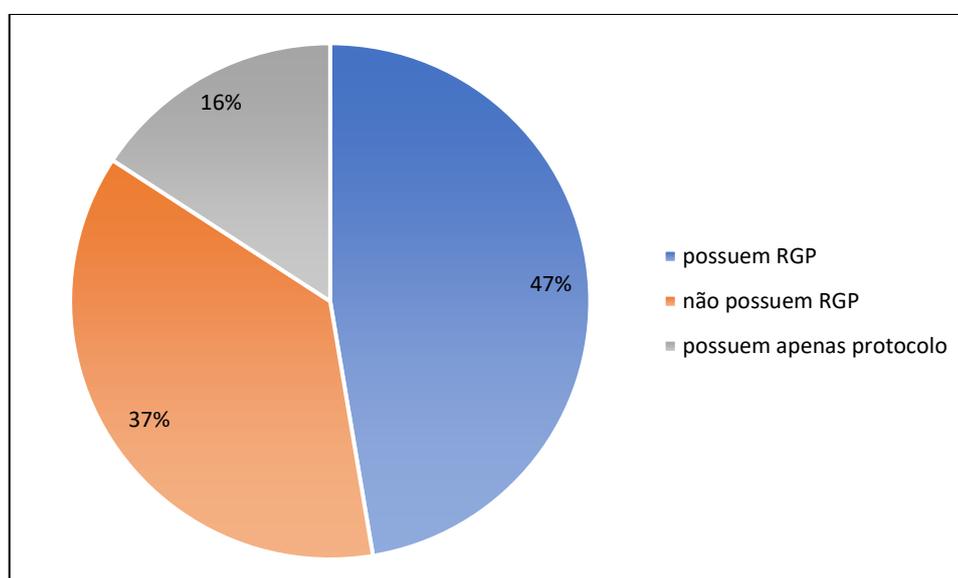


Gráfico 20: Porcentagem das pescadoras entrevistadas que possuem a carteira RGP, as que não possuem e as que se cadastraram no RGP, mas estão somente com os protocolos (e não com a carteira). Informações adquiridas nas entrevistas. (elaborado pela autora).

As demais pescadoras procuraram as associações de pescadores, as mesmas que se registraram a partir dos anos 2000, quando surgiram várias associações de pescadores em resposta ao derramamento de óleo da REDUC. O papel da associação é o mesmo da colônia, como intermediária junto à secretaria de pesca, do MAPA, fornecendo as mesmas fichas de cadastrado.

Para cadastrar-se no RGP através da colônia, as pescadoras se associam a ela, mas não existem regras rígidas sobre os relacionamentos institucionais. As pescadoras e pescadores são livres para se associarem à colônia e ao mesmo tempo a uma ou duas associações, mas também podem decidir-se não se vincular a

nenhuma dessas instituições para conseguir regularizar sua situação como pescador ou pescadora artesanal profissional. Toda essa normalização pode ser feita diretamente na secretaria responsável pela pesca, vinculada ao ministério que gerencia a atividade, independente dos governos e suas inconstâncias.

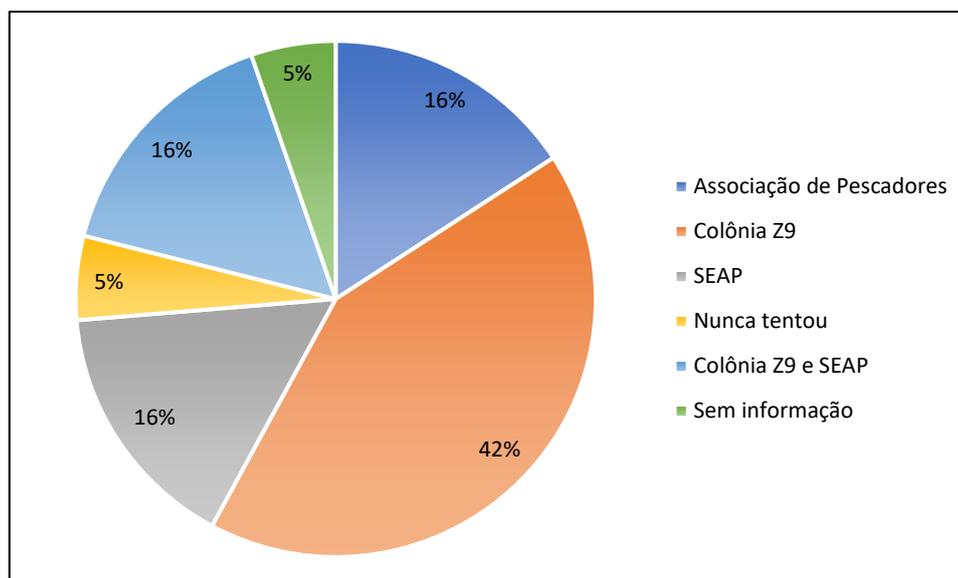


Gráfico 21: Porcentagem das pescadoras entrevistadas em relação às instituições que procuraram para se registrarem no RGP. Informações adquiridas nas entrevistas. (elaborado pela autora).

Mesmo assim, provavelmente devido a alguma insegurança relacionada à identidade para “outros” e para ter uma garantia de que sua situação esteja correta, 53% das pescadoras estão ligadas à colônia, mesmo que também estejam relacionadas a alguma associação. A colônia funciona como uma espécie de despachante. Cada instituição oferece um benefício: a colônia auxilia no RGP; uma das associações citadas, a ACAMM, recruta pescadores para trabalharem em projetos de ONGs; e outra associação, a AMOPE, oferece cestas básicas. Isso faz com que as pescadoras tenham mais de um vínculo, de acordo com seus interesses. No entanto, as associações, assim como a colônia, também podem entrepor-se entre o pescador e a secretaria, no auxílio ao registro do RGP.

Já mencionamos que 37% das pescadoras não conseguiram retirar a carteira do RGP. Outras pescadoras não tentaram ou perderam a carteira. Das restantes que conseguiram o registro, 10% são cadastradas desde os anos 1980, 10% desde 1990, 50% desde os anos 2000 e 30% desde a década de 2010 (gráfico 22). Acreditamos que esse crescimento de registros feitos nos anos 2000 tenha relação com a

insurgência de várias associações de pescadores, como estratégia de fortalecimento desses trabalhadores, frente às reivindicações indenizatórias direcionadas à Petrobras, em consequência ao famigerado desastre de janeiro de 2000, na Baía de Guanabara, que afetou centenas de pescadores artesanais.

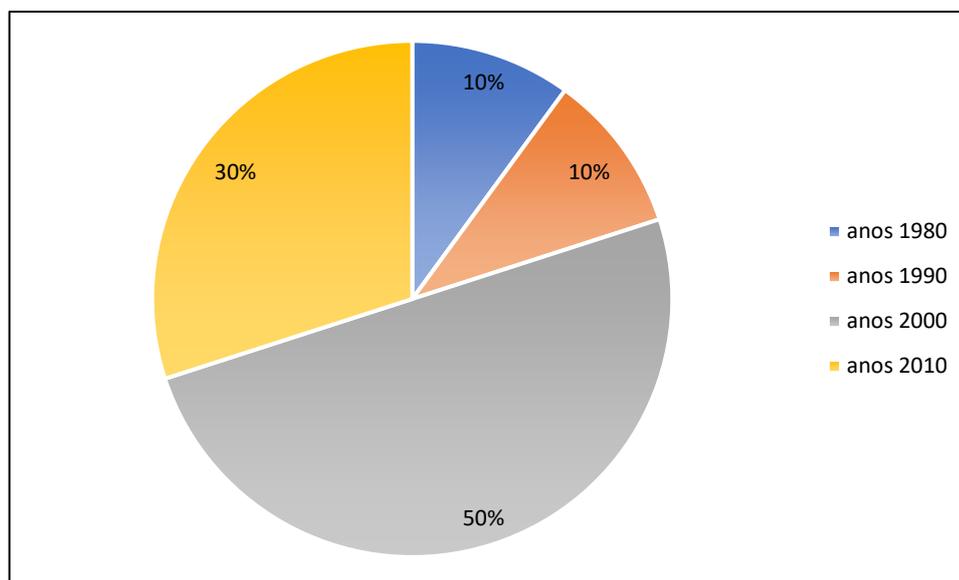


Gráfico 22: Porcentagem das pescadoras entrevistadas, com RGP, de acordo com o ano em que se registraram. Informações adquiridas nas entrevistas. (elaborado pela autora).

#### 4.6.2.2 Benefícios trabalhistas, de transferência de renda e previdenciários

##### **Trabalhistas: Seguro Defeso**

Munidos do RGP, pescadores e pescadoras, podem requerer benefícios **trabalhistas**, de **transferência de renda** e **previdenciários**. O benefício **trabalhista** garantido ao pescador é o seguro defeso, mas, para tanto, é necessário que ele/ela seja cadastrado no RGP. O seguro defeso era concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e habilitado pelo INSS, instituto vinculado ao Ministério da Previdência Social<sup>108</sup>. Atualmente este ministério foi substituído pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia. O seguro defeso é um auxílio pago ao pescador nos períodos em que a pesca é proibida, para

<sup>108</sup>[http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_infosuas/2015/abril/boletim\\_infosuas\\_02\\_04\\_2015.html](http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_infosuas/2015/abril/boletim_infosuas_02_04_2015.html)

preservação das espécies de peixes, caranguejos e camarões. Para que o pescador não fique desamparado nesse período, este benefício foi criado pelo MTE, em 1991 (SILVA, 2015, p. 61). O período do defeso é definido pelo IBAMA, que estabelece o tempo necessário para que a espécie consiga se reproduzir de modo a garantir a sua preservação e evitar sua extinção. Este período pode durar até 5 meses, conforme a espécie, que é o prazo em que os pescadores e pescadoras, cadastradas no RGP, recebem o seguro.

Conforme o gráfico 23, 42% das pescadoras receberam o seguro defeso de 2019. Dessas pescadoras, três tentaram retirar a carteira de pescador (RGP), porém, com a suspensão do cadastro no RGP, receberam apenas um protocolo, que substituiu a carteira. Com o protocolo os pescadores não tinham direito ao seguro defeso, fato modificado após uma “Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública da União”<sup>109</sup>, em julho de 2018 que concedeu “decisão favorável aos pescadores e pescadoras artesanais”<sup>112</sup>, graças à mobilização das entidades representativas da pesca artesanal – MPP, ANP e Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM). Esta ação civil “garantiu na Justiça o acesso ao pedido de seguro defeso”<sup>112</sup>, para aqueles que ainda não possuem o RGP, apenas seu protocolo.

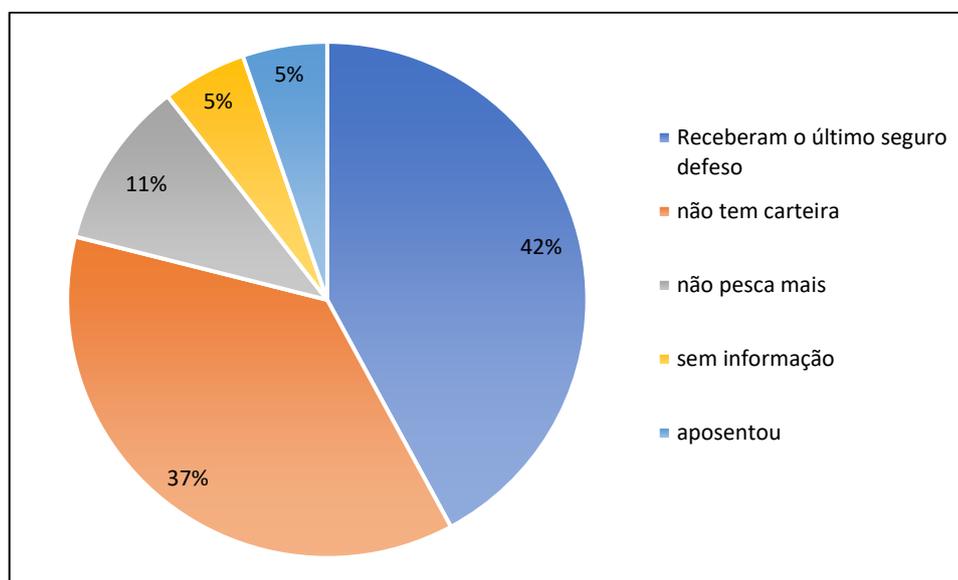


Gráfico 23: Porcentagem das pescadoras artesanais de acordo com o recebimento do último seguro defeso de 2019. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

<sup>109</sup> <http://www.cppnacional.org.br/noticia/vit%C3%B3ria-na-justi%C3%A7a-permite-aos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-acessarem-o-seguro-defeso>

### **Transferência de renda: Bolsa Família**

Quanto ao benefício de **transferência de renda** que a pescadora e pescador têm acesso é o Bolsa Família, assim como todos os cidadãos que se enquadram nas regras para o recebimento. O programa do Bolsa Família é um benefício da família e não do indivíduo. Para fazer parte do programa, a família deve estar em uma condição de extrema pobreza (renda de 89 a 178 reais por componente) e ser compostas por gestantes, crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos<sup>110</sup>. O Bolsa Família é um programa atualmente atribuído ao Ministério da Cidadania (MC), criado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Antes o programa estava sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), criado em 2004, pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para a família receber o Bolsa Família, mensalmente, nenhum membro da família deve estar recebendo o seguro defeso, ou seja, se apenas um único membro da família for pescador ou pescadora, registrado no RGP, o Bolsa Família ficará suspenso durante o período do seguro, conforme o decreto nº 8.424, de março de 2015<sup>113</sup>. Nesse caso, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho informa ao Ministério da Cidadania, antes MDS, uma lista com os nomes dos beneficiários do seguro defeso<sup>111</sup>. De acordo com a Lei 13.134, de junho de 2015, que regula o pagamento do seguro-desemprego, para o pescador artesanal não há oposição de que este profissional acumule outros benefícios ao seguro-desemprego, contanto que aquele esteja cadastrado como “segurado especial” do INSS. No entanto, para que o pescador ou pescadora tenha acesso a um dos benefícios, no caso do seguro-desemprego, o outro será suspenso, no caso do Bolsa Família.

De acordo com o gráfico 23, 74% das pescadoras estão cadastradas no programa do Bolsa Família, sendo que 7 delas possuem RGP, recebem seguro defeso, logo, têm suas transferências de renda suspensas pelo MC, neste período. As outras 7 pescadoras, que recebem os repasses do Bolsa Família, são aquelas que não conseguiram o RGP ou perderam este registro, como no caso da Ingrid, portanto não tem o BF cancelado no período do defeso.

---

<sup>110</sup> <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx#:~:text=As%20fam%C3%ADlias%20extremamente%20pobres%20s%C3%A3o,entre%20%20e%2017%20anos.>

<sup>111</sup> [http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_infosuas/2015/abril/boletim\\_infosuas\\_02\\_04\\_2015.html](http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_infosuas/2015/abril/boletim_infosuas_02_04_2015.html)

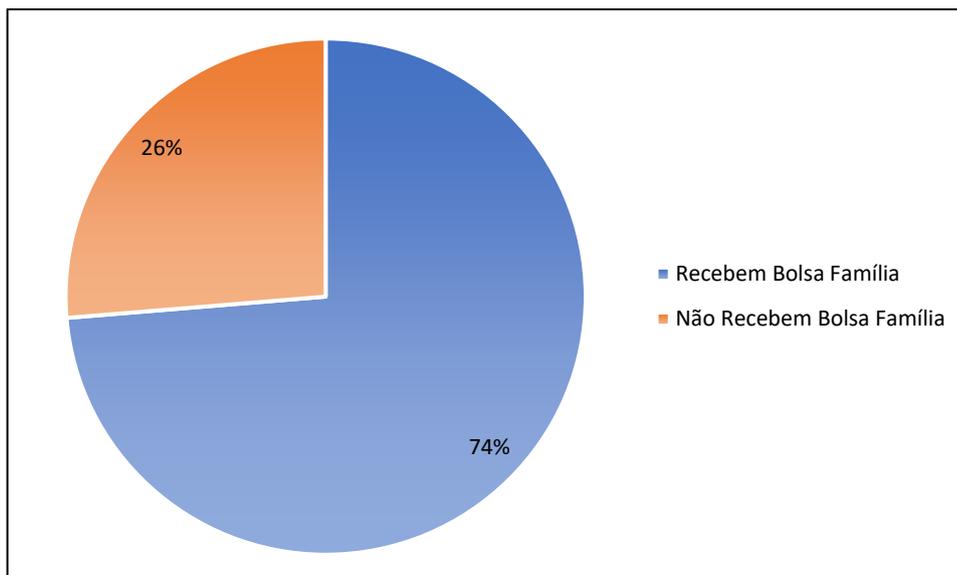


Gráfico 23: Porcentagem das pescadoras entrevistadas de acordo com o recebimento do Bolsa Família. Informações adquiridas em entrevista. (elaborado pela autora).

### **Previdenciários**

Desde 1991, os pescadores e pescadoras artesanais são enquadrados na categoria de “segurado especial” do INSS. O INSS era regido pelo Ministério da Previdência Social, criado em 1974 e extinto em 2015, quando foi integrada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Em janeiro de 2019, este ministério foi substituído pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, que passou a se responsabilizar pelo INSS e os benefícios previdenciários<sup>112</sup>.

Segundo Silva (2015) o

Segurado especial é a categoria inscrita para os casos de trabalhadores não assalariados e não urbanos, como é o caso dos produtores, parceiros, meeiros e arrendatários rurais, pescadores artesanais e seus assemelhados (SILVA, 2015, p. 63).

Os benefícios previdenciários concedidos aos inscritos como segurado especial são “auxílio-doença, aposentadoria, auxílio-maternidade, entre outros benefícios” (SILVA, 2015, p. 62). De acordo com o gráfico 24, 48% das pescadoras entrevistadas contribuem para o INSS, como segurada especial e 47% não

<sup>112</sup> <https://www.gov.br/previdencia/pt-br>

contribuem. Das 8 que contribuem, 7 o fazem com o auxílio da colônia de pescadores, apesar de não ser necessária essa intermediação. Apenas uma contribuiu diretamente no INSS, que foi a própria Maria.

Das 9 pescadoras que não contribuem, 7 não conseguiram auxílio da colônia, sendo desencorajadas. Apenas uma parou de contribuir, pois abandonou a pesca, perdendo a oportunidade de contribuir ao INSS como segurada especial. Para ter acesso aos benefícios previdenciários, basta o pescador ou pescadora estarem em dia com suas contribuições, mas para a aposentadoria é necessário contribuir por 15 anos, mesmo que sejam interrompidos, e atingir os 55 anos de idade.

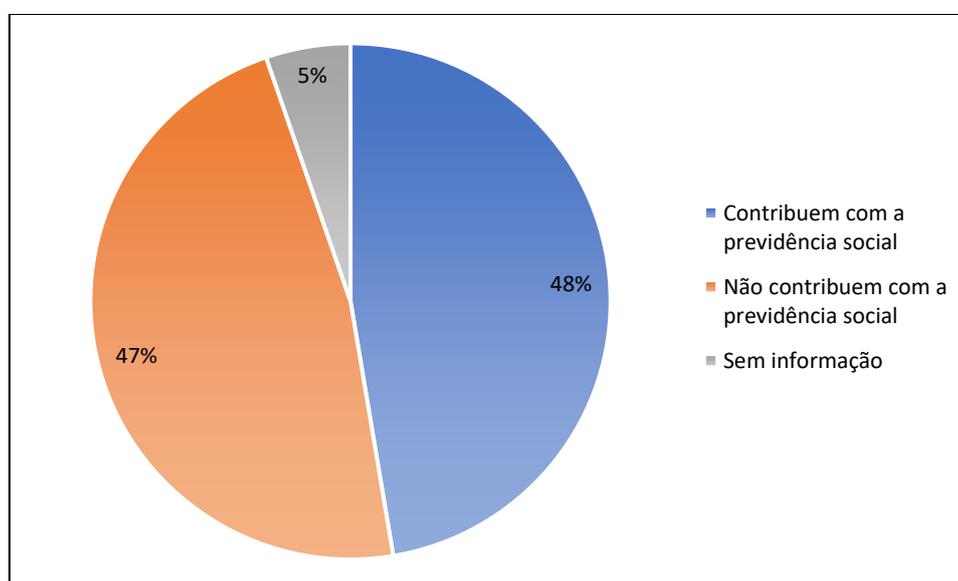


Gráfico 24 – Porcentagem das pescadoras entrevistadas que contribuem com a previdência social. Informações adquiridas em entrevistas. (elaborado pela autora).

#### 4.6.3 Perda de benefícios: o caso de Ingrid

Para a maioria das pescadoras, recorrer à colônia para auxiliar no cadastro do RGP, solicitar o seguro defeso e facilitar o acesso aos benefícios previdenciários, foi o melhor caminho encontrado por elas, já que esta instituição possui todos os meios e *know-how* para estas finalidades. Mesmo assim, uma dessas pescadoras, não conseguiu a proteção necessária da colônia, perdendo todos os seus benefícios. É o caso de Ingrid, que, quando foi registrar-se no RGP, procurou o auxílio da colônia.

Ingrid se autoidentifica pescadora, embora não esteja pescando atualmente, devido à doença que a acometeu, um tumor benigno no cérebro, que afetou sua locomoção e a impede de trabalhar. Com o RGP e a continuidade do pagamento do INSS como segurada especial, Ingrid poderia receber o auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, mas não foi o que aconteceu. Ingrid se afastou da pesca entre os anos 2010 e 2014, quando foi contratada com carteira assinada, pela Fundação Onda Azul, responsável pelo projeto Mangue Vivo. Este projeto contratou agentes locais, afetados pelo acidente de 2000, na Baía de Guanabara, principalmente pescadores e pescadoras. Segundo Silva (2015),

O trabalhador que perder a qualidade de segurado não estará mais amparado pela Previdência Social, o que acontece após 12 meses de afastamento das atividades de trabalho ou de cessação das contribuições; nesse caso, é necessária a comprovação de atividades e/ou a quitação das contribuições para a Previdência Social para readquirir a qualidade após quatro meses. (SILVA, 2015, p. 65)

Foi o que ocorreu com Ingrid, que se afastou da pesca por mais de 12 meses. Apesar de ter iniciado a pesca aos 17 anos, em 1984, Ingrid só registrou-se no RGP em 2005, aos 38 anos, quando iniciou a contribuição para o INSS, como segurada especial. Com apenas 5 anos de RGP e de contribuição, aos 43 anos, Ingrid perdeu o registro, para trabalhar no projeto Mangue Vivo, com carteira assinada (CTPS). Trabalhou sob regime CLT até os 47, quando contribuiu para o INSS, mas não como segurada especial. Em 2014 foi dispensada quando tentou retornar à pesca, mas foi acometida pela doença, impedida de trabalhar. Ingrid não estava mais contribuindo para o INSS, pelo CLT, não estava registrada, também, como segurada especial, como pescadora, e o resultado é que ficou em uma espécie de “limbo” não pertencendo a nenhuma das categorias do INSS. Por isso, não consegue trabalhar e não teve acesso aos seus benefícios de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, nem por um lado e nem por outro.

Quando tentou recuperar o RGP, procurou o SEAP e, também, o INSS, mas não conseguiu resolver sua situação. Sem recursos, Ingrid não consegue manter a contribuição ao INSS, desse modo, não tendo direito de receber os benefícios sociais. Ingrid foi sondada pela Print Rio Consultoria, empresa de Educação Ambiental, contratada pela Petrobras, onde voltaria a ter CTPS assinada, mas, devido a sua dificuldade de locomoção, o acordo não foi efetivado, o que aprofundou ainda mais sua situação de desemprego.

Da mesma forma que esse fato ocorreu com Ingrid, outros episódios relacionados à migração de RGP para outros regimes de trabalho, como CTPS, podem acontecer com outras pescadoras, em outras situações. Além do caso de Ingrid, que recebeu ajuda de ONGs, prejudicando-se como pescadora e segurada especial, outro fato foi percebido, que é a busca, pelos pescadores e pescadoras pelo Curso de Turismo de Base Comunitária.

#### **4.6.4 Turismo de Base Comunitária: ameaça à existência da pesca artesanal ou desenvolvimento local?**

O Turismo de base comunitária (TBC) está relacionado à “promoção de atividades turísticas enraizadas num modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável” e que pode “contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras” (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p.77). São iniciativas que envolvem as comunidades locais, afetadas por alguma ameaça à sua atividade de subsistência, tendo o turismo como alternativa de trabalho e desenvolvimento individual. Segundo o autor, este tipo de turismo foi lançado de forma “pioneira” pela Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL)<sup>113</sup> e as unidades de conservação passaram a adotar o TBC por meio de políticas públicas criadas pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário<sup>114</sup> (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p.89).

Em quase todos os artigos encontrados, que fazem a reflexão e a relação entre turismo e desenvolvimento local, o TBC é visto como uma alternativa de trabalho e renda aos moradores de determinado lugar. Cruz (2009), cita duas experiências em Silves (AM) e Prainha do Canto Verde (CE) (CRUZ, 2009, p. 104-106). Em ambos os casos, o TBC foi uma alternativa “à pesca comercial e predatória” e às “dificuldades de sobrevivência somente à partir da pesca artesanal” (CRUZ, 2009, p. 104-106). Apesar das dificuldades e a partir da participação dos pescadores no TBC, a autora ainda afirma que “A pesca continua sendo a principal atividade econômica da comunidade e o turismo uma atividade complementar” (CRUZ, 2009, p.106).

---

<sup>113</sup> Criada em 2003: <https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>

<sup>114</sup> Em 2020 estes ministérios são extintos.

Podemos entender que as experiências com TBC dependem de fatores e o sucesso ou não do projeto está relacionado à “gestão turística envolvendo governança e acesso ao mercado” (MIELKE; PEGAS, 2013, p.173). Pensando no caso de Magé, um município com pouca atração de turistas, atraindo apenas população local ou de municípios próximos, da própria Baixada Fluminense, o “acesso ao mercado” não é uma realidade. No entanto não foi essa a preocupação alimentada durante a participação de uma das aulas do curso de TBC, na APA Guapimirim.

Sobre este evento, antes de iniciar as reflexões acerca do testemunho que foi feito, é necessário expor o profundo respeito que sentimos pela APA Guapimirim e pelo trabalho de excelência executado pelos seus gestores. Se não fosse o trabalho realizado por este grupo de profissionais<sup>115</sup>, nos conselhos gestores, envolvendo a comunidade local – moradores e pescadores artesanais – aplicando metodologias baseadas na corrente da Educação Ambiental Crítica, a APA jamais teria sobrevivido a tantos impasses pelas quais passa. Se não fosse o duro trabalho de resistência em defesa da APA contra os desmandos e perigos envolvendo a instalação e ampliação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), com planos de invasão a um dos mais caudalosos e meandrosos rios da região, que é o Guaxindiba, o esplendoroso manguezal protegido por esta APA já não existiria. Além disso, reconhecemos a preocupação com a comunidade empobrecida, vítima das externalidades da poluição e injustiças ambientais, oferecendo alternativas de trabalho e autodesenvolvimento social.

Apesar de todo o reconhecimento e respeito pela APA, não podemos deixar de apresentar a impressão tida, com muita preocupação, sobre essa aula assistida, apoiado por essa unidade de conservação. A aula era sobre artesanato, como aproveitar os símbolos ofertados pela região no entorno e no interior da APA Guapimirim, para desenvolver produtos artesanais e posteriormente vendê-los. O Objetivo era aprender a gestar o negócio.

---

<sup>115</sup> Mauricio Barbosa Muniz (Chefe e coordenador da APA-Guapi), Klinton Vieira Senra (Chefe e coordenador substituto da APA Guapi) e Juliana Fukuda (Analista Ambiental do ICMBio, lotada na APA Gupi), entre outros. Conferido em: [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/quem-e-quem/contatos\\_ucs\\_9mar2020.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/quem-e-quem/contatos_ucs_9mar2020.pdf)

TBC da APA Guapimirim: do RGP para o MEI

Participaram 10 mulheres, duas se identificaram como pescadoras, uma quilombola e algumas revelaram fazer parte de famílias de pescadores. Interessante observar que essas mulheres buscavam novas atividades para uma renda extra, neste caso, relacionadas à produção de artesanato para os visitantes de Magé. Uma das participantes, moradora de Suruí, comentou que não existem muitos turistas em Magé, os visitantes dos pontos turísticos são pessoas locais ou estudantes. A quilombola, que é pescadora desde pequena, trança chapéus e esteiras de Taboa, Bambu, folha de bananeira e folha de Pindoba. Vende a produção nas praias de Magé. Todas as mulheres reclamaram de um local para vender os objetos, já que em Magé existem poucos pontos turísticos a serem visitados e poucas visitas externas.

A presença dessas mulheres, nesse curso, significa a busca por novas frentes de trabalho em suas vidas. Algumas já trabalhavam com artesanato, mas não com o viés turístico. Outras não trabalhavam com o comércio de suas artes. A professora estimulou as alunas a se profissionalizarem e aperfeiçoarem este trabalho e as incentivou a tornarem-se microempreendedoras, com base na legislação complementar de nº 128/2008 (BRASIL, 2008).

Para as pessoas sem trabalho com carteira assinada (CTPS), parece ser um ato que organiza o empreendimento e garante benefícios sociais ligados ao Microempreendedor Individual (MEI). Para quem já possui algum registro como trabalhador, seja com CTPS ou com RGP, os cadastros entram em conflito, porque o MEI é pessoa jurídica, incluída no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Já o trabalhador CLT ou pescador artesanal são pessoas físicas, incluídas no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

A legislação do RGP entende que se o pescador ou pescadora tiverem outra fonte de renda, e isso inclui ser MEI, seus benefícios como pescador são cancelados, conforme o decreto nº 8.967/2017 (BRASIL, 2017). Uma das pescadoras presentes no curso reclamou que teve seu RGP cancelado após registrar-se como MEI, o que gerou um CNPJ, que conflitou com seu CPF, tendo seu seguro defeso cancelado. Ou seja, muitas vezes uma ação realizada em benefício das pescadoras e pescadores artesanais, como o turismo de base comunitária, pode interferir na identidade profissional diante dos órgãos relacionados ao trabalho, à previdência e à pesca.

Ao avaliarmos e organizarmos os dados, em gráficos, observamos que uma das ameaças à manutenção e reprodução da atividade pesqueira, principalmente a exercida pelas mulheres, podem ser, inclusive, projetos de ajuda à sobrevivência desses indivíduos. Provavelmente, sem saber ou perceber, muitas das ajudas oferecidas por ONGs, órgãos ambientais, cursos de TBC e outros agentes bem intencionados, podem interferir e alterar os modos de vidas dessas pescadoras e pescadores.

Sem sombra de dúvidas, as pescadoras e pescadores têm liberdade de escolher se manter na pesca ou mudar e buscar novas frentes de trabalho, como no caso de Vânia e Sônia, que abandonaram a pesca. No caso de Vânia, ela devolveu o RGP consciente de que perderia todos os benefícios vindos desse cadastro. As pescadoras, como Ingrid e Laura, escolheram ter suas CTPSs assinadas, uma por uma ONG e outra pela Print Rio Consultoria. No caso de Ingrid, esta perdeu a RGP, mas não pensou nas consequências futuras com seu caso recente de invalidez por doença. No caso de Laura, pescadora há dois anos, não cogitou se registrar no RGP, o que, por enquanto, não é possível, já que RGP e CTPS conflitam no sistema do INSS.

As pescadoras frequentadoras do curso de TBC acreditaram na possibilidade de manter o RGP e adquirir atividades paralelas, sem que isso interferisse no seu trabalho de pesca. Manter a pesca e atividades paralelas é uma possibilidade, porém, ao registrar-se em outro regime, que não mais de pescadora – RGP -, mas de empresárias – MEI – os seus cadastros de pessoa física – CPF -, mudam para pessoa jurídica – CNPJ. O INSS e os Ministérios de Economia e Cidadania compreendem que essas pescadoras mudaram de categoria, deixando de ser seguradas especiais, perdendo todos os benefícios como pescadoras. É uma “armadilha” desconhecida, para quem oferece e para quem aceita.

## CONCLUSÕES

Esta tese é o resultado de várias outras descobertas que nos levou a constatar que, enquanto mulher, a invisibilidade vai além das instituições; ela se repousa, também, no reduto familiar e no ambiente político local. Porém, enquanto pescadora, sua identidade, de si e para si (POLLAK, 1995), se preserva no seu conhecimento das **práticas espaciais** relativas à pesca artesanal, na sua **memória** da infância e adolescência, quando muitas delas aprenderam a pescar com seus pais e irmãos, no **tempo** de experiência e permanência nesse tipo de trabalho, na sua **participação** no beneficiamento do pescado - que muitas vezes é a única atividade remunerada de subsistência de sua família - e nas **paisagens** desenhadas no seu espaço vivido.

A invisibilidade da pescadora artesanal expõe duas perspectivas: se por um lado, o esforço que a pescadora artesanal faz - para ser ouvida, vista, creditada e ter sua identidade reconhecida e aceita de si, para si e para outros (POLLAK, 1995) -, deve ser o triplo do esforço empenhado pelo pescador, por outro lado sua identidade de si e para si está preservada, de acordo com os argumentos expostos no parágrafo anterior. Não há quem diga que elas não sejam pescadoras. Não há quem apague as marcas de suas presenças no espaço em que elas vivem, nas paisagens desenhadas e no território pesqueiro, embora haja quem as impeçam de exercer seus direitos como pescadora artesanal, do ponto de vista institucional e cidadão.

Um dos objetivos específicos delineados para a pesquisa, inicialmente, foi realizar um trabalho de campo em Magé<sup>116</sup>, para conhecer o máximo de pescadoras artesanais, que a permanência em campo permitisse, e verificar, através de entrevistas, conversas informais e observação de seu cotidiano, quais as dificuldades por elas enfrentadas para a aquisição dos benefícios sociais disponíveis para a classe das pescadoras e pescadores artesanais. O trabalho de campo permitiu percebermos que as ameaças à prática espacial da pesca tradicional, principalmente no universo feminino, não se resumem aos entraves encontrados quando precisam provar sua identidade.

---

<sup>116</sup> Nos distritos de Guia de Pacopaíba e Suruí, mais especificamente.

Além de todo o pacote das já conhecidas injustiças<sup>117</sup> sofridas pelas mulheres pescadoras, novos itens foram percebidos, durante a pesquisa, que podem contribuir - mesmo que não haja uma intenção real para isso - para o fim da pesca artesanal, principalmente a praticada por mulheres. São eles: a) a ausência de projetos e incentivos para fortalecer e incentivar a pesca; b) o abandono da profissão de pescadora, por esta não oferecer segurança remuneratória; c) (des)romantização da pesca artesanal como prática espacial simbólica cheia de significados, para ser vista como prática de subsistência fundamental à manutenção da vida; d) a perda da RGP, em caso de CTPS assinada e cadastro como MEI – o que significa perda de direitos e benefícios; e) Programas de Educação Ambiental contratados e desenvolvidos por grandes empresas causadoras de impactos ambientais, representando um “adestramento ambiental”<sup>118</sup>; e, por fim, e) projetos incentivados pela unidade de conservação presente ou por ONGs, que oferecem e ensinam novas frentes de trabalho, como alternativa de substituição da prática da pesca.

Seriam os itens, citados acima, as causas do desmonte da pesca artesanal? Seriam, também, os desencorajamentos à manutenção da pesca artesanal feminina outro principal gerador da existência de comunidades com as identidades tão enfraquecidas, do abandono da atividade pesqueira e da busca por outros trabalhos? Mesmo que tentemos refletir sobre estas questões e respondê-las, talvez não cheguemos a uma conclusão, apenas colocaremos as nossas suspeitas em evidência e utilizaremos argumentos para dizer que sim.

As desconfianças levantadas evidenciam o plano que grandes empresas, e o próprio Estado, apresentam para uma parte de Magé com extensão à sua população. As pescadoras artesanais correspondem apenas a uma parte dos habitantes deste município que sofrem com os resultados desse plano: construção de dutos em áreas já habitadas, construção de calhas no entorno destes dutos, movimentação dos solos das bacias dos principais rios da região<sup>119</sup>, para a construção de grandes obras, como pontes para as passagens dos dutos, desmatamento de parte do manguezal e os frequentes derramamentos de óleos, carregados pelas marés para os rios e mangues,

---

<sup>117</sup> como a) a tripla jornada de trabalho, b) a invisibilidade, c) a pequena atuação política nas associações de pescadores, d) a baixa remuneração e desvalorização de suas tarefas ligadas à pesca e e) a dificuldade em comprovar a identidade de pescadora artesanal para “outros”

<sup>118</sup> BRUGGER, Paula (1994). *Educação ou Adestramento Ambiental?*. Ilha de Santa Catarina: gráfica Palloti. Porto Alegre, 1994. 142p.

<sup>119</sup> como o Suruí, margeado por resilientes manguezais e diariamente utilizado por pescadores e caranguejeiros.

quando não ocorrem dentro dos próprios rios, atravessados pelos oleodutos. Além dos resultados citados, os pescadores artesanais se deparam com algumas dificuldades relacionadas à regularização da profissão, que é responsabilidade das colônias, associações, ministérios da agricultura, economia, cidadania e o INSS.

Dois eventos presenciados acenderam o alerta de que a prática espacial da pesca poderia estar com a sua existência ameaçada: uma das aulas do curso de Turismo de Base Comunitária apoiada pela APA Guapimirim<sup>120</sup> e algumas reuniões organizadas pela Print Rio Consultoria<sup>121</sup>, contratada pela Petrobras para a realização do Programa de Educação Ambiental (PEA) do sistema dutoviário do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e o da Baía de Guanabara (PEA RIO - BG). Estes dois eventos, atraíram o olhar da geógrafa, que passou a relacionar a denúncia das pescadoras sobre não ter suas identidades respeitadas junto à colônia, e outras entidades, com (a) a sua condição feminina na família e na sociedade, com (b) o sacrifício espacial sofrido por Magé e Baía de Guanabara e com (c) a ação de agentes sobre suas vidas e seu espaço vivido.

Por um lado, existem os agentes que precisam do espaço para desenvolver o projeto industrial (empresas), por outro lado, estão os agentes que querem consertar os impactos causados à população e ao espaço (educação ambiental). Em um terceiro lado, estão aqueles que querem ajudar a população e o ambiente danificados (Ongs e UCs). No caso dos agentes que querem ajudar a população, a ação consiste na oferta de meios e oportunidades de sobrevivência, que produz, como consequência, a redução da atividade pesqueira ou, em outras palavras, o desmonte da pesca.

### *Desmonte da pesca: resultado do racismo e injustiça ambientais*

As ações dos agentes envolvidos no projeto de desenvolvimento econômico, que atuam no espaço e sobre a população que ali habita, se encaixam nos casos que ficaram conhecidos como **Racismo Ambiental**. De acordo com a resenha de Bittencourt Filho (2008), sobre o livro *O Ecologismo dos pobres*, de Joan Martínez Martínez-Alier (2007), “o conteúdo dos posicionamentos das populações tradicionais

---

<sup>120</sup> <https://guapimirim.rj.gov.br/2018/05/28/curso-de-turismo-de-base-comunitaria-tem-inicio-na-apa-guapimirim/>

<sup>121</sup> <https://www.printcomunicacao.com.br/>

é, sem dúvida, ecológico” (BITTENCOURT FILHO, 2008). Qualquer interferência causada por grandes empreendimentos, em um determinado espaço, está alterando profundamente o equilíbrio natural do ambiente e o modo de vida da comunidade que utiliza os recursos desse ambiente de forma tradicional, como no caso das pescadoras artesanais.

Segundo Bittencourt Filho (2008), o termo racismo ambiental foi cunhado nos Estados Unidos, nos anos de 1980, a partir das lutas antirracistas, em que algumas das injustiças causadas contra a comunidade negra estavam – e ainda estão - relacionadas com a questão ambiental:

onde são os depósitos de lixo, por exemplo? Para onde vão os pneus velhos? Quem são os agentes mais ouvidos nas soluções dos conflitos? A resposta, em geral, é: lixo para os pobres, negros e em grande parte mulheres e as decisões para os machos, ricos e brancos (FILHO, 2008)

O racismo ambiental passou a ser visto de forma mais ampla e serviu de lente para fazer enxergar que a distribuição espacial dos impactos ambientais não se limita apenas aos bairros pobres de maioria negra dos Estados Unidos. Passou-se a perceber que a degradação ambiental, que carrega junto as externalidades sobre as pessoas que vivem e sobrevivem dos recursos naturais de determinados lugares, tem profunda relação com a “pobreza e a etnicidade” (SILVA, 2010, p.62) de outros espaços do mundo inteiro. O racismo ambiental é uma questão geográfica. Segundo Silva (2010), o racismo ambiental, independente se é produzido a partir do Estado ou a partir de grandes empresas – ou por ambos -, deve ser enfrentado “a partir (...) da crítica ao modelo do desenvolvimento em curso” (SILVA, 2010, p. 63), que atropela os espaços, a natureza e as pessoas, sem pensar – ou se importar com - nas consequências. Geralmente, as tentativas de reparação vêm após os impactos, em forma de projetos de educação ambiental, através das ONGs e outros que – com apoio financeiro das multas aplicadas aos impactos - ofertam novas oportunidades de trabalho - com projetos de emprego e renda - e interferem nas escolhas de vida dos indivíduos<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> Não estamos aqui julgando se o indivíduo, no caso a pescadora artesanal, deve ou não se afastar da pesca. As escolhas são individuais. O que pretendemos é constatar a ocorrência desse fenômeno. Os pescadoras e pescadores artesanais realmente estão se afastando da pesca, buscando novas frentes de trabalho, buscando sua dignidade de outras formas. O desmonte da pesca está ocorrendo, de fato. Até que ponto isso é bom ou ruim? De nosso ponto de vista é ruim, pois, enquanto existirem

Para Silva (2010), no caso do Brasil, o racismo ambiental atinge a população mais pobre, a maioria negra, mas “precisa ser analisado também a partir do sexismo” (SILVA, 2010, p. 65). Para esta autora, “é sobre as mulheres negras que recaem os maiores prejuízos da crise ambiental” (SILVA, 2010, p. 65), já que a maioria das famílias pobres, de periferia, são chefiadas por mulheres negras. No caso das pescadoras artesanais entrevistadas nesse estudo, a maioria apresenta fenótipo de origem negra. Todas as pescadoras ainda são casadas, com exceção de Norma, que é viúva, e Vânia, que é separada. Mesmo vivendo com seus maridos, presenciamos um claro desequilíbrio na divisão sexual do trabalho doméstico, que é um dos aspectos que potencializa o racismo ambiental sobre as mulheres. Além do mais, quase todas as mulheres participaram de projetos e atividades extras, para complementar a renda familiar; projetos que não existiriam se não houvesse necessidade de reparar os danos ambientais causados em Magé.

O racismo ambiental, desse modo, se refere à

distribuição desigual dos impactos negativos dos projetos de desenvolvimento, de domínio das pessoas, de esgotamento da natureza e de coisificação das mulheres<sup>123</sup> (ARANTES, 2010, p. 83)

Transferindo essas ideias, especialmente para Magé, notamos que o fundo do recôncavo da Baía de Guanabara, como já mencionado no subcapítulo 3.1, é um desses territórios, ocupados por comunidades tradicionais, escolhidos para receber uma determinada carga de “impactos negativos dos projetos de desenvolvimento” corporificado na indústria do petróleo e materializado em dutos, pontes e derrames de óleo. E a partir do convencimento da população, para que aceitem tal intervenção, há tentativas de “adestramento ambiental”, oferta de novas frentes de trabalho, forçando um desvio da atividade pesqueira para outras. Desse modo, o racismo ambiental se refere às injustiças ambientais que recaem sobre a situação retratada nesta tese.

Para Lays Helena Paes e Silva (2012), os termos justiça e racismo ambientais são importantes pois desviariam “o debate [puramente] ecológico da preservação e

---

essas práticas espaciais tradicionais, o espaço alvo do sacrifício – a zona de sacrifício – continua sendo destino de projetos de proteção ambiental, o que é bom. Significa resistência.

<sup>123</sup> Um estudo sobre a vida das mulheres na Baixada Fluminense investiga a relação entre o impacto da Reduc e sobre a vida dessas mulheres. Foram identificados vários tipos de violações como “aumento da prostituição, as explorações sexuais, a gravidez precoce de jovens da comunidade por trabalhadores da cadeia produtiva do petróleo, o aumento de casos de doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS” (Storti & Costa, 2014: 70)

conservação da natureza (...) [e] direcionaria[m] o foco para a dignidade humana” (SILVA, 2012, p. 91), conforme esclarecido por Martínez-Alier (2008, citado por Silva, 2012) e, também, concebido por Hoefle (2020:4) e Acscelrad (2002, 2005, 2010). A injustiça ambiental é resultado do racismo ambiental que, conforme Nascimento (2012), apresenta “dois pontos importantes [de discussão] (...) uma [sic] é a questão racial e a outra [sic] o institucional” (NASCIMENTO, 2012, p. 29). Isto é, o Estado e suas instâncias são os que mais dificultam o acesso aos direitos e desestimulam a reprodução social das práticas espaciais tradicionais, que acabam virando entraves para o desenvolvimento econômico capitalista (NASCIMENTO, 2012; PORTO; PACHECO; LEROY, 2013; CPP, 2016). No caso das pescadoras artesanais de Magé, isso fica claro.

A injustiça ambiental ocorre nos lugares escolhidos para que determinados empreendimentos poluidores e danosos, bem como suas entropias, se desenvolvam e se acumulem, sem que “o bem-estar” de uma parcela da população privilegiada seja alterado (TAVARES, 2019). A escolha desses lugares é o que podemos chamar de racismo ambiental: uma escolha desigual e injusta.

Seguindo o raciocínio de Silva (2012), enquanto uma parcela da sociedade não sofre os incômodos produzidos, a outra parcela se sacrifica e suporta “de maneira desproporcional os danos e riscos ambientais” (SILVA, 2012, p. 90). A autora cita casos tipicamente brasileiros que são “fortemente marcados por situações de desigualdade e injustiças” (SILVA, 2012, p. 90). Dentre estes, estão os casos de:

populações deslocadas para a construção de hidroelétricas, aldeias indígenas e grupos quilombolas deslocados por projetos turísticos ou intoxicados devido às monoculturas, populações pobres nas periferias das cidades para onde são destinados o lixo e empresas de tratamento deste, moradores tradicionais, caiçaras, pescadores e marisqueiros expulsos dos seus locais de habitação devido a empreendimentos turísticos, de entre tantos outros. (SILVA, 2012, p. 90)

A esta lista citada por Silva (2012), podemos adicionar o caso das pescadoras artesanais de Magé. Estas pescadoras se enquadram, também, na categoria de “populações pobres nas periferias das cidades”, já que Magé é um município urbanizado, que também recebe as externalidades dos municípios centrais, como o Rio de Janeiro. Nos municípios vizinhos (São Gonçalo e Duque de Caxias), localizam-se “lixões” (Itaóca e Gramacho), cujos chorumes e dejetos impactam as águas que

banham todos os municípios do entorno da Baía de Guanabara, assim como, também, os rios e manguezais.

No caso dessa região, os empreendimentos da indústria de petróleo provocaram o deslocamento das habitações de uma parcela da população de Suruí, onde vivem as pescadoras. O deslocamento se dá, também, de seus locais de trabalho: lugares que não podem mais ser acessados, manguezais que não oferecem a mesma qualidade de caranguejo, águas que não oferecem a mesma qualidade de pescado, forçando a migração para outros manguezais e outros pontos de pesca.

As injustiças ambientais sofridas pelas pescadoras artesanais de Magé são as rebarbas das injustiças sofridas pelos pescadores artesanais da Baía de Guanabara (SOARES, D, 2012; RAULINO, 2013) que, por sua vez, são consequências de tudo que já apresentamos nos capítulos desta tese. Os pescadores artesanais são uma parte da população que sofre com os impactos causados pelo sacrifício do espaço da Baía de Guanabara e toda a sua região hidrográfica. Os manguezais, os rios, as ilhas, as florestas e os moradores são vítimas do modelo de desenvolvimento econômico que o mundo adotou (CPP, 2016). O sacrifício desses espaços reverbera sobre a natureza e a população, provocando ondas de injustiças, muitas vezes não reparadas. Nem sempre as mitigações resolvem esses impactos, que ficam incrustados nas vidas das populações, se reproduzem por gerações, “obrigando” os indivíduos a normalizarem as circunstâncias e a “aprenderem” a conviver com elas, no entanto “nada deve parecer natural” (Brecht).

### *Reparos e mitigações: justiça sendo feita?*

Como debatido ao longo dessa tese, mais especificamente no subcapítulo 3.3.6, as pescadoras artesanais reagiram ao racismo e às injustiças ambientais que se acumularam no espaço e em seus modos de vida. Utilizamos o conceito de “efeitos sociais” para nos referirmos a estas reações. As injustiças, que provocaram impactos irreparáveis no território pesqueiro e nos modos de vida, devem ser equacionadas a partir de reparos e mitigações, conforme prega a legislação ambiental brasileira. Para que o impacto seja mínimo, antes de provocar o dano, é exigido, pela legislação, que os agentes que o promovem - como a indústria petrolífera, por exemplo - elaborem

relatórios de impacto ambiental, prevendo as intervenções e planejando as reparações (NEVES, 2013).

Porém, como já dito, nem sempre os danos e os impactos são reparados ou, então, as mitigações são insuficientes. Além do mais, novos problemas surgem no processo, mesmo, de implantação dos empreendimentos, ampliando-se o leque de danos e injustiças para com a população envolvida. Conforme o advogado dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara, Magno Neves (2013), “a implantação dos empreendimentos [da indústria do petróleo] causou e está causando impactos nas comunidades pesqueiras” (NEVES, 2013, p. 156). No entanto, essa

questão só chegou aonde chegou em função da omissão do poder público que, através do licenciamento ambiental, poderia ter evitado os impactos na vida destas comunidades tradicionais (NEVES, 2013, p. 156)

Podemos compreender na fala de Neves (2013) que, apesar de terem sido seguidos todos os trâmites previstos na legislação (EIA/RIMA, Projeto de Educação Ambiental, diagnósticos participativos, entre outros), sem a interferência rigorosa e justa do “poder público” os impactos poderiam ter sido evitados. Compreende-se que os documentos e ações exigidos pelo órgão ambiental e outras entidades não têm utilidade se não forem respeitados, considerados e executados a contento. De qualquer modo, a previsão da ocorrência do impacto já é uma interferência no território e nas vidas ali existentes.

Na ausência da atenção do “poder público” e das instituições que deveriam proteger a atividade pesqueira, os pescadores e pescadoras artesanais buscam, por si só, a resolução de seus próprios problemas. Com o ambiente natural sendo alterado, com a pesca sendo extinta e suas identidades sendo apagadas, as pescadoras artesanais se apegam às entidades que passam a frequentar seus territórios oferecendo oportunidades e são capituladas. São os casos das ofertas de emprego e trabalho através de ONGs, do curso de turismo ofertado pela APA e das reuniões do projeto PEA-BG. Estas ofertas afastam as pescadoras da pesca artesanal tradicional e, também, produzem uma atmosfera onde as pescadoras “aprendem” a conviver com as circunstâncias que se apresentam.

Aprender a conviver com tais circunstâncias e ser uma das partes das mediações promovidas pelos projetos de educação ambiental é a sina das pescadoras artesanais desta pesquisa. A educação ambiental é uma modalidade incluída na

educação tradicional, nos idos dos anos de 1970, que, conforme Brügger (1994), foi uma recomendação da conferência de Estocolmo (BRÜGGER, 1994, p. 33). A partir daí, incluir a educação ambiental nos currículos escolares e universitários passou a ser uma polêmica que, para Brügger (1994), significa que a educação tradicional nunca foi ambiental. Para esta autora, a inclusão do ambiental na educação “se torna mais um exercício de hegemonia e, portanto, uma questão de poder” (BRÜGGER, 1994, p. 34) e manutenção do que está estabelecido.

Para muitos autores consultados nesta tese, a educação ambiental é eficaz para a conscientização humana e desenvolvimento local (COSTA, 2000; 2018; LOUREIRO, 2012, FADEL; RIBEIRO; SILVA, 2013; COELHO, 2017, PEREIRA e outros, 2019). Para outros, é uma oportunidade de impor uma ideologia hegemônica, em nome de um desenvolvimento sustentável, para aceitação do que já está estabelecido (BRÜGGER, 1994). Costa (2000), compreende que a educação ambiental faz parte da formação humana, que torna o indivíduo um agente transformador da sociedade:

a práxis da Educação Ambiental com visão estratégica - como processo de engajamento e participação - representa a oportunidade através da qual o indivíduo e a coletividade adquirem conhecimentos, competências e habilidades voltadas para a conquista e manutenção do direito a qualidade de vida, irmanados com a construção de alicerces sociais e éticos fundamentados no conceito de Desenvolvimento Local. (COSTA, 2000, p. 184)

Na maioria dos trabalhos consultados (citados no parágrafo anterior), os projetos de educação ambiental foram desenvolvidos por educadores nas escolas, organizações não governamentais, movimentos sociais e unidades de conservação. A educação ambiental utilizada, baseava-se, também, no seu aspecto crítico, voltado para a “formação humana”, envolvendo a “participação ativa das pessoas” e “a autonomia dos grupos sociais na construção de alternativas sustentáveis”, entre outros (LOUREIRO, 2012, p. 83-84).

A situação muda quando os projetos de educação ambiental são implementados pelos próprios agentes que estão provocando alterações, quiçá, permanentes no ambiente, gerando impactos ambientais profundos que, talvez, nunca sejam restaurados. Acreditamos que, com medidas de reparação, seja possível, sim, restaurar o ambiente, mas para isso as atividades interventoras precisariam ser

paralisadas, o que não acreditamos que aconteça. Para isso, o modelo de desenvolvimento econômico do país precisaria ser alterado.

As reuniões do projeto de educação ambiental, presente em Magé, são organizadas, atualmente, pela Print Rio Consultoria, empresa contratada pela Petrobras para implementar o PEA-BG (subcapítulo 3.3), que é uma das condicionantes estabelecidas pelo IBAMA<sup>124</sup>, para que se faça cumprir todas as exigências do licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental é um processo que todos os empreendimentos que alteram o ambiente devem atravessar, previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981)<sup>125</sup>. Um dos objetivos do PEA-BG é cumprir a legislação ambiental, que prevê o processo de licenciamento, para dar continuidade ao projeto da empresa, no caso, a Petrobras.

Participamos de algumas reuniões, através da observação, e constatamos as boas intenções dos educadores que se esforçavam para desenvolver atividades participativas, respeitando o saber local dos moradores, pescadoras e pescadores. Em alguns casos, os educadores, junto com os participantes, tiveram ideias importantes e ajudaram a colocá-las em prática, como no caso da fundação da AMOPE. Os funcionários da Print Rio Consultoria, dentre educadores, antropólogos, entre outros, se basearam nos princípios da educação ambiental crítica, reforçando para os participantes a necessidade deles se organizarem e se fortalecerem enquanto comunidade. Apesar de suas boas falas, não podemos nos esquecer que a entidade contratada pela empresa poluidora (Petrobras), advoga em seu favor. Em paralelo às reuniões do projeto e ao estabelecimento de um bom relacionamento com as pescadoras, pescadores e moradores, a indústria petrolífera não interrompe suas atividades.

Concordamos com Brügger (1994) quando ela afirma que a educação ambiental se encaixa melhor na ideia de “adestramento” (BRÜGGER, 1994, p. 79),

Um tipo de instrução onde as pessoas são levadas a executar determinadas funções e tarefas, identificadas como um determinado padrão utilitarista-unidimensional de pensamento-ação. (BRÜGGER, 1994, p. 79)

Este argumento ficou claro quando, em uma das reuniões, os educadores pareciam “não aceitar” a forma como a Maria e o pastor Miguel, conduziam as ações

---

<sup>124</sup> CGPEG/DILIC do Ibama Nº. 01 de 2010, que pode ser encontrado em [http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90\\_notatecnica%2001-10\\_programasdeeducacaoambiental.pdf](http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90_notatecnica%2001-10_programasdeeducacaoambiental.pdf)

<sup>125</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)

da AMOPE. De fato, essa associação está incipiente e a entrada da Maria na luta pelo território pesqueiro é recente, porém, enquadrar a criação das associações de pescadores na legislação que regulamenta as associações de moradores e afins, está mais para uma intervenção de ordem hegemônica do que uma manifestação popular – o que deveria ser um dos escopos da educação ambiental. Para Brügger (1994), a educação ambiental, de um modo geral, foi criada para “ocultar sob a fachada de um saber ‘técnico’ uma decisão na verdade política” (BRÜGGER, 1994, p. 80).

Uma das questões que BRÜGGER (1994) levanta em sua reflexão é “será que podemos, realmente, ensinar ou explicar conceitos relativos a determinadas zonas aos seus habitantes?” (BRÜGGER, 1994, p. 82). Apesar de existirem momentos de escuta e de troca de experiências, no método participativo utilizado no PEA-BG, a intervenção desse projeto não deixa de ser um ato estratégico de produzir, sobre os participantes-alvo da educação ambiental, um sentimento de aceitação e “adequação a uma ordem cruamente mercantilista” (BRÜGGER, 1994, p. 86).

Os empreendimentos não serão interrompidos, então, qual é de fato o objetivo do PEA-BG, além de fazer diagnósticos participativos, listar os impactos ambientais citados pelos pescadores e pescadoras ambientais e elaborar relatórios com propostas que talvez nunca sejam implementadas? Isso nos leva, novamente, a uma das reflexões de Brügger (1994), onde ela afirma que a educação ambiental tem como objetivo reduzir os conflitos. Se a Petrobras tem um projeto de educação ambiental presente e se mostra disposta a ajudar aos pescadores e pescadoras, então esse é o fim do conflito e o início de uma aceitação do que está sendo imposto. Para a autora, a educação sem aura, sem conflito, sem a essência do povo que está sendo educado, “se torna uma mercadoria (...) um veículo de subordinação ao *status quo*” (BRÜGGER, 1994, p. 93).

Foi o que aconteceu com os moradores de Sobradinho, na ocasião da construção das barragens para a instalação da hidrelétrica, conduzidas pela CHESF<sup>126</sup>. O Estado, junto com instituições do governo da Bahia e empresas de desenvolvimento agrícola, incentivou

---

<sup>126</sup> “o Projeto Sobradinho (1982), que reunia técnicos da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATERBA), trabalhando dentro de uma filosofia de ‘planejamento participativo’” (COSTA, 2013, p. 15)

a criação de Associações de Moradores nos núcleos rurais da CHESF, realizaram 'obras comunitárias' extremamente necessárias, como postos médicos e sistemas de abastecimento de água (COSTA, A, 2013, p.15)

Estas ações não impediram o impacto, não impediram que os camponeses<sup>127</sup>, que viviam às margens do Rio São Francisco, em Sobradinho, fossem deslocados e sofressem as consequências diretas em suas produções agrícolas e na supressão de seu modo de vida junto ao rio. As obras continuaram e, enquanto isso, os camponeses recebiam os benefícios, sem perceber que seus reassentamentos foram feitos de forma precária. A terra para a qual os camponeses foram conduzidos, mais afastado das margens do rio eram “secas da caatinga, deixando-os sem condições de produzir” (COSTA, A, 2013, p.15).

Desse modo, a nossa percepção é a de que a educação ambiental instaurada por projetos de educação ambiental, aplicados em favor dos licenciamentos ambientais, não é libertadora nem crítica, mas, sim, adestradora. Eliminar o conflito, ou ludibriar os fatos de que ele não existe, é uma forma de criar uma atmosfera de aceitação do modelo de desenvolvimento econômico que destrói a natureza e as vidas dos que vivem dela. As pescadoras, pescadores e moradores que participam das atividades do PEA-BG, acreditam que estão sendo ajudados e, inclusive, aproveitam o espaço para reivindicações, sem saber que não poderão ser atendidos.

### *Ecologismo dos pobres: em busca da justiça ambiental*

Estamos diante de um caso exemplar de racismo e injustiça ambientais, que fabricam uma zona de sacrifício, onde todos os aspectos contidos nesse espaço estão sob ameaça de destruição e apagamento. Dentre esses aspectos está a pesca artesanal e seu risco de extinção. As mulheres pescadoras são a ponta mais frágil dessa “embira” de situações que conduzem ao fim da pesca tradicional em Magé e Baía de Guanabara. O enfrentamento a este destino tem dois caminhos: 1) a aceitação da situação e mudança do modo de vida, diante de algumas oportunidades

---

<sup>127</sup> Termo usado por COSTA, A. (2013).

salva-vidas e 2) a busca pela justiça ambiental e manutenção da tradicionalidade de suas práticas espaciais.

Sobre a aceitação e mudança de modo de vida, já debatemos, quando nos referimos às ONGs, projetos de geração de renda e educação ambiental. Sobre a busca pela justiça ambiental, debatemos sobre a ação dos movimentos de pescadoras e pescadores em defesa ao território pesqueiro, dos pescadores e pescadoras e da tradicionalidade da pesca. É sobre esse movimento que queremos fazer um breve exame, sem a intenção de bastar o assunto. Para isso, ao longo do texto adiante, indicaremos as leituras para aprofundamento, através das citações dos autores que mergulharam no tema.

O conceito de justiça ambiental está relacionado com a forma como os “conflitos ecológicos” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 36) são distribuídos espacialmente (COELHO, 2017; SOUZA, 2020)<sup>128</sup>. Referindo-se à definição de justiça ambiental, pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Dias (2013) resume o termo como

o conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como a ausência ou omissão de tais políticas. (DIAS, 2013, p. 153)

De posse desse argumento, conseguimos refletir que as mitigações e reparos aos danos ambientais, vindos de terceiros, provavelmente não são as mais sublimes soluções para as questões que assolam os pescadores, as pescadoras e a pesca tradicional, da área de estudo. O movimento por justiça ambiental tem mais força e valor político quando insurgem do próprio grupo ou comunidade que é vítima do racismo e injustiça ambientais (MARTÍNEZ-ALIER, 2012; SOARES; IRVING, 2013; COELHO, 2017, ACSELRAD, 2002, 2005, 2010). A este movimento por justiça ambiental, Martínez-Alier (2012) batiza de “ecologismo dos pobres”. Esta corrente ecológica é a terceira das apresentadas pelo autor<sup>129</sup>, cujo

<sup>128</sup> Para conhecer melhor a origem dos movimentos pela justiça ambiental e como esses movimentos chegaram ao Brasil, sugiro a leitura de Santos (2011), Soares, D. (2012), Porto (2013), Storti; Costa (2014) e Souza (2020).

<sup>129</sup> Segundo Alier (2012) as três correntes do ecologismo ou ambientalismo surgiram como uma “reação ao crescimento econômico” (ALIER, 2012, p. 21). O “culto à vida silvestre” é o primeiro ecologismo apresentado pelo autor, que cultua a natureza como algo sagrado e que não deve ter interferência humana, ideia esta que alimentou a criação de unidades de conservação. Existe uma diferença entre esta corrente e a do “evangelho da coeficiência”, que apresenta uma preocupação com a economia. O “evangelho da coeficiência” defende uma “boa utilização dos recursos” e o “desenvolvimento sustentável”. A terceira corrente é o ecologismo dos pobres, que defende que a manutenção e a

eixo principal (...) é um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 34)

O ecologismo dos pobres é uma reação ambientalista, vinda dos próprios “pobres”, em resposta aos “conflitos de distribuição ecológica” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 142), ou seja, as perdas dos direitos de uso dos espaços e dos recursos naturais, os ganhos injustos de elevadas cargas de poluição sanitária e industrial e os casos de desvalorização e invisibilidade identitárias, entre outros conflitos ambientais. Sobre esse último, Soares, D. (2012) acredita que o movimento por justiça ambiental se baseia em “‘identidades de projeto’ (...) “desenvolvido por aqueles que buscam a redefinição de suas posições na sociedade” (SOARES, D, 2012, p. 17). Isso explica a insurgência de associações de pescadores na Baía de Guanabara (SOARES, D, 2012) e de movimentos de pescadores e pescadoras, em escala nacional, que recrutam associados nos seus próprios territórios<sup>130</sup>.

Soares, D. (2012) investigou o ecologismo dos pobres, ou o movimento por justiça ambiental, dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara. Segundo este autor, desde 2006, a Petrobras iniciou “processos de aproximação e negociação entre a empresa e os pescadores” (SOARES, D, 2012, p. 124), com o intuito de antecipar a mediação dos conflitos que surgiriam com as instalações dos empreendimentos do COMPERJ. Em contrapartida, os pescadores também procuraram a empresa e foram estabelecidas as “mesas de diálogo” (SOARES, D, 2012, p. 125). No processo de diálogo e negociação, o conflito não se dissolveu, pois os pescadores artesanais “desejavam compensações mais efetivas, do que os ‘projetos’ aos quais já estavam acostumados” (SOARES, D, 2012, p. 129).

Antes de iniciar estas mesas de negociação, os pescadores já vinham se organizando em associações de pescadores e a mais conhecida foi o Grupo Homens do Mar<sup>131</sup>, criada em 2003 (SOARES, D, 2012, p. 134). Em face aos conflitos

---

proteção à natureza sejam mantidas pelas comunidades tradicionais e pobres que vivem dos seus recursos. Segundo o autor, o ecologismo dos pobres, em diferença às duas primeiras correntes, é uma melhor alternativa para a proteção ambiental, já que defende que os povos do mar e da floresta são os melhores tutores da natureza, são os que melhor conservam o seu meio de sobrevivência.

<sup>130</sup> É o que chamamos no subcapítulo 4.2.4 de agentes promotores da identidade.

<sup>131</sup> Atualmente este grupo é conhecido como Associação dos Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR).

ambientais gerados pelas obras agregadas à indústria petrolífera<sup>132</sup>, os pescadores artesanais frequentavam as reuniões do conselho gestor da APA Guapimirim em busca de soluções. Segundo Coelho (2017), “A participação no conselho foi imprescindível para a criação da AHOMAR” (COELHO, 2017, p. 108), que atua ainda hoje na luta pela justiça ambiental da Baía de Guanabara, no que se refere à pesca artesanal. O que devemos nos atentar, é que a criação dessas associações dos pescadores não foi incentivada ou estimulada diretamente pelos servidores da UC, foi um movimento que partiu deles, ao contrário do ocorreu com a AMOPE.

No meio da insurgência desse movimento dos pescadores, na Baía de Guanabara (SOARES, D, 2012, 2013), estavam as pescadoras artesanais que, pela quantidade, estavam dissolvidas em um universo masculino de reivindicações. Isso não significa ausência de força por parte das que participaram do movimento. Ao longo do contato, da autora desta tese, com as questões dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara (desde 2009), conhecemos algumas destas mulheres – que não participaram da pesquisa em pauta: Daize Menezes (AHOMAR), Eliana Bibiana (Praia da Luz, São Gonçalo) e Márcia Regina (ACAMM). Maria Marli também foi uma dessas pescadoras que conheci no caminho e foi com ela que iniciei a jornada da pesquisa.

Através da Maria, conheci a trajetória destas pescadoras, que começou com esse movimento ecologista na Baía de Guanabara para o enfrentamento das injustiças ambientais impostas compulsoriamente em suas vidas. No subcapítulo 3.3.6, onde nós identificamos os “efeitos sociais” na vida dessas pescadoras, em resposta não só aos impactos ambientais, mas, também à falta de credibilidade dada às suas identidades. Estas pescadoras tiveram que “lutar” com mais uma injustiça: a pequena representatividade feminina nos movimentos pela justiça ambiental. Isto é, o movimento dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara, em busca da justiça ambiental para o grupo, não foi capaz de resolver a questão da desigualdade de gênero<sup>133</sup>.

Desde 2014, Maria e as pescadoras artesanais citadas no parágrafo anterior, começaram a participar das atividades da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) que têm como principal pauta, a “questão da saúde das mulheres

---

<sup>132</sup> COMPERJ e toda a infraestrutura de dutos que se seguiu.

<sup>133</sup> Acreditamos que dentre o movimento em busca da justiça ambiental dos pescadores ambientais da Baía de Guanabara, esta temática esteja sendo revista e colocada em pauta. Uma evidência disso é a troca do nome da AHOMAR, que antes era apenas Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara e, atualmente, incluíram a palavra “mulher” na sua composição: Homens e Mulheres do Mar.

no trabalho”<sup>134</sup>. Essa questão e outras de interesse das pescadoras artesanais de todo o Brasil, estavam sendo ignoradas e/ou minimizadas dentro do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP), o que as fez criar um movimento dentro do movimento, que foi a própria ANP. Segundo Martínez-Alier (2012), o “ecofeminismo social” e o “feminismo ambiental” são considerados, também, “movimentos de resistência” enquadrados nos chamados “conflitos ecológicos distributivos” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 341-342).

A luta em busca da justiça ambiental, ou ecologismo dos pobres, assim como a “briga” das mulheres “Na busca de condições igualitárias para os gêneros” (DI CIOMMO, 1999, p. 47) enfrenta um “inimigo” em comum que é a invisibilidade. Nas palavras de Martínez-Alier (2012) “A invisibilidade é uma característica que o ecologismo dos pobres compartilha com o feminismo” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 277).

A pauta ecologista e ambientalista, geralmente não é apreciada pelos mais pobres<sup>135</sup>, mas, sim “interessa unicamente à classe média alta” (MARTÍNEZ-ALIER, 2012, p. 282). Porém, a partir do momento em que as injustiças interferem diretamente nas vidas dos “pobres”, “camponeses”, “povos e comunidades tradicionais”, o sentimento ecologista se instaura. O mesmo ocorre na insurgência dos movimentos ecofeministas, como o exemplificado com o surgimento da ANP e o recrutamento das pescadoras artesanais.

Para finalizar, terminamos o raciocínio com as palavras da autora do livro “Ecofeminismo e Educação Ambiental”, Regina Célia Di Ciommo (1999):

Na busca de condições igualitárias para os gêneros, seria inútil pretender mudanças culturais, através apenas da conscientização e da educação, se não houver uma mudança na base institucional da sociedade. Esforços unicamente dirigidos para mudanças nas instituições sociais, nas condições de trabalho e salário não surtirão efeito se não mudarem a linguagem e a imagem cultura desvalorizada da mulher e aumentarem suas possibilidades de ser envolvida em projetos de criatividade, participação e autonomia. (DI CIOMMO, 1999, p. 47)

---

<sup>134</sup> [http://articulacaoopescadoras.blogspot.com/p/historico\\_52.html](http://articulacaoopescadoras.blogspot.com/p/historico_52.html)

<sup>135</sup> “Os pobres, multiplicando-se e subempregados, desejam mais desenvolvimento, e não menos” (ALIER, 2012, p. 282)

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. (2002). Justiça ambiental e construção social do risco. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.5, p. 49-60, jan/jun 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116>>. Acesso em: 01/02/2021.
- \_\_\_\_\_. (2005). Justiça Ambiental: narrativas de resistência ao risco social ampliado. In: FERRARO JÚNIOR, Antônio L. (org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. pp. 219 – 228. Disponível em: <<https://silo.tips/download/justia-ambiental-narrativas-de-resistencia-ao-risco-social-ampliado>>. Acesso em: 01/02/2021.
- \_\_\_\_\_. (2010). Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. In: *Estudos Avançados*. 24 (68), 2010. pp. 103 – 119. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10>>. Acesso em: 01/02/2021.
- ADDOR, Felipe (2006). A “pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca em Macaé”: uma análise do percurso metodológico. Dissertação (Mestrado) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE – UFRJ), 2006, pp. 162. Disponível em: <[http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe\\_m/FelipeAddor.pdf](http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/FelipeAddor.pdf)>. Acesso em: 25/06/2019.
- ALENCAR, Edna F. (1993). Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (1993). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém-Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi. pp. 63 – 81. Disponível em <<https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/777/1/POVOS%20DAS%20AGUAS%201993%20ALENCAR.pdf>>. Acesso em: 24/10/2019.
- \_\_\_\_\_.; Souza, I. S. (2019). Participação, cooperação e empoderamento: a atuação das pescadoras em projetos de gestão de recursos pesqueiros na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá-AM, Brasil. In: MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. (2019). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. RJ: EDUENF. pp. 161- 194. Disponível em: <[https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres\\_na\\_Atividade\\_Pesqueira\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 7/7/2019.
- ALERJ (2016). 5.1. Dossiê do presidente da Comissão Especial. In: *Relatório da Comissão Especial da Baía de Guanabara*. Autores do Dossiê: Carla Ramôa Chaves, Carlos Bittencourt e Flávio Serafini. pp. 1 [65] – 215 [281]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzH9dHAzOI6lZ2o1Z25jY216cUFxc1lEX1UtWUhgBHVmMdfWFV/view>>. Acesso em: 13/06/2020.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. (2007). *O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto. 379p.

ARANTES, R. F. de M. (2010). A experiência de injustiça que atinge as mulheres. In: ARANTES, R.; GUEDES, V. (orgs.) (2010). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. pp. 79 – 98.

BERREMAN, Gerard D. (1962) “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia”. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar, org. *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., p.123-174.

BERQUE, A. (1984). Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: In: CORRÊA, R.L. ; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 84-91.

BITTENCOURT FILHO, C. A. L. (2008). Resenha: Joan Martínez-Alier. 2007. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto. 379p. In: *Mundo Agrário*, vol. 9, n.17, segundo semestre de 2008. Centro de Estudios Históricos Rurales. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educacion. Universidad Nacional de La Plata. 5p.

BOBEK, H.; SCHMITHÜSEN, J. (1949). A paisagem e o sistema lógico da Geografia. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 75-83.

BOURDIEU, P. (2006). O camponês e seu corpo. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 26, p. 83-92. junho, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>>. Acesso em: 04/06/2020.

BRAIDO, Janaina Agostini; CAPORLINGUA, Vanessa Hernandes. (2013). O preconceito e a desinformação como obstáculos à transformação social: a educação ambiental política como ferramenta de resgate da cidadania das mulheres na atividade pesqueira. In: *VII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA)*. Rio Claro - SP, 07 a 10 de julho de 2013. 15 pp. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2013\\_anais/pdfs/plenary/0186-1.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0186-1.pdf)>. Acesso em: 22/06/2019.

BRASIL (1990). *Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7998.htm)>. Acesso em: 03/02/2021.

BRASIL (2008). *Microempreendedor individual*. LEI Nº 128, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm)>. Acesso em: 02/08/2020.

BRASIL (2010). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)*. LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>, acesso em 01/08/2020.

BRASIL (2015). *Decreto no 8.424 de 31 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/decreto/d8424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8424.htm)>, acessado em 12/01/2021.

BRASIL (2017). *Decreto que altera os critérios para a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira*. DECRETO Nº 8.967, DE 23 DE JANEIRO DE 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D8967.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D8967.htm)>, acesso em 02/08/2020.

BRASIL, ICMBio (2019). *Turismo de base comunitária em unidades de conservação Federais: caderno de experiências*. Organizadores: GUERRA, M. F.; ALVITE, C. M. C.; SANTOS, B. V. S., Autores: FONTOURA, A. G. C. e outros, 1ª ed., Brasília (DF): ICMBio – MMA. 87p. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/turismo\\_e\\_base\\_comunitaria\\_em\\_ucs\\_caderno\\_de\\_experiencias.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/turismo_e_base_comunitaria_em_ucs_caderno_de_experiencias.pdf)>. Acesso em: 03/02/2021.

BRITO, C. I. (2016). *Uma abordagem sócio histórica do movimento de pescadores e pescadoras artesanais brasil (mpp)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, pp. 157. Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2017/07/Tese-da-Carmem-copia-final-revisada-Carmem.pdf>>. Acesso em: 22/06/2019.

BRONZ, D. (2014). Experiências e contradições na etnografia de práticas empresariais. In: CASTILHO, S. R. R. e outros (2014). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, p. 221-242.

BRÜGGER, Paula (1994). *Educação ou Adestramento Ambiental?* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994,142pp.

BURGOS, A.; MERTENS, F. (2015). Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. In: *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. 13 (1). 2015. pp. 57-71. Disponível em: <[http://www.pasosonline.org/Publicados/13115/PS0115\\_04.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/13115/PS0115_04.pdf)>. Acesso em: 05/05/2020.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. in: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (2009). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Realização: Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (COPPE/UFRJ): editora Letra e Imagem. pp. 76-91 Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/marcosaraujo/disciplinas/geografia-aplicada-ao>>

turismo/material-complementar/turismo-de-base-comunitaria-diversidades-de-olhares-e-experiencias-brasileiras/view>. Acesso em: 05/05/2020.

CÁCERES, Luz Stella R. (2012). Lugar, Memórias e Narrativas da Preservação nos Quilombos da cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro. 374p.

CARNEIRO, L. F. (2008). *Marketing de relacionamento: caso O Boticário*. Monografia, Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2008. 37p. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8978>>. Acesso em: 03/02/2021.

CAZAL, M. A. (1817). A província do Rio de Janeiro. In: *Corografia brazilica, ou, Relação historico-geografica do reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. pp. 1 – 55. Disponível em: <<https://archive.org/details/corografiabrazil01casa/page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 25/06/2020.

CEBG (COMISSÃO ESPECIAL DA BAÍA DE GUANABARA). *Notas Taquigráficas*. 6ª Audiência Pública: ALERJ, 23/10/2015.

CHAVES, C.R. (2011). *Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia. 185p.

CLAVAL, P. (1999). Etnogeografias: conclusão. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 7, Jan/Jun. de 1999. pp. 69-74. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6995>>. Acesso em: 18/05/2020.

\_\_\_\_\_ (2002). A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Introdução à geografia cultural*. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp.147-166.

\_\_\_\_\_ (2013). O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. In: *Confins* [En ligne], 17 | 2013, mis en ligne le 22 octobre 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/12414>>. Acesso em: 18/05/2020.

CLOKE, P. e outros (2004). *Practising Human Geography*. London, California e New Delhi: SAGE Publications Ltd. 433p.

COELHO, B. H. da S. (2017). *Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense*. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa e Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 295p.

COLE, Sally (1991). *Women of the praia: work and lives in a Portuguese coastal Community*. In the United Kingdom: Princeton University Press, Oxford. 189p.

CONCREMAT (2007), *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)*. Concremat Engenharia, Petrobras, 153p. Disponível em: <[https://pt.slideshare.net/vini\\_martyns/rima-comperj-108709092](https://pt.slideshare.net/vini_martyns/rima-comperj-108709092)>, acessado no dia 28/07/2020. (\*Este relatório foi pesquisado no site da Petrobras ou do Inea e não foi encontrado)

CORRÊA, R. L. (2000). Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª edição – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000. pp. 15-47.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. (1987). Mundos de significados: Geografia Cultural e imaginação. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: um século 2*). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. pp. 33 – 60.

COSTA, A. L. M. (2013). *Uma retirada insólita: Rio São Francisco – barragem de Sobradinho*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/IPPUR. 272p.

COSTA, Andréa P. de C. (2000). *Educação Ambiental como estratégia de Desenvolvimento Local: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Programa EICOS/UFRJ, Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro. 270p.

COSTA, C.; LAMAS, I. (2010). *Planejamento estratégico do Mosaico Central Fluminense*. Rio de Janeiro: Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio), 51p. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/planejamento-central-fluminense.pdf>>, acesso em 01/08/2020.

COSTA, H. S. (2013). Os impactos potenciais das atividades petrolíferas e de geração de energia em Pernambuco. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org.). *50 anos da Refinaria de Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal*. Heinrich Böll Stiftung, Fase – solidariedade e educação, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2013. pp. 293-306.

COSTA, M. A. M. (2015). Da lama ao caos: um estuário chamado Baía de Guanabara. In: *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 15-39, maio 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cm/v17n33/2236-9996-cm-17-33-0015.pdf>>, acessado em 31/07/2019.

CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) (2016), Org.: Tomas, A. de. F.; Santos, G. *Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil*. Brasília/DF. 104p. Disponível em: <<http://cpp.institucional.ws/sites/default/files/publicacoes/Relat%C3%B3rio%20de%20conflitos%20socioambientais%20final.pdf>>. Acesso em: 07/10/2019.

CRUZ, Rita de C.A. da (2009). Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. in: BARTHOLO, R. SANSOLO, D.G., BURSZTYN, I. (2009). *Turismo de*

*Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Realização: Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (COPPE/UFRJ): editora Letra e Imagem. pp. 92-

DA MATTA, R. (1974). O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. pp.23-35.

DAOU, A. M. (2013). Um espaço social fora do mapa: as lutas que as águas ensejam e o território como dispositivo. In: Acselrad, H.; Viégas, R. N. (2013). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. pp. 81 – 118. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4578708/mod\\_resource/content/1/COMP\\_A\\_CSELRAD%20-%202013%20-%20Cartografia%20Social%2C%20Terra%20e%20Territ%C3%B3rio.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4578708/mod_resource/content/1/COMP_A_CSELRAD%20-%202013%20-%20Cartografia%20Social%2C%20Terra%20e%20Territ%C3%B3rio.pdf)>, acessado em 25/07/2020.

\_\_\_\_\_; FELIPE, R.G. (2011). De perto e de longe: pistas para uma reflexão sobre imagem e geografia. In: *Espaço Aberto*, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, V. 1, N. 2, p.77-90, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2058/1825>>, acessado em 25/07/2020.

DIAS, A. P. e outros (2013). Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj): impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara. In: *Revista Ética e Filosofia Política*, nº 16, volume 1, junho de 2013, pp. 151-175. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16\\_1\\_pessoa.pdf](http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_1_pessoa.pdf)>, Acesso em: 28/01/2020.

DI CIOMMO, Regina Celia (1999). *Ecofeminismo e Educação Ambiental*. São Paulo: Editora UNEUBE. 264p.

\_\_\_\_\_. (2007). Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. In: *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 1, p. 151 – 163, jan-jun/ 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a10>>. Acesso em: 24/06/2019.

DUARTE, L.F.D. (1999). *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: EdUFF, 1999. 285p.

FADEL, Simone; RIBEIRO, M.; SILVA, M. L. (2013). Possibilidades de uma educação ambiental crítica no entorno de um polo petroquímico. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org.). *50 anos da Refinaria de Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal*. Heinrich Böll Stiftung, Fase – solidariedade e educação, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2013. pp. 233-237.

FASSARELA, Simone Simões (2008). O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. In: *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 23, p. 171 – 194, jul/ dez, 2008. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12956](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12956)>. Acesso em: 24/06/2019.

FERREIRA, M. A. G. (2016). *Entre redes de discursos e de pesca: performances narrativas de mulheres pescadoras em Arraial do Cabo*. Tese de Doutorado, UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Linguística aplicada. 199p.

FERREIRA, Tatiana de Sá Freire (2014). *Da Paisagem ao Território: a arte das garrafas de areia colorida e experiências de mapeamento social em Majorlândia/CE*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro. 111p.

FOOTE-WHYTE, William. (1943). Treinando a observação participantes. In: ZALUAR, Alba. (org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. 77-86pp.

FOX, Verónica del P. P. (2010). *Pesca Artesanal e Desenvolvimento Local: o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE (1990 – 2009)*. Dissertação (mestrado). Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PRPPG – UFRPE). 211pp. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6116/2/Vânia%20del%20Pilar%20Proano%20de%20Fox.pdf>>. Acesso em: 29/06/2019.

GEERTZ, C. (2008). Um jogo absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT. pp. 278-320

GEORGESCU-ROEGEN, N. (1975). Energy and Economic Myths. In.: *Southern Economic Journal*. Volume 41, Number 3. pp. 347-381. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1056148?seq=1>>, Acesso em: 10/03/2020.

GERBER, Rose Mary (2013). *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS – UFSC), 2013, 418 pp. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107184/319165.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22/06/2019.

\_\_\_\_\_ (2014). Uma aventura antropológica: a perda da inocência. In: *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 23, p. 1 – 381.

GLUCKMAN, M. (1958). Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Editor UNESP, 2009. pp. 227-267.

GOFFMAN, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes. 233p.

GOMES, Renan da Silva. (2018). *Atafonias: sentidos da paisagem em uma comunidade de pescadores do Norte Fluminense*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro. 242p.

GUERRA, A. T; GUERRA, A. J. T. (2008). *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 648p.

GUIMARÃES, Alba Zaluar, org (1980). *Desvendando Máscaras Sociais* Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.

HELLEBRANDT, L. (2019). O que torna as mulheres invisíveis na pesca? Reflexões a partir de pesquisa com mulheres da colônia Z3 – Pelotas - RS. In: MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. (2019). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. RJ: EDUENF. pp. 265-278. Disponível em: <[https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres\\_na\\_Atividade\\_Pesqueira\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 7/7/2019.

\_\_\_\_\_ e outros (2019). As mulheres na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos – RS: caracterização do trabalho no beneficiamento do Camarão. In: MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. (2019). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. RJ: EDUENF. pp. 195-226. Disponível em: <[https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres\\_na\\_Atividade\\_Pesqueira\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 7/7/2019.

HOEFLE, S. W. (2018). A Ecologia Política da Costa Fluminense: um estudo etnográfico longitudinal da pesca, turismo e desenvolvimento industrial na Baía de Sepetiba. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, p. 99-128. Disponível em: <<https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/192>>, Acesso em: 15/10/2019.

\_\_\_\_\_ (2020). Conservation refugees and environmental dispossession in 21st century critical Geography. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 84, 2895, 1–34. Disponível em: <<https://doi.org/10.21138/bage.2895>>, Acesso em: 07/01/2020.

IBAMA/MMA (2001). *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 381p. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa\\_guapi\\_mirim.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/apa_guapi_mirim.pdf)>, acessado em 25/06/2020.

\_\_\_\_\_ (2010). *Nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10: programas de educação ambiental*. 37p. Disponível em: <[https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/Nota\\_Tecnica\\_01-10\\_Programas\\_de\\_Educacao\\_Ambiental.pdf](https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/Nota_Tecnica_01-10_Programas_de_Educacao_Ambiental.pdf)>, acessado em 28/07/2020.

IBGE (2017). *Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Geografia – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 164p. Disponível

em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101470.pdf>>, acesso em 30/07/2020.

ICMBIO (2012). *Plano de Manejo da Estação Ecológica da Guanabara*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação/Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2250:esec-da-guanabara>>, acesso em 22/06/2020.

INSTITUTO ONDAZUL (2018). *Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Barão de Mauá*. DMP & Associados Ltda. Rio de Janeiro, 2018. 672 p. Disponível em: <[http://mage.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/pdf/Plano%20de%20Manejo%20PNMBM\\_atualizado\\_14-05-19-compactado.pdf](http://mage.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/pdf/Plano%20de%20Manejo%20PNMBM_atualizado_14-05-19-compactado.pdf)>, acesso em 03/03/2020.

LAMÊGO FILHO, A. R. (1964). *III – O homem e a Guanabara*. Edição comemorativa do IV centenário da cidade do Rio de Janeiro, 2ª edição, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 415p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13101\\_v3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13101_v3.pdf)>, acessado em 03/02/2020.

LEFEBVRE, Henri (2006). *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006. Disponível em: <[https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri\\_lefevre-a-produc3a7c3a30-do-espac3a7o.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefevre-a-produc3a7c3a30-do-espac3a7o.pdf)> Acesso em: 02/05/2020.

LIMA (2016). *Reavaliação Ambiental Estratégica da área de abrangência da Baía de Guanabara e região do entorno do COMPERJ*. Laboratório Interdisciplinar de maio Ambiente – COPPE/UFRJ

LOPES, C. J. O. (2019). Quando o quilombo é rio: territorialidades da pesca entre quilombolas ribeirinhos no baixo Tocantins (PA). In: *Mares: Revista de Geografia Etnociências*, v. 1, n.1. pp. 73 – 84. Disponível em: <<http://revistamares.com.br/index.php/files/article/download/25/30>>. Acesso em: 07/10/2019.

LOPES, E M. (2018). *Modelo teórico: campanhas Member Get Member*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa. 2018. 65p. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18511>. Acesso em: 03/02/2021.

LOUREIRO, Carlos F. B. (2012). *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez. Coleção questões da nossa época. V. 39. 128p.

MALINOWSKI, Bronislaw. (1961). Os Argonautas do Pacífico Ocidental (Introdução: objeto, método e alcance desta investigação). In: *Ethnologia, Revista do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade de Lisboa*. n.s. 6-8: 17-38. [o autor realizou esta pesquisa entre os anos de 1914 até 1918, mas este texto foi republicado por esta revista em 1997. Não se trata da pesquisa inteira.]

MANESCHY, M. C. (1995) A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. In: *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, série Antropológica, v. 11, n.2. Disponível em: <[http://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/B%20MPEG%20Ant%2011\(2\)%201995%20MANESCHY.pdf](http://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/B%20MPEG%20Ant%2011(2)%201995%20MANESCHY.pdf)>. Acesso em: 17/04/2018.

MANGUE VIVO (2013). *O projeto de reestruturação do mangue de Magé, após o acidente de derramamento de Petróleo na Baía de Guanabara: entrevista Rogério Rocco*. Blog do Projeto Mangue Vivo, 29 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://manguevivorj.blogspot.com/2013/09/a-vida-no-mangue-dez-anos-apos-o.html>>, acesso em 27/07/2020.

MAPA (2019). *Relatório de avaliação: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). maio, 2019. 17p. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/12934.pdf>>, acesso 03/03/2020.

MARTINS, C. B. de C. (2008). Notas sobre o sentimento de embaraço em Erving Goffman. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, nº 68, São Paulo, outubro, 2008. pp.137-197. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a11.pdf>>. Acesso em: 06/08/2019.

MARTINS, Maria Cristina. (2005). *Partilhando saberes na Ilha de Itaóca: a roda de siri - entre o mundo do trabalho e as memórias da infância*. Tese de Doutorado em Educação: Universidade Federal Fluminense. 263p. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/34546977-Partilhando-saberes-na-ilha-de-itaoca-a-roda-de-siri-entre-o-mundo-do-trabalho-e-as-memorias-de-infancia.html>>. Acesso em: 21/05/2020.

\_\_\_\_\_. (2008). Práticas de trabalho e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras. In: *Sisifo: revista de ciências da educação*. Nº 6. maio/agosto de 2008. pp. 71-84. Disponível em: <[sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/download/194/346](http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/download/194/346)>. Acesso em: 23/06/2019.

\_\_\_\_\_. (2009). As narradoras de Itaóca. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, MT. orgs. *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa* [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009.368p. 247-270pp. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3w52w/pdf/mendonca-9788523208974-11.pdf>> Acesso em: 30/09/2019.

MARTINS, Mary L. S.; ALVIM, R. G. (2016). Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto, Sergipe, Brasil. In: *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 11, n. 2, p. 379-390, maio-ago. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v11n2/1981-8122-bgoeldi-11-2-0379.pdf>>. Acesso em: 22/06/2019.

MIELKE, E.J.C.; PEGAS, F.V. (2013). Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. In: *Turismo em análise*. Vol. 24, n.1,

abril 2013. pp. 170-189. Disponível em:  
<<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/64176/66863>>. Acesso em: 05/05/2020

MIKESELL, M.W.; WAGNER, P.L. (1962). Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia Cultural: um século (1)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 111– 167.

MIKESELL, M. W. (1994). Posfácio: novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. pp. 85 – 109.

MINERAL Engenharia e Meio Ambiente (2014). *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural do polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 2*. Mineral Engenharia, Petrobras e IBAMA/MMA. 69p. Disponível em:  
<<https://Petrobras.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A158398454825F401456C238831781E>>, acesso em 28/07/2020.

\_\_\_\_\_ (2017). *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural do polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3*. Mineral Engenharia, Petrobras e IBAMA/MMA. 79p. Disponível em:  
<[https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/RIMA\\_Etapa\\_3.pdf](https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/RIMA_Etapa_3.pdf)>, acesso em 28/07/2020.

MMA (2003). *Especificações e normas técnicas para elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 107p. Disponível em:  
<<https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80037/Cartas%20SAO/Metodologia/Normas%20e%20Especificacoes%20Cartas%20SAO.pdf>>, acessado em 25/07/2020.

MOREIRA, R. (2000). Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988. In: *Geographia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, UFF/EGG, ano II, nº 3, 2000. pp. 25-50

MPRJ (2010), *Inquérito Civil n.º 106/2010 (MPRJ 2010.00008169) – Ação Civil Pública Ambiental*, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí. 162p. Disponível em:  
<[http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/inicial\\_dutos\\_comperj\\_ic\\_10610.pdf](http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/inicial_dutos_comperj_ic_10610.pdf)>, acesso em 28/07/2020.

MÜLLER, A. R. (2007). *Marketing de relacionamento: o caso da Congraria das Artes*. Relatório de conclusão de estágio do curso de Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. 67p. Disponível em:  
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130624>>, acesso em 03/02/2021.

NASCIMENTO, J. L. do (2014). *Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue Cumbe contra o racismo ambiental*. Dissertação (mestrado)

– Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza. 119p.

NEVES, M. (2013). O licenciamento ambiental no estado do Rio de Janeiro e a comunidade tradicional de pescadores artesanais. Conflito socioambiental gerado pela indiferença e omissão do poder público: estudo do caso da Baía de Guanabara. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org.). *50 anos da Refinaria de Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal*. Heinrich Böll Stiftung, Fase – solidariedade e educação, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2013. pp. 169-199.

OLIVEIRA, C. A. G.; SANCHÉZ, C. P. (2018). Educação ambiental, justiça ambiental e questões de gênero: a perspectiva de um grupo de educadoras ambientais comunitárias de Magé, RJ. In: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande, v. 35, n. 1, pp. 151-170, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7498>>. Acesso em: 08/08/2019.

PEREIRA, Maria O. de R. e outros (2019). A vida das pescadoras artesanais no litoral brasileiro: perspectivas da educação ambiental. In: MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. (2019). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. RJ: EDUENF. pp. 279-308. Disponível em: <[https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres\\_na\\_Atividade\\_Pesqueira\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 7/7/2019.

PETROBRAS/E&P (2017). *Relatório Descritivo e Analítico do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro*. Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEA-RIO) – Região 04 (Baía de Guanabara). fevereiro de 2017. 203 p. Disponível em: <[https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/Relatorio\\_Descritivo\\_Analitico\\_DP\\_PEA-RIO-BG\\_0.pdf](https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/Relatorio_Descritivo_Analitico_DP_PEA-RIO-BG_0.pdf)>, acesso em: 30/07/2020.

PRADO, R. M. (1995). Small Town: mitologia e vivência. In: *Comunicações do PPGAS/MN*, Rio de Janeiro RJ, n.6, p. 43-95.

POLLAK, M. (2006). Memoria e Identidad Social. In: *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones limite*. La Plata: Ediciones Al Margen. 117p. (pp. 33 – 52)

PORTO, M. F.; PACHECO, T; LEROY, J. P. (orgs.) (2013). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 360p. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788575415764>> , Acesso em: 10/07/2020.

RAULINO, S. F. (2013). Riscos, empregos, “desenvolvimento” e condições de vida: temor e consentimento nas representações de populações que sofrem efeitos de proximidade da REDUC. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e

petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org.). *50 anos da Refinaria de Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal*. Heinrich Böll Stiftung, Fase – solidariedade e educação, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2013. pp. 169-199.

ROSA, M. F. M. (2005). *As condições de trabalho e saúde dos pescadores e catadores de caranguejos da região de manguezais da APA de Guapimirim*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UERJ/PEAMB. 129p.

SANTOS, Eline A.; SOUZA, R. M. (2019). Conflitos Socioambientais Na Pesca Artesanal: Um Olhar Sobre O Cotidiano Das Pescadoras De Sergipe. In: MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. (2019). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. RJ: EDUENF. pp. 111 – 138. Disponível em: <[https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres\\_na\\_Atividade\\_Pesqueira\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 7/7/2019.

SANTOS, M. (2009). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 384p.

SANTOS, Carlos. (2011). Conservação e produção em uma área protegida: dilemas em torno da sustentabilidade. In: *cadernos de campo*, São Paulo, n. 20, p. 1 – 360. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36792>>, acessado em 24/07/2019.

SAUER, C.O. (1925). A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 12 – 83.

\_\_\_\_\_ (1927). Desenvolvimentos recentes em Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: um século (1)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. pp. 15– 98.

\_\_\_\_\_ (1931). Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: um século (1)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. pp. 99– 110.

\_\_\_\_\_ (1956). A Educação de um Geógrafo. In: *Geographia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, UFF/EGG, ano II, nº 4, 2001. pp.137-150.

SEEGER, A. (1980). Pesquisa de campo: uma criança no mundo. In: SEEGER, A. *Os índios e nós*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. pp. 25-40.

SEVÁ, O. (2013). O Estado do Rio de Janeiro, capital dos problemas ambientais e sociais da indústria petrolífera: os casos do litoral Norte Fluminense e da Baía da Guanabara. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org.). *50 anos da Refinaria de Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal*. Heinrich Böll Stiftung, Fase – solidariedade e educação, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2013. pp. 73-116.

SIGAUD, L. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 83-166.

SILVA, C. (2010). Mulheres e Justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho. In: ARANTES, R. & GUEDES, V. (orgs.) (2010). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. pp. 61 – 76.

SILVA, Lays H. P. e (2012). Ambiente e Justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. In: *e-cadernos CES [Online]*, 17/2012. pp. 85 – 111. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1123>> . Acesso em: 30/04/2019.

SILVA, Cátia Antônia da. (2014). Elementos Epistemológicos e metodológicos para uma Geografia das Existências. In: SILVA, Cátia Antônia (org.) (2014). *Pesca Artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência. pp. 13-26.

\_\_\_\_\_. (2015). *Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência. 130p.

SILVA, H. S. (2017). Desenvolvimento e Injustiça: um olhar sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). In: *XIX Encontro Internacional sobre Gestão, Engenharia e Meio Ambiente (XIX ENGEMA)*, dezembro de 2017, 17p. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/468.pdf>>, acesso em 28/07/2020.

SOARES, D.G. (2012). *Conflito, ação coletiva e luta por direitos na Baía de Guanabara*. Doutorado em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 168p.

\_\_\_\_\_; IRVING, M. A. (2013). Discursos ecologistas em um processo de licenciamento ambiental na região da Baía de Guanabara. In: *Agrária*, São Paulo, N° 18, 2013, pp. 200-228. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/81744/107949>>, acessado em 17/03/2020.

SOARES, S. Moreira. (2012). *Descaindo a rede do conhecimento: as pescadoras e o seguro defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), Universidade Federal do Amazonas, 2012, pp. 145. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2311>>. Acesso em: 25/06/2019.

SOUZA, M. L. de (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 320 p.

\_\_\_\_\_ (2020). Articulando ambiente, território e lugar: a luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. In: *Ambientes - Revista de Geografia e Ecologia Política*. Volume 2, Numero 1, pp. 16 – 64. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/25277>> , acessado em 30/07/2020.

SOUZA, S., RIBEIRO, N.; MARTÍNEZ, S. (2019). Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço na produção em teses e dissertações (2007-2017). In: MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. (2019). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. RJ: EDUENF. pp. 21-50. Disponível em: <[https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres\\_na\\_Atividade\\_Pesqueira\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/Mulheres_na_Atividade_Pesqueira_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 7/7/2019.

STORTTI, M. A.; COSTA, L. S. (2014). Gênero, violência e indústria do petróleo: um panorama do impacto da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) sobre a vida das mulheres da Baixada Fluminense. In: *Revista Ambivalências*, v. 2, n.3, jan-jun/2014. P. 70 – 85.

SVAMPA, M.; VIALE, E. (2014). *Maldesarrollo: la Argentina del extractivismo y el despojo*. Argentina: Buenos Aires Print. 428p. Disponível em: <<http://cdn.biodiversidadla.org/content/download/142079/1089521/version/1/file/Libro+Maldesarrollo+de+Svampa+y+Viale.pdf>>, Acesso em: 12/06/2020.

TAVARES, Thiago Roniere Rebouças. Examinando a injustiça ambiental a partir da contaminação do ar e de inundações nos arredores da Companhia Siderúrgica do Atlântico/Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro). In: *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 1, nº 2, pp. 211-251, 2019.

TRATA BRASIL (2014). *Benefícios econômicos da expansão do saneamento na Baía de Guanabara: qualidade de vida, produtividade e educação, valorização ambiental*. Ex Ante Consultoria Econômica. 70p. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/baia-guanabara/Estudo-Completo-Beneficios-do-saneamento-na-Baia-de-Guanabara.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

VAN VELSEN, J. (1967). A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: Feldman-Bianco, Bela (1987). *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global. 345-374.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. In: *Opinião Pública*. Campinas, vol. VII, nº1, 2001, pp. 1-15. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/op/v7n1/16930.pdf>>. Acesso em: 21/05/2020

VIEIRA, Thiago W. M.; LEAL, G. F.; MARTINS, R. L. (2017). Novo desenvolvimentismo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o Complexo Petroquímico do estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) e os pescadores artesanais. In: *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Universidade Federal do Paraná, v.

42, p. 271-286, dezembro 2017. Disponível em:  
<<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/46934/34455>>. Acesso em: 17/11/2020.

WALM, Engenharia e Tecnologia Ambiental (2017). *Relatório Descritivo e Analítico do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – PEA RIO-BG – Região 4*. 203p. Disponível em:  
<[https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/Relatorio\\_Descritivo\\_Analitico\\_DP\\_PEA-RIO-BG\\_0.pdf](https://www.comunicabaciadesantos.com.br/sites/default/files/Relatorio_Descritivo_Analitico_DP_PEA-RIO-BG_0.pdf)>, acesso em 28/07/2020.

WEBER, M. (2010). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Covilhã: LusoSofia Press. 110p. Disponível em: <<https://b-ok.lat/book/1061667/0e90e7>> Acesso em: 20/12/2020.

WEISS, Robert S. (1994). *Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies*. New York, The Free Press. Disponível em:  
<[https://books.google.com.br/books?id=i2RzQbiEiD4C&pg=PA15&hl=pt-BR&source=gbs\\_toc\\_r&cad=4#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=i2RzQbiEiD4C&pg=PA15&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em 03/02/2021.